

TIAGO BARBOSA DOS SANTOS

A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na
Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação: A
Práxis Política dos Estudantes e a Relação com a Formação
Profissional.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
São Paulo – 2007

TIAGO BARBOSA DOS SANTOS

A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação: A Práxis Política dos Estudantes e a Relação com a Formação Profissional.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social - PUC/SP, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof^a Dra. Maria Beatriz Costa Abramides.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
São Paulo – 2007**

São Paulo, _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof^a Dra. Maria Beatriz Costa Abramides

Prof^a M.S Isaura Isoldi de Mello e Oliveira

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso vem contribuir e somar com as produções acerca do Movimento Estudantil em Serviço Social-MESS e da formação profissional dos/as Assistentes Sociais. Trata-se de um estudo que recupera os elementos centrais que constituem a direção e o significado social da profissão a partir do legado de intenção de ruptura, bem como as três materialidades do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro na década de 1990– Código de Ética Profissional; Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares – especialmente no âmbito das diretrizes que norteiam a formação profissional dos/as assistentes sociais.

O Projeto Ético-Político que conquistou hegemonia na categoria profissional é fruto do acúmulo crítico maturado entre o final da década de 1970 e na década de 1980 e traz consigo idéias, valores e concepções pautadas nas lutas sociais. Dessa forma, as concepções de homem e mundo presente nas diretrizes que norteiam a formação profissional, servem de base para a práxis estudantil – relação teoria e prática.

O MESS configura-se como um espaço importante no processo de formação profissional, no qual os estudantes podem por em prática valores e atitudes em defesa da direção social da profissão e em defesa da qualidade do ensino. A práxis estudantil posicionada contra a ofensiva neoliberal e a precarização da formação profissional revela um fazer político fundamental para a reafirmação do Projeto Ético-Político e em defesa das diretrizes curriculares construídas e aprovadas coletivamente pela categoria.

Por fim, este trabalho traz uma contribuição inédita, com a apresentação da pesquisa realizada com os estudantes presentes no XXIX ENESS-2007 Contagem/MG. Essa pesquisa permite conhecer um pouco do perfil do estudante presente neste ENESS, o que pensam a respeito da formação profissional e do próprio movimento, possibilitando uma reflexão crítica dos desafios contemporâneos desse segmento que compõe a categoria profissional.

Palavras-Chaves: Direção e Significado Social da Profissão; Projeto Ético-Político; Emancipação Humana; Movimento Estudantil em Serviço Social; Perfil dos Estudantes.

ABSTRACT

The aim of this essay is to contribute with the productions concerning the Social Work Students Movement and the social workers' formation. This research recovers the main elements which are the basis of this profession and its social meaning as well, as a start point there is the rupture intencion heritage and the three materialities the Ethical-Political Brazilian Social Work Project in 90s - Code of Ethics and Profession; Law of Regulation of the Profession and Curricular Lines - considering mainly the lines which rule the professional formation of the social workers.

The Ethical-Political project which has reached hegemony at the professional category is the result of discussions from the end of the 70s and the 80s, this way, accomplishing beliefs and concepts based in the social moves. Thus, the men and world conception which are in the lines ruling the formation are the basis for this student praxis – theoretical and practical relation.

The Social Worker Students Movement is an important space in the professional process formation, in which the students are able to demonstrate their beliefs and attitudes defending the social matters of the professions and a higher quality of education. The educational praxis against the neoliberals and the professional formation enpoorment reveals a political move to the Ethical-Political Brazilian Social Work Project reaffirmation and defends the curricular lines designed and approved by its own people.

As a conclusion, this essay brings up na unique contribution through presenting the research done with students who were present in the XXIX ENESS-2007 Contagem/MG. This research allows people to know the profile of the students who were in this ENESS, what they think of the professional formation and of the movement, giving a chance to critically think of the contemporanean challenges of this segment.

Key-words: Social matters of profession, Ethical-Political project, Human emancipation, The Social Worker Students Movement, Students profile in the XXIX ENESS-2007.

"[...] Não se envergonhe de perguntar, camarada!

*Não se deixe convencer
Veja com seus olhos!
O que não sabe por conta própria
Não sabe.
Verifique a conta
É você que vai pagar.
Ponha o dedo sobre cada item
Pergunte: O que é isso?
Você tem que assumir o comando."
Bertolt Brecht*

Dedico a todos os homens e mulheres
que ousam colocar-se em luta contra as
injustiças e a opressão capitalista.

Às pessoas que participam do Movimento
Estudantil em Serviço Social,
e àquelas que ainda estão por vir.

AGRADECIMENTOS

Com muita alegria chego ao fim desse processo em minha formação. Com toda certeza, pessoas maravilhosas fizeram parte dessa trama e cumplicidade, ombro a ombro, seja nos momentos de desânimos ou nos melhores momentos que passei durante esse período.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos **meus pais**, Seu **Antonio** e Dona **Maria Helena**, pelo apoio, incentivo e, sobretudo, muita compreensão que tiveram ao longo desses quatro anos de minha formação, obrigado pela paciência que tiveram em momentos de desânimo, de explosão, de afastamento... Agradeço muito a vocês dois, por me ensinarem a assumir valores tão nobres como a **CORAGEM**, **A DIGNIDADE**, **O COMPANHEIRISMO**, **A GARRA E A RESISTÊNCIA**, vocês são exemplos concretos de que é necessária a luta diária contra as injustiças! Sem vocês ao meu lado eu não conseguiria chegar até onde cheguei.

Às minhas irmãs **Fernada e Fabiana** por me incentivarem a realizar meu sonho e manter-me firme na luta por dias melhores para todos nós. Vocês são duas Guerreiras que me ensinaram e me deram cuidados desde pequeno. Principalmente você **Fernanda**, não existem palavras suficientes que são capazes de traduzir o imenso carinho, admiração e gratidão... Tu que nunca me abandonaste e foi, sem dúvida nenhuma, minha segunda mãe. Obrigado Danda por cuidar de mim frente a tantas dificuldades que vivemos na infância.

Às Minhas sobrinhas gordinhas... **Gabriella, Thainá, Nicole** e ao meu sobrinho **Gabriel**. Amo vocês!

Não posso deixar de agradecer a três pessoas importantíssimas, na qual sem elas não teria entrado na universidade. Obrigado **Perla, Pe. Marcos Roberto Sabino e Pe. Piccinini** - Instituto D. Bosco, por me apoiarem em minha escolha e por me ajudarem nos momentos de limitações objetivas para que eu pudesse realizar esse sonho.

A minha companheiríssima **Jaqueline**, mesmo longe, antes mesmo de iniciar esse trabalho sempre se colocou a disposição para me ajudar. Obrigado menina, por ser esse exemplo de Assistente Social, amiga, guerreira...! Saudade.

Ao meus companheiros da Pyça-Uma - Rede de Jovens Ativistas. **Carlos e Ricardo**, é notável o quanto crescemos juntos em toda nossa caminhada. Obrigado pelos oito anos de amizade e confiança, um dia precisamos escrever

todas as nossas histórias, seja no movimento social ou e nossas gargalhadas. **Samara**, exemplo de mulher, guerreira, lutadora e estudiosa, me mostra coisas que antes não via, nossa classe precisa de muitas Samara, com admirável clareza de nossa luta. **Thais**, sempre questionadora e de muita fibra. **Evânio**, me orgulho de te-lo como camarada. **Lica**, sempre firme e determinada, obrigado pelos puxões de orelha. **Gil**, sua tranquilidade e serenidade às vezes não demonstram a sua bravura, exemplo pra todos nós. **Janaína**... sinto falta de nossas longas conversas... Saudade de você menina!

Tenho que agradecer duas pessoas especiais, que me ajudaram no desenvolvimento desse trabalho, lendo, relendo, discutindo, incentivando... **Moniquinha** PUC/Campinas... podemos sentir na pele o significado da palavra companheirismo... Não exito em afirmar que nossa amizade não se encerra com minha saída do Movimento Estudantil... Comeremos muiiiitos bifés acebolados juntos! (rs). **Maju**, não tem palavras para expressar a admiração que tenho por ti... Mesmo com suas tarefas, arrumou tempo para me aturar e me ajudar no TCC... Obrigado pela paciência e carinho.

A equipe do Projeto Meninos e Meninas de Rua... vocês me proporcionaram um crescimento ímpar, Vamos em frente na luta por justiça!

Aos meus amigos(as)/companheiros(as) do MESS, em especial:

Aos (as) Coordenadores (as) Regionais ENESSO VII- **Talita, Mônica, Paula, Joana e Matheus** e Aos (as) Coordenadores(as) ENESSO 2007/2008 - **Aline, Shanti, Leonardo, Samantha, Cristovan, Haymon e Ernandes**, companheiros/as que me orgulho pelo espírito de luta e dedicação por dias melhores para toda classe trabalhadora.

Aos camaradas aguerridos do CENTRO OESTE, **Carol e Blenda** (UCG); **Greyce Kelle** (...) (UFMT); **Wanderley, Laura, Natália, Polyana** (UNB); **Valéria e Deuclecio** (UNIGRAN); aos camaradas do nordeste, **Alison** (Ruivo), **Juliana** (UEPB), **Roberto** (Mortadela), **Fabiano** (Prof.Pardal), **Amandinha** (Ex-ENESSO), **Larisse** (UFRN)... Ao povo da UFPE, em especial à **Manu, Celso, Paulinha, Natália, Anderson, Márcia, Mayara, Monikita, karina**, todos do DASS-UFPE e é claro a nosso TATU - **Tati!** Companheira teimosa, valente, guerreira, "braba", lutadora e extremamente sensível à luta popular! Aos (as) Mineirinhos (as) de Belo Horizonte em especial, **João, Marina, Dudu, Cristiano, Cristiane, Janaína**... Ao pessoal do Paraná, **Célia, Sandra, Vera, Karla, Jardel**... Amigos que levo no peito!

A Simone, Everton (Che), Dilnei, Bete e Tati (FAPSS/SP) pela coragem e carinho; **Sabrina, Karla e Elaine (USF); Rodrigo, Queli, Enio, João, Denise, Letícia (PUC/Campinas); Adrielle (UNESP); Thiago (Bean), Camila, Daniela e Juçara (FAMA); Bruna e Bruno (UNISANTOS); Thiago e Danny (UNILAGO); Rafinha (Fernandópolis); Carlos (Santa Fé do Sul); Ruth (UNICSUL); Osana, Denise e Jones (UNIFAI); Osano (UNG); Flávio, Mary e Safira (FAPSS/SCS); Lelê e Adyenla (UNILINS); Ailton, Luiza, Wagner e Adriana** (pela força durante nossa inserção no MESS) a todos da minha querida **ENESSO/Região VII-São Paulo**; camaradas que nunca vou esquecer, pela dedicação e ousadia.

As meninas super poderosas, Talita e Cacá... Sigam sempre em frente... Não tenham medo! Estarei sempre aqui... Vocês me proporcionaram momentos únicos de alegria e esperança.

Aos camaradas do **Viver Na Luta, da Saída pela Esquerda, Projeto Democrático Popular e Caras e Corações Novos** por fortalecerem o MESS no debate e no enfrentamento.... Obrigado pelos amigos que jamais esquecerei. Em memória de **Joel Américo... A LUTA NÃO PARA!**

A Maria e Dudu... Durante esses quatro anos, me recuso a chamá-los apenas de "amigos da faculdade"... Nós que construímos e vivemos tantas coisas juntos, na faculdade, no CASS da PUC/SP, conhecido como "Pequeno Afeganistão" por fazer um barulho danado na luta... Vocês me proporcionaram momentos únicos de companheirismo... Foram fiéis companheiros e exemplo de valentia! Obrigado por cuidarem de mim nos momentos mais difíceis de nossa trajetória na universidade e por se manterem firmes quando muitos nos atacavam... Força na luta!

Aos estudantes que foram participantes dessa pesquisa,
 USF/SP; PUC/SP; FAPSS/SCS-SP; FAMA/SP; UNISANTOS/SP; FAPSS/SP;
 PUC/campinas-SP; UNILINS/SP; FUNEC/SP; UFJF/MG; UFVJM/MG; UMA/MG;
 PUC/MG; UFES/ES; EMESCAM/ES; Faculdade Novo Milênio/ES; UEL/PR;
 UNILAGO; Uniamérica/PR; UFF/RJ; UERJ/RJ; UECE/CE; UFRN/RN; UFMT/MT;
 UNIGRAN/MS; UNITINS; UNB/DF; PUC-RS; UEPB/PB; CEULP/ULBRA...

As meninas de coragem do 1º ano/2007 da Faculdade de Serviço Social- FSS PUC/SP... Saio com a certeza que a luta vai continuar, com a garra e a vontade de querer a **TRANSFORMAÇÃO!**

Ao **Vinícius e Raoni** pelo exemplo de coragem, garra, determinação e pela clareza revolucionária... Derrotar o capitalismo é uma tarefa histórica de todos nós que ousamos "sonhar futuros"! Obrigado meus grandes amigos.

A todos os Formandos de 2007 da FSS PUC/SP, em especial **Letícia, Gabi, Maria Almeida, Gisa, Jeane, Luana, Raul (Sherek), Tiago (Ximbinha), Angélica, Tião (BOPE), Robson, Vinicius, Luana (manhã)**... tenho certeza que o compromisso com o Projeto Ético-Político norteará nossa atuação, em defesa dos direitos e pela transformação social.

A todas(os) professoras(or) da FSS-PUC/SP em especial a Prof^a **Isaura Isoldi**, Prof^a **Rosângela Paz**, Prof^a **Márcia Paixão**, Prof^a **Luzia**, Prof^a **Rosângela Batistone**, Prof^a **Cristina Brites** e Minha querida orientadora, Prof^a **Bia**... Vocês são exemplos vivos de militância, valentia e compromisso com a profissão e as lutas sociais... Obrigado pelo carinho e grande contribuição para minha formação profissional.

"Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite provável
Tocar o inacessível chão[...]"

Sonho Impossível - Maria Bethânia

Obrigada a todos!

SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
AE - Articulação de Esquerda
AFAPUC - Associação dos Funcionários PUC/SP
AI-5- Ato Institucional nº5
ANAS - Associação Nacional dos Assistentes Sociais
ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
APROPUC - Associação dos Professores PUC/SP
BID - Banco Internacional de Desenvolvimento-Banco Mundial
BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CA - Centro Acadêmico
CAISS - Centro Acadêmico do Instituto de Serviço Social
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CCQ - Centros de Controle e Qualidade
CEB's- Comunidades Eclesiais de Base
CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais
CEULP/ULBRA/RO - Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná
CF - Constituição Federal
CFAS- Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
CONESS- Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CONLUTE- Coordenação Nacional de Lutas Estudantis
CORESS- Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CPC- Centro Popular de Cultura
CRAS- Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS- Conselho Regional de Serviço Social
CUT- Central Única dos Trabalhadores
DA- Diretório Acadêmico
DC- Diretrizes Curriculares
DCE- Diretório Central dos Estudantes
EAD- Ensino à Distância
EBES- Estado de Bem-Estar Social
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
ELESS- Encontro Local de Estudante de Serviço Social
EMESCAM- Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
ENADE- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENE- Encontro Nacional de Estudante
ENESS- Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social
ENESSO- Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social
ENPESS- Encontro Nacional de Pesquisadores em Políticas Sociais e Serviço Social
ERESS- Encontro Regional de Estudante de Serviço Social
FAMA- Faculdade de Mauá
FAPSS/SCS- Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul
FAPSS/SP- Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo
FENEX- Fórum Nacional das Executivas e Federações de Curso

FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNM - Faculdade Novo Milênio
FUNEC - Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul
GESS - Grêmio da Escola de Serviço Social
IES - Instituição Superior de Ensino
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social
JPT - Juventude do Partido dos Trabalhadores
LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social
LOS- Lei Orgânica da Saúde
ME- Movimento Estudantil
MEC- Ministério da Educação
MESS- Movimento Estudantil em Serviço Social
MNMMR- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MS- Movimento Social
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC - Organização Mundial do Comércio
PC do B- Partido Comunista do Brasil
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PDP- Projeto Democrático Popular
PDV- Plano de Demissão Voluntária
PEP- Projeto Ético-Político
PROUNI- Programa Universidade para Todos
PSDB- Partido Social Democrático Brasileiro
PSOL- Partido Socialismo e Liberdade
PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT- Partido dos Trabalhadores
PUC/Campinas- Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC/MG- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/RS- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação de Expansão das Universidades Federais
RU- Reforma universitária
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI- Serviço Social da Indústria
SESSUNE- Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE
SINAES- Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SNFPMESS- Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social
SRFPMESS- Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social
SST- Serviço Social Tradicional
TUCA- Teatro da Universidade Católica
UECE- Universidade Estadual do Ceará
UEE- União Estadual dos Estudantes

UEL- Universidade Estadual de Londrina
UEPB- Universidade Estadual da Paraíba
UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA- Universidade Federal da Bahia
UFES- Universidade Federal do Espírito Santo
UFF- Universidade Federal Fluminense
UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMT- Universidade Federal do Mato Grosso
UFPE- Universidade Federal de Pernambuco
UFPR- Universidade Federal do Paraná
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFVJM- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UJS- União da Juventude Socialista
UNA/MG- Centro Universitário UNA
UNB/DF- Universidade de Brasília
UNE- União Nacional dos Estudantes
UNESP- Universidade Estadual de São Paulo
UniAmérica- Universidade das Américas
UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP- Universidade Federal de São Paulo
UNIGRAN- Centro Universitário da Grande Dourados
UNILINS- Centro Universitário de Lins
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISANTOS- Universidade Católica de Santos
UNITINS- Universidade do Tocantins
USF- Universidade São Francisco
USP- Universidade de São Paulo
VNL- Viver Na Luta

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - O Significado Social da Profissão e sua direção social nos marcos da intenção de ruptura	9
1.1 De onde viemos: As origens da profissão no Brasil e seu significado social.....	10
1.2 O Movimento de Reconceituação e a nova direção social da Profissão no processo de ruptura com o tradicionalismo	15
1.2.1 A direção Social gestada nas lutas sociais	23
1.3 O Significado Social da profissão nos marcos do legado de Intenção de Ruptura	29
CAPÍTULO II - O Projeto Ético-Político do Serviço Social “Remando Contra a Maré”: A formação profissional dos/as Assistentes Sociais e a precarização do Ensino.....	40
2.1 O Projeto Ético-Político Profissional.....	41
2.2 Para além da normalização: o Código de Ética e seus princípios que fundamentam a práxis profissional.....	53
2.3 A Regulamentação da Profissão de Serviço Social nº 8.662/93	60
2.4 O significado das Diretrizes Curriculares na Formação Profissional: Fundamentos e Princípios	62
2.5 Quem roubou nossa coragem: A atual conjuntura e os impactos para o projeto de formação profissional	71
2.5.1 A Crise do Capital: o antídoto para sua própria crise	71

2.5.2 Os Sucessivos Governos Neoliberais no Brasil: Collor, FHC e Lula	75
2.5.3 Alguns Aspectos da Reforma do Ensino Superior Brasileiro no Governo Lula	81
2.5.4 A precarização do Ensino e o Exame de Proficiência para o Serviço Social	88
CAPÍTULO III – A práxis Política dos Estudantes de Serviço Social - “Da luta não me retiro”	99
3.1 O Movimento Estudantil Brasileiro e o Movimento Estudantil em Serviço Social.....	100
3.1.1 – Breve resgate da trajetória da União Nacional dos Estudantes – UNE	100
3.2 O dia-a-dia se faz em movimento: A práxis dos estudantes de Serviço Social – Breve histórico de sua organização política.....	109
3.2.1 O Movimento Estudantil em Serviço Social: Conhecendo a história.....	109
3.2.2 A reorganização Política dos Estudantes de Serviço Social e a formação profissional.....	113
3.3 A Contribuição do MESS no âmbito da Formação Profissional: do XXVI ENESS/2004 ao XXIX ENESS/2007.....	121
3.4 “Eu vou à luta com essa Juventude que não foge da raia a troco de nada” - Quem faz o MESS? Seus sujeitos e características	129
3.4.1 As particularidades do Movimento Estudantil e alguns apontamentos sobre o MESS	129
3.5 Trabalhador Estudante em Movimento	158

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Importância do Movimento Estudantil na Formação Profissional..... 165

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....172

APÊNDICE/ ANEXO..... 181

Vale a Pena

Quando a noite parece eterna
E o frio nos quebra a alma.
Quando a vida se perde por nada
E o futuro não passa de uma promessa.

Nos perguntamos: vale a pena?

Quando a classe parece morta
E a luta é só uma lembrança.
Quando os amigos se vão
E os abraços se fazem distância.

Nos perguntamos: vale a pena?

Quando a história se torna farsa
E outubro não é mais que um mês.
Quando a memória já nos falta
E maio se transforma em festa.

Nos perguntamos: vale a pena?

Mas, quando entre camaradas nos encontramos
E ousamos sonhar futuros.
Quando a teoria nos aclara a vista
E com o povo, ombro a ombro, marchamos.

Respondemos: **Vale a pena viver, quando se é comunista!**

Mauro Luis Iasi

APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é fruto do processo de estudos durante os quatro anos do curso de Serviço Social na PUC/SP. Trataremos da relação estabelecida entre “**a direção social da formação profissional e a participação política dos estudantes**” com o objetivo de problematizar como o Movimento Estudantil em Serviço Social - **MESS** pode contribuir no processo de formação profissional reafirmando a direção social expressas nas diretrizes para a formação profissional.

A direção social das diretrizes curriculares, aprovadas pela categoria para o curso de Serviço Social, configura-se como fruto da construção histórica dessa categoria nos últimos trinta anos. Podemos afirmar que essa direção social tem uma de suas expressões nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - **ABEPSS**, compondo uma das materialidades do Projeto Ético-Político profissional, advinda do movimento e do legado crítico apontado por José Paulo Netto como “*intenção de ruptura*” com o conservadorismo, presente na profissão.

O Movimento Estudantil em Serviço Social configurou-se ao longo da história como partícipe da construção da perspectiva crítica no âmbito da formação profissional, reafirmando os compromissos com um projeto de profissão crítico, criativo, competente e comprometido com as lutas sociais e com os trabalhadores/usuários dos serviços sociais.

O que despertou o interesse em discutir a relação entre os conhecimentos apreendidos na formação profissional e a prática política direcionada na perspectiva do Projeto Ético-Político deve-se, dentre outros fatores, à inserção do autor no MESS. Em 2004, ainda na condição de calouro, participou da gestão do Centro Acadêmico de Serviço Social da PUC/SP - CASS na qualidade de Coordenador de Formação Profissional e Movimento

Estudantil, no processo de militância acadêmico-política assumiu em 2007 o cargo de Secretário de Escola/Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social na PUC/SP. Nesse processo pode desfrutar da rica troca e acúmulo de experiências participando dos fóruns do MESS - Encontros Nacionais (ENESS) e Regionais (ERESS) de Estudante de Serviço Social e Seminários de Formação Profissional de 2004 a 2007.

Esse fazer político somado ao acúmulo acadêmico, possibilitou, para alguns militantes do MESS, fundamentar suas práticas políticas, coerentes com a direção do Projeto Ético-Político, como uma forma estratégica em defesa e consolidação da perspectiva de formação profissional nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo.

Percebemos ao longo do processo de formação profissional e de militância no MESS que, essa relação traz consigo, em primeira aproximação, uma riqueza fundamental para a compreensão do significado social da profissão de Serviço Social, bem como o papel de seus sujeitos na construção efetiva dos rumos da profissão.

Sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão teórica tanto da profissão quanto do Movimento Estudantil para que assim pudéssemos problematizar a relação entre ambos, na direção de uma sólida formação em Serviço Social contemplando a indisociabilidade entre as três dimensões formativas – teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política – e a **superação da falsa dicotomia entre a teoria e a prática.**

Para o desenvolvimento dessa pesquisa exploratória realizaremos como parte integrante do processo, levantamentos e leituras de bibliografias referentes à área de Serviço Social e, mais especificamente, aos temas relacionados à Formação Profissional e ao Movimento Estudantil em Serviço Social - MESS, bem como o contato com alguns materiais produzidos pelo MESS no período de 2004-2007, a partir das deliberações dos Encontros Nacionais de Estudante de Serviço Social - ENESS e das contribuições das teses apresentadas nestes fóruns.

Atentaremos nessa sistematização para o eixo de Formação Profissional e assuntos pertinentes à precarização do ensino como: Reforma Universitária, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, Ensino à Distância-EAD, Exame de Proficiência e articulação com as entidades da categoria profissional.

Neste caso, nos interessou explorar os debates realizados no interior do Movimento Estudantil em suas instâncias nacionais, pois podemos considerar esse espaço como locus privilegiado, onde se expressam as pautas prioritárias, debates e desafios contemporâneos para a organização do MESS no plano nacional.

Os ENESS são espaços que aglutinam estudantes de todo Brasil, sejam eles estudantes de base ou dirigentes do MESS, para pautar suas lutas, debates e propostas em torno dos cinco eixos do movimento: Cultura, Movimento Estudantil, Universidade, Conjuntura e Formação Profissional. Nesse sentido, do ponto de vista da organização dos estudantes e dos setores organizados e representativos do MESS, pudemos apreender e traçar um perfil dos sujeitos que fazem o movimento, bem como o que pensam a respeito dos problemas contemporâneos. A princípio não distinguimos os estudantes que estão ocupando espaços representativos no movimento, daqueles que apenas participam esporadicamente, pois compreendemos que ambos tem sua relevância e nos ENESS todos são partícipes das deliberações e debates realizados coletiva e democraticamente.

Aplicamos o questionário (APÊNDICE-1) no XXIX ENESS Contagem/MG¹. Para os questionários foram elaboradas perguntas abertas, fechadas e mistas, contendo questões de caracterização dos estudantes bem como perguntas mais gerais sobre o MESS e a Formação Profissional. Tais questionários foram entregues aos estudantes presentes no encontro, nas plenárias e nos Grupos de Trabalho, onde tivemos oportunidade de explicitar os objetivos da pesquisa. O preenchimento e a entrega dos questionários foram realizados de

¹ O XXIX ENESS realizou-se entre os dias 14 a 19 de julho de 2007.

forma voluntária, o que dificultou o recolhimento, pois muitos não entregaram devido à dinâmica interna do encontro. O levantamento de dados via questionário, objetivou traçar um perfil dos mesmos e o que pensam sobre o MESS. Ou seja, possibilitou conhecer a “quantas anda” a organização do MESS e como os sujeitos concebem alguns elementos centrais da formação profissional.

Os sujeitos de nossa pesquisa foram todos os estudantes de Serviço Social presentes no XXIX ENESS/2007. Segundo informações da Coordenação Nacional da ENESSO-2007/2008, estima-se que o número de estudantes participantes do XXIX ENESS/2007 foi de aproximadamente 550 de todo Brasil. No entanto colhemos **cinquenta e quatro questionários**, sendo: **quarenta e quatro** colhidos entre os dias 14 a 19 de Julho de 2007, durante a realização do XXIX ENESS-Contagem/MG. Alguns estudantes, por razões diversas solicitaram que os questionários fossem entregues posteriormente ao ENESS; recebemos **dois** questionários via correio, **três** por correio eletrônico e **cinco** entregues no Planejamento Estratégico da ENESSO realizado entre os dias 08 e 09 de setembro de 2007 em Belo Horizonte/MG, totalizando uma amostra de **cinquenta e quatro** questionários. Devemos frisar que essa amostra não representa a totalidade dos sujeitos que fazem o MESS, no entanto a partir dela podemos traçar um relativo perfil dos estudantes presentes no XXIX ENESS/2007.

Os estudantes partícipes dessa pesquisa são das seguintes escolas: Universidade São Francisco-USF/SP; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP; Faculdade Paulista de Serviço Social-FAPSS/SCS-SP; Faculdade de Mauá-FAMA/SP; Universidade Católica de Santos- UNISANTOS/SP; Faculdade Paulista de Serviço Social-FAPSS/SP; Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC/Campinas-SP; Centro Universitário de Lins-UNILINS/SP; Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul-FUNEC/SP; Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF/MG; Universidade Federal dos Vales do

Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM/MG; Centro Universitário UNA-UNA/MG; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC/MG; Universidade Federal do Espírito Santo-UFES/ES; Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória-EMESCAM/ES; Faculdade Novo Milênio-FNM/ES; Universidade Estadual de Londrina-UEL/PR; Universidade das Américas-UniAmérica/PR; Universidade Federal Fluminense-UFF/RJ; Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ/RJ; Universidade Estadual do Ceará-UECE/CE; Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN/RN; Universidade Federal do Mato Grosso-UFMT/MT; Centro Universitário da Grande Dourados-UNIGRAN/MS; Universidade do Tocantins-UNITINS/TO; Universidade de Brasília-UNB/DF; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC-RS; Universidade Estadual da Paraíba-UEPB/PB; Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná- CEULP/ULBRA/RO – Totalizando **vinte e nove** escolas partícipes da pesquisa. Considerando o universo de **setenta escolas** presentes no XXIX ENESS/2007 (Conferir APENDICE-7) nossa pesquisa obteve uma amostra de **41%** do total delas.

Em lócus, XXIX ENESS/2007, estava prevista a coleta de entrevista com um(a) representante da ENESSO e um(a) representação discente em ABEPSS, no entanto tal coleta não foi possível mediante circunstâncias temporais e objetivas frente a dinâmica interna do encontro². Coletamos tais entrevistas em outro lócus de cunho nacional, planejamento estratégico da ENESSO, realizado em BH entre os dias 08 e 09 de Setembro de 2007. A escolha dos sujeitos entrevistados foi a partir de amostra intencional com as representações da ENESSO e ABEPSS. Segundo Regina Maria Giffoni Marsiglia³, entende-se por amostra intencional a escolha realizada pelo pesquisador para obter opinião de certas pessoas, mesmo

² O processo que dificultou a realização das entrevistas deve-se ao fato das lideranças estudantis estarem em constata articulação entorno das disputas políticas em relação às mesas temáticas, grupos de trabalho, plenárias, dentre outras.

³ MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. “*O projeto de Pesquisa em Serviço Social*” in: Interpretação e Pesquisa em Serviço Social.

que não sejam representativas do todo pesquisado, mas que componham esse universo. No entanto por motivos de tempo não procedemos à análise das entrevistas e de algumas perguntas presentes no questionário. Priorizamos apenas as questões que expressavam centralidade no debate da formação profissional e do MESS.

Estava previsto para o XXIX ENESS/2007 parte da pesquisa documental, junto aos arquivos históricos da SESSUNE/ENESSO, no entanto as caixas que contém o acervo histórico da entidade não podem ser transportadas da UFPE/PE-Recife⁴ para o XXIX ENESS/Contagem-MG, por motivos financeiros.

Após o XXIX ENESS/2007, procedemos à pesquisa nos arquivos históricos da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE /ENESSO em Recife/PE, a qual nos ajudou a compreender e resgatar a história do MESS. Como o tempo de permanência em Recife/PE foi curto, devido à ausência de recursos financeiros, a pesquisa nos arquivos não pode ser totalmente concluída, mas representou um ganho ímpar do ponto de vista do contato com o acervo histórico do MESS⁵.

Organizamos os capítulos dessa pesquisa de maneira a contemplar tanto os aspectos centrais que norteiam a formação profissional dos/as assistentes sociais, quanto os elementos pertinentes ao MESS.

O primeiro capítulo recupera um pouco da trajetória do Serviço Social no Brasil, observando seu significado social durante sua gênese, bem como o processo de ruptura com o conservadorismo profissional. Esse processo que estabeleceu um novo marco teórico-político para a profissão, vinculado à teoria social crítica de Marx, só foi possível pela direção

⁴ O acervo encontrava-se na UFPE desde a gestão ENESSO - 2005/06, cuja sede foi o Diretório Acadêmico de Serviço Social – UFPE.

⁵ Na pesquisa aos arquivos da SESSUNE/ENESSO notamos que os registros da história do MESS são feitos de forma ainda muito precária. Encontramos boletins, revistas, cartas, jornais, cartazes, teses, deliberações, dentre outros, no entanto é tímida a presença de relatórios que retratem minuciosamente as discussões que permeiam os ENESS como: atas, registro de conflitos e disputas internas, rachas políticos, tendências, quantificação de participantes nos encontros, etc.

social protagonizada pelos profissionais e estudantes nos marcos do projeto de Intenção de Ruptura, umbelicalmente ligado ao contexto de lutas e mobilizações sociais no final da década de 1970 e na década de 1980.

Essa direção social é concebida como resultado concreto das condições objetivas, de luta e enfrentamento das classes populares pela ampliação dos seus direitos e pela redemocratização, somada ao processo de reorganização dos movimentos sociais, sobretudo do movimento sindical e estudantil e a adoção de novas bases conceituais, fundadas na teoria social crítica de Marx, adotadas pela vanguarda universitária, herdeira do legado do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América-Latina.

Essa contextualização é fundamental para compreendermos que o Projeto Ético-Político-PEP do Serviço Social brasileiro e seu significado. Tal projeto é expressão e deve ser compreendido a partir da direção social da profissão, assumida pela categoria dos Assistentes Sociais no final da década de 1970 e na década de 1980, e que na década de 1990 objetiva-se como síntese do acúmulo teórico, prático, metodológico, ético e político.

Abrimos o segundo capítulo dissertando sobre questões centrais que permeiam o PEP como a centralidade ontológica do trabalho, a concepção de liberdade, a centralidade sociohistórica, a idéia de emancipação humana, a direção sociopolítica estratégica da profissão, a práxis, dentre outras.

Discorreremos em torno das três materializações do PEP hegemônico, o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Para a primeira, citamos e comentamos os onze princípios que norteiam o fazer profissional, no intuito de melhor apreender e captar seus significados. Para a segunda e a terceira, resgatamos os pontos centrais e apontamos seus fundamentos que norteiam tanto o fazer quanto à formação profissional.

Frente a precarização do ensino superior no contexto atual da sociedade brasileira, julgamos necessário realizar o diálogo entre a direção sociopolítica estratégica do Serviço Social, principalmente no âmbito da formação profissional e a problemática que assola a educação superior no Brasil. Contextualizamos o desmonte do Estado no âmbito das contra-reformas neoliberais, focando o processo da Reforma Universitária como expressão do sucateamento do ensino e a precarização da formação profissional a partir dos governos Collor, FHC e Lula. Resgatamos dessa forma as principais polêmicas contemporâneas no âmbito da precarização do ensino e as lutas em curso como o ENADE, exame de proficiência, EAD, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação de Expansão das Universidades Federais - REUNI, Universidade Nova, Programa Universidade para Todos -PROUNI, etc.

O terceiro capítulo condensa as discussões em torno da práxis política dos estudantes. Resgatamos brevemente a história e os problemas contemporâneos presentes no Movimento Estudantil geral (vinculados basicamente às polêmicas no interior da União Nacional dos Estudantes /UNE), bem como a recuperação dos principais pontos que tratam do Movimento Estudantil de área, no caso o MESS.

A partir dessa abordagem preliminar, nos dedicamos a analisar o acúmulo do MESS entre 2004 a 2007 no que refere às lutas contra a mercantilização da educação e a contribuição do mesmo para a reafirmação da direção social da formação profissional, expressa nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Neste capítulo apresentamos, como contribuição ao MESS, os resultados da pesquisa aplicada com os sujeitos do Movimento Estudantil presentes no XXIX ENESS/2007. Essa abordagem nos oferece um panorama geral e relativo sobre o perfil dos militantes do MESS, bem como o que pensam sobre o movimento e os aspectos centrais da formação profissional. Este panorama permite traçar algumas estratégias para luta e organização do movimento no âmbito da formação profissional.

I - O Significado Social da Profissão e sua direção social nos marcos da intenção de ruptura

“Sei que é preciso sonhar.
Campo sem orvalho, seca
a frente de quem não sonha.
*Quem não sonha o azul do vôo
perde seu poder de pássaro...*”

Thiago de Mello

Ao tratarmos do significado social da profissão de Serviço Social e, posteriormente, da sua direção social filiada aos marcos de intenção de ruptura, se faz necessária sua contextualização, pois somente assim poderemos compreender as determinações que envolvem as metamorfoses da direção social da profissão em seus diferentes contextos históricos, para além dos muros do Serviço Social. Para isso realizaremos um breve resgate histórico da gênese, das bases, dos rudimentos da profissão no Brasil. Não há a pretensão de resgatar a fundo toda essa rica abordagem, pois há uma vasta produção no âmbito da sistematização da história do Serviço Social, haja vista as publicações existentes⁶.

Temos como pressuposto do significado social da profissão e sua direção social que ambas só poderão ser compreendidas a partir da sua inserção nas relações sociais, o que significa compreendê-las como fruto de um processo histórico, na dinâmica de relações entre as classes sociais e do protagonismo dos seus sujeitos coletivos.

⁶ Refiro-me basicamente as contribuições clássicas de Iamamoto (2004); Netto (2004) e Yasbek (2004);

1.1 De onde viemos: As origens da profissão no Brasil e seu significado social

Os condicionantes históricos da emergência do Serviço Social no Brasil se dão no contexto de esgotamento do modelo político, social e econômico oligárquico/agro-exportador. Período marcado pelas mudanças profundas advindas do processo de introjeção tardia e desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial no Brasil, que altera significativamente as expressões da Questão Social, através do tensionamento dos antagonismos da relação Capital x Trabalho.

A Questão Social nas primeiras décadas do século XX tem como expressões as condições angustiantes em que vivem os trabalhadores: longa jornada de trabalho, baixa remuneração, péssimas condições de trabalho, trabalho infantil e trabalho das mulheres mais precarizado, processos de migração do campo para as cidades, a marginalização da população, criminalização da pobreza, condições insalubres de moradia e saneamento, precário acesso à terra, saúde, educação, direitos civis, políticos, sociais de modo geral, dentre outras.

A expansão da classe operária nos grandes centros urbanos possibilita um novo cenário político, marcado sobretudo por conflitos e choques de interesses antagônicos de classe. Se de um lado as classes trabalhadoras tenderam a se organizar nas suas reivindicações históricas e de conquistas imediatas, a classe dominante tendeu a tratar os problemas sociais no seu âmbito político, mas acima de tudo, como caso de polícia.

Nesse contexto, surge o Serviço Social tendo em sua gênese basicamente as seguintes características:

- **Vinculação com a Igreja Católica** - pela necessidade de sistematizar a caridade como forma de enfrentamento à Questão Social. Tem sua matriz na Doutrina Social da Igreja e forte influência Franco-Belga
- **Alinhado ao modelo burguês** - A profissão não surge a partir das demandas advindas dos trabalhadores, mas sim como imposição das classes dominantes, com o objetivo de educar, adequar e dominar os trabalhadores;
- Possui em seus traços rudimentares a **presença feminina** pertencente às camadas mais abastadas da sociedade. É delegada à mulher o papel social de cuidado com os aspectos sociais, por considerar natural e vocacional sua bondade, sensibilidade, carisma e caridade.
- **Um projeto conservador** - visava a paz social aparando as arestas da luta de classes, com caridade, benemerência, atrelado ao modelo burguês de sociabilidade. Em outras palavras, o Serviço Social cumpria o papel de acolchoar o conflito de classe, em luta por interesses contraditórios.

Exige-se uma nova forma de enfrentamento da Questão Social para além da mera prática caritativa. Em busca da instrumentalização técnica e sistêmica cria-se, no início dos anos trinta as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil⁷.

Segundo Silva (1995:10), o quadro de referencia que norteia a Serviço Social em sua emergência é:

Seu objeto é o homem carente; seus objetivos se direcionam para o atendimento da pobreza, através da assistência, prestação de serviço e orientação individual; seus conhecimentos são de base neotomista, expressa pelo ensino das encíclicas e pela moral, pela filosofia e pela religião. Não dispendo ainda de um método formulado, sua prática é operada basicamente pelas técnicas da entrevista e da visita domiciliar.

⁷ A primeira Escola de Serviço Social no Brasil foi fundada em 1936 e chamava-se Escola de Serviço Social de São Paulo, atual Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. Posteriormente temos a abertura da escola de Serviço Social na cidade do Rio de Janeiro. Não por mera coincidência, esses dois grandes centros urbanos apontavam maior desenvolvimento do capitalismo e aprofundamento das contradições sociais.

Podemos notar que a prática do Serviço Social estava muito próxima do que vulgarmente podemos chamar de missionarismo-profissional, na qual a ação profissional referenciava-se no enquadramento dos trabalhadores através do ensinamento das encíclicas católicas e a transmissão do valor moral cristão como valor legítimo e válido.

A direção social da formação profissional se expressava notoriamente pelo cunho doutrinário e religioso, não entendendo as expressões da Questão Social como fruto da contradição capitalista. A concepção de homem e mundo é a-histórica. Cabe ao homem alcançar sua salvação, realizando o bem comum buscando seu aperfeiçoamento intelectual e moral.

Nas décadas seguintes o Serviço Social passa pelo período de institucionalização⁸, com a criação de grandes instituições ligadas ao Estado e ao empresariado, como o Ministério do Trabalho; a Legião Brasileira de Assistência - LBA; O Sistema “S”- SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE⁹; dentre outras

A prática caritativa, ou missionária-profissional, demonstra sua ineficiência frente aos anseios e as novas exigências postas pelas classes em luta e pelo Estado. O Serviço Social passa a incorporar o método Norte-Americano, com sustentação nas formulações de Mary Hellen Richmond, como forma de sistematização do conhecimento profissional.

De cunho positivista e conservador, a perspectiva Tradicional Norte-Americana, transpõe mecanicamente as formas de compreensão da realidade e atuação dos profissionais para os países Latino-Americanos. Não considera a realidade sócio-histórica da América Latina e a particularidade sócio-político-histórico e cultural de cada país.

⁸ A respeito conferir IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço teórico-metodológico** – 16ª ed. – São Paulo, Cortez, 2004. Parte II – Aspectos da História do Serviço Social, capítulo III Instituições Assistenciais e Serviço Social.

⁹ SENAI –Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESI – Serviço Social da Indústria; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Resumidamente, Silva¹⁰ afirma que no período de 1946 a 1964, a Questão Social é enfrentada por algumas políticas de extensão da educação, previdência, combate a doenças e criação de programas populares de habitação. Por sua vez a profissão passa a ser cada vez mais legitimada e absorvida pelo aparelho Estatal como forma de respostas às demandas sociais¹¹.

Nas palavras de Silva, a atuação profissional passa a referenciar-se a partir do seguinte quadro,

as disfunções individuais e sociais se configuram enquanto objeto de intervenção profissional; seus objetivos voltam para a integração social, não se registrando conseqüentemente, divergências entre os objetivos profissionais e institucionais. (1995:12, grifos nossos)

Nota-se que o objetivo profissional reproduz os interesses da classe dominante. Tem em sua base de atuação o enquadramento dos trabalhadores e suas demandas, como problemas de ordem moral e individual que devem ser corrigidos visando à paz social. O Serviço Social toma como base de legitimação, no campo do conhecimento, as vertentes psicológicas e sociológicas, respectivamente a psicanálise e o funcionalismo. Importante ressaltar que tal prática tradicional não é um privilegio do Serviço Social. As profissões de modo geral estavam calcadas a partir das teorias psicologizantes e funcionalistas.

As respostas no âmbito da formação profissional correspondem à busca de avanços técnicos capazes de oferecer maior eficácia para o ajustamento dos indivíduos e a manutenção da harmonia social.

Por mais que houvesse uma tentativa de tecnificar a profissão, as bases funcionalistas nortearam a prática e a formação dos Assistentes Sociais da época. Para

¹⁰ SILVA, Maria Ozanira da Silva e – Formação Profissional do Assistente Sócia: Inserção na realidade social e na dinâmica profissional. – 2.ed – São Paulo: Cortez.1995

¹¹ Nota-se a partir da década de quarenta o “boom” de escolas de Serviço Social pelo Brasil, devido á própria necessidade de força de trabalho para o trabalho social nas grandes instituições e nas políticas sociais vinculadas ao aparelho estatal.

ilustrar essa perspectiva, vejamos um exemplo de resposta profissional no âmbito da habitação e situação de cortiços na cidade de São Paulo na década de 1940, nas palavras de Telles¹²

O problema da habitação é gravíssimo e afirmam muitos que nele está a gênese do delito (...) a corrupção dos costumes e a imoralidade têm, como colaboradora na causa, **a má habitação** (...) A moral e a higiene convergem para indicar ao homem as regras que devem presidir a habitação (...) A insalubridade e insuficiência da habitação e sua **repercussão sobre a moral constituem problemas que urgem ser solucionados** (...) No inquérito em que estudamos a situação de 1.195 pessoas, habitantes de 261 cortiços, encontramos em média, **um problema de ordem moral** para cada grupo de 27 casos. Os problemas específicos mais importantes são, em ordem de frequência: concubinato, abandono do lar pelo chefe, mãe solteira, separação dos cônjuges, menores pervertidos, alcoolismo. Somando-se os casos em que o problema moral foi especificado aos em que a situação moral da família já vinha apreciada (má ou deficiente), concluímos que em mais da metade dos casos estudados a situação moral dos habitantes de cortiço é precária.

A relação ora expressa entre delinquência e a má habitação reflete a culpabilização dos indivíduos pelas condições sociais em que se encontram. As condições de pobreza eram observadas como condições em potencial da criminalidade. Não há divergência entre os interesses postos pela profissão e os interesses do contratante, no caso próximo das classes dominantes. O objeto da profissão consistia em corrigir e ajustar os indivíduos e suas disfunções ao meio em que viviam, evitando assim colocar a ordem social em risco principalmente pela manutenção dos valores morais conservadores, burguês e judaico-cristão.

¹² TELLES, Guiomar Urbina. A habitação e a moral. Serviço Social. São Paulo: ano II.N.21.1940.(Grifos nossos)

1.2 O Movimento de Reconceituação e a nova Direção Social da Profissão no processo de ruptura com o tradicionalismo

Entendemos o Serviço Social e sua direção social crítica como fruto de um processo histórico, cujas bases encontram-se nos marcos da erosão das respostas tradicionais e no acúmulo crítico da categoria. Acúmulo este advindo do processo que podemos denominar de Reconceituação Latino-Americana do Serviço Social. Dessa forma, precisamos compreender as influências dos contextos sociais e conjunturais que marcaram tal período.

Em meados da década 1960, as sociedades de base urbano-industrial enfrentaram tensionamentos sociais que vão se materializar na eclosão de lutas e mobilizações das classes subalternas, pelo reconhecimento de suas demandas sociais em busca de direitos. Esses movimentos, nas palavras de Netto¹³,

[...] põem em questão a racionalidade do Estado burguês e suas instituições; nas suas expressões mais radicais, negam a ordem burguesa e o seu estilo de vida. Em qualquer dos casos, recolocam em pauta a ambivalência da cidadania fundada na propriedade e redimensionam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e suas arenas. (2004:143)

Essa movimentação social influenciou e rebateu no Serviço Social em âmbito mundial, provocando um processo de questionamento de suas respostas tradicionais frente às transformações econômicas, políticas e ídeo-culturais (NETTO,2004). No Brasil esse processo de erosão das bases do Serviço Social Tradicional¹⁴ está ligado e, fortemente influenciado, pelos fatores sóciopolíticos da década de 1960 e pelo avanço das forças democráticas no país. Contribui para esse processo diversas mediações, dentre elas, a aproximação de setores profissionais junto aos movimentos sociais organizados, o processo

¹³ NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 – 7º ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

¹⁴ A definição de Serviço Social Tradicional encontra-se na nota de rodapé nº33, pg.30.

de laicização, a participação estudantil, o contato com as ciências sociais e a incorporação de novas bases teóricas.

O primeiro remete ao próprio amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com outros protagonistas (profissionais: nas equipes multiprofissionais; sociais: grupos populares politicamente organizados) e outras instancias (núcleos administrativos e políticos do Estado). **O segundo** refere-se ao desgarramento de segmentos da Igreja católica em face do seu conservadorismo tradicional; a emergência de “católicos progressistas” e mesmo de uma esquerda católica, com ativa militância cívica e política, afeta sensivelmente a categoria profissional **O terceiro** é o espraiar do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social e tem aí uma ponderação muito peculiar. **O quarto** é o referencial próprio de parte significativa das ciências social do período imantada por dimensões críticas e nacional-populares.(NETTO,2004:139-140)

O Movimento de Reconceituação Latino-Americano do Serviço Social possui traços de um processo universal que, porém, assume expressões diversas de acordo com a particularidade de cada país e região frente ao desenvolvimento capitalista e seus antagonismos. Trata-se de um movimento que ganha visibilidade no continente Latino-Americano a partir de 1965¹⁵, se estendendo com significativo crescimento durante uma década. Inicialmente ganha força com a adesão de setores críticos da profissão e pela união entre as vanguardas profissionais dos países Latino-Americanos engajados e antenados com as mobilizações sociais, repensando suas próprias práticas.

Tal questionamento se gesta no contexto das profundas mudanças que se operam no nível continental, presididas pela forte efervescência das lutas sociais, demarcadas por um ciclo expansionista do capitalismo no cenário mundial. Esse quadro histórico não fertilizou somente o Serviço Social: no seu conjunto, as ciências sociais se indagavam quando aos seus parâmetros teóricos-explicativos e ao seu papel ampliam renovam sua pauta temática, em resposta aos novos desafios históricos emergentes no continente. (IAMAMOTO,1998:2006)

A racionalidade e o significado da prática profissional é posto em questão pelos Assistentes Sociais protagonistas e representantes desse Movimento de Reconceituação, promovendo profundos questionamentos acerca do papel do Serviço Social frente aos desafios

¹⁵ O movimento de Reconceituação possui como marco a realização do I Seminário Regional Latino-Americano, na cidade de Porto Alegre/RS-Brasil em 1965.

postos pela realidade, para tanto

[...] ordem burguesa como limite da história, é questionado; seus *media* privilegiados, as instituições e organizações governamentais e o elenco de políticas do Welfare State, vêm-se em xeque; seu universo ideal, centralizado nos valores pacatos e bucólicos da integração na “sociedade aberta”, é infirmado; sua aparente assepsia política, formalizada “tecnicamente”, é recusada. (NETTO,2004:143)

O Movimento de Reconceituação atrela-se visceralmente ao contexto sócio-político da década em análise. Contudo, esse movimento político e social favorecedor de rupturas coexistiu com reações conservadoras advindas dos regimes militar-ditatoriais e repressivos instaurados nos países Latino-Americanos. Não obstante, a heterogeneidade de posições e perspectivas no interior do próprio conjunto profissional renovador, aliado aos regimes autocráticos burgueses, contribuem para o esfacelamento deste movimento Latino-Americano que findará em torno dos anos de 1975¹⁶.

No entanto, o clima de agitação política e social na sociedade brasileira, ligado aos setores populares dos trabalhadores rurais e urbanos e da pequena burguesia intelectual, teve como resposta uma reação conservadora e reacionária, apoiada pela burguesia e igreja católica, que proporcionaram apoio à intervenção e instauração do regime militar-ditatorial e repressivo no ano de 1964.

Inicia-se no Brasil o ciclo autocrático burguês e é nesse contexto que se processa a Reconceituação do Serviço Social em âmbito nacional. Os condicionantes sóciopolíticos e econômicos são determinantes para os rumos do Serviço Social, no entanto não podemos ignorar a relevância do acúmulo da categoria na produção de conhecimento e que expressa a relação dialética entre as fases distintas que compõem o ciclo autocrático burguês e as tendências internas da categoria influenciadas pelos condicionantes externos.

¹⁶ Estamos nos referenciando em Netto para compreender o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, que por sua vez concebe tal movimento como um marco referencial na história do Serviço Social, dado em uma conjuntura – entre as décadas de 1960-1970. No entanto esse ponto é polêmico frente à concepção de outros teóricos. Indicamos Netto (2004);

[...] se os processos históricos impõem limites e descortinam potenciais alternativos à prática profissional, essas não se traduzem imediata e mecanicamente na órbita profissional. Encontram-se sujeitas a inúmeras mediações, que tem de ser apropriadas e elaboradas pelos agentes profissionais – seja no nível da produção intelectual, seja no das estratégias de ação – de modo que se moldem como respostas teóricas e técnico-políticas as demandas emergentes naquele campo de possibilidades. (IAMAMOTO,1998:204)

No que refere ao ciclo da autocracia burguesa no Brasil, podemos dividi-la em basicamente três fases, segundo Silva¹⁷: a primeira, de 1964 a 1968, compreendendo o período sob o qual o regime instaurado busca sua legitimação política, formulando as bases da política de segurança nacional e dos mecanismos de controle social; a segunda, de 1968 a 1974. Aqui se encontra o período mais truculento e repressor do regime militar, bem como da centralização do poder político; a terceira, de 1974 a 1985, período em que o regime militar vive seu momento de fragilidade em meio à crise do “milagre econômico” e pelo avanço das lutas sociais pela redemocratização.

Mediante as alterações advindas com o ciclo autocrático burguês -rebatimentos na esfera do Estado e das empresas monopolistas e estatais - aliada à necessidade de se implantar o projeto modernizador/conservador da ditadura, do controle e vigilância dos trabalhadores e da expansão do mercado de trabalho para o Serviço Social (recrutamento de Assistentes Sociais para lidar com as novas expressões da Questão Social advinda da super-exploração capitalista) a profissão se vê frente ao desafio de oferecer respostas para consolidar esse novo mercado que se abre, exigindo um novo perfil profissional mais “moderno” e “racional”, provocando rebatimentos na prática e na formação dos Assistentes sociais.

Longe de possuir uma heterogeneidade do pensamento, o Movimento de Reconceituação reuniu em seu seio diversas linhas do pensamento que colocavam o

¹⁷ SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.) O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez,1995

tradicionalismo em questão. No Brasil o legado do Movimento de Reconceituação se expressou em três vertentes¹⁸: A primeira denominada como *vertente Modernizadora*, a segunda como *vertente de reatualização do conservadorismo* e a terceira como *vertente de intenção de ruptura* (NETTO,2004).

A primeira desenvolve-se atrelada as bases econômicas, sociais e políticas vigentes no Brasil a partir dos governos autocráticos. Desta forma, trata-se de direcionar a profissão no esforço de

[...] adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós- 64 (NETTO, 2004:154).

Consiste em uma vertente no Serviço Social que manteve hegemonia para dentro da categoria em um dado período histórico. Expressa essa hegemonia nos Seminário de Teorização da Profissão – Araxá (1967) e Teresópolis (1970) – e influencia a atuação dos Assistentes Sociais na perspectiva de modernizar a profissão frente às propostas “Tradicionais”. Essa modernização rebate diretamente no Serviço Social no nível da prática e da formação profissional. Essa tendência se inscreve no período que Netto(2004) define como Renovação do Serviço Social. O Serviço Social se moderniza para romper com o tradicionalismo, mas caminha em uma perspectiva conservadora, atendendo as demandas do projeto macro-societário vigente. É característico dessa vertente o caráter tecnocrático, primando pelo ajustamento da profissão ao projeto autocrático burguês. Suas bases são a-crítica, a-política e a-classista e compreende a realidade como um todo harmônico sem existência de conflito.

¹⁸ Para melhor apreendermos alguns elementos que compõem as vertentes teóricas presentes no período de Renovação do Serviço Social conferir **Planilha referênte aos Seminários de Teorização do Serviço Social: Araxá-1967, Teresópolis-1970, BH-1972-75 (Apêndice-2)**.

A segunda vertente denominada como *Reatualização do Conservadorismo* se expressa nos seminários de teorização do Serviço Social de Sumaré e Alto da Boa Vista.

Segundo Netto,

trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sob uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2004:157)

Os maiores pólos difusores dessa perspectiva são as instituições universitárias do Rio de Janeiro e São Paulo que se empenham em sofisticar as matrizes intelectuais tradicionais. Adotam a corrente fenomenológica como necessária para elaboração teórica e prática, fundada na ajuda psico-social, refutando tanto as matrizes positivistas quanto o pensamento crítico dialético.

Tanto a segunda quanto a terceira vertente que trabalharemos a seguir surgem em meio à crise do regime militar na década de 1970. Para tanto diferenciam-se substancialmente em suas respostas profissionais. A vertente *Intenção de Ruptura* ao conservadorismo se constitui na terceira vertente e se inscreve no processo de Reconceituação do Serviço Social brasileiro. Essa vertente possui como marco inicial a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais¹⁹, conquistando hegemonia e expressão no Seminário de Teorização de Belo Horizonte 1972-1975. Este Seminário de Teorização da Profissão representa um marco histórico para o Serviço Social, uma vez que teve como perspectiva a intenção de ruptura com a tendência de modernização conservadora do projeto da ditadura militar. A partir de contatos, principalmente pela vanguarda universitária, com o movimento de Reconceituação Latino-Americano e a tradição marxista,

¹⁹ Hoje Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Essa experiência da Escola de Serviço Social de Minas Gerais ficou conhecida como “método de BH”, inspirado nas experiências da Universidade Católica do Chile.

essa tendência expressa uma nova forma de explicar o Brasil. Foi um passo importantíssimo para os avanços políticos da categoria na década de 1980.

A vertente de *Intenção de Ruptura* diferencia-se das demais vertentes aqui apresentadas, “*esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho tradicional aos seus suportes técnicos, metodológicos e ideológicos, de tradição positivista e reformismo conservador*” (NETTO, 2004:159).

Tal vertente situa-se na entrada dos anos 1980 no contexto de ebulição das lutas sociais e pela redemocratização do Brasil, onde outrora as liberdades políticas foram cerceadas pelo poder repressivo da ditadura. Período que o regime militar-ditatorial e repressivo demonstra decadência em sua sustentação²⁰, abrindo a possibilidade histórica para um novo cenário político fundamentalmente protagonizado por setores populares, movimentos sociais e setores progressistas da Igreja Católica, ligada à Teologia da Libertação, que somado a outros fatores sociohistóricos e políticos contribuíram para a reorganização dos trabalhadores²¹

[...] é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis (NETTO, 2004:248)

²⁰ A crise econômica dos anos 1980 somada as fortes mobilizações sociais, foram elementos determinantes para a decadência do regime militar no Brasil. As respostas do “milagre econômico” não conseguiram se sustentar mediante a crise econômica que se abria. A luta pela redemocratização do poder político foi fortemente assumida pelos trabalhadores e setores médios, colocando o “velho regime contra a parede”.

²¹ Período marcado pela reorganização da classe trabalhadora e por lutas pela redemocratização do país. Neste período o Brasil explode em movimentos sociais, denunciando a realidade em que a população estava submetida. É nesse contexto que se dá essa reorganização da classe trabalhadora, com o surgimento de movimentos importantes à condução das lutas na sociedade: a Central Única dos Trabalhadores (1983) como expressão do Novo Sindicalismo – “[...] constituindo-se em uma central classista e independente, com a maior representação de sindicatos da cidade e do campo no país[...].” (ABRAMIDES,2006:66); o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (1984); o Partido dos Trabalhadores (1983); entre outros.

Destacamos que a aproximação do pensamento crítico dialético, recorrendo a tradição marxista – apesar dos problemas contidos nessa aproximação, “marxismo sem Marx” (a introdução ao marxismo se deu através da leitura de manuais e de outros autores que se referenciavam em Marx²²) - só foi possível basicamente pelo envolver da categoria com as lutas sociais em curso, por meio da organização política da categoria e pelo seu desenvolvimento e maturação na década de 1970, com a criação dos mestrados em Serviço Social e das produções científicas através do pós-graduação²³, consolidando o amadurecimento do Serviço Social na Academia.

Baseando-nos no balanço feito por Netto a respeito das conquistas advindas com o Movimento de Reconceituação brasileiro, podemos destacar algumas dessas conquistas: a articulação profissional na América-Latina, buscando unidade de concepção; a explicitação da dimensão política na ação profissional, superando a idéia de neutralidade nas ações; o contato com as ciências sociais, permitindo a interlocução crítica com os saberes e o pensamento contemporâneo; a aceitação da existência do pluralismo profissional, longe de impor um único pensamento ou prática, mas que no seio profissional existem divergências de concepção, refutando, ainda, a idéia de que caberia ao Assistente Social apenas ser o profissional técnico executor das políticas sociais. Na mesma linha de pensamento do autor, o Movimento de Reconceituação, por sua vez, apontou alguns limites e dificuldades como: a prática messiânica dos profissionais em fazer o enfrentamento meramente político ao

²² A interlocução do Serviço Social com a tradição marxista se deu, como bem define Iamamoto “[...] por meio do filtro da prática político-partidário. Por meio dela muitas inquietudes foram transferidas da militância política para prática profissional, estabelecendo-se frequentemente uma relação de identidade entre ambas, deixando de lado suas diferenças e, assim impossibilitando a análise criteriosa de suas mútuas relações.” (1998:210)

²³ Em 1981 temos a criação do curso de Doutorado em Serviço Social na PUC/SP, consolidando a produção acadêmica da área. De acordo com Bastos, “A partir da década de 1980 com o crescente número de produções acadêmicas o Serviço Social foi se apropriando profundamente do marxismo potencializando sua intervenção através da utilização do método marxista para compreensão e explicação da realidade.” (2006:54)

conservadorismo; a relativização da teoria; e o eclecismo teórico no que se refere à tradição marxista.

Não vejo, franca e diretamente, nenhuma alternativa teórica de análise crítica do capitalismo e da ordem burguesa fora da teoria social de Marx. Não vislumbro qualquer possibilidade de *crítica radical* do capitalismo e da ordem burguesa sem o respaldo do legado marxiano.(NETTO, 2003:29)

É inegável a contribuição do Movimento de Reconceituação e o contato com a teoria social crítica no meio acadêmico, para a formulação e fundamentação das bases do Projeto Ético Político hegemônico nos dias de hoje, voltadas para à análise da realidade social de forma a almejar o aprofundamento e o rigor teórico, que outrora não havia sustentação nas determinações sociais, políticas, econômicas e históricas, para além dos muros da profissão desvendando as bases concretas sob as quais se estrutura a sociedade. A teoria social crítica em Marx “*é absolutamente necessária para a compreensão atual da ordem burguesa*” (NETTO,2003:29) para nos ajudar a decifrar os desafios contemporâneos.

1.2.1 A direção Social da profissão gestada nas lutas sociais.

O Serviço Social gestou suas novas respostas e sua nova direção social colado ao contexto de mobilizações e efervescência da lutas sociais. A década de 1980, do ponto de vista econômico, foi considerada pelos estudiosos como “a década perdida”, no entanto no que se refere às lutas da classe trabalhadora, essa década representou a possibilidade concreta de conquistas.

É na década de 1980 que se expressa o auge das lutas democráticas no Brasil, cenário de fortes mobilizações populares pela redemocratização e luta por direitos sociais, civis e políticos. Para elucidar esses fatos, podemos citar a campanha pelas “*Diretas Já*” e o processo de mobilização pela Assembléia Constituinte – processo que resultou na aprovação

da nova Constituição Federal Brasileira em 1988, conhecida como “constituição cidadã” por representar significativos avanços e reconhecimentos, sobretudo das reivindicações por direitos sociais. É pela primeira vez que uma Constituição Brasileira reconhece direitos individuais e coletivos. No âmbito dos direitos sociais, por exemplo, estabelece a seguridade social como direito – compõem o tripé da seguridade social brasileira: a Saúde (política não contributiva e de acesso universal); a Previdência Social (política contributiva de acesso condicionado à contribuição junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) e a Assistência Social (política não contributiva visando a universalização para quem dela precisar).²⁴

O clima da efervescência do processo de luta pela redemocratização, no início dos anos 1980, possibilitou um solo sobre o qual segmentos dos estudantes bem como dos profissionais reivindicassem a transformação das estruturas vigentes no Brasil. O Movimento Estudantil em Serviço Social, assim como a organização política dos profissionais na luta sindical, culminou na reorganização de suas entidades representativas.²⁵

A organização sindical dos Assistentes Sociais expressa relevância ímpar para o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão. Temos como marco a realização, em 1978, do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (ABRAMIDES e CABRAL, 1995) na qual já indicava descontentamento com as entidades

²⁴ São inegáveis as conquistas advindas com a “Constituição Cidadã”. As conquistas previstas na Constituição de 1988 devem ser compreendidas como fruto da correlação de forças entre diferentes grupos que disputavam politicamente as redações e discussões no parlamento. No entanto, não podemos nos enganar que após a aprovação da nova constituição, as conquistas ali expressas vinculadas aos interesses dos trabalhadores passaram a ser alvo de duros ataques de grupos politicamente atrelados aos setores conservadores e reacionários desse país.

²⁵ Trataremos da reorganização do Movimento Estudantil em Serviço Social no capítulo III dessa pesquisa. Para maior aprofundamento no que tange a organização sindical dos/as Assistentes Sociais sugerimos, ABRAMIDES, Maria Beatriz C. e CABRAL, Maria do Socorro Reis. Novo Sindicalismo e Serviço Social. Cortez – São Paulo: Cortez, 1995

nacionais (CFAS²⁶ – Conselho Federal de Assistentes Sociais – e a ABESS²⁷ – Associação Nacional de Ensino de Serviço Social) pressionando para mudanças nas formulações de suas políticas²⁸. Não descolado do contexto de mobilização e luta da categoria, os estudantes, neste mesmo ano, expressam sua reorganização política com a realização do I ENESS – Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social – na cidade de Londrina/PR.

Em 1979 o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – ENESAS – delibera pela criação da CENEAS – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, com o objetivo de articular, fortalecer e criar novas entidades sindicais, pré-sindicais e associações de Assistentes Sociais. A CENEAS deixa de existir por cumprir seu objetivo, é fundada em 1983 a Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS.

É nesse cenário de (re)organização estudantil e sindical que as entidades da categoria, que representavam o conservadorismo na profissão, foram pressionadas a incorporarem as novas demandas populares e democráticas (SILVA,1995). Nessa mesma linha, Silva define esse momento como:

[...] momento de efervescência e de mobilização política, na qual se dá a instituição da ruptura no contexto de uma luta intensa pela hegemonia, no interior das entidades nacionais do Serviço Social, especialmente da ABESS e do CFAS. (1995:103)

²⁶ O conjunto CFAS/CRAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais – passam a denominar-se CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social – devido aprovação da lei federal nº 8.662/1993. Assume como função a fiscalização, garantia e normalização do exercício profissional.

²⁷ A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS foi fundada em 1946 para criar referências mínimas na formação profissional dos Assistentes Sociais, na qual as escolas de Serviço Social deveriam se filiar de forma voluntária. A ABESS passa a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS em 1996 incorporando as discussões no campo da formação profissional do ensino e da pesquisa tanto da graduação, quanto da pós-graduação.

²⁸ Segundo Abramides (2006) o conjunto CFAS/CRAS estava sob hegemonia das vertentes conservadoras da profissão.

Isso que estamos denominando direção social teve como base a expressão na luta sindical, no campo de esquerda, rompendo com a concepção do “peleguismo sindical” que estava presente nos espaços de luta sindical. A categoria dos Assistentes Sociais passou a comungar da perspectiva de, efetivamente, trabalhar a autonomia e independência de classe, recuperando uma perspectiva classista a exemplo do novo sindicalismo em São Bernardo do Campo.

Se por um lado existia a luta pela redemocratização do país, por outro, no campo da esquerda, se organizava a luta contra a ditadura, a luta anti-imperialista, a luta anti-capitalista, mas também a luta pela construção do socialismo. Tal concepção, de luta e direção política, buscava romper com a visão idealista ou do anti-capitalismo romântico. Não bastava ser anti-capitalista, era necessário um horizonte que possibilitasse superar a ordem geradora e mantenedora das desigualdades.

Não poderíamos deixar de retratar um dos marcos mais expressivos e emblemáticos desse processo de ruptura com o conservadorismo. A realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS (1979), conhecido como “Congresso da Virada”, no qual *“estudantes e profissionais tomaram o congresso, questionando seu caráter elitista e, essencialmente, uma nova direção política, chamando à mesa setores ligados as lutas sociais e populares”*²⁹, expressão do protagonismo dos sujeitos coletivos organizados sob uma direção social clara.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais significou, portanto, um momento de ruptura da categoria, sobre a direção das entidades sindicais, com as posições conservadoras que estavam à frente do evento e há muito detinham as direções do conjunto CFASS/CRAS, que tradicionalmente organizavam os congressos brasileiros. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995:170)

²⁹ ABRAMIDES, Maria Beatriz C. Palestra “ENADE e o Exame de proficiência para o Serviço Social” PUC/SP em 17/08/07.

A “virada” que os sujeitos coletivos da categoria protagonizaram não pode ser entendida apenas nos marcos do III CBAS. É na década de 1980 que se processam mudanças e rupturas com o conservadorismo no âmbito da formação profissional dos Assistentes Sociais.

Em 1982 foi homologado pelo Conselho Federal de Ensino, à proposta de revisão curricular para o curso de Serviço Social – aprovado no XXI Convenção Nacional da ABESS de 1979. Essa revisão curricular só foi possível pelo envolvimento dos setores da categoria comprometidos com as lutas democráticas em curso.

Buscava-se um projeto de formação profissional que garantisse a compreensão de uma realidade contraditória e dinâmica que, por sua vez, desse respostas de acompanhar as mudanças sociais na medida em que crescia a luta pela democratização, o reconhecimento de novas demandas dos trabalhadores, as responsabilidades do Estado para com os direitos sociais, a explicitação dos conflitos de classe e a consciência crítica.

O currículo de 1982 buscou romper com a formação de Assistentes Sociais na concepção funcionalista e conservadora. A concepção de profissão vincula-se ao significado social do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Com a obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho publicado em 1982³⁰, é pela primeira vez que, efetivamente, as condições de classe, de assalariamento, de trabalho, da divisão sócio-técnica do trabalho, da composição e antagonismo de classe nos marcos da produção e reprodução capitalista (advindos da relação capital x trabalho) aparecem com toda densidade teórica e política, filiada ao legado marxiano e à tradição marxista.

³⁰ Referimo-nos a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço teórico-metodológico” – 16ª ed. – São Paulo, Cortez, 2004.

Por mais que o currículo de 1982 representasse a ruptura com o conservadorismo no campo teórico-metodológico da formação profissional, carregou consigo uma forte presença do ecletismo teórico, adotando diversas formas de explicar a realidade, às vezes contraditoriamente.

O Código de Ética de 1986 representou um extraordinário avanço por expressar, no plano da reflexão ética, grande parte das conquistas e acúmulo da categoria profissional nas décadas de 1970/1980. Tratou-se da inversão Ético-Política do Serviço Social tradicional, nitidamente conservador, rompendo politicamente, enquanto referência filosófica, com as bases neotomistas - negando valores abstratos e metafísicos como a idéia de “bem comum” ou a concepção de “pessoa humana”. Opõe-se a concepção da ética neutra, estabelece-se a clara noção de compromisso dos Assistentes Sociais com a classe trabalhadora, explicitando os princípios éticos historicamente situados buscando objetivar os sujeitos não como meros objetos passíveis de intervenção profissional, mas como sujeitos históricos que possuem necessidades concretas.

O Código de Ética de 1986, juntamente com o currículo mínimo de Serviço Social de 1982, representaram segundo Barroco, a expressão formal da ruptura ética com o tradicionalismo do Serviço Social. Ou seja, referendando um projeto de profissão que *“pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional”* (2001:170).

Entretanto, segundo a mesma autora, o referido código mesmo representando a ruptura política com as bases neotomistas e expressando o acúmulo político da categoria profissional, não supera a visão do marxismo “vulgar” que submete a ética aos interesses de classe. O Código de Ética de 1986 trabalha sobre o compromisso com uma classe – a classe trabalhadora – e não com os valores. Demonstra uma visão equivocada, pois pressupõe que uma classe seja detentora, naturalmente, de valores positivos dentro de uma sociedade

contraditória, não avança no sentido de buscar no campo da ética os fundamentos dos valores que a legitimam. Portanto esses documentos, ressaltando sua importância, não foram capazes de explicitar e traduzir os avanços conquistados na década de 1980.

Cabe afirmar que na década de 1990 os processos de revisão tanto do currículo de 1982 – revisão em 1996 –, quanto do Código de Ética de 1986 – revisão em 1993 – buscaram superar alguns equívocos que permeiam ambos documentos.

Nesse caso, é possível inferir, juntamente com Barroco que o processo de revisão na década de 1990 é evidenciado:

[...] numa perspectiva superadora, ou seja, de garantir suas conquistas e ao mesmo tempo superar suas debilidades. Entendeu-se, sobretudo, a necessidade de estabelecer uma condição ética que desse concretude ao compromisso profissional, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionaliza-la objetivamente em termos de direitos e deveres éticos. Nesse sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para a sua especificidade no espaço de um Código de Ética: **o compromisso com valores ético-políticos emancipatórios referidos à conquista da liberdade.** (2001:199-200, grifos nossos)

1.3 O Significado Social da profissão nos marcos do legado de Intenção de Ruptura.

Marilda V. Yamamoto inaugura em 1982 uma nova forma de conceber a profissão. O Serviço Social é concebido como uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, socialmente necessária cuja matéria-prima do trabalho são as diferentes expressões da Questão Social³¹. Dessa forma podemos considerar o Serviço Social como um

³¹ Entendemos por Questão Social o conjunto das desigualdades advindas da contradição Capital x Trabalho fruto da sociedade capitalista, manifestando disparidades econômicas, sociais, políticas e culturais perpassando as condições de classe, etnia, gênero. Frente as expressões da Questão Social entra em cena a pressão dos trabalhadores pelo reconhecimento de suas demandas históricas e de outro lado a classe dominante/burguesa que perpetua as bases de exploração e desigualdade socialmente produzidas.

dos mecanismos, situado historicamente nos marcos do capitalismo, que participa da produção e reprodução das relações sociais capitalistas, assim entendidas como relações de classes sociais antagônicas.

Tal entendimento alinha-se a uma determinada concepção de profissão construída nos marcos da direção social impressa pela *Renovação do Serviço Social pelo legado de Intenção de Ruptura*³² (NETTO,2004) - contrapondo as respostas tradicionais³³ - terá posteriormente um caráter de projeto coletivo da categoria dos Assistentes Sociais.

Se afirmarmos que o legado de intenção de ruptura, aliado aos determinantes sóciopolíticos da década de 1980, possibilitou uma nova concepção de profissão, faz-se necessário resgatar alguns conceitos e pressupostos da profissão que nos ajudem a compreender o seu significado e desafios postos pela contemporaneidade.

O Serviço Social situado diante da reestruturação do capital vem sofrendo profundas conseqüências devidas, sobretudo, do processo de reestruturação produtiva tanto no mundo do trabalho - fechamento dos postos de trabalho, desemprego, precárias condições do trabalho profissional, etc - quanto na esfera do Estado em sua face neoliberal - redução do Estado, menos investimentos sociais, precarização das políticas sociais, privatizações, etc.

A profissão se encontra no desafio de capturar na própria realidade contraditória as possibilidades para desenvolver ações profissionais críticas e politicamente posicionadas, visando o enfrentamento das expressões da Questão Social e a efetivação do projeto coletivo profissional.

³² É um movimento que se expressa no interior da categoria profissional como uma vertente do pensamento crítico - teoria social crítica - em oposição e contestação as respostas oferecidas pelo Serviço Social Tradicional – SST – bem como ao Regime Militar instaurado no Brasil pós 1964.

³³ Podemos compreender o Serviço Social Tradicional como “[...] ‘prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada’ dos profissionais parametrada ‘por uma ética liberal burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável’.” (NETTO, 1981 apud Netto,2004, p.117-118).

As expressões da Questão Social são entendidas como fruto da relação Capital x Trabalho e, portanto relação entre interesses de classes antagônicas. Tal antagonismo gera em seu interior, contraditoriamente e ao mesmo tempo, a desigualdade e a possibilidade de resistência e luta frente às determinações históricas.

Questão Social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno de interesses distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 1998:28, grifos nossos).

Segundo Iamamoto, o Serviço Social participa da produção e reprodução das relações sociais como relações de classe, não apenas da produção material, mas também das formas de consciência social, ou seja, da reprodução de um determinado modo de viver.

Não se trata apenas da reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social (...) Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida (...) (IAMAMOTO, 2004:72).

Sua prática é polarizada pelos interesses de classe, pois o profissional é contratado pelo Capital e ao mesmo tempo, pela mesma atividade, responde aos interesses dos trabalhadores/usuários dos serviços sociais. O Assistente Social pode assumir em sua prática profissional uma direção social que possibilite, dentro das condições objetivas em que se realiza o trabalho profissional – muitas vezes definido pelo próprio contratante - reforçar os mecanismos de legitimação, exploração e reprodução da Questão Social, ou reforçar o pólo oposto de interesses sociais próximos às classes subalternas. Em outras palavras significa dizer que, a profissão, bem como seus sujeitos coletivos que a fazem, não estão livres da sociabilidade burguesa e dos mecanismos de reprodução social, mas podem lançar mão, dentro das possibilidades concretas e objetivas, de uma prática que tenda a uma proximidade maior com os interesses da classe trabalhadora.

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO, 2004:75).

É na prática profissional cotidiana que o Assistente Social, mediante contradições e limites, busca respostas às demandas concretas dos trabalhadores e alternativas frente à realidade social, posicionando-se na direção do Projeto Ético-Político posto na perspectiva de intenção de ruptura. Significa dizer que é necessário ao Assistente Social se munir com seu arsenal teórico para decifrar as múltiplas determinações objetivas da realidade, advinda com o processo de reestruturação do Capital, buscando novas mediações pelas quais se expressam as manifestações da Questão Social e competências técnicas na prática cotidiana, sob uma determinada direção Ético-Política.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (...) Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social. (IAMAMOTO, 2005:20)

Segundo Yasbek,

o Assistente Social atua nos processos relacionados à reprodução social da vida, interferindo em situações sociais que afetam as condições concretas em que vive a população (...) pode produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais da vida dos usuários; em seu acesso a políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em seus comportamentos e valores; em seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e organismo; e em suas práticas de resistência. (2004:13-14)

Por mais que o Assistente Social produza resultados concretos na vida dos trabalhadores/usuários dos serviços sociais de forma individual ou coletiva, as respostas são dadas nos marcos da reprodução e nos limites do capital. Em si, o impacto do trabalho do Assistente Social não contribui para mudanças substanciais na dinâmica dos enfrentamentos

das classes sociais. A atuação profissional vincula-se, no limite, nos marcos da reforma do Estado. Vale ressaltar, e este é um debate superado em nossa categoria, que não cabe ao Serviço Social, enquanto profissão isoladamente, se propor a superar as contradições advindas da sociabilidade burguesa/capitalista, mas pode contribuir para isso enquanto categoria organizada, que depende do trabalho para sobreviver, disponibilizando elementos para organização dos setores em que atua visando a superação da ordem burguesa, uma nova sociabilidade e forma de apropriação da riqueza social. Ana Elizabeth Mota³⁴ nos diz que a nossa profissão tem como particularidade “*intervir nos processos e mecanismos de enfrentamento da questão social.*”

Concordamos com Yamamoto (1998) ao tratar da indissociabilidade entre as três dimensões que constituem as competências do fazer profissional - a teórico-metodológica, as habilidades técnico-operativas e o posicionamento ético-político para que o Assistente Social execute seu trabalho de forma crítica, interventiva, propositiva e politicamente posicionada, buscando dar respostas profissionais e materialidade à direção social nos marcos do Projeto Ético-Político.

Compreende-se por competência teórico-metodológica as escolhas profissionais por uma determinada forma de compreender e analisar a realidade, que lhe servirão de pilar de sustentação teórica para buscar respostas profissionais frente à conjunturas. Significa decifrar as bases de como funciona a sociedade, do modo de produção capitalista, suas reformas no âmbito do Estado, a reestruturação no mundo do trabalho e sua lógica de funcionamento.

Já às habilidades técnico-operativas, nos referimos às escolhas profissionais no âmbito de seu instrumental técnico. Trata-se da opção profissional por determinadas ferramentas de trabalho, meios e recursos necessários para se alcançar os resultados

³⁴ Palestra “Capitalismo Contemporâneo, Serviço Social e Formação Profissional”, PUC/SP em 28/03/06

almejados.

Por último, mas não menos importante, o posicionamento ético-político profissional é o elemento que norteará os posicionamentos profissionais, de forma intencional, em seu cotidiano, sob os marcos dos compromissos, valores e direção social coerente a um dado projeto societário. No caso do Projeto Ético-Político profissional significa dizer, posicionar-se pela democratização do acesso as riquezas materiais e espirituais; dos serviços e bens socialmente produzidos; pelo reconhecimento da liberdade enquanto um valor central; pelo princípio da universalidade do acesso; pela negação de valores discriminatórios de raça, etnia e gênero; pela ampliação dos direitos sociais e reconhecimento das lutas históricas das classes trabalhadoras; pela autonomia e emancipação humana e política; pela adoção de técnicas que neguem a coerção; pela organização política da categoria, fortalecimento de seus fóruns e entidades representativas; dentre outros.

Pensamos que a concretização do Projeto Ético-Político se dá na prática profissional, na formulação de respostas profissionais, em meio a *tempos tão adversos* (BASTAZINI,2005), que caminhem sob a luz dos princípios do projeto hegemônico da categoria³⁵, e que as três dimensões ora citadas devam fazer parte do cotidiano profissional, para que assim o Serviço Social possa manter “os pés” na realidade social e nas relações sociais estabelecidas, evitando cometer equívocos que, segundo Iamamoto (1998) seriam dar ênfase apenas à uma das dimensões podendo cair em uma perspectiva *teoricista*³⁶, *politicista*³⁷

³⁵ A materialização do Projeto Ético –Político não será algo a ser respondido nessa pesquisa. Para tanto recomendo BASTAZINI, Marcos Henrique Galvão. *Tempos Tão Adversos e a Realização do Projeto Profissional* 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2005.

³⁶O *teoricismo* seria a priorização da dimensão teórico-metodologia como única esfera capaz de propor novos caminhos e respostas para o trabalho profissional.

³⁷O *politicismo* expressa a concepção de que apenas a inserção política, articulada nos movimentos organizados no conjunto da sociedade, bem como nos espaços de representação seriam capazes de materializar uma prática de acordo com os interesses da maioria.

ou *tecnicista*³⁸.

O Serviço Social, apesar de ser uma profissão considerada liberal³⁹, no Brasil historicamente os Assistentes Sociais se inserem no mundo do trabalho sob condições de assalariamento. Tal condição dá ao Assistente Social relativa autonomia no trabalho profissional cotidiano, pois parte dos meios para a execução de seu trabalho é determinada e concedida pelo seu contratante/empregador (recursos humanos, local, financeiros, materiais...) e muitas vezes definem inclusive o processo de trabalho em que o mesmo será inserido (objetivos, metas, atribuições, investimentos financeiros...).

A relativa autonomia corresponde à parte dos meios para o exercício profissional pertencente ao próprio Assistente Social. É ele quem dispõe de conhecimentos, habilidades, competências, um saber especializado, arsenal técnico-operativo, que lhe possibilita ter certo grau de autonomia no exercício profissional para realizar escolhas, guiadas por vontades, por sua vez demonstrando capacidade teleológica de agir próximo dos interesses da classe que dispõe apenas da sua capacidade de trabalho para sobreviver.

A categoria profissional dos Assistentes Sociais não é um bloco homogêneo. Os profissionais apresentam interesses e projetos individuais, visão de homem e mundo diversos, de acordo com suas vivências e experiências concretas. Como afirma Netto,

(...) os membros do corpo (categoria) profissional são, necessariamente, indivíduos diferentes - têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e

³⁸ O *tecnicismo*, neste caso, prioriza a esfera técnico-operativa como a saída para a efetivação da dimensão ético-política no cotidiano do fazer profissional a partir das habilidades postas em prática.

³⁹ Profissão liberal compreendida como, "*Pela adjetivação liberal, do latim liberais, de líber (livre), literalmente assim se deve entender toda profissão, que possa ser exercida com autonomia, isto é, livre de qualquer subordinação a um patrão ou chefe*". Disponível em www.sengerj.org.br/liberal.htm dia 26/08/07. Acesso em 10.out.2007 às 22:10. Acrescentaríamos a essa concepção a necessidade de possuir diploma no ensino superior e registro nos conselhos de regulação profissional.

societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. (NETTO,2007:145).

O Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais Brasileiros, cujas bases encontram-se como fruto do processo histórico e amadurecido da categoria a partir das décadas de 1970 e 1980, teve “[...] *naqueles anos que a primeira condição para a construção deste novo projeto se viabilizou: a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.*” (NETTO,2007:148, grifos do autor) constituindo sua materialidade na década de 90 como expressão da direção social dos anos 1980 – direção que acompanhou o movimento das lutas por transformação social – e síntese das discussões da categoria profissional nos marcos do Movimento de Intenção de Ruptura. Netto (2007) elucida que os projetos profissionais não podem se confundir com os projetos societários em disputa na sociedade. Esses últimos por sua vez, inscrevem-se como projetos no âmbito das classes sociais, como projetos macroscópicos.

Tais projetos, eminentemente, possuem em seu cerne uma dimensão política, que não se restringe, nem se confunde com a forma de fazer política vinculada aos partidos políticos. Mesmo no marcos da democracia política burguesa, pode ocorrer a disputa de projetos societários divergentes. Já em contextos ditatoriais, na qual existe coerção, inclusive de manifestação de idéias, tais confrontos de projetos societários tornam-se muito mais difíceis.

Os projetos profissionais podem vir a entrar em “choque” com o projeto societário material e politicamente dominante, a depender dos valores que legitimam socialmente, da direção social que se assuma enquanto projeto coletivo e seus compromissos e alianças de classe.

Concordamos com as idéias de Netto (2007) sobre as condições menos favorecidas, mesmo no capitalismo “democrático”, dos projetos societários vinculados as

classes subalternas se afirmarem na sociedade uma vez que colidem, diretamente, com os projetos das classes dominantes detentoras do poder econômico e político.

Para melhor definição de projetos profissionais sugerimos:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teórico, prático e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...] (NETTO,2007:144).

Ou seja, é a primeira vez na história que o Serviço Social Brasileiro imprime, enquanto categoria, uma direção/significado social para profissão divergente dos interesses dominantes e de seus empregadores (seja o Estado/Burguês ou empresas privadas), vinculando-se às lutas sociais dos trabalhadores.

Tal projeto ganha hegemonia para dentro da categoria profissional e se faz presente na vida profissional através do Código de Ética do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662/93 e nas Diretrizes Curriculares (1996) como instrumentos jurídicos institucionais. Isso não significa afirmar, e seria um equívoco, que tal projeto está consolidado ou que a categoria profissional é homogênea na defesa desse projeto coletivo. Sabemos que, convivem na realidade profissional diferentes projetos que disputam hegemonia, inclusive o projeto conservador. É o novo e o velho dialeticamente convivendo e disputando hegemonia.

Consideramos que a materialização do Projeto Ético-Político - PEP e a defesa da perspectiva crítica no cotidiano do trabalho profissional, pautada na articulação das competências ora explicitada, apresenta-se como grande desafio ao Serviço Social na atual conjuntura⁴⁰, uma vez que as condições objetivas de trabalho carregam em si uma série de

⁴⁰ Trataremos alguns elementos referentes às dificuldades conjunturais, no contexto de contra reforma do Estado no capítulo II desta pesquisa.

determinações contrárias ao exercício profissional limitando, ainda mais, a concretização de tal projeto.

Podemos inferir, juntamente com Netto:

É desnecessária qualquer argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., vem promovendo (ao arripio da Constituição de 1988), a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população. É evidente que a manutenção e o aprofundamento deste projeto, em condições que parecem tão adversas, depende da vontade majoritária da categoria profissional – mas não só dela: depende também do revigoração do movimento democrático e popular, tão pressionado e acuado. (2007:158).

Obviamente que a possibilidade de maior concretude dessa perspectiva encontra-se umbelicalmente ligada ao horizonte das lutas sociais mais amplas da sociedade, na dinâmica de luta e enfrentamento das classes sociais, para além dos muros do Serviço Social ou da boa vontade dos profissionais que reivindicam o PEP. Possuir iniciativa e desejo de mudança, é fundamental, porém não bastam para o desenvolvimento de uma prática que vise à efetivação do projeto profissional no cotidiano de trabalho do Assistente Social.

Podemos afirmar que o PEP, hoje hegemônico na categoria⁴¹, está ameaçado por uma contra hegemonia conservadora e pelos desafios postos pela conjuntura no capitalismo contemporâneo. A defesa deste projeto coletivo deve, necessariamente, passar pelo cotidiano profissional, na qualidade do atendimento aos usuários dos serviços prestados, rompendo com as práticas de tutela, clientelista, assistencialista e de todo legado conservador, reafirmando os valores e compromissos nos marcos do PEP, organizando a categoria

⁴¹ A perspectiva crítica conquistou hegemonia nos fóruns da categoria, nos espaços e entidades representativas e nas produções acadêmicas, no entanto tem-se dúvida de tal hegemonia quando tratamos hegemonia como um projeto coletivo assumido pela maioria dos Assistentes Sociais, principalmente na prática profissional. Não trataremos dessa polêmica neste trabalho por questão de tempo e por não ser o foco dessa pesquisa, no entanto é uma questão importantíssima para aprofundamento.

profissional e a luta geral dos trabalhadores, pois a concretude plena de tal projeto somente ocorrerá, nas palavras de NUNES⁴², “ [...] com a superação do capitalismo e desta luta a profissão pode participar, mas não é a única responsável.”

Prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários (NETTO, 2007:156).

No entanto, é necessário criar novas mediações na realidade para que o horizonte almejado de emancipação humana e política e de superação da ordem burguesa não se torne mera abstração, mas que tenha objetivação na realidade concreta.

⁴² NUNES, Janaína Gonçalves. Implicações das escolhas profissionais na Realização do Projeto Profissional. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2006.

II - O Projeto Ético-Político do Serviço Social “Remando Contra a Maré”: A formação profissional dos/as Assistentes Sociais e a precarização do ensino.

Já Faz Tempo que Escolhi

A luz que me abriu os olhos
para a dor dos deserdados
e os feridos de injustiça,
não me permite fechá-los
nunca mais, enquanto viva.

Mesmo que de asco ou fadiga
me disponha a não ver mais,
ainda que o medo costure
os meus olhos, já não posso
deixar de ver: a verdade
me tocou, com sua lâmina
de amor, o centro do ser.

Não se trata de escolher
entre cegueira e traição.
Mas entre ver e fazer
de conta que nada vi
ou dizer da dor que vejo
para ajuda-la a ter fim,
já faz tempo que escolhi.

Thiago de Mello

2.1 O Projeto Ético-Político Profissional

Apontamos anteriormente que o PEP do Serviço Social brasileiro e seu significado, devem ser compreendidos a partir da direção social tomada pela categoria dos Assistentes Sociais no final da década de 1970 e na década de 1980, objetivando-se na década seguinte como síntese do acúmulo teórico, prático, metodológico, ético e político.

Fruto do legado do Movimento de Reconceituação e da direção social impressa nas lutas sociais a partir da década de 1980, o denominado **“Projeto Ético-Político Profissional”** posiciona-se na perspectiva do *Processo de Ruptura*⁴³ com o conservadorismo. Essa perspectiva conquistou hegemonia nas produções teóricas, no âmbito da formação profissional, nos fóruns e entidades da categoria, CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO⁴⁴, expressando a vontade política dos segmentos organizados que vinculam-se profissionalmente ao projeto filiado à "intenção de ruptura".

O PEP ganha materialidade a partir dos instrumentos que norteiam jurídico-institucionalmente a prática cotidiana do Assistente Social, sendo eles: o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662/93 e as Diretrizes Curriculares (1996). São instrumentos que herdaram os anseios democráticos, compromissos, desejos e valores por um novo projeto de sociedade, necessariamente com a superação da ordem burguesa estabelecida nos marcos do modo de produção/reprodução capitalista.

⁴³ Podemos inferir sobre *Processo de Ruptura* a partir das idéias de Abramides – Palestra ministrada no XXVIII-ENESS/PALMAS-TO em 19/07/06: **“Projeto Ético-Político do Serviço Social, na contramão do projeto societário capitalista: limites e possibilidades na atual conjuntura”**. Temos que analisar a sociedade partindo dos diferentes processos históricos e contextos conjunturais. Não podemos desvincular a luta social e de classe presente na realidade. No campo da formação profissional seria um equívoco discutir isoladamente, a formação e o exercício profissional desvinculadas das bases sociohistóricas desta realidade, como também não podemos discutir a formação profissional desvinculada do quadro mais geral do país. Significa afirmar que as posturas profissionais próximas ao PEP e ao legado de *Intenção de Ruptura* com o conservadorismo é algo que deve se dar no dia-a-dia, na história.

⁴⁴ CFESS - Conselho Federal de Serviço Social; CRESS – Conselho Regional de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

Posiciona-se favorável a ampliação dos direitos sociais, ao acesso de bens materiais e espirituais, pelo fim da exploração e desigualdade, pela sociabilidade pautada na liberdade e pelo fim da dominação de qualquer ordem. Ou seja, posiciona-se na contra mão da barbárie produzida no capitalismo.

Para melhor compreendermos, Abramides sugere que:

A direção sociopolítica estratégica do projeto profissional pressupõe um processo de lutas sociais e mobilização de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social em que estamos mergulhados e que foram impostos pela ditadura do capital. Lutar por consolidação e ampliação de direitos sociais implica somar forças com o conjunto das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de classe, anticapitalista, antiimperialista e socialista no interior do processo de ruptura profissional com o conservadorismo. (2006:34)

Para Braz (2004) as dimensões que constituem e dão materialidade ao PEP são:

A dimensão teórica⁴⁵, dimensão jurídica-política⁴⁶ e dimensão político-organizativa⁴⁷. Assim, não podemos compreender esses instrumentos como meras expressões documentais. Desta forma, no que se refere ao projeto ético-político profissional, comungamos da idéia de Netto,

[...] não se limitam a normativas morais e/ou prescrição de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas [...] uma indicação ética só adquire efetividade histórico – concreta quando se combina com uma direção política – profissional. (2007:148).

⁴⁵ Envolve a produção e sistematização teórica do acúmulo profissional ao longo das últimas três décadas.

⁴⁶ Representa tudo que foi produzido pela categoria na forma de leis, resoluções e textos consagrados que norteiam a atuação profissional. Ex. Constituição Federal de 1988, Lei de Regulamentação Profissional; Código de Ética Profissional; Diretrizes Curriculares; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Lei Orgânica da Saúde – LOS; Sistema Único de Saúde - SUS; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; Norma Operacional Básica/Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS; entre outras.

⁴⁷ São os encontros, fóruns e espaços consultivos/deliberativos da categoria, historicamente construídos pelo movimento organizado através de suas entidades: CFESS/CRESS – Encontros Nacional e Regionais descentralizados do Conjunto; ABEPSS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Oficinas Nacional e Regionais; e ENESSO – Encontro Nacional, Regionais e Locais de Estudante de Serviço Social (ENESS, ERESS e ELESS); Seminários Nacional e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS e SRFPMESS) e Conselhos Nacional e Regionais das Entidades de Serviço Social (CONESS e CORESS). Sendo o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de maior expressão e relevância, de responsabilidade de todas as entidades da categoria – Acontece a cada triênio.

Ao tratarmos do Projeto Ético-Político Profissional, significa posicionar-se frente à realidade sob uma dada perspectiva, optando por valores e atitudes que, no caso do Serviço Social, vincula-se à uma pré-ideação que tem em seu horizonte a transformação social⁴⁸. Compreende a realidade como histórica e, portanto, resultado concreto das relações humanas direcionadas a uma finalidade no âmbito das relações sociais.

Podemos afirmar que o PEP expressa uma determinada forma de conceber as relações sociais, os indivíduos e o mundo. O homem enquanto sujeito histórico possui a capacidade de fazer escolhas e projetar suas ações, antecipando abstratamente em seus pensamentos o resultado que se deseja alcançar. Essa capacidade teleológica ou pré-ideação leva o homem, enquanto ser social – e isso o diferencia dos demais seres da natureza, bem como sua capacidade de transformar a natureza pelo trabalho - a agir conscientemente sobre a natureza, antecipando os resultados que deseja almejar, orientado sob uma finalidade. Nas palavras de Paixão (1997:66) “*só o homem orienta teleologicamente a transformação do real. Só na atividade humana o resultado final é previamente construído (...) sob forma de uma finalidade que orientará todas as ações dela provenientes*”.

As escolhas ético-políticas devem estar orientadas pelo fundamento ontológico do ser social, sendo o trabalho uma categoria prioritária pelo qual o homem se objetiva. É pelo trabalho que o homem, enquanto sujeito histórico, representante do *humano genérico* (HELLER, 2004) diferencia-se dos demais seres vivos na natureza. É pelo trabalho que o homem produz e reproduz sua vida. É pelo trabalho, atividade humana criadora, que o homem satisfaz suas necessidades, transformando a natureza em uma relação de transformação e

⁴⁸ Vale destacar a distinção entre dois conceitos: Os processos de transformação social e os processos de mudança social. O Primeiro representa mudanças substantivas nas bases que dão sustentação ao modo de produção e reprodução capitalista, “*implicam alterações substanciais no estatuto da propriedade dos meios de produção fundamentais, na organização classista do poder político e no padrão de interação das classes sociais[...]*”(NETTO,2003). O segundo são mudanças advindas do próprio processo de adaptação para melhor responder aos anseios do capital, são ponderáveis modificações ocorridas na ordem burguesa, mudanças no âmbito da reforma social capitalista.

aprendizado. Ao transformar a natureza/base material, transforma ao mesmo tempo seu espírito, criando e recriando novas necessidades e a capacidade de atribuir valor às coisas materiais. Ou seja, o trabalho é a ação transformadora do homem, através da qual ele se relaciona com a natureza e com outros homens. É uma categoria exclusivamente humana e ontologicamente situada como, atividade humana (capacidade teleológica), natural (inerente à existência humana com a natureza e outros homens) e eterna (trans-histórica).

É pelo trabalho que o homem produz sua práxis, capaz de produzir sua sobrevivência e a reprodução do *humano genérico*. A práxis possibilita ao homem se emancipar, seja pela arte, pela cultura, pela política, pela filosofia, mas é o próprio trabalho uma forma de práxis prioritária e privilegiada ontologicamente para emancipação humana. Como afirma Barroco “*A gênese da ação ética é dada pela liberdade, compreendida ontologicamente como capacidade humana inerente ao trabalho, tomado como práxis*”. (2001:57)

A práxis compreendida como atividade humana material que, ao mesmo tempo, é real e teleológica, e implica na indisociabilidade do conhecimento e da ação. Ou seja, é a unidade entre a teoria e prática, cuja finalidade é a transformação do estado de coisas e o próprio indivíduo.

A relação entre teoria e práxis é para Marx teoria e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teoria, na medida em que esta relação é consciente. (VÁSQUEZ,2007:109)

Com isso, ao considerarmos a prioridade ontológica do trabalho na história, Barroco nos aponta que:

[...] a centralidade do trabalho na (re) produção da vida social, o código revela a base objetiva das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano genérico. Em função dessas capacidades objetivas, explicitam-se os valores e a cidadania. (2001:201)

O princípio de universalidade do ser humano genérico, carrega consigo a forma de conceber o ser social em sua totalidade. O desenvolvimento das capacidades criadoras do homem, seja pelo trabalho, pela arte, pela filosofia, pela política ou demais formas de práxis potencialmente emancipatórias, tem maior possibilidade de se objetivar com a emancipação humana. No capitalismo, “*o trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras*” (BARROCO,2001:33). A ação humana transformadora – prioritariamente pelo trabalho – torna-se alienada, o fruto da ação humana passa a ser algo estranho a ele próprio.

Esse estranhamento do homem a sua criação, gera uma impossibilita o individuo se apropriar do fruto do seu trabalho. Leva o individuo a (re)produzir uma dada relação social pautada na desigualdade e exploração. Barroco afirma que, esse modelo de relação social “*o produto da atividade humano-genérica se converte em algo que ‘não diz respeito’ aos indivíduos singulares, o próprio indivíduo se torna objeto e os objetos passam a valer como coisas*” (2001:34).

A concepção de liberdade que compartilhamos em nosso PEP, não se referencia ao conceito de “liberdade burguesa”, sob a qual submete a liberdade como uma conquista individual e limitada. Não se trata da liberdade em seu conceito liberal que, por sua vez, comunga da liberdade enquanto ação do homem livre para negociar no mercado. Para nós liberdade está fundada nos princípios de emancipação humana, na qual o sujeito individual só pode alcançá-la com o outro, no coletivo.

O objetivo de Marx é o homem liberto da ilusão, independente, e não objeto de manipulação através da lavagem do cérebro. O homem “que gira à volta de si mesmo” não é um homem narcisista ou egoísta, mas um homem livre que deve a existência a si próprio. Esse homem não só livre de cadeias, mas livre para ser ele mesmo, para se relacionar autenticamente com os outros homens e com a natureza. O homem livre de Marx revela-se como homem ativo e produtivo. (FROMM, 1964).

O capitalismo limita a ação humana, no entanto não significa afirmarmos o fim das possibilidades. Para isso nos apoiaremos na argumentação de Abramides (2006:70) ao tratar do Código de Ética profissional:

O código de ética se diferencia do discurso liberal ao afirmar a democracia e a equidade como valores ético políticos, sendo a democracia concebida como padrão de organização capaz de favorecer

[...] a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências a autonomia e a autogestão social. (CFESS, 1993:10)

[...] resgatando a concepção marxista presente no pensamento socialista revolucionário. (BARROCO, 2001:203)

A defesa da equidade explicita os limites da liberdade burguesa, incompatível com a igualdade, a justiça social e a cidadania plena, pois a cidadania burguesa no âmbito da democracia liberal é suporte para a desigualdade (BARROCO,2001:204)

A projeção da ação profissional orientada para objetivação de valores, direcionada a uma finalidade, deve ser considerada parte da práxis profissional, pois ao afirmar que tal projeção filia-se a um horizonte ético-político “*significa considerar que a teleologia implica valores e que sua objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos diferentes*” (BARROCO,2001:65, grifos nossos).

Os fundamentos do PEP estão calcados na teoria social crítica⁴⁹ de Marx como seu pilar principal de aporte teórico. A teoria social de Marx pressupõe um método de análise e compreensão da realidade que implica elevar-se do abstrato ao concreto, para que assim o pensamento como *representação ideal do movimento real* não seja mera abstração, mas consiga apreender a realidade concreta dos sujeitos concretos. Dessa forma, o conhecimento do real é possível através de mediações entre o movimento dialético da realidade e o pensamento.

Ao homem é possível se apropriar da realidade objetiva, enriquecendo a prática humana cotidiana. Nessa prática os homens constroem sua história, projetam, fazem escolhas, criam possibilidades de construir novas formas de sociabilidade que permitam a superação da exploração e alienação das suas relações. (BASTAZINI,2006:28)

Ao optarmos pela teoria social crítica de Marx como fundamento teórico do PEP, em particular do Código de Ética, destacamos a relevância das dimensões **ontológicas, teleológicas e sociohistóricas** e do conceito de **emancipação humana**⁵⁰.

⁴⁹ Quando nos referimos a teoria social crítica, estamos buscando aporte no legado marxiniiano e marxista, fundada na teoria do ser social e no método materialista histórico-dialético.

⁵⁰ Não temos a pretensão nesse trabalho em esgotar o debate sobre os fundamentos e conceitos da teoria social crítica de Marx. No entanto traremos a tona alguns de seus elementos que julgamos significativos para nossa discussão.

A primeira pressupõe recorrer aos fundamentos do ser social, reconhecendo e privilegiando o trabalho como atividade humana, essencial e eternamente. Necessária para a sobrevivência do homem enquanto ser individual, coletivo e histórico. Adota o horizonte de emancipação humana e, conseqüentemente, a superação da ordem capitalista. Nas palavras de Abramides, “*A dimensão ontológica pressupõe o horizonte da emancipação humana, que incide na compreensão da necessidade da revolução social, para a superação da sociedade capitalista e da barbárie, no âmbito do projeto societário.*” (2006:70)

A dimensão teleológica é a pré-ideação voltada a uma finalidade que se deseja materializar na realidade. Dessa forma, o produto/resultado gerado por essa profissão deve ser direcionado ao “[...] *enfrentamento da Questão Social, que exige um posicionamento de resistência e luta pelos direitos sociais (não realizável em sua universalidade no capitalismo)*” (ABRAMIDES,2006:70). É um fazer intencional, direcionado a uma finalidade. Podemos compreender o Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social como uma projeção ideal, norteadas por um direcionamento *sociopolítico estratégico* que expressa os desejos e os valores dessa categoria, devendo orientar as ações profissionais cotidianas, na contramão da barbárie capitalista.

Por dimensão sociohistórica concebemos o homem não como objeto passível da vontade abstrata, mas como ser que possui seus fundamentos, sua gênese, em si mesmo, na natureza e na história. Portanto a natureza do homem é historicamente constituída a partir do próprio homem. O Homem enquanto sujeito histórico produz e reproduz o gênero humano e a si próprio e auto-determina-se.

Nesse sentido, Marx nos ajuda a compreender a ordem (barbárie) capitalista que, por sua vez, leva o homem a desumanização - como fruto da própria ação humana. Logo, cabe ao próprio homem a superação do capital, da barbárie e das desigualdades. Mas não é o homem enquanto sujeito abstrato ou meramente individual. É o homem concreto que na

particularidade da sociedade capitalista se insere em relações sociais determinadas, pertencente a uma classe social. É através do protagonismo das classes - principalmente a classe trabalhadora (que vende sua força de trabalho, produz de valor e mais valia e detém interesses antagônicos a classe burguesa) potencialmente revolucionária, que anseia historicamente por transformações profundas da ordem vigente - que se pode alterar a correlação de forças e a transformação das bases rudimentares da sociedade capitalista.

Claro que não podemos descartar e não considerar as determinações objetivas da história, que coloca obstáculos consideráveis para a tomada de consciência e organização dos setores dos trabalhadores para a ruptura com a ordem vigente.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstancia de suas escolhas e sim com aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 1977:203)

Seguindo a linha de raciocínio, devemos inferir sobre alguns elementos que constituem o significado da **emancipação humana**, bem como os limites da **emancipação política**, baseando-nos na concepção de Marx⁵¹ e na produção de Iasi⁵².

Segundo as idéias de Marx, não basta buscarmos emancipar politicamente grupos ou segmentos humanos se não formos capazes de nos reconhecermos enquanto homem, em nossa genericidade humana. Marx, na sua obra *A questão Judaica* contrapõe-se às idéias de Bruno Bauer, no sentido de que a emancipação não deve ser tratada isoladamente como um problema particular de algum grupo humano (religioso, de nacionalidade ou de características particulares). Afirma que não se trata de **emancipar politicamente** os judeus, por serem judeus, ou os alemães por serem alemães, ou mesmo a emancipação política de

⁵¹ MARX, Karl. "A questão Judaica". In Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa, Ed.70,1993

⁵² IASI, Mauro Luis. "Ensaio sobre a Consciência e Emancipação"-São Paulo, Expressão Popular,2007. Basearemos nossa reflexão a partir da problematização desse autor.

ambos. A questão central não é quem será emancipado, judeus ou alemães, mas “*que espécie de emancipação está em jogo*” (MARX,1993:39).

Marx nos aponta que a luta pela **emancipação política** a burguesia já fez e saiu vitoriosa frente ao Estado Absolutista. A burguesia fundou o Estado Burguês, tornou-o laico, trouxe à idéia da divisão entre a vida pública (esfera do Estado) e a vida privada (esfera particular da vida das pessoas), reconheceu a liberdade dos indivíduos, a democracia como forma de sociabilidade, o direito de votar e ser votado e os direitos e deveres dos cidadãos para com o Estado e vice-versa. Funda a idéia de cidadania, na qual todos são cidadãos perante o Estado, do operário fabril ao empresário - proprietário dos meios de produção -, do homem de etnia branca ao negro, da mulher jovem ao homem idoso, criando à idéia de Estado universal/para todos e a cisão entre a vida pública e a vida privada, transformando em um “*joguete de forças estranhas*” (IASI,2007:51) de um lado o “Estado Político” – remete a vida pública, de outro a “sociedade cível/burguesa”.

Mesmo no modelo de Estado Laico, na qual judeus ou alemães poderiam, em suas vidas particulares/privadas, gozar de suas convicções de serem judeus ou alemães, o que está colocado é o limite da luta por **emancipação política** uma vez que é o próprio Estado que fará a mediação da liberdade desses grupos. A liberdade para que os homens possam ser autênticos e exercerem suas convicções passa pela mediação (regulamentação/permissão) do Estado, tornando essa **emancipação política** insuficiente.

Portanto, para Marx, o problema da emancipação não pode se limitar à luta pela **emancipação política** dos homens, mas o problema de fundo encontra-se no fato do ser humano “*não se reconhecer como humano, atribuindo sua sociabilidade para algo além de si: não reconhecendo no outro, em sua genericidade, mas através de uma mediação*” (IASI,2007:49-50). Em outras palavras, significa afirmarmos que a conquista da emancipação política não contempla a necessidade de emancipação do homem, pois o Estado (mediador da

emancipação política), por sua vez, representa e carrega consigo, na sociedade de classes, os interesses de uma determinada classe dominante e sempre será o Estado de dominação – impedindo a plena realização do homem.

No modo de produção capitalista, as relações sociais e de produção estabelecidas levam a ação humana a negar seu caráter humano genérico - o homem não reconhece que, ao produzir e reproduzir sua vida, produz e reproduz a própria humanidade - o produto de sua ação é *“mediado por algo além do humano, ainda que tenha sido ele que o produziu”* (idem:53), no caso da sociedade capitalista, o valor de uso, fruto do trabalho humano, é submetido ao valor de troca como mercadoria.

O Homem como força de trabalho capaz de gerar valor e mais valia para o capitalismo, passa a ser também, uma mercadoria útil ao capital. O produto do seu trabalho torna-se estranho a ele próprio, não se reconhecendo como criador ou o fruto de seu trabalho como expressão de suas capacidades de criar e transformar a si próprio e a natureza.

Dessa forma Iasi, apoiado nas idéias de Marx, reafirma os limites da emancipação política, para que o homem se reconheça enquanto tal,

O caráter genérico do ser humano na mediação do Estado, na atual sociedade, é a expressão da universalidade do capital. Dessa maneira, não há contradição nos termos que expressam essa igualdade: somos todos cidadãos, membro da sociedade burguesa (civil se preferirem), somos todos, portanto capital. Essa universalidade esconde o fato de a igualdade exigir que alguns assumam o papel de acumuladores de valor e mais-valia, enquanto outros se transformam na mercadoria que, uma vez consumida, pode gerar capital. (idem:56)

Por fim, para emancipação humana não basta que os sujeitos mudem quem estará a frente do Estado (sempre será Estado de dominação que mediará a liberdade) sem mudar a base material e o estado de coisas que inviabiliza o homem se reconhecer na sua genericidade. O homem deve se reconhecer no outro enquanto homem, entendendo que o livre desenvolvimento de um, seja o livre desenvolvimento de toda humanidade. Para isso, é

necessária a superação do modo de produção/reprodução e as relações sociais capitalistas, remetendo, necessariamente, a superação de três mediações: o **fim da mercadoria** pressupõe o fim do trabalho assalariado e da propriedade privada dos meios de produção e de subsistência. Com o fim dessas condições não teríamos mais o valor de uso subordinado ao valor de troca. Conseqüentemente com o fim da exploração e a subordinação do valor de uso pelo valor de troca, as relações sociais capitalistas não teriam mais sentido, o que nos levaria ao **fim das classes sociais e fim do Capital**. A consolidação desse processo nos levaria a gerar a emancipação do homem e o **fim do Estado** como mediador das relações humanas em um processo de *Revolução Social*, tomada da consciência do homem, por sua vez liberto para agir e transformar.

A emancipação Humana, neste sentido, é simultaneamente a emancipação do trabalho como mero meio de vida, superação da forma mercantil e da mediação do capital como condição primeira da sociabilidade humana e, também, da superação do Estado. (IASI,2006:115)

Entretanto, “Pra não dizer que não falei das flores”, é importante tratarmos o PEP não como algo pronto, mas como objeto de permanente reflexão junto à realidade. A crítica é fundamental para que não tornemos o PEP uma abstração ou o Código de Ética uma expressão ideal de determinadas relações. Tal pré-ideação enquanto horizonte político, base de fundamentação dos valores e atitudes que legitimamos, não pode se transformar em leituras e interpretações ingênuas⁵³ da realidade em que vivemos.

⁵³ Referimos à idéia de que apenas a defesa dos princípios postulados no PEP, direcionados a rupturas e transformações sociais, sem uma práxis de fato transformadora não nos diferenciariam da crítica idealista de Hegel, na qual o plano das idéias pautaria as mudanças sociais. Para nós o PEP não tem sentido se não atentar à realidade concreta das pessoas concretas, reconhecer na história os limites e possibilidades da sociabilidade burguesa. Dessa forma, chamamos a atenção para o limite da atuação profissional nos marcos do Estado burguês, pois sem superarmos a base pela qual se sustenta o estado de coisas da sociedade de classe, o Estado mesmo mudando sua face/forma de gerir o capital - ora mais democrático, ora mais reduzido - continuará sendo o Estado de dominação, limitando a emancipação humana.

Apenas a verbalização dos princípios que norteiam o PEP não resolve os dilemas e dificuldades para materializá-lo⁵⁴ e tornar possível a superação da ordem burguesa. No entanto, não estamos, de forma alguma, atribuindo aos Assistentes Sociais à responsabilidade da superação do capital e das desigualdades. Essa tarefa se inscreve no horizonte das classes sociais em luta, tarefa histórica.

É preciso imprimir uma nova práxis profissional filiada ao PEP, mas com a clareza que essa práxis, permeada de limites - sociais, políticos, profissionais, históricos - devem ser encampadas para além dos muros da profissão, na luta e mobilização das classes trabalhadoras, pois o próprio PEP expressa através de seus instrumentos jurídico-institucionais, contraditoriamente, um ideário de ultrapassagem da ordem estabelecida e, ao mesmo tempo, expressa uma forma de sociabilização permitida nos marcos da sociabilidade burguesa – a luta pelos direitos, tipicamente situada nos marcos do capitalismo. É importante atentarmos para o limite da perspectiva de luta pelos direitos sociais nos marcos do Estado Burguês/capitalista, pois os direitos sociais jamais conseguirão ser universalizados no capitalismo (ABRAMIDES,2006), uma vez que esse modelo de produção/socialização se funda no princípio da desigualdade, da exploração do homem pelo homem, da acumulação privada da riqueza socialmente produzida e da propriedade privada dos meios de produção fundamentais. Obviamente isso não quer dizer que não devemos lutar e atuar pela ampliação dos mesmos, porém, eles em si, são expressões limitadas dentro da ordem capitalista – que precisa ser superada.

⁵⁴ Trabalhamos alguns aspectos da prática profissional para a viabilidade do PEP no Capítulo I desse trabalho. Reiteramos a indicação da nota, 35 pg.34 para aprofundar sobre a materialidade do PEP no cotidiano profissional.

2.2 Para além da normalização: o Código de Ética e seus princípios que fundamentam a práxis profissional

“Ao indicar a centralidade do trabalho na (re) produção da vida social, o Código [expressão normativa da ética profissional] revela a base objetiva de constituição das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico. Em função das capacidades objetivas explicitam-se os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia, à cidadania” (BARROCO,2001:201)

Continuando nossa argumentação em torno do PEP, o Código de Ética de 1993 representou a expressão formal da ruptura com o conservadorismo no campo da ética, fruto da direção social ora explicitada no capítulo I deste trabalho. A revisão do Código de Ética de 1993 expressa os acúmulos e reflexões feitas pelo conjunto da categoria, sobretudo por suas entidades representativas – CFASS, ABESS, ANAS e SESSUNE/ENESSO⁵⁵.

Vejamos agora o significado dos princípios postulados no documento aprovado pelo CFESS n. 273 de março de 1993, (Código de Ética Profissional). Tais princípios possuem certa coerência interna e uma lógica que se articula e impõe a necessidade de serem compreendidos não como expressões isoladas, mas em sua totalidade⁵⁶.

O primeiro princípio remete ao **reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais** – significa, como afirmamos anteriormente, conceber a liberdade para além da concepção burguesa (individualizada ou de livre arbítrio) ou como expressão limitada das normas jurídicas e formais – uma vez que no capitalismo a plena realização da liberdade é antagônica a sua dinâmica –, mas filiada a um direcionamento que

⁵⁵ A Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (União Nacional dos Estudantes), passou a denominar-se, em 1993, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO - por deliberação dos estudantes presentes no XV ENESS/1993.

⁵⁶ Analisaremos os onze princípios postulados no Código de Ética Profissional. A discussão que segue tomará como base analítica, cf. BONETTI et al (2003:174-208)

“tenha o individuo como fonte de valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos” (PAIVA e SALES, 2003:182).

A liberdade, portanto, longe de ser uma normativa jurídica ou idéia de livre arbítrio, se vincula intimamente as idéias de autonomia, emancipação e plena realização dos sujeitos individuais e coletivos.

“O exercício da Liberdade consiste exatamente em superar obstáculos e é necessário, além disso, despojar os fins externos de seu caráter de pura necessidade natural para estabelecê-los como fins que o indivíduo fixa a si mesmo, de maneira que se torne a realização e objetivação do sujeito, ou seja, liberdade real, cuja atividade é precisamente o trabalho” (MARX,1971,II:101).

O segundo princípio nos orienta a posicionarmos pela **defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo** – aqui, nitidamente, podemos encontrar elementos que reafirmam o comprometimento profissional na defesa dos direitos humanos. O Código de Ética dos Assistentes Sociais é um instrumento de trabalho que oferece respaldo para as respostas/atividades profissionais se posicionarem contrariamente à sociabilidade fundada na exploração e desigualdade. Significa colocar em prática critérios éticos em defesa do humano genérico em sua totalidade, negando formas arbitrárias de intervenção, a barbárie, a crueldade, a humilhação e a sociabilidade mediada pela violência, típico de uma sociedade na qual a degradação da vida é “justificada” pela busca constante de produtividade, lucro e apropriação privada do trabalho coletivo.

Articuladamente, o segundo princípio nos remete, conectadamente, à reflexão junto ao terceiro princípio postulado no código de ética, pela **ampliação e consolidação da cidadania, considerando tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras** – Para este, torna-se vital ao PEP uma vez que o próprio Assistente Social lidará diretamente com as políticas sociais, planos, programas e projetos. Sendo assim, a atuação profissional pode balizar-se pela viabilização e ampliação do acesso aos direitos sociais, mesmo dentro dos limites dessa prática,

contribuindo para o enfrentamento das expressões da Questão Social e ampliação da cidadania⁵⁷, justiça e equidade.

O princípio que segue nos apresenta a **defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida** – este princípio aprofunda a defesa da cidadania e concebe a democracia como um instrumento necessário e estratégico para socialização da riqueza material e espiritual socialmente produzida. Refere-se a uma democracia que ultrapassa os limites do conceito de democracia liberal burguesa, reclamando para além do direito de votar e ser votado, mas sobretudo pela igualdade de acesso, condições e oportunidades a todos os sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos⁵⁸.

No tocante à relação entre o Assistente Social e os trabalhadores/usuários dos serviços sociais, ser democrático significa, nas palavras de Paiva e Sales, “*romper com as práticas tradicionais de controle, tutela e subalternização*” (2003:190) e canalizar esforços para que se amplie, consolide e alargue os canais de participação popular nas esferas de decisões institucionais e que assim o faça, assegurando condições e mecanismos que respeitem o processo de apropriação do conhecimento, para que possam exercer o controle social da gestão das políticas públicas, no engajamento junto aos movimentos sociais e

⁵⁷ Nas palavras de PAIVA e SALES, “[...] cidadania se identifica, pois com o projeto societário com a qual estamos comprometidos. Daí porque não podemos nos restringir à referência de cidadania posta pelos parâmetros da ordem civil e política liberal, que é aquela que se contenta com um limite mínimo (precaríssimo) para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, principalmente no que tange aos trabalhadores.[...] lutar para que o nível de possibilidades de atendimento das necessidades dos trabalhadores e dos usuários do Serviço Social seja amplo, **ambicionando a contemplação integral dos direitos sociais e não aquela cidadania que se esgota nas cestas básicas, na entrega do leite ou simplesmente num vale. Não que esses benefícios não sejam considerados importantes. Temos, inclusive, como categoria profissional, protagonizado toda uma luta e defesa da assistência social como política pública, porém não a pleiteamos descontextualizada das demais políticas sociais.** (2003:186, grifos nossos)

⁵⁸ Entre as diferentes concepções de democracia “encontramos uma tendência teórica e política definidora da democracia como método e condição social na direção da socialização da economia e da política, onde a ruptura com a ordem burguesa é constitutiva do processo do movimento real das classes em luta[...] ‘a democracia exige como condição básica, a realização da democracia social e econômica – o que pressupõe que a democracia política dependente e subordinada – jamais poderá ter um valor em si mesma’ (TOLEDO,94:28)” (ABRAMIDES,2001:02)

populares e na luta geral, histórica e imediata dos trabalhadores visando as conquistas de direitos.

Pela ordem, o próximo princípio remete ao **posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática** – Para Paiva e Sales, a “[...] *justiça, tal qual a liberdade, pressupõe a dignidade de cada um e os direitos do outro, solicita, por conseqüente, a reciprocidade e a equivalência, a partir do reconhecimento da igualdade dos homens entre si*” (2003:190).

Enfim a luta por equidade jamais deverá ser confundida com privilégios, ao contrário, deve ser conferida como condição concreta e efetiva para que os indivíduos/seguimentos coletivos possam se desenvolver no limite de suas aptidões. É necessário que se avance em processos mais profundos de reparação de danos que, somados às políticas universalizantes e as ações específicas, visem à equidade, criando mecanismos para que possamos chegar a uma equidade de fato, possibilitando a correção das defasagens - reflexo de uma história de sociabilidade pautada na exploração/opressão de classe etnia e gênero. Significa dizer que em uma sociedade que produz desigualdades é necessário tratar as singularidades no âmbito da desigualdade, para buscar a igualdade de condições de acesso aos bens e serviços, material e espiritual, visando a universalização dos mesmos.

O sexto princípio implica o **empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças** – Frente à sociabilidade e às relações de poder estabelecidas em nossa sociedade, muitas são as formas de esfacelamento e mitificação de grupos e indivíduos que por ventura fogem dos “padrões” comportamentais legitimados e classificados como bom ou mau, nas quais visam criar uma hierarquia valorativa. Podemos inferir que a nossa sociedade expressa valores racistas, sexistas e

homofóbicos, ainda que em alguns casos apareçam de forma velada desrespeitando as tradições, a cultura e as diferenças ideo-sócio-históricas dos segmentos que compõem a maioria da sociedade. Dessa forma, aos Assistentes Sociais que reivindicam os princípios aqui apresentados, comprometidos com a liberdade, autonomia e a emancipação dos indivíduos, sugere balizar-se sob critérios éticos, desmistificar e combater todas as formas de relação que produza a desigualdade.

Adiante, o sétimo princípio nos traz a idéia da **garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual** – Esse princípio vem de encontro a direção sociopolítica da década de 1980, na qual diversas vertentes teóricas, no interior do Serviço Social, disputaram a direção social da profissão, conseqüentemente desmistificando a pretensa neutralidade profissional, sustentada pelas vertentes conservadoras. Significa dizer que deve ser garantido o debate livre, aberto, franco e democrático pela disputa de hegemonia para dentro da profissão, assegurando que as vertentes e correntes teóricas do pensamento possam confrontar idéias que melhor expliquem a realidade social. Longe de buscar uma harmonia no convívio plural. Essa relação é, necessariamente, embebida de tensões e disputas e para isso o respeito ao pluralismo, bem como o convívio democrático se faz necessário.

O próximo princípio postula pela **opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero** – Esse princípio expressa a visão ontológica do ser social. A sociabilidade capitalista/burguesa é pautada e socialmente legitimada a manutenção da exploração e da propriedade privada dos meios de produção, a competição e o individualismo. O homem torna-se estranho a ele mesmo, ao outro e ao fruto de seu trabalho, coisificando as relações humanas. Dessa maneira, as relações de classe, etnia e gênero

apresentam-se como determinações do ser social por confrontarem individualidades e particularidades, tornando-se não só fatores de diferenciação dos sujeitos, mas, sobretudo, de expressão de desigualdade entre eles. Com isso a luta pela superação da dominação e exploração significa transformar a ordem societária vigente, uma vez que a dominação e a exploração são basilares da forma de sociabilidade capitalista: não há lucro sem exploração, não há exploração sem dominação, e não há capitalismo sem lucro.

A vinculação entre a profissão e os trabalhadores/usuários dos serviços sociais se dá pela necessidade de construir coletivamente, no horizonte de superação da ordem capitalista, a superação desse estado de coisas que negam o humano genérico, necessariamente na postulação da organização dos sujeitos de classe *para si*. Para isso Barroco sugere,

[...] é a distinção entre o gênero humano em si e o gênero humano para si que expressa a diferença entre as ações que visam afirmar ou negar a ordem social dominante. As ações que se dirigem ao gênero humano em si são próprias das necessidades de autoconservação e legitimação do status quo, enquanto as dirigidas ao gênero humano para si são “objetivação superiores nas quais se efetiva a aspiração à autodeterminação do gênero humano”.(BARROCO, 2003:63-64)

A articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores, constitui o nono princípio do código de ética profissional. Sem sombra de dúvida esse princípio nos revela que nosso código de ética condensou os principais compromissos históricos impressos na categoria, a partir da direção social da década de 1980, na qual a proximidade com os movimentos sociais tornou-se algo necessário para o horizonte de transformação e superação da exploração de classe, etnia e gênero. A materialização dos princípios que norteiam o PEP – liberdade, justiça social, equidade, democracia, dentre outros, não será possível sem articulação para além da categoria dos Assistentes Sociais. A vivência democrática, terreno fértil para aglutinação de forças potencialmente transformadoras, não depende apenas do compromisso dos Assistentes Sociais. Dessa maneira, é preciso que nos posicionemos a favor

e contribuamos para o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora, mesmo aquelas de caráter imediato, dentro dos limites “permitidos” pela democracia burguesa, funcional ao capitalismo. Obviamente tais limites precisam ser decifrados e explicitados para o conjunto da classe em luta.

O princípio seguinte trata do **compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional** – Em tempos tão adversos, vivenciamos o desmonte das políticas sociais, a precária condição de trabalho do próprio Assistente Social, os ataques aos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, dentre outras implicações, demonstrado que este princípio, ora explicitado, revela o compromisso da categoria com os trabalhadores/usuários dos serviços sociais para que os mesmos possam ter, mesmo com limitações objetivas, acesso a bens e serviços de forma competente, comprometida e de qualidade.

Pensamos que esse princípio se inviabilizaria se o profissional não tiver a clareza de suas competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, e que frente a realidade social, é preciso buscar a qualificação, uma vez que a mesma não é estática. Desta forma, sugerimos que o processo de formação seja algo contínuo e eterno, para além do período dispensado à realização da graduação, buscando sempre o aprimoramento para melhor responder aos anseios históricos e conjunturais dos trabalhadores.

Fechando os onze princípios do código de ética profissional temos o **exercício do serviço social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física** – Comungamos das idéias de Paiva e Sales, “*Este princípio assegura direitos para os assistentes sociais e, também, exige o respeito para com as diferenças dos usuários e outros profissionais*” (2003:205) Dessa forma, revela a reciprocidade do reconhecimento das

diferenças, abominando a prática pautada no juízo de valor (vinculado a moral burguesa e a lógica maniqueísta de bom e mau) e do subjetivismo (a tomada de decisão balizada pelos valores individuais moralmente apreendidos, sem pautar-se pela argumentação ética) e reconhecendo que a superação das formas de discriminação que permeiam nossa sociedade pode ser combatida, em algum grau, no cotidiano profissional, mas que a superação deste cabe ao próprio conjunto da sociedade.

2.3 A Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social N.º 8.662/93

A lei de regulamentação da profissão de Serviço Social n. 8662/93, revista e atualizada, refere-se ao exercício profissional e as competências e atribuições privativas do Assistente Social. Essa lei expressa uma das materializações do PEP.

Traz consigo as aspirações das conquistas da categoria profissional, bem como as atribuições dos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, como órgão executivo e regulador do exercício profissional.

É previsto nessa lei a necessidade da formação no nível superior para o livre exercício do Serviço Social, diferentemente de alguns países, como o Canadá e diversos países europeus, que confere o exercício profissional no nível de formação técnica⁵⁹.

As competências profissionais “*direcionam-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento das políticas sociais aos indivíduos sociais e,*

⁵⁹ No Brasil, o desmonte das conquistas dos trabalhadores no contexto atual de neoliberalismo, representa um sério risco às conquistas expressas na lei de regulamentação da profissão. Os debates da categoria no 12º CBAS/2007 alertavam sobre os riscos de alterar a lei de regulamentação na atual conjuntura, perigando transformar o exercício da profissão no nível técnico.

portanto, sujeitos portadores de direitos” (ABRAMIDES,2006:85). Define-se como atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social.

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.(CRESS/SP,2006:33)

O conjunto de atribuições e competências presente nessa lei canaliza para a regulamentação do exercício profissional vinculado ao PEP, buscando garantir condições para o exercício da profissão nas suas dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético política.

2.4 O significado das Diretrizes Curriculares na Formação Profissional: Fundamentos e princípios

As Diretrizes Curriculares - DC aprovadas pela ABEPSS em 1996 expressam o acúmulo da categoria profissional dos Assistentes Sociais do Brasil no campo da formação profissional. Significa afirmar que é expressão singular do que podemos chamar de Direção Social da profissão para o campo da formação profissional, constituindo assim uma das materialidades do Projeto Ético-Político profissional brasileiro dos anos 1990.

Na década de 1980 o Serviço Social, como vimos anteriormente, vinculou-se aos processos de lutas da sociedade brasileira na perspectiva dos direitos sociais, da redemocratização do Brasil e rompimento com as bases conservadoras da prática profissional - vinculando o fazer profissional ao horizonte de transformação social. Tornou-se necessária a revisão curricular de 1982 para atender aos anseios e demandas da profissão rompendo com o ecletismo teórico. Há um anseio central pela aproximação da profissão aos movimentos sociais e populares.

O rompimento político e filosófico com o conservadorismo e com as matrizes neotomistas, no campo da formação profissional, se expressa na formulação e aprovação pela ABESS do novo currículo mínimo de 1982 para o Serviço Social, em processo de amadurecimento desde 1979. A respeito disso, Faleiros (2000:164) afirma que *“veio desbancar a divisão de serviço social de casos, de grupo e de comunidade, e colocar o projeto de teoria, metodologia e história do serviço social, com ênfase nos movimentos sociais, e na luta de classes”*.

A formação profissional deve ser compreendida como processo continuado que acompanha o movimento dinâmico, contraditório e dialético da sociedade contemporânea. Compartilhamos das idéias de Silva, que concebe a formação profissional como um processo

que “*não se reduz ao momento acadêmico que se passa numa universidade para a graduação ou participando dos centros de pós-graduação*” (1995:73). Dessa forma, os avanços e rupturas teóricas e filosóficas nos anos 1980 se deparam com mudanças econômicas, políticas e sociais nos anos 1990, tornando necessário um novo redimensionamento da formação profissional.

Na busca de superar os equívocos teóricos presente no currículo de 1982 – a forte presença do ecletismo teórico e a fragilidade no campo da produção do conhecimento sobre a ética – e as novas questões postas para a profissão, opera na década de 1990 “*profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social determinadas pela reestruturação produtiva, pela Reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social*” (ABESS/CEDEPSS, 1997:60), inicia-se um novo processo de revisão curricular⁶⁰.

Um amplo processo de debate se abre no seio da categoria profissional entre 1991⁶¹ a 1996 com a participação dos segmentos organizados em suas entidades representativas, CFESS/CRESS, ENESSO e ABESS (hoje denominada ABEPSS), acerca da revisão do currículo mínimo vigente, consubstanciando o projeto de intenção ruptura na formação profissional.

De forma descentralizada e participativa, envolvendo profissionais, estudantes e as unidades de ensino por todo Brasil – foram realizadas 200 oficinas locais nas 67 Unidades de Ensino filiadas a ABEPSS, 25 oficinas regionais e 2 nacionais - foi aprovada em

⁶⁰ É importante salientarmos que nesse processo de revisão curricular o objetivo era superar as lacunas deixadas pelo currículo de 1982. O novo currículo de 1993 não rompe com o anterior, mas aprimora-se do ponto de vista da formação profissional. Neste sentido, possui “*traços de continuidade, relativos ao currículo de 1982, expressam-se por compreender a profissão: como um produto histórico; como uma forma de especialização do trabalho coletivo; inscrita na divisão sociotécnica do trabalho; em seu significado social e ideopolítico que se inscreve no âmbito das relações entre as classes sociais e suas frações e destas com o Estado brasileiro; compreendida como trabalho profissional e o assistente social como trabalhador.*” (ABRAMIDES,2006:78)

⁶¹ Em 1993 realizou-se a XXVIII Convenção da ABESS em Londrina/PR – deliberou pelos encaminhamentos da revisão do currículo mínimo vigente desde 1982.

1996 na Assembléia Geral da ABESS⁶², na cidade do Rio de Janeiro, as novas DC⁶³ para o Serviço Social⁶⁴. O conjunto das Diretrizes Curriculares-DC “*estabelece uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em serviço social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior – IES elabora seu currículo Pleno*”. (ABESS/CEDEPSS, 1997:61). Em dezembro desse mesmo ano foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (lei n. 9394), que tornava possível a normatização das DC para o curso de Serviço Social.

Para orientar a elaboração dos currículos nas IES, as DC apresentam e definem os fundamentos da formação profissional. Vinculam-se a uma perspectiva de formação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo calcada em diretrizes e princípios objetivando a formação de um dado perfil profissional, capaz de apreender a realidade, articulando os saberes e ação profissional, rompendo com a idéia de dicotomia entre teoria e prática, e intervir criticamente sob o norte do Projeto Ético-Político.

Longe de representar uma reformulação tecnicista, politicista ou teoricista, o novo currículo busca formar um perfil profissional, de forma genérica, capaz de articular seus conhecimentos e capacidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para imprimir direção social a seu trabalho, para que o mesmo consiga desenvolver:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as diferentes

⁶² As diretrizes curriculares aprovadas da área de Serviço Social foram constituídas coletivamente e aprovadas por unanimidade em 1996, na oficina nacional da ABESS, pelas 64 unidades de ensino do país a ela filiadas (IAMAMOTO, 200:37 apud ABRAMIDES,2006:76)

⁶³ Com base na LDB – 9.3964/96, o MEC extingue o currículo mínimo para os cursos de graduação define que os cursos devem ser pautados a partir de diretrizes curriculares.

⁶⁴ Para subsidiar as discussões sobre a revisão curricular, foi elaborado em 1996 um documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos subsídios para o Debate” apresentado na XXIX Convenção Nacional da ABESS – Recife/PE, 1995. Esse documento contou com a colaboração de consultores entre eles: Ana Elizabete Mota – UFPE; Isabel Cristina Cardoso – UERJ; Marilda V. Iamamoto e Nabuco Kameyama – UFRJ; Maria Lucia Barroco e Maria Rosangela Batistoni – PUC/SP

particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;

3. Apreensão do significado social da formação profissional desvelando as possibilidades contidas na realidade;

4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado;

5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (ABESS/CEDEPSS, 1997:62)

As DC reafirmam uma forma particular de compromisso com a formação profissional direcionada por valores e princípios no horizonte do projeto societário de superação da ordem burguesa, assumido por setores da categoria profissional e expresso em seu Código de Ética (1993). Possui um direcionamento social na formação profissional vinculado a

defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, hoje ultrajados pela política neoliberal; a defesa da equidade e justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos à reprodução social da vida; a defesa da qualidade e gestão democrática destes serviços; a defesa do trabalho; a luta contra exclusão de amplas parcelas de trabalhadores do processo produtivo; a luta contra exploração nas diversas formas de trabalho. (ABESS, n.8, 1998:99, grifos nossos).

Adota o referencial marxista na formação profissional, recuperando categorias centrais da teoria marxiana como o trabalho, ontologia e classes sociais. O projeto de formação profissional orientado pelas DC de 1996 busca romper com a estrutura de disciplinas tradicionais, fixas ou pré-estabelecidas, “*A profissão não é fundada em disciplinas ou teorias, mas no movimento histórico concreto da realidade social*” (ABESS, n.8,1998:98). A nova lógica curricular baseia-se a partir de três núcleos de fundamentação que “*constituem a base dos elementos didático-pedagógicos, para que dêem conta da totalidade histórica da sociedade capitalista*” (RODRIGUES, 2001:94). Desta forma as DC são compostas por núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e de Fundamentos do Trabalho Profissional.

O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social indica a necessidade do Assistente Social dominar os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos “*para conhecer e decifrar o ser social, a vida em sociedade. [...] Enfim, um acervo de fundamentos temáticos que possa fornecer bases para a compreensão da dinâmica da vida social na sociedade burguesa*”. (IAMAMOTO,1998:72).

Trata, portanto, das dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas da prática profissional. O trabalho é tratado como categoria fundante e central no processo de produção e reprodução da vida social, é considerado como forma de práxis privilegiada “*o que implica no desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade*.” (ABESS/CEDEPSS, 1997:64).

O Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira busca compreender a formação da sociedade brasileira no contexto global do desenvolvimento capitalista, resguardando as particularidades históricas e diversidades regionais e locais. Segundo Iamamoto, “*Abrange as relações Estado/sociedade, os projetos políticos em debate, as políticas sociais, as classes sociais e suas representações culturais, os movimentos organizados da sociedade civil, entre outros aspectos*.” (1998:72). Portanto, dizem respeito também as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas da prática profissional. A **Questão Social** não pode ser apreendida apenas como pano de fundo da formação profissional, mas deve perpassar todo processo de maturação acadêmica. Deve atentar para a fundamentação dos seguintes objetos da realidade:

- Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho”.
- A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as

relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem.

- O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas.

- Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas.

Estes conteúdos implicam em uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social. Nesse sentido, indica-se:

- Análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças - em suas dimensões econômicas, políticas e culturais.

- Conhecimento, em profundidade do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar. (ABESS/CEDEPSS, 1997:65-66)

Segundo Iamamoto, o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional compreende,

todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o **estágio supervisionado**. Tais elementos encontram-se 'amarrados' pela análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais no exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas, normalizadas por lei. (IAMAMOTO,1998:72, grifos nossos).

Há aqui a síntese do processo do exercício profissional, envolvendo as três dimensões da prática profissional – ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Segundo as DC, o estágio é considerado como espaço privilegiado para o contato com a prática profissional e indispensável para a formação, necessitando de supervisão de campo e acadêmica de forma sistemática para a sua realização com qualidade.

Estágio Supervisionado: É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de

estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS/CEDEPSS, 1997:71)

O documento das DC/ABEPSS traz consigo os pressupostos para a formação profissional sustentado a partir de quatro elementos norteadores:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABESS/CEDEPSS, 1997:60-61)

Aqui, Abramides chama a atenção para a necessidade de uma revisão teórica no trato da categoria *processo de trabalho* empregada erroneamente, uma vez que tal categoria “*não se relaciona imediatamente às profissões*” (2006:82). Não existe processo de trabalho do Serviço Social, mas sim essa profissão que se insere em diversos processos de trabalho, seja na saúde, na previdência, na educação, na empresas, no judiciário, entre outros. O processo de trabalho na concepção de Marx é composto por atividade do homem, objeto de trabalho e meios de trabalho que, naturalmente, no capitalismo vincula-se a criação de valor e mais valia, alienando e explorando a força de trabalho humana. O trabalho está para o homem como ação transformadora, através da qual o homem se torna homem; a força de trabalho como energia despendida para a produção de algo. No capitalismo ela produz mercadoria, podendo ser comprada e vendida; meios de trabalho são instrumentos de trabalho, ou seja, conjunto de coisas empregadas para produção de algo.

Por fim, é previsto na formulação das DC/ABEPSS onze princípios que oferecem sustentação ao processo de formação profissional, sendo:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.
- (ABESS/CEDEPSS, 1997:61-62)

Isso posto, é importante salientar que as DC/ABEPSS para o curso de Serviço Social, deliberada coletivamente pelas unidades de ensino, apenas em 2001 foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE. Não houve a aprovação na íntegra das diretrizes elaboradas e aprovadas pela ABEPSS, provocando lacunas e cortes principalmente nos eixos que traziam mais incisivamente a perspectiva crítica e no rigor teórico fundado na teoria

social crítica. O CNE baseou-se em um modelo padrão de documentos e itens a serem apreendidos burocraticamente, não levando em consideração os pontos que avançavam a perspectiva do MEC, tornando os conteúdos das DC frágeis e superficiais do ponto de vista da concepção da formação profissional construída pela categoria. A respeito disso, Boschetti destaca que *“por trás dessa simplificação está um projeto de formação conflitante com a proposta de formação do Serviço Social, construída coletivamente pelas entidades da categoria a partir da ação da ABEPSS”*. (2004:22-23)

Com o surgimento e expansão de novas IES privadas e a expansão do “ensino-mercadoria”, a partir da década de 1990, diversas unidades de ensino não tinham o conhecimento do documento original que trata das DC aprovadas pela ABEPSS, o que dificultou a aproximação do projeto coletivo de formação profissional baseado no acúmulo teórico e político em torno da formação profissional do Assistente Social.

Concordamos com a ponderação de Abramides (2006:81)

[...] o reordenamento somente poderá avançar se a compreensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa for incorporada do ponto de vista da teoria do ser social e das múltiplas determinações postas na realidade da profissão, na divisão sócio-técnica do trabalho, dos sujeitos de classe em disputa na sociedade, das lutas e movimentos sociais autônomos em direção as suas conquistas e projeções históricas. Por outro lado é importante conhecer de que maneira se expressam os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, a partir da concepção de formação profissional assumida pela ABEPSS.

Dessa forma, o projeto de formação profissional deve ser objeto de permanente preocupação e aprofundamento pelos sujeitos coletivos e entidades da categoria – ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, articulando com as lutas históricas por um ensino público, gratuito, laico, de qualidade, presencial e de fato para todos. Na década de 1990, do ponto de vista do aprimoramento teórico, pudemos dar passos e saltos de qualidade importantes para o amadurecimento e densidade teórico-filosófico e acadêmico, conformando o projeto de formação profissional construído coletivamente. Do ponto de vista da organização e das lutas

mais amplas da sociedade vivenciamos, na década de 1990, contraditoriamente, o desmonte das organizações dos trabalhadores bem como o avanço da ofensiva neoliberal, somado ao processo de reestruturação produtiva, afetando e retrocedendo as conquistas da década anterior.

2.5 Quem roubou nossa coragem: A atual conjuntura e os impactos para o projeto de formação profissional

2.5.1 - A Crise do Capital: o antídoto para sua própria crise

Para refletirmos sobre as crises do capitalismo e as suas respostas às suas próprias crise, se faz necessário discutirmos alguns aspectos dos modelos de gestão social no capitalismo em seus diversos períodos.

No período de 1945 a 1973 o sistema de produção vigente baseava-se no modelo fordista/taylorista⁶⁵ combinando, neste período, um acentuado desenvolvimento das forças produtivas com o crescimento econômico capitalista. No âmbito do Estado, o capitalismo apresentava a gestão democrática do capital. Os países em desenvolvimento implementaram o chamado Estado de Bem Estar Social – EBES, passando a oferecer garantias para a reprodução social dos trabalhadores ativos, pois havia a necessidade da reconstrução da Europa – recém saída do pós-II Guerra com nítidos traços de destruição –

⁶⁵ O modo de produção fordista/taylorista foi um sistema de produção e acumulação de capital, baseado na produção em série e consumo em massa, objetivando melhor atender as necessidades do capitalismo. Dessa forma, o modo de produção Fordista/Taylorista exigia uma especialização do operário fabril, um maior controle de seu tempo de trabalho e produtividade do maquinário. Ao se especializar, o operário passa a não ter mais o domínio sobre todo processo de produção.

para desencadear a reestruturação econômica capitalista, além da necessidade de criar um sistema, no âmbito da super-estrutura, para atender as demandas dos trabalhadores.

Não podemos nos enganar com a “bondade do capitalismo” em atender as necessidades dos trabalhadores⁶⁶. Politicamente a gestão democrática do capital se propunha a servir de freio para as lutas revolucionárias dos trabalhadores no leste europeu, evitando que as idéias de 1917 – Revolução Russa – se espalhassem pela Europa. O EBES serviu, em última análise, como uma forma de tentar compactuar a relação Capital x Trabalho.

Este modelo de gestão do capital no âmbito do Estado, pautado pelas políticas Keynesianas⁶⁷, cumpria um papel de amortecedor da luta de classes, atendendo algumas demandas dos trabalhadores, enfrentando as mazelas advindas com a super exploração do trabalho e desigualdade, mas nunca se propôs a romper com esse estado de coisas. Vincula-se as concepções da social democracia como resposta do capitalismo ao seu momento econômico.

Há uma correspondência entre o EBES e o mundo do trabalho, com o modo de produção Fordista, buscando compatibilização entre o mercado capitalista e os direitos sociais. Esse binômio Fordismo/Keynesianismo entra em crise em meados da década de 1970 por não mais responder à necessidade de acumulação do capital.

Em 1973 temos a crise do capitalismo com a recessão econômica, queda das taxas de lucro, crise do petróleo e de super produção. A resposta do capital a sua própria crise foi a reestruturação do capital e a forma de geri-lo. Ou seja, no **âmbito da produção**, esfera

⁶⁶ Obviamente reconhecemos que nesse cenário a classe trabalhadora conquistou avanços e reconhecimentos de suas demandas que passaram a ser atendidas pelo Estado.

⁶⁷ Teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro *Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda* (*General Theory of employment, interest and money*) e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Keynesianismo>. Acesso em 25/10/2007 às 20:00).

do trabalho, tínhamos o modelo fordista/acumulação rígida, voltado para produção e consumo em massa, agora temos, com a reestruturação produtiva, o modelo Toyotista/acumulação flexível, atendendo às necessidades do mercado. No **âmbito da cultura**, tínhamos o legado do pensamento moderno, agora temos a pós-modernidade, negando as teorias macro-estruturantes e aflorando o individualismo. No **âmbito do Estado**, outrora tínhamos a gestão democrática com o EBES, útil ao capital, agora com a reestruturação do capital, o Estado passa a assumir as idéias/políticas neoliberais como resposta às necessidades do capital.

O Toyotismo, modelo de produção e gestão iniciado na fábrica Toyota no Japão, baseia-se na flexibilização dos processos de trabalho, no aumento da produtividade e eficiência do trabalho e na aplicação de novas tecnologias ao sistema de produção (como a robótica, tecnologia da informação, micro e nano eletrônica, dentre outras) e qualidade. Este sistema de produção demonstra maior eficiência para o controle e exploração dos trabalhadores – exige do trabalhador maior qualificação; desenvolvimento de múltiplas funções (polivalência); cria os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), visando aumento da produtividade nas fábricas; desmantela a organização dos trabalhadores fabris, substituindo trabalhadores por tecnologias, em setores estratégicos, e terceirizando setores da produção, fragmentando todo processo de trabalho; ideologicamente incute a idéia de “colaboradores”, buscando harmonia entre o capital e o trabalho, mistificando suas contradições e reais interesses; aumenta a competitividade entre os trabalhadores concomitantemente com redução de salários.

No âmbito da cultura, a pós-modernidade sustentada nas teorias neopositivistas, combate a razão moderna, herdada do século XIX, seja pelo legado marxiano e a tradição marxista, seja pela sociologia durkheimiana. Postula pela concepção a-histórica, pela fragmentação do conhecimento (negando a totalidade), negam as análises macro-estruturantes substituindo-a por leituras fragmentadas e de pouco fundamento - “meu olhar

sobre o mundo”, valorização de efêmero, do imediato, do subjetivismo, do singular, do imaginário, de análises rasteiras da realidade e do individualismo – negando o ser social como sujeito histórico e coletivo. Em outras palavras, significa dizer que a pós-modernidade postula pelo fim da história e das possibilidades de transformação social, consolidando a sociedade capitalista como única possibilidade de sociabilidade humana.

Com essa reorganização do sistema capitalista no âmbito da produção, o **Estado**, enquanto um instrumento de dominação de classe, passa a gerir suas ações para que se tenha melhores condições de produção e reprodução da lucratividade do capital, bem como da manutenção da propriedade privada dos meios de produção, por meio das políticas e estratégia neoliberal⁶⁸.

As idéias neoliberais surgem na década de 1940 com Hayek “Os caminhos da Servidão”, Karl Popper “A Sociedade Aberta e seus Inimigos”, dentre outros pensadores neoliberais, mas só conquista hegemonia na década de 1970 pós-crise capitalista.

Os primeiros governos a adotarem as políticas neoliberais foram os de Augusto Pinochet (1973) no Chile, Margareth Thatcher (1979) na Inglaterra e Ronald Reagan (1981) nos EUA. No primeiro, serviu de laboratório de experiências das políticas neoliberais, sendo o primeiro país onde foi aplicado a agenda neoliberal⁶⁹. Em todos esses países, o neoliberalismo representou crescimento do desemprego, sub-emprego e terceirização; ataques à organização autônoma dos trabalhadores, sindicatos e partidos com perspectiva classista; desmonte do EBES na Europa e a precarização ainda maior das políticas sociais nos países latino-

⁶⁸ É a teoria político-econômica que visa a garantia da liberdade de mercado, restringindo à intervenção estatal sobre a economia. Nas palavras de Abramides, “*O neoliberalismo ataca centralmente a organização autônoma dos trabalhadores, os sindicatos e partidos operários classistas, o sistema de Bem-Estar Social keyneisiano, que não pode ser mais suportado pelo capital em crise e conseqüentemente, combinado e aniquilado como estratégia política, na fase da crise estrutural do capitalismo.* (2006:181).

⁶⁹ A experiência chilena foi duplamente trágica. Em 1973 Salvador Alendes, primeiro governo socialista eleito, foi assassinado pelos militares, dando início ao período da ditadura militar chilena com a tomada do poder pelo ditador Pinochet. Inicia-se uma onda de privatizações no Chile de todos os serviços estatais, da educação ao fornecimento de água.

americanos; fim das políticas sociais universalizantes; implementação de políticas focais ou compensatórias; privatizações de setores rentáveis e estratégicos como telecomunicações, transporte, energia.

As políticas neoliberais atendem às novas necessidades do capital, orientada pelos organismos internacionais do capital financeiro⁷⁰, visam cada vez menos à interferência econômica do Estado nos setores que possam gerar lucro ao capital. Em outras palavras significa dizer, Estado mínimo para atendimento das demandas dos trabalhadores e Estado máximo para o capital.

A diminuição de recursos estatais para as políticas sociais e a expansão dos serviços privados – escolas privadas, planos de saúde privados, segurança privada, fundos privados de pensão, correios privados, transporte privado etc. – restringiram a proporção da população com acesso a direitos. As políticas sociais recomendadas pelo Banco Mundial, centradas na focalização no lugar da universalização, consolidam essas tendências. (SADER, 2004:7, apud BASTOS,2005).

2.5.2 - Os Sucessivos Governos Neoliberais no Brasil: Collor, FHC e Lula

No Brasil, o neoliberalismo tem início com a eleição do governo de Fernando Collor de Mello –1989⁷¹. Com o discurso de modernizar o Brasil, inicia uma onda de processos de privatizações de setores rentáveis da economia estatal, favorecendo a abertura da economia para o mercado internacional (globalização). Esta ação significou o desmonte do

⁷⁰ O Fundo monetário Internacional – FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial, Organização Mundial do Comercio, ditam como o Estado deve gerenciar seus gastos, sobretudo nas políticas sociais, orientando corte de recursos, pagamento das dividas internas e externas, privilegiando o grande capital.

⁷¹ Em 1989 ocorre a reunião em washington que apontam para necessidade de uma agenda neoliberal para os países Latino-Americanos. Segundo Batista (1994, apud Vasconcelos, 2003) o Consenso de Washington é aplicação do neoliberalismo, idealizado a partir de reunião em Washington em 1989, na qual funcionários do governo americano, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial, organizaram um encontro acadêmico, sendo que o diagnóstico deste foi adotado por países Latino-Americanos, defendem o Estado como incapaz e ineficiente de formular políticas macroeconômicas, transferindo aos organismos internacionais esta responsabilidade.

aparelho estatal, redução das ações do Estado para com as políticas sociais, terceirizando os serviços - repassando para a iniciativa privada a responsabilidade pelo “bem estar social”, dentre outras medidas.

A vitória de Collor representou uma profunda derrota para os movimentos populares que depositaram suas esperanças de transformação social na candidatura de Lula - 1990 - que por sua vez, trazia consigo um projeto político historicamente construído com o conjunto dos movimentos de massa e voltado para os interesses sociais da classe trabalhadora.

Na década de 1990 com os sucessivos governos implementando a lógica neoliberal, notamos o aprofundamento das contra-reformas para o ensino, voltadas para a privatização, mercantilização e sucateamento da educação no Brasil, orientado pela política ditada do Fundo Monetário Internacional – FMI.

Essa década é marcada por grandes transformações no modo de produção, devido aos avanços tecnológicos (acentuando as contradições entre capital x trabalho); ao processo de reforma do aparelho do Estado (significou a “caça aos direitos sociais”); e pela tentativa de esfacelamento de sindicatos e movimentos sociais.

Mas foi nos oito anos do governo FHC (1994-2002) que a política neoliberal ganha força e se consolida, desarticulando e atacando as organizações dos trabalhadores⁷² (sindicais, estudantis, etc) criminalizando os movimentos sociais. Nesse período, operou-se uma profunda Reforma no Estado brasileiro baseado no receituário neoliberal do “Estado Mínimo”, a internacionalização da economia, a redução Estatal na esfera social e privatizações de empresas públicas. Dessa forma podemos observar que a era FHC, não só da continuidade como aprofunda o neoliberalismo no Brasil. Na palavras de Coutinho,

⁷² No Brasil o governo de FHC enfrentou a greve dos petroleiros em 1994 durante 1 ano, com o intuito de “quebrar” a organização dos trabalhadores; Em SP os trabalhadores da educação sofreram com o processo de demissão e sucateamento do ensino público, desestabilizando a luta dos professores e enfraquecendo a APEOESP; UNE transformou-se em uma máquina de fazer carteirinhas, abandonando a perspectiva de luta e burocratizando-se.

[...] o sentido último da “reforma” proposta pelo atual governo [FHC] não aponta para a transformação do Estado num espaço público democraticamente controlado, na instância decisiva da universalização dos direitos de cidadania, mas visa submetê-lo ainda mais profundamente à lógica do mercado. Trata-se, na verdade, de uma “contra-reforma”, que tem dois objetivos prioritários: por um lado, em nome da “modernização”, anular as poucas conquistas do povo brasileiro no terreno dos direitos sociais; e por outro, em nome da ‘privatização’, desmontar os instrumentos de que ainda dispúnhamos para poder nos afirmar como nação soberana em face da nova fase do imperialismo, a da “mundialização do capital”. (2000:123)

O desmonte do Estado com as privatizações, somadas às reformas estruturais do Estado, entre elas a Reforma do Ensino Superior, representaram perdas de direitos e sucateamento dos serviços públicos. O processo de Reforma do Estado teve como mentor intelectual, o então ministro do governo FHC, Luis Carlos Bresser Pereira⁷³.

Bresser Pereira, defendia uma ampla Reforma no aparelho estatal, redefinindo o papel do Estado e repassando para o conjunto da sociedade as atividades que podem ser rentáveis e de pleno controle do mercado. Essa mesma perspectiva será empregada para os serviços e políticas públicas, repassando para iniciativa privada a execução das mesmas (parcerias público-privado), cabendo ao Estado o papel de provedor e regulador.

Dessa maneira, Serra (2000, apud VASCONCELOS, 2003:11) destaca alguns pontos centrais para a reforma do Estado, sendo: **o núcleo estratégico⁷⁴, as atividades exclusivas⁷⁵, serviços não exclusivos⁷⁶ e a produção de bens e serviços para o mercado⁷⁷.**

Nessa lógica, a dita “sociedade civil” e iniciativa privada são chamadas para desenvolver ações que não são concebidas como exclusivas do Estado. Ou seja, significa

⁷³ Foi criado em 1995 o Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE

⁷⁴ Composto pelos três poderes (Executivo, legislativo e Judiciário) responsável pelas definições das leis.

⁷⁵ São aquelas prestadas apenas pelo Estado, como por exemplo, as forças armadas, polícia e órgãos de fiscalização e controle.

⁷⁶ Corresponde aos setores na qual o Estado pode concomitantemente com a iniciativa privada, atuar na oferta de serviços como: política de educação, saúde, previdência, habitação, dentre outras.

⁷⁷ Corresponde as atividades que são realizadas pelo Estado através de empresas estatais e/ou de economia mista. Como indústria de base, setores de telecomunicações, dentre outros.

passar para iniciativa privada as responsabilidades do Estado, “*pretende-se transformar as instituições de ensino (não só as de ensino) em Organizações Sociais – OS, submetendo-as a uma lógica gerencial, e que são controladas pelo mercado[...]*”. (BASTOS,2005:21).

Segundo Bresser Pereira,

Na União, os serviços não-exclusivos de Estado mais relevantes são as Universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformar-los em um tipo especial de entidade não estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los, voluntariamente, em organizações sociais, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contam com autorização do parlamento para participar o orçamento público [...] (1995, apud BASTOS, 2005:21)

Foi no governo de FHC que temos a aprovação da Lei de Diretrizes de Base da Educação, lei 9.394/96⁷⁸ - ponta-pé inicial da Reforma do Ensino, que culminou na flexibilização da educação brasileira, atendendo as necessidades do mercado e sucateando a educação pública. Essa lei acarretou impactos para as universidades, interferindo nas formas de financiamento e na autonomia⁷⁹ das mesmas, na avaliação dos cursos⁸⁰, na abertura de

⁷⁸ Lei disponível no site www.mec.gov.br.

⁷⁹ Segunda a Constituição Federal - CF/88 artigo 207, podemos inferir que as universidades são autônomas por que elas gozam de uma liberdade didático-pedagógica, científica administrativa e de gestão financeira, primando pela não desvinculação do tripé ensino, pesquisa e extensão para desenvolvimento do conhecimento a serviço da sociedade. As universidades devem ser entendidas como instituições que pensam o homem e os problemas contemporâneos, posicionando-se frente à ordem social estabelecida.

No entanto a autonomia das IES está em jogo com a Reforma do Ensino Superior. A autonomia universitária esta relacionada com o financiamento e a avaliação das IES, na qual autonomia se restringe a conseguir seu próprio financiamento no mercado, sua manutenção estará estritamente ligada aos interesses do mercado, comprometendo a liberdade acadêmica (pedagógica- científica). Dessa forma, as IES passam a ser refém dos interesses mercantis, ferindo sua liberdade pedagógica- científica e o Estado passa a desresponsabilizar-se pelo financiamento autônomo das mesmas.

⁸⁰ Segundo Bastos (2006), o governo FHC adotou basicamente dois instrumentos para avaliar as universidades brasileiras: o Exame Nacional de Cursos – ENC (popularmente conhecido como provão) e a Análise das Condições de Oferta. **O primeiro** configura-se “*como um instrumento para classificar as instituições de ensino exaltando as de melhor desempenho. A avaliação consistia em uma única prova que avaliava os estudantes, transferindo para esses a responsabilidade pela qualidade do ensino [...] não levava em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e não respeitava as especificidades e regionalidades de cada instituição de ensino.*” Trata-se de um instrumento que seguia as orientações do Banco mundial e esta voltado para o mercado, objetivando ranquiar as universidades.

Já o **segundo** consistia na visita as IES participantes do Provão para verificar a qualificação do corpo docente além da organização didático-pedagógica e instalações (esse aspecto demonstrou insuficiência, pois ficava a mercê dos lobbis das Universidades).

cursos à distância, na expansão do ensino privado e o sucateamento das IES Públicas⁸¹, nos mestrados profissionalizantes, na abertura de cursos sequenciais (curta duração)⁸², na redução de recursos orçamentários, na falta de ampliação de vagas nas IES públicas, dentre outras⁸³.

Houve intenso embate entre setores do movimento de educação, atrelados às perspectivas de esquerda e progressista, e o governo. Nessa disputa de “braço de ferro” o projeto que saiu vitorioso foi o dos “tubarões do ensino”. Segundo Netto, o Ministério da Educação-MEC tornou-se uma verdadeira máquina produtora de portarias “*que mexeram profundamente com a estrutura do ensino no país. [...] Em relação ao ensino superior, esse desenho que está na LDB é a explícita incorporação da lógica capitalista da relação custo-benefício*”. (2000:25-26)

A partir das idéias de Netto, podemos destacar alguns traços da política do Ensino Superior brasileiro,

“**o primeiro traço** é o desavergonhado favorecimento à expansão do privatismo [...]; **o segundo traço** é a liquidação, na academia, da relação ensino/pesquisa e extensão [...]; [...] **no terceiro traço** dessa política – a supressão do caráter universalista da universidade [...]; **o quarto traço** [...] a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, o mercado passa a ser uma das referências da vida acadêmica porque passa a legitimar a eficácia universitária [...]; **o quinto**

O Movimento Estudantil se posicionou contrário ao Provão devido seu caráter obrigatório e por servir como instrumento que pouco avaliava a qualidade do ensino, mas sim legitimava a lógica mercantil do ensino, ranquiando as universidades e estimulando a competição entre os estudantes.

⁸¹ Estima-se que até 1999 o número de IES privadas teve um crescimento significativo. Constituindo-se no total de 973 IES no Brasil, destas 78% eram privadas (BOSCHETTI,2000). Podemos, sem sombra de dúvida, inferir que a LDB, reflete as intenções privatistas do governo para com a universidade pública, e o nítido incentivo ao surgimento de IES privada no Brasil. Dessa forma a LDB abre caminho para o sucateamento do ensino publico e a Educação como algo regulado pelo mercado. Os cursos à Distância e a expansão das IES privadas são exemplos empíricos do desmonte da educação superior brasileira. Vale destacar que este processo de desmonte da educação superior foi marcado por embates e mobilizações de enfrentamento ao governo por parte do movimento de educação.

⁸² Cursos de graduação na média de 2 anos de duração com objetivo de “formar para o mercado”. Abre-se mais uma possibilidade de expandir os lucros dos “tubarões do ensino” transformando as IES em fábricas de diplomas, sem conexão ao tripé ensino-pesquisa-extensão.

⁸³ Por motivo de tempo, não teremos condições de destrinchar cada um desses pontos, para isso sugerimos BASTOS, Amanda Suelen F. A Reforma do ensino superior nos marcos do Governo Lula: as formas de enfrentamento da - Executiva Nacional de estudantes e Serviço Social – ENESSO. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2005.

traço, trata-se [...] da redução do grau da autonomia universitária [...] Mas o grau de redução da autonomia da instituição ao transformá-la em organização é também, e esse traço mais característico, a supressão da autonomia docente. [...]” . (2000,27-28, grifos nossos)

Após os oito anos do governo FHC, e o desmonte do ensino superior, Luis Inácio Lula da Silva chega ao governo brasileiro⁸⁴ - 2003 - eleito com 57 milhões de votos pela população com o objetivo de romper com essas políticas econômicas. Não havia um projeto revolucionário para o seu governo, no entanto havia uma esperança da população no sentido de melhorias da condição de vida, e na possibilidade de maior conquista de direitos. Ressalta-se que a população votou em Lula porque era contrária às políticas aplicadas na era FHC.

No entanto, o governo Lula representou a continuidade da era FHC, aprofundou as reformas estruturais do Estado em uma perspectiva neoliberal – dentre elas a continuidade da reforma da previdência, trabalhista e sindical, desmobilizando setores dos trabalhadores⁸⁵. Seguindo as orientações dos organismos internacionais, reduziu gastos sociais e implementou políticas compensatórias focalizadas em benefício do sucateamento das políticas públicas, é o que Netto chama de “*Assistencialização dos direitos sociais*”⁸⁶.

⁸⁴ O ex-operário saiu vitorioso nas eleições de outubro de 2002, após três tentativas, em 1989/94/98. Seu governo foi eleito como um governo de coalizão, aliança ente o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Liberal (PL), demonstrando ausência de uma perspectiva de esquerda/classista. Antes mesmo de sua ascensão ao poder, podemos observar a partir da “Carta ao Povo Brasileiro” uma nítida cooptação do PT, que outrora reivindicava-se como pólo de aglutinação da esquerda brasileira – referência para países da América Latina – para a perspectiva social democrata, e posterior, tanto o governo, quanto o partido, como adesista ao ideário/política neoliberal. Esse giro ao conservadorismo não trataremos neste trabalho. Sugerimos IASI, Mauro Luis. A metamorfose da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: expressão Popular – 2006.

⁸⁵ Para que fossem concretizadas essas “Reformas estruturantes”, o Estado, orientado pelos interesses da burguesia, buscou por meio do enfraquecimento da luta dos trabalhadores o caminho para conseguir implementar o modelo neoliberal. Com a crise do trabalho, advinda com o processo de reestruturação produtiva, vemos conseqüências nos organismos sindicais e partidários da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2000), taxas de sindicalização relativamente baixa e criminalização e repressão – físico-ideológico aos movimentos combativos.

⁸⁶ O Prof^o Dr. José Paulo Netto utilizou esse termo na mesa de abertura do 12º CBAS – foz do Iguaçu/ PR, 28/10/2007 – “A Questão Social na América Latina: Ofensiva Capitalista, Resistência de Classe e Serviço Social”

2.5.3 – Alguns Aspectos da Reforma do Ensino Superior Brasileiro no Governo Lula

É no governo Lula que se desencadeia o processo que chamamos de Reforma Universitária – RU. Orientado pela “*Herança Maldita*” (NETTO, 2004) da era FHC e, da guinada do PT e do governo para o projeto neoliberal, a RU trouxe consigo impactos significativos sobre as universidades brasileiras, orientando-se sob uma ótica privatista e mercantil para Educação Superior.

Bastos (2005) em seu belo trabalho, resgata o processo pela qual o governo Lula se apóia para realizar a RU. Aponta que a primeira sinalização do governo sobre a Reforma Universitária foi a criação do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI⁸⁷, que analisou a situação das Universidades brasileiras. O relatório final desse GTI conclui que as universidades estão precarizadas e sucateadas devido à falta de recursos financeiros. No entanto o relatório atribuiu o déficit de recursos como responsabilidade das próprias IES, desresponsabilizando o Estado no que se refere aos investimentos no Ensino Superior. Remete a sustentabilidade das mesmas na órbita das fundações e fomentadores privados – Mercado.

O relatório elaborado pelo Ministério da Fazenda “Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002”⁸⁸ corrobora com a perspectiva do governo em “satanizar o que é público” tratando a educação como gasto e não investimento. Este relatório afirma que “*a educação pública no Brasil é onerosa ao Estado, devendo ser repensada*”. (BASTOS, 2005:29)

Orientado por esses relatórios, o governo propõe medidas que viabilizem respostas ao Ensino Superior – no âmbito do mercado e da privatização do ensino. Dentre as medidas que, em nossa avaliação, intensificaram o sucateamento do ensino superior e a perda

⁸⁷ Esse grupo foi formado por representantes da Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministérios da Ciência e Tecnologia, Planejamento, Fazenda e Educação.

⁸⁸ Disponível em www.fazenda.gov.br

da autonomia das IES, destacaremos três pontos da RU que julgamos pertinente para o momento e intensificam a perspectiva neoliberal na RU⁸⁹.

▪ **Programa Universidade para Todos** – O Programa Universidade para Todos – PROUNI foi instituído pela lei nº 11096/04. Trata-se de um programa Federal que visa atender a grande demanda de acesso a universidade. Esse programa visa aplicar dinheiro público na compra de vagas em universidades privadas⁹⁰.

Está embutido na lógica desse programa não a democratização do saber, mas a massificação do ensino superior, sem garantias efetivas de qualidade e de acesso e permanência do estudante de baixa renda nas IES. Nota-se o aprofundamento da lógica neoliberal na educação superior, sendo o PROUNI uma clara intenção de expandir o ensino privado, sem um maior controle estatal. Nas palavras de Leher(2004),

Quando o MEC lançou a idéia [PROUNI] no início de 2004, muitos dirigentes manifestaram contrariedade, alguns de modo agressivo, afirmando que 20% das vagas era uma contrapartida abusiva para a completa isenção de tributos. O governo aceitou a pressão e reduziu as bolsas integrais a 10% e, a seguir, já no parlamento, novos reclamos e, por acordo com a base parlamentar do governo, as bolsas integrais despencaram para 4,25%

O PROUNI está muito aquém das reais necessidades dos estudantes. Como bem afirma Bastos, o PROUNI não prevê “*uma política de assistência estudantil para as universidades privadas, eles (os estudantes bolsistas) não terão acesso a restaurantes e residências universitárias, creches, [...] compra de livros e transporte*”. (2005:25-26). O ensino superior transforma-se em uma prioridade de mercado, arrebentando a perspectiva de

⁸⁹ Não trataremos de todos os pontos que norteiam a RU por questão de tempo. Para melhor apreensão dos demais pontos como, Lei de Inovação tecnologia, PPP's e Decreto das Fundações e Anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior; sugiro Bastos (2005) e ANDES (2005).

⁹⁰ Postula-se na compra de vagas em IES privadas nos cursos de baixa procura. O governo deixa de investir no ensino público e passa a comprar vagas nas IES privadas com nítidos traços de “salvar as IES privadas do ônus econômico” devido aos índices de inadimplências frente ao aumento abusivo de mensalidade, além de conceder isenções de impostos como para as IES privadas que adotarem o PROUNI: Imposto sobre renda de pessoas jurídicas – IRPJ; contribuição para o financiamento da Seguridade Social – CONFINS; Contribuição Social sobre o lucro líquido – CSLL; Contribuição para o PIS – PASEP.

direito ao acesso e permanência, reclamável pela sociedade, garantindo um ensino público, gratuito, laico de qualidade, socialmente referenciado e de fato para todos.

▪ **Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/ SINAES** - Como já elucidamos, a LDB reafirma a necessidade de criar mecanismo de avaliação do Ensino superior. Não tratarei aqui de todos os mecanismos já utilizados para esse fim, no entanto é necessário citarmos algumas mudanças da era FHC presente na RU do governo Lula.

Na proposta de RU do Governo Lula, suprime as antigas avaliações presentes na era FHC como o Exame Nacional de Cursos e a Análise de condições de Oferta, substituindo-as pelo SINAES⁹¹.

O SINAES enquanto sistema de avaliação apresenta avanços significativos em relação ao antigo “provão”, contudo dentro da totalidade das medidas apresentadas no campo da RU esses avanços são irrisórios, não rompendo com a perspectiva de avaliação para fins privatistas e mercadológicos. Substitui o antigo “provão”/anual pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE/tri-anual e prevê mecanismos de avaliação interna e externa das IES⁹². O MEC prevê penalizações às IES que obtiverem baixo desempenho no conjunto das avaliações, no entanto não oferece soluções para correção das debilidades e da qualidade do ensino. Ou seja, muda-se o mecanismo de avaliação e perpetua a perspectiva de desmonte da educação:

O SINAES, da forma como está instituído (lei e portaria), deixa claro o sentido de regulação que é dado à avaliação. Essa concepção de avaliação é fundamental para dar apoio ao modelo de universidade que está sendo proposta na (contra) reforma da educação superior [...] (ANDES, 2004: 63).

⁹¹ Instituído através de medida provisória, sendo posteriormente transformado na lei 10861/04 de 14 de abril.

⁹² Inclui na avaliação institucional o plano de desenvolvimento institucional, além da política de ensino e responsabilidade social a infra-estrutura física dos equipamentos. Em relação os cursos, será objeto de avaliação pelo MEC as condições de ensino, a qualificação do corpo docente e a organização político-pedagógica dos cursos.

O ENADE como avaliação do corpo discente, seleciona estudantes, por amostragem⁹³. Mantém o caráter de obrigatoriedade, a presença do estudante no dia da avaliação é condição para obtenção do diploma. A crítica realizada pelo Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS segue a linha de questionar o caráter obrigatório do ENADE⁹⁴, bem como o incentivo à competição de mercado pelas IES, a partir da divulgação dos resultados do ENADE, permite o ranquiamento⁹⁵ entre as IES, fazendo dos estudantes “OUTDOORS” ambulantes para a intensificação do ensino/mercadoria.

Notoriamente as IES se utilizam desse mecanismo de avaliação para se inscreverem no conjunto da sociedade como “comprometidas com o ensino”, quando na verdade, seus interesses giram em torno da competição de mercado.

A ENESSO na ocasião do fomento do *Boicote ao ENADE*⁹⁶ em 2004, com a campanha “NOTA ZERO AO ENADE- POR UMA AVALIAÇÃO DE VERDADE” visitou diversas IES e pôde constatar que em algumas delas os conteúdos programáticos foram

⁹³ Sorteio eletrônico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP seleciona estudantes iniciantes com 7 a 22% do curso concluído e para os concludentes com mais de 80% do curso. Segundo dados apresentados pela Prof^a Elisa Brizola, vice-presidente da ABEPSS/ SUL II – gestão 2006/2008, no III Encontro Local de estudantes de Serviço Social - ELESS/CAPITAL-SP, 06/10/2007 na PUC/SP, a nota do ENADE representa 20% do SINAES, correspondendo os outros 80% as demais avaliações que compõe o SINAES: Avaliação do Curso e Avaliação interna e externa.

⁹⁴ Como se não bastasse percorrer quatro anos de graduação, o ENADE remete o estudante a realizar uma prova, que apontará se está apto ou não a obter seu diploma. Essa obrigatoriedade reforça a perspectiva conservadora de atribuir a um aprova a condição de avaliar a aptidão do estudante, não considerando suas particularidades, sócio-culturais e regionais e desresponsabilizando as IES que por ventura não garantiram a qualidade necessária para o curso durante todo processo da graduação.

⁹⁵ ANEXO 1, 2 e 3 – Resposta dos Estudantes de Serviço Social da PUC/SP ao Ministro da Educação; Nota de esclarecimento sobre o Curso de Serviço Social da PUCSP e os resultados do ENADE; Manifesto do CFESS aos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

⁹⁶ Os estudantes de Serviço Social deliberaram coletivamente no XXVI ENESS/2004 – Vitória/ES e no XXIX ENESS/2007 – Contagem/MG o Boicote ao ENADE – Campanha “Nota Zero ao ENADE”, por entender que esta avaliação apresenta um caráter produtivista, ranqueador e por estar dentro da lógica privatista da reforma Universitária, baseada na política Macroeconômica de ajuste fiscal. Tal reforma se insere no bojo da contra reforma do Estado preconizada pelo consenso de Washington/1989, firmada pelos organismos internacionais – FMI, BIRD, BID, orientando para o desmonte do Estado e das políticas sociais para os países Latino-Americanos.

paralizados para a realização de cursinhos Pré-ENADE⁹⁷ e/ou ofereciam premiações como carros aos melhores colocados na prova. Tal quadro vem se agravando e, em 2007, na ocasião da 4ª edição do ENADE, o Movimento Estudantil denunciou casos de IES que formalizou a compra de estudantes como meio de obter “bom resultado” no ENADE⁹⁸.

O fato emblemático é o caso da FAPSS-SP e São Caetano do Sul que ofereceu prêmios no valor de até R\$ 720,00, aos estudantes que obtiverem um bom desempenho no ENADE⁹⁹. Essa mesma IES nega-se a discutir a implantação das Diretrizes Curriculares (construída e aprovada coletivamente pela categoria dos Assistentes Sociais) ou implementar melhorias quanti-qualitativa no curso (equipando bibliotecas e adequando recursos tecnológicos), se propõem a pagar os estudantes que forem bem no ENADE, jogando o projeto de formação profissional na “lata de lixo”, remetendo os resultados do exame à lógica monetarista.

Tais práticas reforçam a lógica de culpabilização dos estudantes pela situação em que se encontra o Ensino Superior no Brasil e reafirma a lógica do mérito individual.

(...) O mérito é legitimado enquanto ideologia, pois é um sistema que comporta uma dissimulação da realidade e favorece a aceitação de um poder. Na modernidade, o mérito aparece como um ideal legitimador dos direitos da burguesia, por oposição ao princípio de ascendência do sistema aristocrático. Sendo assim, as únicas hierarquias legítimas e desejáveis são baseadas na seleção dos melhores (BARBOSA,2006).

⁹⁷ Em nossa opinião, revela o descompromisso das IES para com a formação profissional e a nítida intenção de mascarar os resultados do ENADE. Talvez pela sua ineficácia durante a oferta da graduação ou interesses mercantis.

⁹⁸ Na ocasião do 12º CBAS, o movimento estudantil organizou uma carta de repúdio a FAPSS/SP e São Caetano do Sul pelas posturas anti-éticas da mantenedora das faculdades em tentar manipular os resultados do ENADE, através de “incentivos” monetários aos estudantes que aderissem a prova. A denúncia foi tornada pública nos meios de comunicação e as entidades da categoria CFESS/CRESS e ABEPSS foram pressionadas a se posicionarem. Segue Carta da Sociedade de Serviço Social - Mantenedora da FAPSS/SP e São Caetano do Sul oferecendo dinheiro aos estudantes que obtiverem “bons” resultados no ENADE (ANEXO-4), bem como a moção de denúncia feita pelos estudantes presentes no 12º CBAS (ANEXO-5) e as cartas de repúdio das entidades CRESS-SP/ABEPSS/SUL II e ENESSO (ANEXO-6 e 7).

⁹⁹ Disponibilizamos a matéria veiculada sobre a oferta de dinheiro para os estudantes que obtiverem “bom desempenho” no ENADE. **“Faculdade dá R\$ 600 por nota boa no Enade”** (ANEXO-8)

Esses elementos reforçam a crítica do Movimento Estudantil, na ineficácia do ENADE enquanto um instrumento de avaliação, servindo apenas como objeto de especulação pelas IES que se utilizam da divulgação dos resultados do ENADE isoladamente das demais avaliações prevista no SINAES¹⁰⁰, como meio de auto-promoção, sem tocar nos problemas vivenciados no âmbito da qualidade do ensino. O boicote ao ENADE não aconteceu apenas pelos estudantes de Serviço Social, mas foi bandeira de luta de todas as Executivas e Federações de curso como resposta política ao descontentamento com a Reforma Universitária e o rumo privatista do Ensino Superior Brasileiro. Como afirma Bastos,

“O Movimento estudantil defende uma avaliação construída pela comunidade universitária e pela sociedade, que tenha como objetivo a recuperação das instituições públicas de baixa qualidade por meio da destinação de maiores recursos, e no caso das universidades pagas que significasse uma maior fiscalização na qualidade do ensino e regulamentação de sua expansão. Além disso deve ser uma avaliação norteada por um projeto de desenvolvimento do país, considerando as especificidades e as demandas regionais.

▪ **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação de Expansão das Universidades Federais – REUNI e Universidade Nova** – Trata-se de mais um ponto que alicerça a Reforma Universitária. O decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007¹⁰¹, institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Aparentemente a medida se propõe a ampliar os recursos financeiros para as IES públicas federais, no entanto o REUNI significará a ampliação de estudantes por sala de aula nas IES federais, mas sem garantir a qualidade do ensino. Ou seja, ampliou o número de estudantes, mas não garante a ampliação e qualificação do corpo docente.

Outro dado muito questionado pelo movimento dos docentes e pelo Movimento Estudantil deve-se ao fato das IES federais que aderirem ao REUNI devam

¹⁰⁰ A legislação do SINAES (Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004) prevê as seguintes fases de avaliação: Avaliação da Instituição (interna e externa); Avaliação do Curso e Avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE). No entanto os resultados do conjunto de avaliações não são divulgados, apenas os advindos do ENADE.

¹⁰¹ Disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm . Acesso em 25.Nov.2007 às 23:50.

aprovar pelo menos 90% dos estudantes. Dessa forma caminha na contra mão do aprimoramento educacional e do desenvolvimento de meios de avaliação, submetendo praticamente a “aprovação automática” dos estudantes. As IES que adotarem o REUNI, devem proceder reestruturações nas formas que estão organizados os cursos. Devem implantar os Bacharelados Interdisciplinares, nos quais os estudantes sairão diplomados por área do Conhecimento, exemplo “humanidades” ou “tecnológicas”, findando a lógica das faculdades e dos centros de ciências. Tal medida visa integrar os cursos de suas áreas específicas, propondo o aumento de alunos, a diminuição de professores e a tecnificação do ensino. Essa mesma lógica está em pauta nas IES particulares, sob a lógica da “Universidade Nova”.

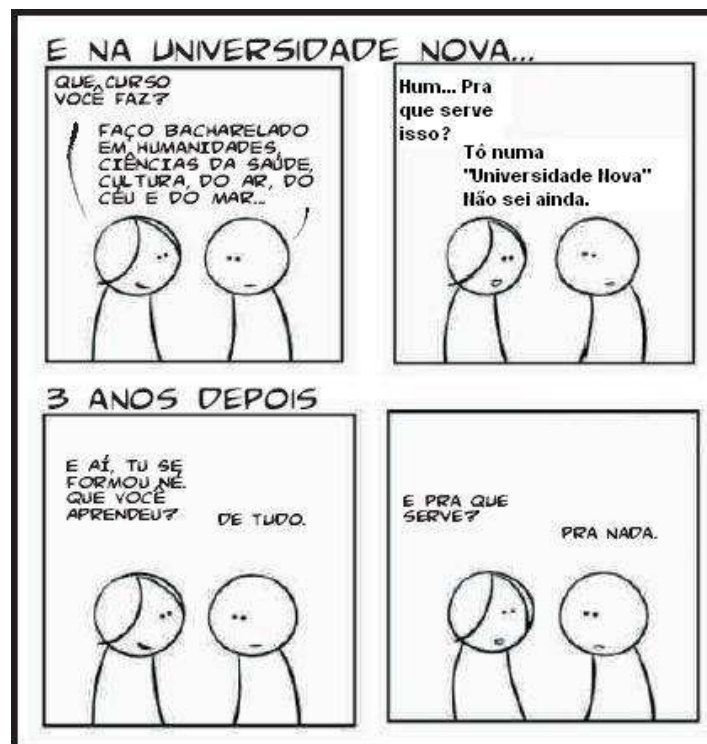


FIGURA 1 – Charge retirada da tese: Nós não vamos pagar nada! Frente de Oposição de Esquerda – UNE/2007

2.5.4 - A precarização do Ensino e o Exame de Proficiência para o Serviço Social¹⁰²

A precarização do Ensino Superior brasileiro, advindo com o processo de reestruturação do capital (seja no mundo do trabalho com a flexibilização do trabalho ou no âmbito do Estado com o neoliberalismo e os sucessivos governos na década de 1990 e na primeira década posterior) aprofundou-se na contra-reforma do Estado, para atender os interesses dominantes. Medidas voltadas ao atendimento dos interesses multinacionais foram adotadas provocando significativos ataques ao Projeto Ético-Político profissional, seja pelo fechamento de postos de trabalho, pelas precárias condições de trabalho (na qual o Assistente Social, bem como os demais trabalhadores estão submetidos), pela baixa remuneração, pelo sub-emprego e tercerização do trabalho, seja pelas precárias condições de ensino direcionado para obtenção de lucro pelo capitalista educacional e pelo desmonte da educação pública com Reforma Universitária – RU.

Neste quadro preocupante, a categoria dos Assistentes Sociais vem buscando formas de minimizar os impactos dessas políticas mercantis na educação. Foi proposto, como um meio de enfrentar esse quadro, a implementação do Exame de Proficiência para o Serviço Social. Buscando a gênese do porque o exame vem sendo proposto chegamos, em uma breve análise, à tentativa de se corrigir um “erro” primário do Ministério da Educação-MEC na LDB/1996, que permite a abertura indiscriminada do ensino privado e do ensino à distância, não havendo um controle específico para os mesmos. Este “Erro” na verdade é uma opção do MEC por uma política acertada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD, Fundo Monetário Internacional – FMI e ao Banco Mundial - BID, sustentado em um pilar de

¹⁰² Baseamos parte das reflexões aqui apresentadas, referente ao EAD e ao exame de proficiência, a partir da reflexão do autor juntamente com Mônica Clavico Alves (Coord. ENESSO Regional/ VII), apresentada como contribuição estudantil na reunião ampliada do Conjunto CFESS/CRESS – Setembro/2007 em Natal/RN.

contenção de gastos públicos com políticas sociais (saúde, educação, habitação, assistência social, dentre outras), privilegiando a esfera do mercado como necessária e legítima para suprir tais necessidades.

Nesta mesma lógica, a proposta da (contra) reforma universitária, apresentada pelo governo Lula, vem explicitar e afirmar os ataques à educação pública e de qualidade, fortalecendo ainda mais a expansão do ensino privado e o estímulo à abertura dos cursos de Ensino à Distância - EAD¹⁰³, inclusive no nível de graduação integralmente. Todas estas ações voltam-se para atingir o objetivo da massificar o ensino, mercantilizar a educação e atender às necessidades do capital.

Como já analisamos, no período governado por FHC tivemos um aumento significativo das instituições de ensino superior privadas no país. Para o Serviço Social o reflexo desta expansão privatista do ensino, rebate no aumento expressivo da oferta de cursos e da precarização da formação profissional. Tomamos como base os dados apresentados pela Prof^a Dra. Marilda V. Iamamoto, durante o debate estadual **“A Precarização do Ensino Superior e o Exame de proficiência no Serviço Social”**¹⁰⁴, na qual aponta para a existência de aproximadamente 253 cursos de Serviço Social no Brasil, sendo 207 em Instituições de Ensino Superior - IES privadas¹⁰⁵ e 46 nas IES públicas¹⁰⁶. Dessa forma, a prof^a Dra. Marilda Iamamoto nos apresenta um quadro preocupante, pois o conjunto do ensino superior na área do Serviço Social *“totaliza 32 823 assistentes sociais em formação no país, quase a metade*

¹⁰³ Segundo Iamamoto, *“a sua regulamentação foi feita pelo Decreto n° 2.494 de 10/02/1998 do presidente da República e pela Portaria n° 301 de 07/04/1998, do ministro da Educação”*. (2000:60-61)

¹⁰⁴ Atividade realizada pelo CRESS-SP em Março/2007

¹⁰⁵ Responsável por 27.465 vagas nos cursos de Serviço Social – representa um montante de 84% das vagas.

¹⁰⁶ Responsáveis por 5 358 vagas nos cursos de Serviço Social – representando 16%.

do contingente profissional atual, que irá dobrar nos próximos 5 anos, indicativo de um mercado profissional em expansão¹⁰⁷”.

Vale destacar que no momento dessa pesquisa, os dados apresentados pela Profª Dra. Marilda Iamamoto já se encontram ultrapassados, comprovando a preocupante precarização e mercantilização do Ensino Superior brasileiro, rebatendo em particular sobre a formação dos/as Assistentes Sociais. Em uma breve pesquisa no site do INEP/MEC¹⁰⁸, identificamos a existência de 276¹⁰⁹ cursos de Serviço Social habilitados pelo Ministério da Educação, sendo a Região Sudeste (SP, MG, RJ e ES) o lócus de maior concentração de Unidades de Ensino para o curso de Serviço Social, equivalente 50.7% de todo território nacional, totalizando 140 Unidades de Ensino. Em seguida vem a Região Sul (PR, SC e RS) com 22.4%, totalizando 62 das Unidades de Ensino; a Região Nordeste (PE, PB, AL, BA, CE, RN, SE e PI) com 13.7%, totalizando 38 Unidade de Ensino; A Região Norte (RR, AP, MA, AM, RO, AC e TO) com 7.6%, totalizando 21 Unidade de Ensino e a Região Centro-Oeste (DF, GO, MS e MT) com 5.4%, totalizando 15 Unidades de Ensino.

As piores situações encontram-se nos Estados de MG¹¹⁰ e SP. Apenas no Estado de São Paulo, chegamos a identificar nessa pesquisa a existência de, aproximadamente, 51 Unidades de Ensino Superior em Serviço Social – Presencial – filiadas,

¹⁰⁷ Marilda V. Iamamoto, Palestra “Os 70 anos de Serviço Social no Brasil: Lutas, Atuação profissional e Perspectivas”, 12º CBAS- Foz do Iguaçu/PR em 02/11/2007.

¹⁰⁸ Informações disponibilizadas em http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca_curso.stm. Acesso em 18.nov.2007 às 15:00.

¹⁰⁹ Podemos inferir que do total de 276 unidades de ensino em Serviço Social no Brasil, aproximadamente 83% encontram-se em IES privada – 230 IES.

¹¹⁰ O Estado de Minas Gerais lidera o número de Escolas de Serviço Social com 56 cursos habilitados. Logo após vem SP com 51 cursos habilitados. No entanto temos dúvidas sobre esses dados, pois se cruzarmos esses dados com a quantidade de EAD por Estado (conferir nota de rodapé 113), disponibilizados pelos CRESS, chegaremos a um número assustador: Minas Gerais totalizaria 236 Unidades na modalidade presencial, semi-presencial e turmas do EAD. São Paulo totalizaria 178 Unidades na modalidade presencial, semi-presencial e turmas do EAD. No entanto não conseguimos obter esses dados com precisão, uma vez que os próprios órgãos MEC/INEP ou os CRESS não dispõem de mecanismos precisos de mensuração.

ou não¹¹¹ à ABEPSS. Destas apenas uma (01) é pública e gratuita – UNESP campus de Franca¹¹². No entanto, a partir do processo dessa pesquisa, chegamos a um número de 55 IES – presencial na região ABEPSS/ SUL II, referente ao Estado de SP E MS. (Apêndice-3)

Outro dado relevante, disponibilizado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, aponta para a existência do EAD, sendo que, apenas no Estado de São Paulo, a presença dessa modalidade está em aproximadamente 127 municípios¹¹³.

Este quadro de massificação do ensino, proliferação exacerbada de cursos de Serviço Social, presenciais, semi-presencial ou EAD, traz a preocupação dos possíveis e sérios rebatimentos na qualidade da formação profissional.

Os cursos de EAD, em especial, trazem alguns detalhes que fortalecem estas preocupações. Não há por parte do MEC uma regulação e nem mesmo controle da abertura destes cursos, segundo Elisabete Borgianni, no evento **“Serviço Social em Debate: Desafios para a Profissão do Serviço Social diante da Precarização do Ensino Superior”**¹¹⁴, realizado na cidade de Campinas. A mesma informou que, em uma reunião com os representantes do MEC, ficou claro por parte deles o não controle quanto a abertura de cursos

¹¹¹ Segundo informação da Profª Maria Elisa Brisola – UNITAU, vice-presidente da ABEPSS SUL II-2006/2008 esse número não necessariamente expressa o montante das escolas filiadas à entidade, pois devido o surgimento significativo de novas escolas, a filiação de algumas ainda não foram consignadas. Destacamos que a partir das informações apresentados pela Profª Maria Elisa – Palestra no III ELESS CAPITAL/SP, 06/10/2007, realizado na PUC/SP – a ABEPSS/ SUL II tinha conhecimento de apenas 42 Unidades de Ensino Superior em Serviço Social – presencial. Dessa forma, podemos inferir que o número de escolas atualmente na região ABEPSS/ SUL II não refletem a realidade, pois esse número está em constante alteração. Outro dado apresentado pela ENESSO/ Região VII no III ELESS CAPITAL/SP, estima-se que o número de Unidades de Ensino Superior em Serviço Social – presencial – chegue a 62 unidades.

¹¹² Segundo a pesquisa de Ramos (1996), o Estado de São Paulo contava em 1996 com 23 Unidades de Ensino presencial para o curso de Serviço Social. Notamos que esse número duplicou em aproximadamente dez anos.

¹¹³ Dados disponíveis em www.cfess.org.br/pdf/MAPEAMENTO_DOS_CURSOS_DE_GRADUACAO_A_DISTANCIA.pdf. Acesso em 03.Agost.2007 às 11:30. (ANEXO-9)

¹¹⁴ Atividade realizada pelo CRESS – SP Seccional Campinas com apoio do C.A.S.S. VII de Março/PUC-Campinas em Agosto/2007, Palestra Elisabete Borgianni – Presidente do CFESS-2004/2007

à distância, tendo inclusive solicitado a ela, presidente do CFESS o mapeamento dos cursos à distância em Serviço Social realizados pelos CRESS's, pois não tinham estes dados.

A abertura de cursos à distância está autorizada em qualquer instituição com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ vinculado à educação. Não garantindo nenhuma forma de controle eficaz das condições estruturais física, organizacional e pedagógica das IES que desejam abrir cursos, sejam de Serviço Social ou demais áreas¹¹⁵.

Como já explicitado por Ivanete Boschetti¹¹⁶, a modalidade EAD não há normas objetivas e explícitas para a realização do estágio, nem mesmo considera a relevância dele para o processo de ensino-aprendizagem. A bibliografia utilizada se resume em apostilas, com verdadeiras “barbaridades” no que tange ao ensino da formulação de políticas sociais, por exemplo, adotando como referência bibliográfica desde a Bíblia “Sagrada” até o referencial teórico em Marilda Vilela Iamamoto.

Há estimativa de que daqui a dez anos a categoria de Assistentes Sociais dobrará numericamente. Temos hoje aproximadamente 70 mil profissionais, seremos 140 mil, o que poderá rebater na precarização do trabalho profissional, na baixa remuneração, no acirramento da concorrência no mercado de trabalho, etc.

Há ainda outras tantas questões que rebatem na mercantilização do ensino, precarização da formação e desregulamentação de direitos das quais temos o conhecimento e fazemos a reflexão, mas que não expusemos aqui.

¹¹⁵ Um dos principais argumentos que legitimam o EAD é que esta modalidade democratiza o Ensino no país, principalmente para as comunidades distantes dos grandes centros urbanos – ribeirinhas, quilombolas, indígenas, dentre outras. No entanto, gostaríamos de desmistificar esse argumento, uma vez que é inaceitável, do ponto dessa argumentação, a proliferação de cursos na modalidade EAD, por exemplo no Estado de São Paulo, inclusive na capital paulista. Dessa forma, o EAD vem corroborar com a lógica do ensino como mercadoria.

¹¹⁶ Texto apresentação no seminário organizado pelo CRESS-RJ em Junho/2007. As Contra-reformas para a Formação Profissional e Exercício Profissional: a Insuficiência do Exame de Proficiência como Estratégia de Enfrentamento.

Precisamos com muito cuidado debater essa questão, pois nossa crítica não é e nem pode se voltar contra o estudante da modalidade do ensino à distância. Não é ele nosso inimigo, não podemos no debate da formação profissional voltarmos nossos olhares para o estudante que participa da modalidade EAD e transforma-lo em “bode expiatório” da precarização do ensino superior. Devemos sim fazer uma análise crítica do que esta modalidade de ensino vem representando.

Baseando-nos em uma pesquisa realizada na PUC/SP¹¹⁷, que aponta um perfil eminentemente de estudante trabalhador, acreditamos que tal perfil não seja uma singularidade expressa apenas na PUC/SP, mas que tenha traços particulares e presentes na maioria das IES, principalmente nas privadas. Isso significa dizer que são estudantes que dependem do trabalho para acessar o direito a educação e que muitas vezes, passam por períodos relevantes na condição de inadimplente, por não conseguir custear as altas mensalidades cobradas pelos setores de Educação Privada.

Se estivéssemos à margem da margem e tivéssemos uma possibilidade de realizar um curso de Graduação reconhecido pelas instâncias competentes como o MEC, não teríamos dúvidas em aceitar e ingressar no EAD, uma vez que as condições para custear uma Universidade “conceituada” com mensalidades abusivas seriam inviáveis e por outro lado, as universidades públicas não oferecem e nem garantem condições de acesso para a maioria dos estudantes com este perfil.

Diante deste quadro de precarização do ensino e não garantia na qualificação profissional é que o Exame de Proficiência é proposto. Segundo alguns argumentos utilizados pelos seus defensores, o mesmo seria uma estratégia para conter essa precarização. No entanto é justamente na forma que se pretende fazer essa contenção que se encontra o cerne de nossa

¹¹⁷ Pesquisa Perfil dos Estudantes, 2004 – Realizado pela professora Dra. Luzia Fátima Baierl da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP.

crítica. Em última análise, quem será penalizado e arcará com os ônus deste mecanismo, que visa qualificar a atuação profissional e conter o sucateamento do ensino, serão os estudantes. Há registros nos encontros estudantis¹¹⁸ no qual os estudantes já apontavam sua crítica ao sucateamento do ensino em especial a modalidade EAD e aos cursos seqüenciais, orientando a atuação política da ENESSO.

O Exame de Proficiência não traz, em si, em nenhum momento, a necessidade ou o horizonte de avaliar a instituição de ensino superior, e nem a necessidade de avaliar a totalidade do processo de formação. A lógica é da individualização e culpabilização dos estudantes, pelo modelo de formação ofertado. Forma-se o estudante e depois de formado avalia-se suas condições de exercer a profissão, como se o processo da formação profissional não tivesse nenhuma relação com o acúmulo e desenvolvimento de competências durante o período da graduação.

Não se pretende com o Exame de Proficiência, reafirmar o compromisso na formação profissional sob a defesa do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, da articulação necessária para com as dimensões Teórico-Metodológica; Técnico-Operativa e Ético-Política e da necessidade das IES terem uma política de estágio que vise o desenvolvimento do mesmo, como locus privilegiado de aprendizado e de contato com a prática profissional e não como mão de obra barata.

Uma prova, enquanto expressão instrumental-avaliativa, não expressa o desenvolvimento de habilidades, nem mesmo a postura ética de um profissional. Ela se torna um mecanismo elitista, na medida em que privilegia a apreensão do conhecimento a altura do

¹¹⁸ No XXVI ENESS 2004-Vitória/ES e no XXVII ENESS 2005-Recife/PE foi deliberado no eixo de Universidade “12. Contra a abertura de cursos seqüenciais e cursos a longa distancia das universidades públicas e privadas.” No XXIX ENESS 2007-Contagem/MG deliberou-se no eixo de universidade “20. Em defesa do ensino público gratuito, democrático, presencial e de qualidade, comprometido com os interesses dos trabalhadores e segmentos populares.”

rigor científico, não considerando as deficiências históricas e estruturais que os estudantes possam apresentar em relação a isso, nem às questões regionais tão diversas em nosso país.

Na lógica capitalista, a produção que serve para o acúmulo do capital é a mesma que produz as mazelas sociais. Na ânsia de não deixarmos o ônus da precarização do ensino atingir os mais “pobres” (usuários dos serviços sociais), através de um profissional mal qualificado, culpabilizamos então seus “filhos”(referimos aos Assistente Sociais que não puderam ingressar em universidades conceituadas) com um exame, por terem acessado um direito transformado em mercadoria de má qualidade.

Esse exame é a ratificação da perspectiva mercantil do ensino, ou seja, o exercício qualificado da profissão passará pelas condições objetivas de custear alguma IES “comprometida” com o ensino, ou entrar na lógica do cursinho preparatório, arrebentando as perspectivas de nosso projeto de profissão.

Nem mesmo no curso de Direito o exame da Ordem dos Advogados - OAB resolveu o problema. Ao contrário, significou o aprofundamento da mercantilização do ensino. O estudante que, para obter o título de Bacharel em Direito, cursa em média 5 anos de estudos na IES, depois fica pelo menos dois (02) anos em cursinho preparatório para ser aprovado no exame da OAB. A exemplo da ineficácia do exame, apenas no Estado de São Paulo o índice de reprovação no exame da OAB chegou a atingir 92,84%¹¹⁹. Podemos dizer que tal exame serve como reserva de mercado e cria a imagem do Estudante “A” e “B” e não qualifica a formação profissional. A estrutura do curso de Direito, salvo várias IES comprometidas com a qualidade da formação, de modo geral está voltada para aprovação no exame da OAB e não para lançar o conhecimento do Direito como forma de fortalecer a

¹¹⁹ Dados disponíveis em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17580.shtml> . Acesso em 01.set.2007 às 20:00.

classe trabalhadora, dos grandes dilemas contemporâneos que assolam a sociedade capitalista, etc. O estudante sai da IES como OUTDOOR, “ele conseguiu passar no exame da OAB!”.

Podemos cair em armadilhas como a abertura de cursinhos preparatórios para o Exame de Proficiência em Serviço Social, legitimando toda essa lógica de precarização. Significa afirmar a teoria do esforço individual, cada um faz o que pode, e nos culpabilizamos por estarmos fora do mercado de trabalho. É acreditar que a situação de desemprego é mera expressão de nossa incapacidade. Em outras palavras, seria afirmarmos o puro positivismo na forma de entender e explicar o mundo.

Os estudantes que se encontram nas IES privadas, nas quais pagam mensalidade abusiva com muitas dificuldades ao longo do curso, ou os estudantes que hoje se encontram no EAD como única possibilidade de acesso à educação superior¹²⁰, não podem arcar, sozinhos, com o ônus advindo da lógica mercantil de ensino. Não podemos culpabilizar o estudante que descobrirá, apenas no final do processo de formação profissional que sua IES possui um curso deficitário em conhecimento, deixando sua formação a desejar, correndo o risco de não poder exercer a profissão, pois a IES “X” ou “Y” não possuía mínimas condições de formar profissionais para ingressar no mercado de trabalho, nem muito menos que defendam a profissão de Serviço Social nos marcos do projeto coletivo construído pela categoria.

Com a instituição do exame, os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS fariam o papel de selecionar o grande número de profissionais que ficariam no exército industrial de reserva, tão necessário ao capitalismo.

Corremos o risco de, ao mexermos na lei que regulamenta a profissão para legalizar o exame, perdermos direitos e avanços conquistados pela categoria nos últimos anos,

¹²⁰ É inexistente, até o momento, produções que tratem das características dos estudantes da modalidade EAD, para que possa traçar mais precisamente os impactos na formação profissional.

uma vez que para alterar essa lei, deverá passar por aprovação do Parlamento cuja correlação de forças atual expressa o conservadorismo voltado à onda de desregulamentação de direitos.

Com o avanço das contra-reformas do Estado em uma direção conservadora, a desregulamentação de direitos sociais, a precarização e a mercantilização do ensino, somada à precarização do mundo do trabalho, vem fortalecer a perspectiva de contra-hegemonia conservadora para a profissão. No entanto se esse exame for aprovado para o curso de Serviço Social, o que faremos com nosso Projeto Ético-Político? O que faremos com o projeto societário que nossa categoria defende? Seria abandonar as perspectivas de luta para a consolidação de um projeto de formação profissional, comprometido com o acúmulo histórico da categoria, para realização de uma prova? Frente à complexidade do assunto, tais questões devem ser objeto de reflexão da categoria¹²¹.

É preciso que as lutas da categoria, bem como dos setores da educação - críticos ao processo de sucateamento do ensino- confluam suas lutas para pressionar o MEC para conter a raiz do problema, que está lá atrás na LDB e na lógica do ensino mercantil.

Entendemos que a reflexão e o debate não se resume a afirmar ou negar o exame de proficiência. Temos uma realidade concreta de precarização do ensino e de perdas de direitos e, para tanto acreditamos que somente no debate coletivo, plural, aberto e franco podemos avançar na defesa da perspectiva crítica e de nosso Projeto Ético-Político. Esperamos que, com esse debate, possamos discutir e fazer valer a história e o projeto que essa categoria defende.

A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO entende o Exame de proficiência como retrocesso na história da categoria que se põe frontalmente contra a barbárie contemporânea. Defende o ensino crítico e de qualidade, com ensino-

¹²¹ Tais questionamentos cumprem papel de problematizar sobre o assunto, não responderemos essas questões neste trabalho por merecerem maior atenção frente a sua complexidade.

pesquisa e extensão, na defesa das diretrizes curriculares e as perspectivas do Projeto Ético-Político.

Em setembro 2007 na reunião ampliada do Conjunto CFESS/CRESSS foi explicitado à postura da ENESSO contrária ao Exame de Proficiência, os mestrados profissionalizantes, a precarização do ensino e do EAD como modelo de formação profissional. Na ocasião, como não houve consenso pela categoria, resolveu-se não aprovar o Exame de Proficiência, remetendo tal decisão para a reunião ampliada do Conjunto CFESS/CRESSS-2008, após a construção de seminários regionais e amplo debate da categoria, envolvendo profissionais, estudantes e as entidades representativas, conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

III – A Práxis Política dos Estudantes de Serviço Social - “Da Luta Não me Retiro”¹²²”

Para os que virão

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.
[...]

Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular - foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.
[...]

É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros).
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo, e saber serão, lutando!

Thiago de Mello

¹²² “Da luta Não me retiro” é um Trecho da música - De ontem em diante/Teatro Mágico. Esse trecho expressa a garra dos militantes do MESS que, mesmo diante de dificuldades em conciliar trabalho, estágio, estudos, faculdades, provas, família, monografia, pesquisas[...] se dedicam à construção e fortalecimento do MESS, na luta dos trabalhadores, no fortalecimento da categoria e na defesa de nosso Projeto Ético-Político, apostando sempre na organização coletiva, na transformação social e na capacidade dos sujeitos coletivos em mudar o rumo da história.

3.1 O Movimento Estudantil Brasileiro e o Movimento Estudantil em Serviço Social.

Apresentaremos um breve histórico do Movimento Estudantil brasileiro, resgatando o protagonismo dos sujeitos que os fazem e suas entidades representativas. Para isso, faremos uma distinção¹²³ entre o Movimento Estudantil “Geral” – ME (referente ao Movimento Estudantil realizado via União Nacional e Estadual dos Estudantes - UNE e UEE - ou Diretório Central dos Estudantes – DCE) e no movimento de “área” (Executivas e Federações de cursos, Centros e Diretórios Acadêmicos – CA’s e DA’s – e o FENEX – Fórum Nacional das Executivas e Federações de Curso). No caso do ME, nos restringiremos aos aspectos que julgamos mais relevantes para essa pesquisa¹²⁴. Já no movimento de “área”, nosso foco será apenas as discussões referentes ao Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS.

3.1.1 Breve resgate da trajetória da União Nacional dos Estudantes - UNE

A História do Movimento Estudantil é de longa data. Não foram poucas as vezes que os estudantes assumiram seu papel de protagonista na história, se organizando e lutando ao lado dos segmentos populares e dos trabalhadores de modo geral.

A participação organizada dos estudantes no Brasil possui como marco histórico a fundação da União Nacional dos Estudantes - UNE - criada em 13 de agosto de 1937, no I Congresso Nacional dos Estudantes, realizado no Rio de Janeiro/RJ. Isso não quer

¹²³ Essa distinção é didática, pois, salva as particularidades e processos, a história do ME geral e do MESS se confundem em determinados períodos, mostrando sua relação direta um com o outro.

¹²⁴ Não temos a pretensão de esgotar toda discussão do ME no Brasil, suas polêmicas, disputas e trajetórias. Para tanto sugerimos, no sentido de aprofundamento, Poerner (2004) sob a qual nos apoiamos para essa discussão.

dizer que anterior à criação da UNE não houvesse lutas estudantis, no entanto podemos considerar as iniciativas de organização política dos sujeitos históricos que compõem o segmento estudantil tímidas do ponto de vista da articulação e organização coletiva a nível nacional¹²⁵.

Após a fundação da UNE, os estudantes ganham força e projeção no cenário político nacional, mesmo sob os “olhos” da ditadura de Getúlio Vargas que proibia a realização de debates políticos pela entidade.

Desde sua fundação até o golpe de 1º de Abril de 1964 a UNE desenvolveu um papel de enfrentamento à ditadura Varguista, posicionando-se contra as medidas coercitivas do Estado Novo. No contexto da 1ª Guerra Mundial a UNE demonstrou um caráter pacifista. No entanto é na década de 1940 que a entidade posiciona-se contrária ao Nazismo, defendendo a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial ao lado dos “aliados”. Em 1942 a UNE entra de fato na luta contra o nazifacismo internacional, realiza campanhas, passeatas e paralisações exigindo que o governo de Vargas não apóie o nazismo. Em 1947 impulsiona a campanha “ O petróleo é nosso” exigindo que as riquezas do solo nacional não pudessem ser exploradas pelas multinacionais estrangeiras.

O início da década de 1960 é marcado por fortes mobilizações populares. Neste contexto a UNE cria o Centro Popular de Cultura - CPC, com fins estratégicos de politização dos estudantes através da cultura, influenciado pelo educador Paulo Freire. Em 1961 a mobilização estudantil declara apoio à Revolução cubana – primeira revolução de cunho socialista no ocidente, inspirando a luta contra a intervenção Norte-Americana na ilha

¹²⁵ Anterior a criação da UNE, tínhamos formas isoladas e dispersas de movimento estudantil participando das mais diversas questões nacionais, como: nas campanhas pela Abolição da Escravatura e pela instalação da República; nas manifestações contra o aumento das passagens dos bondes no final do Império; apoio as greves operárias de 1917 a 1920 e na “Revolução” Constitucionalista-SP, em 1932, não constituindo assim, um movimento dos estudantes propriamente dito. No entanto tais lutas careciam de uma organização política nacional em torno das lutas estudantis, unificando nacional e politicamente os mesmos.

caribenha, e pela autonomia do povo cubano¹²⁶. O ano de 1962 é marcado por inúmeros debates realizados pela UNE em todo Brasil, para discutir a situação do ensino superior brasileiro que culminou na histórica greve geral dos estudantes, mobilizando aproximadamente 90% dos estudantes de todo Brasil, cuja principal reivindicação era a participação estudantil no colegiado dos Conselhos Administrativos das Universidades.

No ano de 1963 se intensificam as lutas estudantis. Na efervescência do movimento de massa em ascensão, a UNE declara apoio às reformas de base do governo João Goulart e promove ações anti-imperialismo Norte-Americano.



Foto 1 – 1941 Campanha contra o nazifacismo internacional



Foto 2 – 1961 apoio a revolução Cubana



Foto 3 – A UNE reivindica Reformas de Base.

Em 1964 no auge das lutas sociais em torno das reformas de base, os militares, apoiados pela burguesia, pela Igreja Católica Apostólica Romana e pelos partidos de direita,

¹²⁶ Vale lembrar que com o fim da 2ª Grande Guerra (1945) as duas grandes potências vencedoras deflagram a Guerra Fria, de um lado os EUA – bloco capitalista, de outro a URSS – bloco socialista.

tomam de assalto o cenário político nacional e mediante um golpe de Estado destituem o governo de João Goulart e se instauram no poder, reprimindo e proibindo qualquer organização política que questionasse a ordem social. As organizações populares, partidos políticos, sindicatos, movimentos políticos, Centros Acadêmicos-CA's, Diretórios Acadêmicos-DA's e Diretórios Centrais Estudantis- DCE's são duramente reprimidos e proibidos de exercerem suas atividades. A UNE é "legalmente" extinta e sua sede no RJ é barbaramente incendiada pelos militares.

A "extinção" da UNE se deu a partir da lei 4464¹²⁷ de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, na tentativa de destruir a autonomia e a representatividade do ME, substituindo-a pelo Diretório Nacional dos Estudantes umbelicalmente atrelado e controlado pelo Governo militar. Segundo Poerner (2004) o objetivo era proibir as entidades estudantis de realizar quaisquer ações que pudessem afetar a ordem instaurada, seja pela realização de greves ou vinculações com tendências de esquerda. Dessa forma, o movimento não tinha autonomia devendo ficar sob a tutela do Ministério da Educação.

Durante a primeira fase da ditadura, de 1964 a 1968 os estudantes resistiram aos ditames da Lei Suplicy e se organizaram na clandestinidade, muitos desses foram presos e/ou outros mortos nas mobilizações contra o regime ditatorial e contra o gerenciamento dos Estados Unidos da América no Ensino Superior brasileiro através do projeto de reforma universitária MEC-USAID. No ano de 1968 aconteceram mobilizações estudantis e operárias que colocaram a "legitimidade" do regime em questão. Algumas greves operárias foram deflagradas (Osasco/SP e Contagem/MG), passeata durante o enterro do estudante Edson Luís, assassinado pelos militares dentro do restaurante universitário Calabouço (RJ) e no mês de março mais de 100 mil estudantes, artistas e intelectuais por vários Estados do Brasil,

¹²⁷ Essa lei estabelecia: "É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares". (VASCONCELOS,2003:52-53)

realizaram passeatas exigindo liberdade democrática. Outro fato lamentável foi o confronto, na Rua Maria Antonia em São Paulo, entre estudantes da faculdade de Direito da USP, militantes do movimento estudantil e os estudantes do Mackenzie integrantes do CCC – Comando de Caça aos Comunistas, ocorrendo a morte do estudante José Guimarães.

De fato o assassinato do estudante Edson Luís representou o estopim para as mobilizações contra o regime militar. No entanto frente às contestações inicia-se a fase mais repressora do período ditatorial no Brasil. O governo Militar institui o AI – 5¹²⁸, prevendo a extinção dos direitos políticos o que resultou em prisões, torturas, mortes e desaparecimento de militantes, dentre eles Fernando Santa Cruz, militante político de esquerda desaparecido durante o período militar e até hoje não se tem notícias de seu paradeiro.



Foto 4 -Marcha da Família com Deus pela Liberdade 19 de março 1964 em São Paulo. Manifestação que deu Carta Branca a instauração do regime militar.



Foto 5 - 1 de Abril de 1964: A sede da UNE no Rio de Janeiro é incendiada pelos militares.

¹²⁸ O Ato Institucional nº5 previa: “Fechar o Congresso Nacional, bem como inúmeras Assembléias Legislativas dos Estados e Câmaras de Vereadores dos municípios; Transferir ao poder executivo as principais funções ainda conservadas pelo legislativo; decretar a intervenção federal em muitas cidades; voltar a intensificar os decretos de suspensão de direitos políticos de opositoristas pelo prazo de dez anos e de cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; impedir a apreciação dos atos presidenciais de punição pelo poder judiciário; suspender as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos; suspender a garantia de Habeas Corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica, social e a economia popular” (apud VASCONCELOS, 2003:53)



Foto 6 – Passeata no enterro do estudante Edson Luís.



Foto 7 – Pichações contra o Regime Militar.

Na ilegalidade a UNE tem seus principais líderes presos, durante a realização do congresso de Ibiúna em São Paulo, desmantelando e desarticulando o movimento estudantil nacional. O AI – 5 não permitia a realização de atos públicos, reuniões, encontros ou qualquer tipo de ação política, o que levou alguns militantes do movimento estudantil a aderirem a luta armada com objetivo de derrubar o governo militar e resgatar os militantes do movimento estudantil e dos trabalhadores presos pela ditadura militar, no entanto parcelas do Movimento Estudantil permaneceram acudadas e “adormecidas”. Para Poener (2004:275), *“o AI 5 representou enorme retrocesso político na história do Brasil, um duro golpe para o pouco de liberdade que ainda restava e sensível endurecimento do regime militar. Todo o movimento intelectual e cultural foi grandemente afetado”*

No final da década de 1970, setores dos trabalhadores, dos estudantes e de segmentos da sociedade em geral intensificam suas lutas pelas liberdades democráticas. É realizado, ainda na clandestinidade, o 3º Encontro Nacional dos Estudante – ENE, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC/SP. Sob o comando do então secretário de segurança pública de São Paulo, Coronel Erasmo Dias, a Polícia Militar

invade o Teatro da Universidade Católica – TUCA, incendiando o local e dando voz de prisão aos estudantes¹²⁹.

O governo militar entra em crise e mediante pressões e lutas pela reabertura política, realizou-se em 1979 na Bahia o congresso de reorganização da UNE sendo a primeira entidade de âmbito nacional a se reestruturar no país.

A década de 1980 é marcada pela forte presença do movimento de massa e da eclosão dos movimentos sociais e de greves operárias, principalmente no ABC paulista. Surgem na cena política nacional o Partido dos Trabalhadores - PT, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, dentre vários outros movimentos sociais sufocados durante todo o período militar. Dentre as lutas particulares dos movimentos em ascensão destaca-se, assumida por um amplo setor, a campanha pelas Diretas Já!

Na década de 1980 a UNE volta ao cenário nacional, reconhecida e legitimada como entidade representativa dos estudantes. Alguns dirigentes da UNE surgiram dos partidos políticos existentes na época, que passaram a disputa-la. Essa disputa partidária pela hegemonia política da direção da UNE culminou na “dinastia” do Partido Comunista do Brasil – PC do B¹³⁰, no comando da entidade desde 1991 até os dias atuais.

Lessa afirma que a década de 1990 é marcada por um momento

¹²⁹ Este episódio encontra-se documentado, além dos registros em livros e na história, no vídeo “Invasão da PUC-SP. Não se cala a consciência de um povo.” - disponível na biblioteca da PUC/SP. A lamentável invasão da PUC pelos militares culminou em um acordo da comunidade “puquiiana” em proibir a entrada da polícia no campus Monte Alegre, acordo que foi quebrado após 30 anos quando na madrugada do dia 10/11/07 a Polícia Militar invadiu novamente o campus Monte Alegre, com o apoio da então reitora Maura Veras Bicudo, retirando os estudantes que encontravam-se acampando na reitoria reivindicando mais democracia interna e contra a proposta de redesenho institucional da Universidade. A PUC foi a primeira Universidade no Brasil que instituiu democraticamente a eleição direta para seus reitores e, historicamente conflitos políticos e sociais no seio da universidade eram resolvidos no diálogo e no âmbito político, herança democrática que foi manchada em 2007.

¹³⁰ A direção da UNE é hegemonizada por militantes do PC do B, por meio de sua juventude, a União da Juventude Socialista – UJS. Vale ressaltar que desde a eleição do Governo Lula (2002) a Juventude do PT-JPT (pertencentes majoritariamente a tendência interna do partido - Articulação Unidade na Luta) aliou-se a UJS imprimindo a direção da UNE uma prática governista e “pelega” por se afastar das lutas estudantis.

altamente contra-revolucionário. Nunca houve nenhum período na história da humanidade no qual o capitalismo tornou-se tão hegemônico e homogêneo que a humanidade comporta-se, como se não houvesse alternativa, tal fato veio a incidir diretamente no seio da classe trabalhadora em suas organizações e nos movimentos sociais e políticos.” (LESSA, 2001 apud VASCONSCÉLOS,2003:54)

O recuo das lutas sociais, presente na década de 1990, marca a estagnação dos movimentos sociais e populares da classe trabalhadora. Isso não quer dizer que não houve lutas sociais e resistência.

Em relação a UNE, as disputas no interior da entidade tornaram-se despolitizadas, uma vez que os interesses partidários pela direção da UNE se sobressaíram à construção das lutas estudantis, afastando a UNE das lutas estudantis, burocratizando-a e tornando-a uma “fábrica de dinheiro” através da venda de carteirinhas. Os resultados dos congressos da entidade tornaram-se altamente previsíveis, pois a atual direção da UNE comandada pela UJS e JPT operam uma política no interior da entidade que dificulta a tomada de hegemonia por grupos de esquerda e democráticos¹³¹.

Dessa forma, UNE ganha uma característica que a difere substancialmente da década anterior. As práticas burocratizadas e antidemocráticas levaram a entidade a perder legitimidade junto aos estudantes, que atualmente, em sua maioria, “*nem sabem o que é a UNE não a reconhecem enquanto instrumento coletivo de organização.*” (BASTOS,2005:64)

Poerner (2004) ao se referir ao 48º Congresso da UNE/2003, na qual o PC do B mantém a “dinastia” no comando da entidade – é eleito como presidente da UNE o estudante, militante da UJS/PC do B, Gustavo Lemos Petta - afirma que, mesmo o PC do B sendo base de apoio e força política integrante do governo Lula a UNE manteve sua “*tradicional independência*” e diz lamentar as posturas dos saudosistas que questionam a mudança de

¹³¹ Não cabe aqui definir todas as tendências e correntes que disputam a UNE, pois as alianças políticas estão em constante articulação. Cabe ressaltar que no 50º Congresso da UNE/ Brasília-DF, entre os dias 4 e 8 de julho/2007, a UJS aliada com setores majoritários da JPT e setores de direita conquistaram novamente a direção da entidade elegendo como presidente a estudante de jornalismo Lúcia Stumpf (FMU/RS).

caráter da UNE. Poerner alegando que tudo “*está em permanente transformação, para melhor ou pior, dependendo do ponto de vista.*” (2004:311)

Concordamos com Poerner no que diz respeito às permanentes transformações que vivenciamos na realidade social, uma vez que a história não é algo estático ou pré-definido, mas encontra-se em permanente transformação a partir das correlações de forças entre as classes em luta. No entanto, mesmo que a UNE pondere algumas práticas do governo, se manteve apática às medidas apresentadas pelo governo Lula e não pos seu “bloco na rua”, legitimando o processo de Contra-Reforma Universitária. Dessa maneira a UNE, longe da “*tradicional independência*” manifestou uma clara direção política, aliada ao governo.

A crise de identidade e legitimidade da UNE levou parte significativa do movimento à estagnação da lutas, ao imobilismo e a gerar apatia política junto aos estudantes, fato que vem se agravando com o advento das idéias neoliberais e pós-modernas que postulam pelo fim da história e das conquistas sociais, valorizando o individualismo.

Para completar o quadro de desmobilização, Bastos (2005) afirma que a UNE por não estar próxima de sua base, não consegue cumprir seu papel de mobilizar os estudantes nacionalmente em defesa dos seus direitos.

Mediante o retrocesso das lutas estudantis, uma alternativa que se abre aos setores mais combativos e aos estudantes de base foi o fortalecimento do movimento de área como as executivas e federações de curso, por serem entidades que estão próximas aos estudantes cujo papel, além do engajar-se no movimento mais amplo da sociedade, é de discutir as áreas de interesses profissionais dos estudantes (questões acerca da organização curricular, o papel social e profissional entre outras), sendo estratégico para aglutinação do movimento. No caso do Serviço Social a executiva de curso é a ENESSO, que congrega esses estudantes nacionalmente.

Ao falarmos do atual quadro da UNE, não podemos deixar de citar os grupos que internamente reivindicam a história e tradição de luta da entidade, rompendo com o quadro de imobilismo da direção majoritária. A Frente de Oposição de Esquerda na UNE – FOE, criada em 2006, congrega diversas forças e correntes políticas no interior da entidade com o intuito de disputar a direção e uma postura crítica, de esquerda e comprometida com as lutas estudantis se colocando opostamente à contra-reforma universitária e exigindo da direção majoritária da UNE uma postura combativa, em defesa das bandeiras históricas da entidade. A FOE, *“Mais do que isso, tenta quebrar a prática sectária que envolve o ME combativo, apontando para a unidade entre aqueles que atuam dentro e fora da UNE.”*¹³²

Outra expressão atual do Movimento Estudantil é a Coordenação Nacional de Lutas Estudantis - CONLUTE, criada em 2004/RJ, que rompeu com a UNE e passou a construir uma espécie de entidade paralela no movimento. Nega a estrutura, a história da UNE e a possibilidade de disputá-la internamente.

3.2 O dia-a-dia se faz em movimento: A práxis dos estudantes de Serviço Social – Breve histórico de sua organização política¹³³

3.2.1 O Movimento Estudantil em Serviço Social: Conhecendo a história

A trajetória da organização política dos Estudantes de Serviço Social no Brasil está imbricada com a trajetória de luta, mobilização e organização dos movimentos reivindicatórios da sociedade brasileira. Os registros históricos que tratam da origem do

¹³² Retirado do documento/Tese da Frente de Oposição de Esquerda-UNE: Nós não vamos pagar nada!/2007

¹³³ Tomamos como referência os trabalhos de Ramos (1996) e (1997), Vasconcelos (2003), e Silva (2006). Tais autores retratam mais aprofundadamente o processo de reorganização do MESS. Como este trabalho objetiva discutir a relação da formação profissional e o MESS, não recuperaremos toda trajetória estudantil nos encontros e debates no interior do movimento, destacaremos apenas alguns pontos que julgamos importantes para este trabalho.

MESS, declaram carência de documentações que apontem precisamente o início da organização política dos estudantes de Serviço Social. Segundo Vasconcelos (2003), consta nos trabalhos de Silva¹³⁴ depoimentos de Assistentes Sociais que participaram do movimento estudantil, na qual apontam as primeiras referências da organização política dos estudantes de Serviço Social no Brasil em 1961 com a realização de Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social - ENESS.

No entanto, gostaríamos de problematizar essa referência temporal, convencionada na literatura pertinente ao MESS. Encontramos registros históricos da existência do CAISS¹³⁵ – Centro Acadêmico do Instituto de Serviço Social – Atual Centro Acadêmico 3 de Março da FAPSS/SP, cujo documentos são datados de 26 de Maio de 1953. No entanto no corpo do documento notamos evidências da organização política dos estudantes em sua entidade de base anterior a tal data. *“Ata da primeira reunião ordinária da diretoria do Centro Acadêmico “Instituto de Serviço Social” [...]A seguir passou-se a leitura e aprovação da **prestação de contas da diretoria anterior**, ratificada conforme folha número um (1) do livro caixa”.*¹³⁶

Em uma rápida leitura do material encontramos atas de reuniões, entre elas da reunião do dia 29 de março de 1954 que demonstra a existência de uma articulação nacional entre os estudantes entorno da regulamentação do curso de Serviço Social *“O Sr. Presidente, ainda no uso da palavra, no item diversos da pauta do dia, propôs, diante do ofício recebido*

¹³⁴ SILVA, Lígia M.M.R. Aproximações do Serviço Social à tradição marxista: caminhos descaminhos. (tese de Doutorado). São Paulo: PUC/SP, 1991.

¹³⁵ O CAISS era a entidade representativa dos estudantes de Serviço Social do Instituto de Serviço Social (atual FAPSS/SP), que oferecia curso de Serviço Social apenas para homens e que funcionava no mesmo prédio da Escola de Serviço Social, voltada para mulheres – hoje Faculdade de Serviço Social PUC/SP. Posteriormente a Escola de Serviço Social incorporou-se na PUC/SP e o Instituto de Serviço Social passou a funcionar na atual sede da FAPSS/SP.

¹³⁶ Livro ata nº1 do CAISS, reunião ordinária da diretoria datada de 26/05/1953, fls. 1. (ANEXO-10). Esta documentação pode ser encontrada na sede do CA 3 de Março – FAPSS/SP.

do Diretório Acadêmico do Estado de Pernambuco, cidade de Recife, que, se enviasse ofícios as autoridades do governo federal e ao congresso solicitando [...]o cumprimento da lei que regulamentou o curso (palavra não compreendida) tanto, (palavra não compreendida) na sua regulamentação, ainda (palavra não compreendida)”¹³⁷. Em outra passagem do documento, “o Sr. presidente declarou, que diante da regulamentação oficial dos cursos de Serviço Social, e a sua publicação pela imprensa nacional, tornou-se desnecessária a medida deliberada em reunião anterior. Entretanto deverá ser respondido ao Diretório Acadêmico de Pernambuco, cidade de Recife a medida tomada.”¹³⁸.

O Documento retrata a articulação entre o CAISS e o Grêmio da Escola de Serviço Social (ora citado como Centro ora como Grêmio) em reunião com o então prefeito da cidade de São Paulo, Sr. Adhemar Pereira de Barros “no sentido de que este absolvesse as assistentes sociais daquela divisão, injustamente punidas pela comissão designada pelo Sr. Prefeito, para estudar o impasse criado naquela secção da prefeitura.” O documento revela a articulação para se viabilizar o “congressinho” preparatório ao congresso de estudantes de Serviço Social, bem como a possibilidade de apresentação de tese neste congresso,

Falou o Sr. Presidente, do congresso de Serviço Social a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1958. Este congresso é promovido por estudantes de Serviço Social. Contou-nos, então que havia combinado com as moças do Grêmio da Escola de Serviço Social, realizar um congressinho preparatório, àquele congresso. O congressinho, seria, digo reuniria moças e rapazes, da escola de Serviço Social e do Instituto de Serviço Social, que estudariam a possibilidade de apresentação de teses sobre assuntos de interesse ao Serviço Social, a ser apresentada naquele congresso, pelos estudantes de Serviço Social da capital. O congressinho já teve lugar por 2 (duas) vezes na sede do Grêmio da escola de Serviço Social. ¹³⁹

¹³⁷ Livro ata nº1 do CAISS, reunião ordinária da diretoria datada de 29/03/1954, fls. 6-7.

¹³⁸ Livro ata nº1 do CAISS, reunião ordinária da diretoria datada de 10/04/1954, fls. 9-10. Essa passagem nos parece relativamente importante, pois nos ocorreu à possibilidade dessa época já existir alguma espécie de organização nacional e que o DASS de Pernambuco direcionava algumas ações do MESS, no entanto a recuperação histórica desse período deve ser melhor abordado em pesquisa específica.

¹³⁹ Livro ata nº1 do CAISS, reunião da diretoria datada de 18/09/1957, fls. 71-72

A ata faz menção à relação ao Grêmio da Escola de Serviço Social¹⁴⁰ com o Centro Acadêmico do Instituto de Serviço Social. No momento da eleição do CAIS “*Foi lido um voto digo um ofício do Centro Acadêmico da Escola de Serviço Social, congratulando-se com a posse do CAISS[...]*”¹⁴¹ e de reuniões que houveram nas dependências da PUC/SP, na qual demonstra articulação com o Grêmio da Escola de Serviço Social “*O Sr. José João Silveira usou da palavra para comunicar que em contato com uma aluna da Escola de Serviço Social, ficou sabendo que o Presidente Café Filho subsidiou as universidades católicas com quinhentos mil cruzeiros, cabendo à escola de serviço social a quantia de (palavra não compreendida). Disse que seria interessante verificar se parte dessa quantia seria doada ao Instituto de Serviço Social ou não*”¹⁴². Encontramos evidências da participação do CAISS no VII e VIII Congresso Estadual dos Estudantes (UEE)¹⁴³.

Em 1963 é realizado o Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social na cidade de Porto Alegre/RS que resulta na fundação da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESS. A ENESS desenvolveu suas atividades até meados de 1968, quando o Movimento Estudantil sofrera perdas significativas após o desmantelamento de sua organização política pelos militares no congresso da UNE em Ibiúna/SP. A partir do endurecimento e das medidas coercitivas do regime militar a ENESS, bem como a UNE, CA’s, DA’s e DCE’s – entidades que compõem a estrutura do movimento estudantil, foram proibidas de exercerem suas atividades. Os registros dos encontros, bem como muitos

¹⁴⁰ Não foi possível localizar nada que trate da fundação do Grêmio da Escola de Serviço Social (PUC/SP), no entanto suspeitamos que a fundação do Centro Acadêmico na escola de Serviço Social é anterior a do CAISS.

¹⁴¹ Livro ata nº1 do CAISS, reunião ordinária da diretoria datada de 09/11/1954, fls. 17

¹⁴² Livro ata nº1 do CAISS, reunião ordinária da diretoria datada de 19/08/1955, fls. 37-38

¹⁴³ Por questão de tempo, não foi possível continuar a análise do documento. No entanto queremos registrar que, somados aos registros encontrados na FAPSS/SP, tivemos informações no XXIX ENESS/2007 que o CA da PUC/Campinas e DASS/PUC-Minas dispõem em seus arquivos, registros do MESS datado na década de 1960. Tais informações não foram possíveis ser checadas nessa pesquisa. Sugerimos que o tema da organização política dos estudantes de serviço social nas décadas anteriores a realização do I ENESS/1978 seja objeto de pesquisa minuciosa, pois constitui parte da história do MESS.

documentos históricos da ENESS foram queimados e/ou extraviados pelo regime militar, sendo inexistentes nos arquivos da atual Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social – ENESSO¹⁴⁴. Vale ressaltar que no período da ditadura militar, muitos registros como atas, documentos e reuniões não eram feitos devido à repressão.

Dessa maneira, não podemos dizer que no período da ditadura militar é inexistente a organização política dos estudantes de Serviço Social, mesmo sob condições de abafamento político, uma vez que possuem evidências do contato dos estudantes com o Movimento de Reconceituação na América-Latina no período de 1965 a 1975 e o contato das vanguardas estudantis com as teorias críticas. Tais vanguardas assumiram posteriormente os postos de docências nas universidades, fundamental para acúmulo teórico e crítico no âmbito universitário para o processo de ruptura com o conservadorismo.

3.2.2 A reorganização Política dos Estudantes de Serviço Social e a formação profissional.

No fim da década de 1970, no bojo das lutas por redemocratização do país e de ebulição dos movimentos sociais, se dá início ao processo de reorganização do Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS com a organização do **I ENESS**¹⁴⁵ em 1978, na cidade de Londrina/PR, sediado na Universidade Estadual de Londrina – UEL, cujo tema foi **“Serviço Social e a realidade Brasileira”** (ver figura II). Segundo Vasconcelos (2003) no

¹⁴⁴ Os arquivos da ENESSO são guardados em caixas que são itinerantes. Anualmente, no Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social – ENESS, é eleita nova coordenação da entidade, sendo de responsabilidade do Secretário Geral da ENESSO organizar e sediar, em sua escola, os arquivos da entidade. De Acesso público, os arquivos são patrimônios dos estudantes e de toda sociedade, devendo ser zelados como memória viva do MESS. Na ocasião dessa pesquisa (2007), os arquivos encontravam-se no Diretório Acadêmico de Serviço Social – DASS/UFPE.

¹⁴⁵ Não se sabe o porque a denominação de “I ENESS”, uma vez que o movimento já possuía, antes do golpe militar, a organização de encontros nacionais. No entanto, se convencionou contar os encontros a partir da reorganização política do MESS em 1978.

período de 1978-1988 a reorganização do MESS se dá pelos ENESS's. Destacam-se dois elementos importantes aprovados no I ENESS: o primeiro, é aprovada uma comissão para organizar o II ENESS, demonstrando a necessidade do movimento em garantir a continuidade dos ENESS. O segundo aspecto é a aprovação de uma comissão de estudantes que se encarregaria de discutir o currículo mínimo para o curso de Serviço Social, demonstrando a vinculação da prática política dos estudantes com o compromisso de se aprofundar a qualidade do ensino e da formação profissional dos assistentes sociais, sinalizando para uma ruptura com o conservadorismo e com as bases que norteavam a formação profissional.

Destacam-se alguns aspectos fundamentais presentes no contexto da época: primeiramente, a reorganização do MESS deve ser compreendida como parte integrante das lutas globais da sociedade brasileira pela reabertura política e umbelicalmente ligada à reorganização/rearticulação do Movimento Estudantil Geral – UNE e dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos (fundação do PT; CUT, MST, etc). No âmbito profissional, destaca-se o protagonismo estudantil, fortemente influenciado pelo Movimento de Reconceituação, assumido pelas vanguardas universitárias, imprimindo um novo direcionamento social para a profissão; o III CBAS-1979, conhecido como congresso da virada, por expressar a ruptura com o conservadorismo profissional, alastrando a perspectiva de intenção de ruptura, os estudantes e profissionais realizam críticas consistentes à direção social da profissão.



Figura II - Cartaz do I Encontro Nacional de Estudante de Serviço Social - ENESS

Os ENESS passaram a fazer parte da agenda política dos estudantes de Serviço Social, sendo o espaço de maior expressão e relevância política do MESS, organizados de forma anual. Nestes encontros busca-se contemplar discussões, debates e propostas a cerca realidade estudantil, organizados em cinco eixos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade, Cultura e Formação Profissional.

O II ENESS- Salvador/BA realizado em 1979, deixa sua importante marca para o MESS, pois é neste encontro que a estrutura organizativa do movimento ganha forma, aprovando suas instâncias democráticas e fóruns. De acordo com Vasconcelos (2003) esse encontro aprova as *estruturas organizativas do MESS*, muito parecidas com as estruturas utilizadas pelo movimento antes do seu desmantelamento pela ditadura militar - que por sua vez, muito se assemelha ao modelo e a divisão utilizado pela atual Executiva Nacional dos

Estudantes de Serviço Social – ENESSO¹⁴⁶. É neste encontro que se aprova a realização dos Encontros Regionais de Estudante de Serviço Social – ERESS e Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social - CONESS¹⁴⁷ e cria a Secretaria Executiva Nacional, “*composta pela escola sede do próximo ENESS e por um representante de cada região*” (PEQUENO, 1990 apud VASCONCELOS, 2003:59).

Dessa maneira podemos inferir que, de acordo com o documento Pro Dia Nascer Feliz¹⁴⁸, entre 1978 a 1988 o Movimento Estudantil em Serviço Social passa pelo processo de reconstrução de sua base organizativa nacional e de reaglutinação política dos estudantes principalmente pelos debates em torno da conjuntura e da formação profissional¹⁴⁹, reivindicando uma direção política filiada a intenção de ruptura com o conservadorismo.

¹⁴⁶ Vale ressaltar que após a reorganização é recuperado a estrutura de Encontros, mas temos evidências que os estudantes de Serviço Social realizavam na década de 1950 congressos – estrutura usada pela UNE e pelas correntes políticas como o Partido Comunista Brasileiro-PCB. A atual ENESSO, assim denominada a partir de 1993, é formada por uma coordenação Nacional e coordenações Regionais divididas em sete regiões do Brasil: **Região I** - Pará, Maranhão, Piauí, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima; **Região II** - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco; **Região III** - Alagoas, Bahia e Sergipe; **Região IV** - Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Triângulo Mineiro; **Região V** - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; **Região VI** - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; **Região VII** – São Paulo.

¹⁴⁷ Atualmente o MESS dispõem dos seguintes fóruns: **CORESS**- Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social: É Um encontro anual que reúne representantes das entidades estudantis (CAs/DAs) Tem como objetivo discutir e definir a pauta e a organização do ERESS; **ERESS** – Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social: Reúne os estudantes de Serviço Social, sendo a instância máxima de discussão e deliberação de cada região do país. **CONESS** - Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social: É um encontro anual que reúne representantes das entidades estudantis de todo o país. Tem como Objetivo discutir e definir a pauta e a organização do ENESS; **ENESS** - Encontro Nacional dos estudantes de Serviço Social: Reúne os estudantes de Serviço Social de todo o país, sendo a instância máxima de discussão e deliberação da ENESSO. É aqui que se aprovam propostas de atuação da ENESSO, além de eleger sua nova coordenação, bem como definir os locais dos próximos encontros nacionais. As deliberações são encaminhadas coletivamente em plenário, devendo a ENESSO acatar a decisão, democraticamente aprovada pelo coletivo dos estudantes. Atualmente os ENESS são de responsabilidade da ENESSO, da escola sede do encontro e da representação discente em ABEPSS – veremos mais pra frente, e devem contemplar os cinco eixos de discussão do MESS: Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade, Cultura e Formação Profissional.

¹⁴⁸ Esse documento foi produzido pela ENESSO – Gestão 94/95 como contribuição historiográfica do MESS-1978 a 1993. Tivemos contato com este documento através de pesquisa realizada nos arquivos históricos da ENESSO, e nos foi gentilmente concebido uma cópia por Celso Severo da Silva-UFPE ex-Coordenador Nacional da ENESSO gestão 2005/06. Documento de grande relevância para a memória do MESS.

¹⁴⁹ A partir dos temas discutidos nos ENESS, podemos constatar a relevância dos debates entorno da conjuntura e da formação profissional direcionados a crítica ao conservadorismo: **1980 – III ENESS** “ Serviço Social: Formação Profissional e intervenção na realidade”; **1981 – IV ENESS** “Reconceituação do Serviço Social na realidade Brasileira”; **1982 – V ENESS** “O Estado e a Política Social e Intervenção do Serviço Social - Relação Teoria x prática”; **1983 – VI ENESS** “Movimento Político atual e a Formação Profissional”; **1984 – VII ENESS**

Segundo o documento Pro dia Nascer Feliz/1994, o IV ENESS/1981, sediado na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, os debates em torno da formação profissional expressavam a necessidade de romper com o modelo norte americano e a superação da dicotomia entre a teoria e a prática. Somado a este acúmulo, foi conquistada a representação estudantil na ABESS, fortalecendo a perspectiva crítica no âmbito da formação profissional junto às entidades da categoria. No ano de 1987 não houve ENESS, devido dificuldades enfrentadas pelo Centro Acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN em organizar o encontro.

No ano de 1988 realizou-se o X ENESS na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Este encontro representou mais um importante marco histórico, pois materializa e consolida o processo de reorganização política do MESS com a criação, no dia 05 de Agosto de 1988, da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE – **SESSUNE**¹⁵⁰, entidade representativa dos estudantes de Serviço Social, cuja tarefa principal era unificar e impulsionar as lutas no MESS, bem como a articulação com as demais entidades da categoria profissional e do ME.

No entanto, o processo de criação de SESSUNE teve início e formalização em 1981 no CONESS realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, fato que materializa-se apenas em 1988. Segundo o documento Pro dia Nascer Feliz, “[...] realizaram-se respectivamente, a reunião da Executiva de Serviço Social, em Salvador e o CONESS na PUC/SP. Nesses encontros foi discutida a criação da Subsecretaria de Serviço Social na UNE, que teria como papel: unificar as lutas específicas do curso de serviço social e intensificar contato com a UNE.” Com o fortalecimento da SESSUNE, a mesma passa a

“relações de poder do Serviço Social na sociedade capitalista”; **1985 – VIII ENESS** “Reforma Universitária e Organização Estudantil”; **1986 – IX ENESS** “Novas Propostas políticas dos Estudantes de Serviço Social – Frente a Atual Conjuntura”. Os demais temas dos ENESS podem ser averiguados (Apêndice-4)

¹⁵⁰ Conferir todas as Coordenações Nacionais e Regionais da SESSUNE/ENESSO de 1988 a 2007 (Apêndice-5).

fazer interface com as entidade da categoria profissional e engaja-se na organização do VII CBAS, em 1989 -Natal/RN.

O XII ENESS é realizado em Fortaleza no ano de 1990. Nesse encontro é eleita a 3ª Gestão da SESSUNE que tem como sede a Universidade Estadual do Ceará. É desencadeado um amplo processo de discussão sobre a formação profissional do Assistente Social. Em 1991 realiza-se o I Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SNFPMESS, realizado na UFPE, com o objetivo de subsidiar, aprofundar e atender a demanda em torno dos debates acerca da formação profissional. Com a criação do SNFPMESS, espaço não deliberativo, o MESS privilegia o debate acerca da formação profissional, suprimindo as necessidades que os ENESS não conseguiam, por conta das demais demandas político-organizativas.

No início da década de 1990 o MESS demonstra necessidade de intensificar e aprofundar o debate acerca da formação profissional e as mudanças de paradigmas construídas pela categoria profissional, na direção do que hoje chamamos de Projeto Ético-Político. Silva destaca a relevância, do *“debate acerca da reformulação do código de ética profissional (1991-93) na qual a SESSUNE participa com as demais entidades da categoria”* (2006:24), somada a consolidação da representação nacional da SESSUNE *“emergido as disputas políticas em torno da entidade”* (VASCONCELOS, 2003:64).

Em 1992, a SESSUNE promove o segundo Seminário Nacional de Formação Profissional. Nesse seminário houve a elaboração do anteprojeto da “Campanha Nacional pela Reestruturação da Formação Profissional do (a) Assistente Social no Brasil”. Um dos desdobramentos desta campanha foi a elaboração do Documento Pro Dia Nascer Feliz, documento sistematizado pelo CA’s e DA’s de Serviço Social engajados no movimento estudantil, essa sistematização serve como documento base para as discussões iniciais do

processo de revisão curricular promovida pela ABESS na gestão 93-95 com sede na UFPE, em Recife-PE.

Neste mesmo ano, realizou-se o XIV ENESS em Salvador/BA. Este encontro expressou pela primeira vez na história do MESS a disputa de projetos e concepções a partir dos grupos políticos organizados e apresentação de teses. De acordo com Ramos (1996) e Vasconcelos (2003), podemos classificar os grupos que disputavam a direção do MESS em dois grandes blocos, o de oposição¹⁵¹ e situação¹⁵². Consta em Vasconcelos (2003:64) que neste encontro temos a publicação do caderno de teses.

No XV ENESS – São Leopoldo/RS em 1993, os estudantes deliberam pela mudança do nome da SESSUNE para ENESSO, devido divergências com a UNE. Não se trata de apenas uma mudança de nomenclatura, pois essa mudança

refletia a realidade das executivas de curso que questionavam a UNE por falta de articulação com o movimento de área, daí os(as) dirigentes buscarem, através da participação da ENESSO no fórum das executivas de curso, maior autonomia frente à UNE.” (RAMOS, 1997:160).

Dessa maneira a ENESSO passa a gozar de maior autonomia frente as lutas específicas do MESS e a compor uma nova correlação de força política junto às executivas de cursos para pressionar a UNE.

Frente à necessidade de incorporar e aproximar as representações estudantis em ABESS, criou-se dentro da diretoria da ENESSO, o cargo de Secretário de Formação Profissional. A relação entre a ENESSO e a ABESS veio a qualificar os debates em torno da formação profissional e estreitar a relação política entre as entidades, pois no V SNFPMESS,

¹⁵¹ Composto por três grupos políticos mais atuantes no MESS: Viração – tendência do PC do B; Grupos de Independentes (majoritariamente composto por estudantes de São Paulo que criticavam a inserção dos partidos políticos no MESS); e o grupo ligado a Convergência Socialista, composto por militantes e simpatizantes do atual Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU.

¹⁵² Hegemonizado pelo Projeto Democrático Popular – PDP – irá se constituir com essa denominação apenas em 1994 – tem origem na década de 1970, ligado as Comunidades Eclesiásticas de Base – CEB’s e a juventude do Partido dos Trabalhadores. Conferir Vasconcelos (2003)

a então presidente da ABESS, Prof^a Marieta Koike “[...]declarou não conceber mais a ABESS sem a ENESSO e a ENESSO sem a ABESS” (BARBOSA, 1995:69, apud VASCONCELOS, 2003:68).

Atualmente os Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social bem como os demais fóruns do MESS fazem parte do calendário de luta e organização dos estudantes de Serviço Social, evidenciando a preocupação com o processo de formação profissional na graduação¹⁵³ e não perdendo, dessa forma, o rumo da história, com a militância cotidiana nos CA’s e DA’s e a afirmação da direção social da formação profissional, filiada a intenção de ruptura com o conservadorismo.

Os fóruns do MESS, especialmente os ENESS e os SNFPMESS são estratégicos para a afirmação da direção política dos estudantes, nos marcos do PEP, configurando-os como espaços teóricos reflexivos sobre as quais qualifica e orienta a práxis política dos seus sujeitos coletivos.

A formação profissional sempre esteve presente nas pautas dos nossos fóruns, e pode ser vista como ponto estratégico de discussão nos espaços. Em 1991 a SESSUNE/ENESSO evidencia um contexto de desmonte das universidades brasileiras que refletem diretamente em nossa vida acadêmica. Os pontos debatidos no primeiro seminário foram responsáveis por conquistas como a aprovação da coordenação de formação profissional e da organização da representação discente em ABEPSS, ganhos de grande cunho político. (ENESSO 2005: 04).

Somado a esse aspecto, constatamos em Vasconcelos (2003) que no período de 1993-1998 o MESS protagonizou algumas ações que ratificam a prioridade da formação profissional, como: Realização da Pesquisa sobre o perfil dos estudantes (1995) para a contribuição com o debate das diretrizes curriculares de 1996¹⁵⁴; a realização de cursos de

¹⁵³ Conferir Quadro dos Seminários Nacionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (Apêndice-6)

¹⁵⁴ Essa pesquisa foi organizada pela Região VII como contribuição estudantil ao processo e revisão curricular que culminou na aprovação das Diretrizes Curriculares (1996). Segundo Vasconcelos o questionário contém as seguintes perguntas “Sexo, idade, religião, naturalidade, estado civil, local de residência, meio de transporte,

formação política “ O Capacita” (1996/97); a contribuição dos estudantes organizados nas teses apresentadas nos ENESS, disputando, idéias, concepções e a hegemonia na direção política do MESS¹⁵⁵; a conquista da representação estudantil em ABEPSS em 1998.

3.3 A Contribuição do MESS no âmbito da Formação Profissional: do XXVI ENESS/2004 ao XXIX ENESS/2007.

Comprendemos que o MESS está presente em diversos níveis, seja essencialmente no cotidiano das escolas – fóruns, debates, participação nos conselhos departamentais, CA´s e DA´s, etc – ou expresso em âmbitos regionais ou nacional - a partir de seus encontros, SRFPMESS, CORESS, ERESS, SNFPMESS, CONESS, ENESS; na ENESSO e na representação estudantil em ABEPSS.

O ENESS é atualmente a instância máxima de decisão do movimento, na qual o coletivo dos estudantes pode articular e encaminhar suas prioridades políticas. A ENESSO, entidade de representação nacional dos estudantes de Serviço Social, independente do grupo político que esteja à frente de sua direção deve se referenciar a partir das deliberações aprovadas no ENESS. Ou seja, as coordenações da ENESSO, sejam em âmbito nacional ou regional, devem acatar e buscar esforços para materializar as propostas deliberadas democraticamente pelos estudantes.

A partir dessa compreensão, julgamos interessante fazer um breve resgate da direção sociopolítica dos ENESS durante o período de 2004 a 2007, a partir das deliberações aprovadas coletivamente pelos sujeitos do movimento, bem como as contribuições das teses

renda familiar, valor da mensalidade no caso das pagas, motivo da escolha do curso, qual entendimento sobre a formação profissional, direção social do curso, sobre o currículo, participam de alguma representação acadêmica, participação em movimentos sociais, situação política brasileira, sobre o estágio, atividades de lazer e projeto de vida.” (VASCONCELOS, 2003:70)

¹⁵⁵ As teses cumprem o papel de contribuir e sistematizar o acúmulo sócio-teórico e ideo-político no MESS. Serve como ferramenta de fomento de propostas e projetos que dão sustentação ao movimento. Assim, as teses oferecem continuidade ao acúmulo de concepções e idéias para os estudantes que estarão por vir.

apresentadas entre o XXVI ENESS/2004 ao XXIX ENESS/2007, restringindo aos elementos que demonstrem o acumulou no eixo de formação profissional¹⁵⁶.

Não é possível neste trabalho dissertar a respeito das vertentes e tendências teórico-políticas presentes no interior das teses, bem como a articulação dessas forças políticas que disputam hegemonia no interior do MESS, pois dada a sua complexidade e relevância, tal debate configura-se como um outro objeto de pesquisa a ser estudado com maior fôlego e tempo.

No entanto gostaríamos de apontar algumas questões que se configuram como polêmica no MESS. Estudar as correntes teórico-políticas presentes nas teses e sua influência no MESS é um tema contemporâneo que assola o movimento. É presente nos debates do MESS a preocupação com as influências das correntes políticas partidárias no movimento. Esse debate polariza-se, fundamentalmente, sob as tentativas de aparelhamento do movimento estudantil pelos partidos políticos que buscam fazer da ENESSO uma correia de transmissão das lutas e das pautas partidárias¹⁵⁷ – no caso dos últimos encontros (2004-2007) trata-se da prática política dos sujeitos ligados a: tendência interna do PT, Articulação de Esquerda AE/PT (chegou a hegemonizar o ex-Coletivo “Viver Na Luta” – findou sua contribuição no XXIX ENESS;2007); pelos militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU (mantém hegemonia sob o coletivo “A saída é pela Esquerda” e busca, dentre outras pautas, impor o rompimento político da ENESSO com a UNE¹⁵⁸, de forma sectária¹⁵⁹, e a

¹⁵⁶ Optamos por analisar apenas o eixo de formação profissional mediante a complexidade dos debates e as especificidades de cada eixo, o que nos levaria a uma abordagem muito ampla, para além das condições de realizar essa pesquisa.

¹⁵⁷ Obviamente que é legítimo que a esquerda organizada em diferentes partidos ou frações tenham uma política para os movimentos sociais, e no âmbito da democracia do movimento encaminhe a luta pela hegemonia de suas propostas e programas, para que tenham adesão dos estudantes. Isso é necessário, pois o espontaneísmo político – ausência de um projeto ou direção elaborada – pode levar o movimento a um entrave de suas lutas. No entanto vale destacar que a legitimidade das lutas por hegemonia não justifica a partidarização do movimento ou o aparelhamento das entidades estudantis, impondo suas pautas e propostas a qualquer custo.

¹⁵⁸ Organização do Movimento Estudantil (ANEXO-11)

construção da CONLUTE. Tal prática, muitas vezes, se afasta das discussões específicas do MESS, especialmente no eixo de formação profissional); pelos militantes ligados ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL (Mantém hegemonia no recente coletivo, criado em 2006, “Por um MESS de Caras e Corações Novos” e na Tese “Projeto Democrático e Popular-PDP”. Esse coletivo se inscreve como uma alternativa frente a crise instaurada no movimento a partir das disputas pela direção da ENESSO, no entanto não conseguiu efetivamente fazer sua política e acabam por seguir as orientação políticas do coletivo “A saída é Pela Esquerda”).

É plausivelmente compreensível e desejável que a luta do movimento estudantil não crie antagonismos com as lutas mais amplas da sociedade, pois se compreendemos a centralidade das classes sociais no processo de luta social, fundamentalmente o protagonismo da classe trabalhadora como a classe potencial e historicamente capaz de impor rupturas com a ordem social vigente – uma vez que é ela detentora de interesses materiais e historicamente antagônicos aos da burguesia – a participação dos sujeitos sociais em mecanismos de luta e enfrentamento de classe, como o partido, não pode ser “satanizado”. No entanto cabe ressaltar que a proximidade do movimento estudantil com os partidos é saudável uma vez que aproxima os campos de luta e enfrentamento, mas com a ressalva que o movimento deve construir um canal de diálogo com os mesmos de forma que garanta sua autonomia e independência de sua direção sociopolítica, no caso do MESS próximo a direção do PEP e das lutas gerais na sociedade.

¹⁵⁹ O sectarismo se trata da dificuldade dos grupos estabelecerem pautas e programas que unifiquem os diversos setores combativos. No MESS, o coletivo “a saída é pela esquerda”, muitas vezes dispõem de métodos e manobras para impor suas pautas e concepções, afastando e criando repulsa pelos estudantes. Sobre isso, conferir Silva (2006).

Sobre a análise das deliberações dos ENESS, ora em foco, queremos registrar que os cinco eixos que contemplam as discussões do MESS¹⁶⁰, articulam-se entre si e fazem parte de uma totalidade. Ou seja, a divisão das propostas por eixos temáticos, serve como recurso didático e pedagógico para facilitar o debate e a sistematização das propostas, porém são expressões do conjunto de discussões acumuladas pelo movimento em torno da realidade social. Dessa maneira as deliberações do eixo de formação profissional tem articulação direta com os demais eixos, fazendo interface, principalmente com as lutas no âmbito da educação superior e da conjuntura. Não nos deteremos em analisar as polêmicas e acontecimentos presentes em cada ENESS¹⁶¹, mas sim ao contexto global que norteou a direção sociopolítica dos encontros.

Em linhas gerais, ao analisarmos as propostas deliberadas pelos estudantes nos ENESS de 2004 a 2007 notamos a existência de grandes *blocos de discussões e propostas* que se repetem a cada encontro. Isso não quer dizer que o MESS não atualize e aperfeiçoe suas bandeiras e instrumentos de luta, mas, pelo contrário, revela que os estudantes organizados no movimento imprimem uma práxis política que possibilita a continuidade de suas lutas e resistência, reafirmada a cada encontro. Essa reafirmação e continuidade das lutas estudantis, vincula-se diretamente a uma práxis que reflete o acúmulo de experiência e resistência do movimento mediante a contra hegemonia conservadora presente na sociedade e na profissão. A título de exemplo, podemos observar a renovação das bandeiras de luta do MESS quando resgatamos o acúmulo crítico do movimento em relação aos mecanismos de avaliação utilizados no governo FHC – por meio do Provão – e como eles se repetem contra o mecanismo proposto no governo Lula – o ENADE – demonstrando coerência em defesa do ensino de qualidade e a ineficácia desses mecanismos de avaliação.

¹⁶⁰ Eixos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade, Cultura e Formação Profissional.

¹⁶¹ Para compreender a dinâmica e as principais particularidades de cada ENESS sugerimos Silva (1996) e Vasconcelos (2003)

Frente às principais polêmicas em torno do contexto conjuntural¹⁶² e societário¹⁶³, o MESS demonstrou um elo importante entre a crítica realizada atrás dos muros da universidade – sala de aula – com a práxis política, construindo coletivamente formas concretas de enfrentamento aos desafios postos pela contemporaneidade, tanto no âmbito mais geral (luta pela universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada e de fato para todos; denúncia contra a barbárie capitalista; luta contra a opressão de gênero raça e etnia; recusa dos valores machistas; contra violência sexista; contra as reformas neoliberais; contra as intervenções imperialistas-EUA, etc) quanto nas lutas específicas da profissão (luta pela implantação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS; contra a precarização da formação profissional; pela garantia da qualidade de ensino sob o tripé ensino-pesquisa-extensão; pelo estreitamento da relação entre as entidades da categoria, ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO; contra o exame de proficiência; contra a precarização do trabalho do Assistente Social; por uma política de estágio qualificada; pela avaliação permanente da qualidade do curso, etc) revelando a coerência e a luta permanente pela conquista de suas pautas reivindicatórias.

Na mesma linha, o eixo de formação profissional demonstra traços de continuidade e superação¹⁶⁴. Compreendemos que o acúmulo político do MESS a respeito da formação profissional é fruto de um processo de convencimento e de debate no interior do movimento e em constante articulação com o conjunto da categoria, que reafirma a direção

¹⁶² Podemos constatar, a partir das contribuições das teses e das deliberações aprovadas nos ENESS, que ambos apontam como um dos elementos centrais do debate conjuntural, sobretudo, o governo de Luis Inácio Lula da Silva e a proposta de Reforma Universitária apresentada pelo mesmo.

¹⁶³ Estamos nos referindo ao momento atual de contra reforma do Estado e das mudanças no mundo do trabalho. Dissertamos sobre alguns elementos no capítulo II deste trabalho.

¹⁶⁴ Disponibilizamos as deliberações do eixo de formação profissional dos ENESS 2004 a 2007 para que se possam observar os traços de continuidade e alguns que por ventura o movimento tenha conquistado ou encerado sua contribuição. Dessa forma, apenas as deliberações do XXIX ENESS serão anexadas na íntegra, pois congrega os elementos mais recentes da luta do MESS (ANEXO-12, 13, 14 e 15)

social da profissão nos marcos da vertente de intenção de ruptura. Por ser uma direção que não está dada, mas se reafirma através da prática cotidiana de seus sujeitos, no que refere aos ENESS, tomaremos como base o acúmulo político e teórico do MESS a partir das concepções e propostas presentes nas deliberações do XXIX ENESS realizado em 2007 na cidade de Contagem/MG.

Esse ENESS teve uma característica particular, mesmo sendo palco para a revisão do estatuto da ENESSO¹⁶⁵ – o que dificultou o aprofundamento dos debates, pois consome-se muito tempo e energia para cumprir com esse importante objetivo.

Os estudantes e escolas presentes nesse encontro¹⁶⁶ protagonizaram um cenário político adverso. Como apontamos anteriormente, os grupos políticos influenciados pelos partidos vinham através das teses disputando hegemonia para dentro do MESS, no entanto essa disputa canalizou-se não para a importante disputa de concepções e idéias – esse é o papel central das teses – mas para disputa da direção da entidade estudantil, a ENESSO.

Com o fim do coletivo Viver Na Luta - VNL¹⁶⁷, grande parte das escolas presentes no encontro XXIX ENESS - orgânicas do VNL ou aquelas simpatizantes da tese, que repudiavam a prática dos demais coletivos, justamente pela política que imprimiam, por apenas disputar a direção da ENESSO – perderam sua referência política, principalmente no que se refere ao eixo de formação profissional. Neste processo, a região VII¹⁶⁸ juntamente

¹⁶⁵ A revisão do estatuto da ENESSO acontece tri anualmente. Disponibilizamos o novo estatuto da ENESSO aprovado no XXIX ENESS - 2007 (ANEXO-16).

¹⁶⁶ Disponibilizamos em anexo a listagem das escolas presentes no XXIX ENESS.

¹⁶⁷ O Coletivo Viver na Luta hegemonizou o MESS de 2004 a 2006. Vivenciou uma crise interna entre seus militantes o que gerou impasses, fundamentalmente, sobre a compreensão e análise de conjuntura entorno do governo Lula. Destaca-se que esse coletivo deixou uma vasta contribuição entorno do debate sobre formação profissional a partir da produção de documentos – podem ser encontrados nos arquivos da ENESSO –, intervenções nos encontros e do legado que deixou na gestão da ENESSO 2004/2005 e 2005/2006 – também disponível nos arquivos da ENESSO.

¹⁶⁸ Gostaríamos de destacar o protagonismo das escolas de São Paulo nesse processo de luta contra o aparelhamento e em defesa do eixo de formação profissional durante o XXIX ENESS. Vasconcelos (2003) e

com algumas escolas presentes no XXIX ENESS¹⁶⁹, que se vinculavam no campo independente¹⁷⁰, compuseram uma nova correlação de forças no encontro, questionando o papel político das teses, bem como a negação da perspectiva de aparelhamento e da “disputa pela disputa” da ENESSO, sem a necessária vinculação com a base do MESS. Essa nova correlação de forças, posicionada contra as reformas neoliberais do governo, crítica e radicalmente contra a precarização da formação profissional, reivindicava a unidade do MESS, no campo de esquerda, rejeitando as práticas sectárias, autoritárias e/ou governistas, o que resultou na conquista da coordenação Nacional da ENESSO “Ousar e Unir” 2007/2008 composta por estudantes da Região V.

Ramos (1996) ao analisarem as particularidades dessa região afirmam que, no processo de reorganização do MESS, historicamente São Paulo foi a região que menos demonstrou articulação e envolvimento política, devido o grande número de escolas particulares “[...]São Paulo é um pólo de escolas particulares, de escolas privadas e tinham um percentual de participação muito pequeno em relação às outras escolas públicas que participavam dos encontros, dos fóruns de discussão do ME de Serviço Social[...]” (MONTANHA, apud RAMOS, 1996:91). Não abordaremos aqui todo o processo de reorganização da região VII, cabe ressaltar que há uma monografia em andamento da estudante Daniela da Silva Vieira da Faculdade de Mauá que tratará especificamente do processo de reorganização da região VII.

No entanto é importante destacar alguns pontos relevantes que explicam o protagonismo das escolas de São Paulo durante o XXIX ENESS. Os estudantes de Serviço Social de São Paulo passaram a questionar as estruturas organizativas da ENESSO, bem como os demais encontros estudantis, e o papel que as coordenadoras da ENESSO/ Região VII 2005/2006 vinham desempenhando. Essa crítica materializou-se e ganha força no XXVIII ERESS/2006. Havia o entendimento que os encontros estudantis atentavam, acentuadamente, para a agenda política do movimento de forma geral (fortemente influenciada pelos partidos políticos) – não que isso não seja importante – no entanto, pouco atentava em se aproximar das diversas realidades vividas pela base estudantil, principalmente nas IES particulares. Foi questionada principalmente a postura advinda dos grupos partidários – sejam eles majoritários ou minoritários, pertencentes ou não a direção da ENESSO – repudiando a prática sectária, longe do necessário trabalho de formar novos quadros, atentando apenas a disputa das entidades estudantis e torna-las correias de transmissão de suas correntes partidárias.

O processo de desgaste da ENESSO/Região VII gestão 2005/2006 teve como estopim, dentre outros fatores, a divergência política-pessoal entre as Coordenadoras Regionais – algumas sem a clareza do papel do ENESSO, fracassaram no fortalecimento do MESS, criando antipatia entre as escolas e a ENESSO – levou a Região VII optar, no XXVIII ENESS/2006, pelo modelo de gestão por Secretários de Escola/ENESSO. Os secretários tinham algumas atribuições como: Fortalecer a ENESSO pela Base; Reorganizar o MESS em sua escola, incentivando os CAs/Das e estudantes a participarem dos encontros e debates promovidos pelo MESS; Reorganizar a Região VII, fortalecendo a ENESSO nas IES novas ou aquelas afastadas do MESS; Formar novos quadros de militantes; Organizar cursos de formação política – cursos ministrados pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio; Esclarecer dúvidas sobre o MESS – através de oficinas, materiais, debates; Incentivar as IES a indicarem novos Secretários de Escola/ENESSO; Garantir a autonomia e independência no MESS frente as disputas meramente partidárias, pondo um fim ao ciclo de “disputa pela disputa” pela Coordenação Regional – Haja vista a necessidade de construir um projeto coletivo para o MESS no campo crítico sob a luz do Projeto Ético Político que rompesse com o sectarismo e/ou imobilismo.

¹⁶⁹ Quadro de Escolas Presentes no XXIX ENESS/2007 Contagem/MG (Apêndice-7)

¹⁷⁰ A idéia de independente não se vincula, em hipótese alguma, a idéia de neutralidade política – essas escolas imprimiam direção política reivindicando autonomia e independência do MESS frente ao aparelhamento partidário e as teses existentes.

Essa nova correlação de forças elencou como prioridade o eixo de formação profissional por julgar estratégico para reafirmação da direção sociopolítica do PEP; para aglutinar novos estudantes, sobretudo aqueles que criaram aversão ao MESS por conta das práticas sectárias ou governistas dos coletivos que disputaram a direção da ENESSO durante esse período; e por conta do processo de precarização do ensino, as discussões em torno da formação profissional ganhou prioridade juntamente com o aprofundamento dos estudos do atual estágio de desenvolvimento capitalista e dos rebatimentos das reformas neoliberais.

Essa direção política refletiu nas deliberações do eixo de formação profissional e conseqüentemente nas prioridades da gestão da ENESSO 2007/2008, enfatizando a luta contra o REUNI e Universidade Nova, a Campanha pelo “Nota Zero ao ENADE”, contra a precarização/mercantilização do ensino, aproximação das entidades da categoria, pela produção de materiais em torno do exame de proficiência, pela formação de novas entidades de base, etc, bem como priorizou-se no planejamento estratégico o eixo de formação profissional como prioridade, reafirmando os princípios postulados pelo PEP filiados a intenção de ruptura.

Por fim, destaca-se que essa nova expressão política, pode *vir a ser* um germe para a consolidação de um projeto coletivo no MESS que agregue outros campos de luta em defesa da direção sociopolítica pautada no PEP e na autonomia e independência do movimento, colocando-se na defesa do projeto coletivo maturado na categoria.

3.4 “Eu vou à luta com essa Juventude que não foge da raia a troco de nada” - Quem faz o MESS? Seus sujeitos e características

3.4.1 As particularidades do Movimento Estudantil e alguns apontamentos sobre o MESS

Como pudemos observar nos capítulos anteriores, o processo pelo qual foi possível afirmar o que hoje denominamos de PEP, foi justamente a direção sociopolítica protagonizada pelos profissionais e estudantes no final da década de 1970 e na década de 1980, umbelicalmente ligada ao contexto de lutas e mobilizações sociais.

Essa direção sociopolítica carrega consigo o horizonte de construção de uma nova ordem societária. Frizamos que a materialização dessa perspectiva teleológica não requer apenas a vontade dos Assistentes Sociais – através de uma prática profissional crítica e comprometida com o usuário e as demandas históricas da classe trabalhadora – mas do conjunto da sociedade, especificamente do conjunto da classe que depende do trabalho para sobreviver.

Dentro dessa perspectiva de transformação, um aspecto que nos parece ser relevante é a participação dos sujeitos em movimentos sociais como uma ferramenta estratégica que expressa a luta coletiva e que pode aglutinar correlações de forças, nos marcos da sociedade capitalista, direcionada à garantia dos direitos sociais e da “cidadania”¹⁷¹, ou a organização política direcionada à ultrapassagem da ordem societária vigente.

Gohn (1995), ao tratar dos “sujeitos” que fazem os movimentos sociais, chama-os de atores sociais. No entanto gostaríamos de problematizar esse conceito utilizado pela autora, uma vez que mesmo explicitando que esses *atores sociais* pertençam as diferentes

¹⁷¹ Usamos o termo cidadania em destaque por representar um conceito utilizado genericamente em diversas perspectivas, tanto pelos autores no campo progressista, quanto por liberais. No entanto, por se tratar de uma polêmica, não teremos condições de dissertar sobre esse assunto.

classes e camadas sociais, alguns autores¹⁷² pós modernos irão se apoiar nesse conceito para postular o fim da perspectiva classista desses sujeitos sociais.

Podemos compreender os movimentos sociais como ações coletivas de caráter sóciopolítico, construídas pelos sujeitos sociais, pertencentes aos diferentes segmentos sociais (Gohn,1995) – Trata-se dos segmentos como: movimento de mulheres, Movimento Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis-GLBT, Movimento de Criança e Adolescente, Movimento Negro, Movimento Sem Terra, Movimento Sem Teto, etc – mas que essencialmente são sujeitos históricos e pertencentes às classes sociais¹⁷³ (referimos basicamente as duas classes fundamentais, a proletária e a burguesa – em luta por interesses contraditórios, polarizando suas demandas e criando correlação de forças no âmbito da sociedade e do Estado).

Para Gohn, as ações dos Movimentos Sociais,

[...] estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995:44).

Dessa forma a participação nos movimentos sociais - MS podem ser compreendidos como *“ação conjunta de homens, a partir de uma determinada visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações sociais numa dada sociedade”* (SILVEIRA, 1993:216). Silveira nos apresenta que os MS possuem três elementos centrais: o projeto, a ideologia e a organização. **O primeiro** refere-se a sua proposta, objetivos, metas,

¹⁷² Habermas nega o trabalho como categoria fundante do ser social e estabelece a centralidade nas ações intercomunicativa, o que abre o caminho para a intersubjetividade. Ou seja nega as teorias macro estruturantes da sociedade centrada no trabalho e estabelece a concepção individualista e subjetiva para explicar o estado de coisas – “meu olhar sob o mundo” – Essa idéia carrega consigo a exaltação e o fortalecimento do micro poder e organização dos segmentos descolada da condição classista. Conferir HABERMAS, Jurgen. (1991) *The Theory of Communicative Action: “Reason and the Rationalization of society”*, vol. I, Polity Press, Londres. apud ANTUNES, Ricardo (1999).

¹⁷³ Evangelista, sugere que a condição de classe *“não é uma ‘condição’ qualquer e arbitrariamente definida e escolhida pelos indivíduos que a compartilham. É uma ‘condição’ referida e condicionada pelas relações sociais de produção de uma formação econômica-social[...] só ganham visibilidade social por intermédio da luta de classes, onde os sujeitos sociais tomam posições pela percepção e identificação de seus interesses coletivos[...] Nesse processo surge a afirmação e os antagonismos sociais[...] quando trata-se de classes sociais fundamentais em um certo modo de produção, o antagonismo tende a vincar o caráter das relações entre essas classes sociais.”* (1992:76)

como deseja alcançá-las, ao que se propõem, etc; **por ideologia** parte da idéia que os homens fazem a sociedade em que vivem, munem-se de uma determinada forma de ver/entender o mundo que legitimem sua luta, “*fundamenta os projetos e as práticas dos movimentos, revelando sua ‘visão de mundo’ e definindo o sentido de suas lutas*” (idem 1993:218); **a organização do movimento**, refere-se a forma na qual o movimento organizará suas lutas, podendo ser de maneira descentralizada (liderança coletiva e rodiziada, sem nenhum corpo dirigente fixo) ou de estrutura fixa (com um corpo de líderes com o papel de iniciativa e última palavra nas decisões).

O Movimento Estudantil - ME ao longo de sua história é caracterizado como um movimento social marcado pela diversidade sócio-econômica, cultural e ideológica dos seus sujeitos. Possui uma particularidade fundamental que o difere dos demais movimentos sociais, o caráter de transitoriedade dos seus membros. Os sujeitos que fazem o ME tem sua inserção passageira, em via de regra, seu desligamento é previsível, pois enquanto movimento político, ele se organiza a partir do local onde estuda, nas IES¹⁷⁴. Diferentemente dos demais MS, como movimento de mulheres, movimento negro – se optar pode participar a vida toda; movimentos de bairro – salvo suas particularidades – na qual o sujeito vive, mora e possui vínculos duradouros com a comunidade; ou o movimento operário que, por mais que o sujeito deixe de trabalhar em uma dada empresa, continuará sendo operário.

Assim, podemos inferir juntamente com Hobsbawn que, o ME possui características muito próprias,

A primeira é a observação trivial, mas ainda assim significativa, de que tais movimentos são, por sua natureza **descontínuos e provisórios** [...] Por conseguinte, os movimentos políticos jovens ou estudantis não são comparáveis aos movimentos cujos membros podem permanecer neles por toda sua vida, como os da classe operária (a maioria dos quais continua sendo operária até se aposentar), de mulheres ou de negros, todos pertencentes à sua respectiva categoria desde o nascimento até a morte. [...] **Mas a rotatividade de seus membros é necessariamente de 100% ao fim de alguns anos** [...] (1985:260, grifos nossos).

Dessa maneira, nossa pesquisa vem problematizar e contribuir com o MESS, uma vez que a partir da sua natureza *descontínua e provisória*, as características dos seus

¹⁷⁴ No caso, estamos nos atentando ao Movimento Estudantil universitário. Segundo Ramos, o tempo médio de militância no MESS varia de 3 a 5 anos “*o que qualifica os/as dirigentes como estudantes que participam politicamente e, não, como militante profissionais, que se atrasam no curso ou, até mudam de universidade de acordo com a orientação partidária.*” (1996:92)

sujeitos não são imutáveis, bem como o direcionamento político que pode variar de tempo em tempo de acordo com os protagonistas que o fazem e a correlação de forças políticas. Compreender quem é o estudante que faz o MESS, seus interesses, dificuldades e características se apresenta como algo relativamente importante para que o coletivo dos estudantes possa traçar estratégias de luta e aglutinação para o enfrentando de uma dificuldade - se não a maior, vivenciada pelos demais MS na atualidade – que corresponde à baixa participação, desmobilização e/ou afastamento dos estudantes do ME¹⁷⁵.

Segundo Ramos (1996), comentando os dados da pesquisa realizada pela UNE¹⁷⁶, os sujeitos do ME *“são jovens que além de se preocuparem com os problemas sociais e políticos do país, buscam propor, através de ação coletiva cotidiana, soluções para esses problemas”* (RAMOS,1996:89, grifos nossos). Tal constatação nos parece interessante, pois a partir dos dados colhidos em nossa pesquisa com os sujeitos que fazem o MESS, presentes no XXIX ENESS/2007 – Contagem/MG, aponta que o seguimento juventude¹⁷⁷ é predominante no MESS, sendo que **51%** do total de nossa amostra¹⁷⁸ correspondem a faixa etária de 21 à 25 anos (gráfico – 1). Essa média de idade nos revela um dado interessante, pois Ramos (1996), em sua pesquisa, constatou que os dirigentes da SESSUNE/ENESSO

¹⁷⁵ Para a discussão sobre o que leva os estudantes a participarem do MESS, sugerimos VERONICA, Jaqueline Fernanda. A participação dos estudantes de Serviço Social no Movimento Estudantil e sua relação com o processo de formação profissional. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade de Taubaté/UNITAU, Taubaté, 2005. Este trabalho traz a contribuição entorno do processo de consciência que leva o estudante a participar do ME, na particularidade da UNITAU.

¹⁷⁶ UNE, “O que pensa o estudante universitário brasileiro”. Pesquisa de opinião (relatório síntese). Junho de 1995, comentada por RAMOS (1996)

¹⁷⁷ Não temos condições de aprofundar entorno do debate sobre juventudes. No entanto essas juventudes que acessam o universo acadêmico passam a ter contato com diversos debates políticos, acadêmicos e ideológicos das mais diversas naturezas. Dentro do meio acadêmico, de uma forma geral, a disputa do espaço e do poder tem como uma das mediações o conhecimento. Neste processo, o seguimento estudantil não está no mesmo patamar de igualdade de acúmulo de conhecimento que encontra-se o corpo docente. Ou seja, o estudante que participa do ME para conquistar espaços precisa se apropriar dos debates, ler mais, se informar, escrever e produzir diariamente, participar de reuniões, assembléias, etc.

¹⁷⁸ Apesar de nosso questionário ter sido destinado a todos os 550 estudantes presentes no XXIX ENESS-Contagem/MG, tivemos a devolução de 54 questionários, sendo essa amostra nosso universo trabalhado.

assumiram a diretoria da entidade entre 21 a 25 anos. Ou seja, podemos inferir que a média etária dos estudantes que participam do MESS não sofreu grandes alterações.

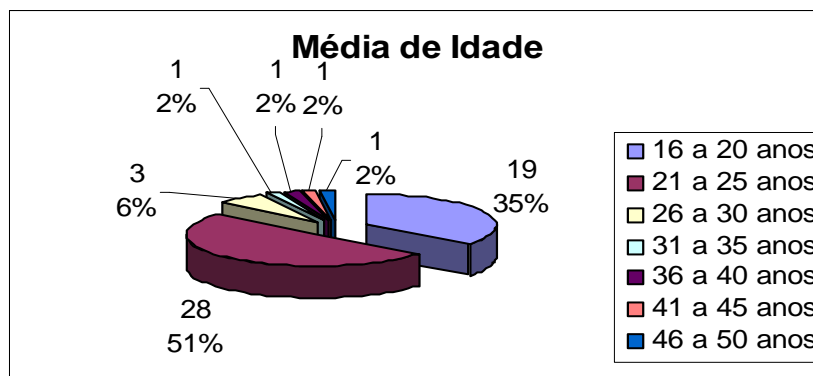


Gráfico – 1

A maioria dos estudantes presentes no XXIX ENESS, são do sexo feminino, correspondendo a **66%** de nossa amostra (gráfico – 2). Vale destacar que esse dado está em consonância com o elevado número de mulheres que compõem a base estudantil do MESS.

Podemos inferir que as bases dessa expressiva presença feminina encontram-se justamente na forma tradicional pela qual a profissão se originou no país, composta majoritariamente pelas senhoras católicas advindas das camadas mais abastadas da sociedade – neste período delega-se à mulher o papel social de cuidado com os aspectos sociais, por considerar natural e vocacional sua bondade, sensibilidade, carisma e caridade. No entanto esse perfil se alterou significativamente no decorrer do desenvolvimento histórico da profissão, afastando-se deste perfil elitista e religioso, incorporando inclusive as camadas populares na categoria profissional. A respeito da proporcionalidade de gênero nos cargos representação da ENESSO, notamos certa disparidade em relação aos “meninos” que a compõe ¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Sugerimos que este assunto seja objeto de investigação uma vez que, aparentemente, olhando para as duas últimas gestões da ENESSO – 2005/6 e 2006/07 – a presença dos “meninos” na função de coordenadores nacionais é expressiva.

Outra dado que nos chama atenção é a expressiva presença masculina. Segundo informações do CFESS, temos hoje na base da categoria profissional aproximadamente 3% de Homens¹⁸⁰. Ou seja, no meio estudantil nos ocorre duas possíveis interpretações que necessita ser estudada com cautela: ou os meninos possuem uma expressiva participação e afirmação política nos espaços de decisão ou elevou-se significativamente a presença masculina no curso de Serviço Social. Dessa forma, as relações de gênero dentro da categoria profissional e no MESS, deve ser objeto de pesquisa – aprofundando as relações de poder e de gênero na sociedade capitalista, a nova moralidade feminina, o crescimento da presença masculina na profissão, etc – e ser tratada com mais atenção nos debates do MESS.

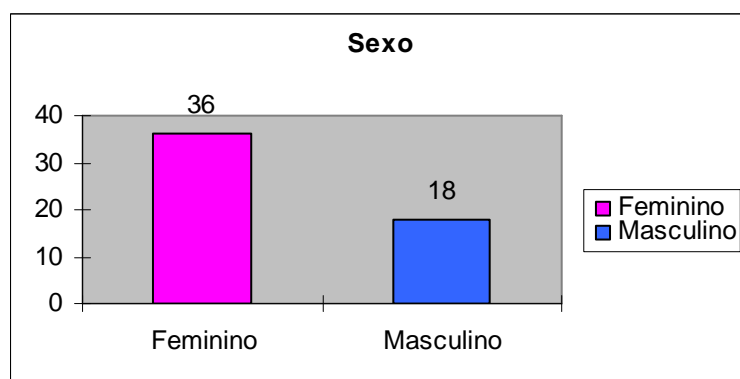


Gráfico – 2

Quando associamos a participação dos estudantes, presentes no XXIX ENESS com seus respectivos períodos do curso, notamos que os estudantes de 3º e 4º período possuem maior inserção no MESS, no entanto compreendemos que esse dado expressa um relativo balanceamento e proporcionalidade, comparado aos demais períodos. A baixa participação de estudantes entre o 9º e 10º período deve-se ao fato da maioria dos cursos estarem organizados para desenvolver-se dentro de 8 períodos.

¹⁸⁰ Pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do Perfil Profissional”. CFESS. Brasília, 2005

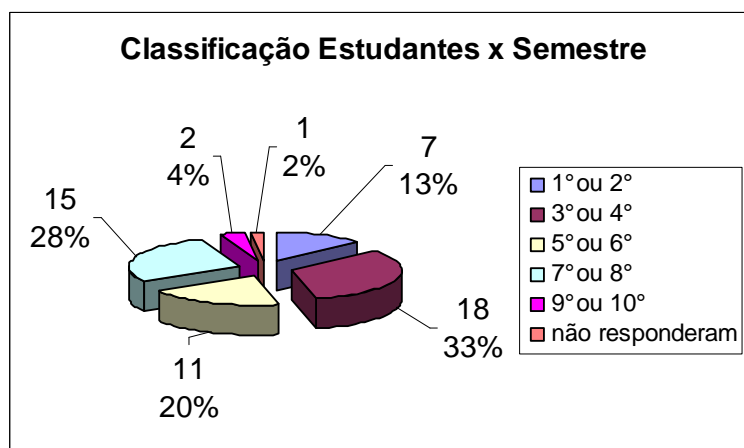


Gráfico - 3

Podemos observar em nossa pesquisa, dados que nos parecem interessantes para problematizar os rumos e prioridade dos grupos políticos organizados e das teses existentes no MESS, bem como as estruturas dos encontros. Vale ressaltar que essas informações não devem ser compreendidas como dados imutáveis, pois com o tempo as respostas podem sofrer diversas modificações, uma vez que são fortemente influenciadas pelos contextos sociopolíticos e conjunturais.

Segundo as informações de renda, chegamos a um perfil majoritário de estudantes que possuem renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos¹⁸¹ (gráfico - 4). Sobre a situação dos estágios, dos 54 estudantes participantes da pesquisa, 28 declararam que estão desenvolvendo atividades de estágio, representando **51%** de nossa amostra, destes **71% desenvolvem estágios remunerados** (gráfico - 5).

Dentre os estudantes que desenvolvem atividades de estágio, seja remunerado ou não, declararam que durante o período de realização desta atividade acadêmica obrigatória, **63% não exercem atividade de trabalho, formal ou informal** (gráfico - 6). Ou seja, o desenvolvimento de estágio remunerado, associado ao apoio familiar configura-se em um dos principais elementos que garantem a permanência do estudante na IES durante a realização do

¹⁸¹ Estamos nos referenciando no valor do salário mínimo de R\$380.00. LEI Nº 11.498, DE 28 DE JUNHO DE 2007, disponível em http://www.portalbrasil.net/salariominimo_2007.htm. Acesso em 25.Nov. 2007 às 23:30.

curso de Serviço Social - arcando com os custos financeiros para este fim, configurando um perfil que, apesar de não desenvolver trabalho formal ou informal durante o curso, depende da remuneração do estágio e do auxílio financeiro de sua família para a continuidade dos estudos, dando um caráter de estudante trabalhador.

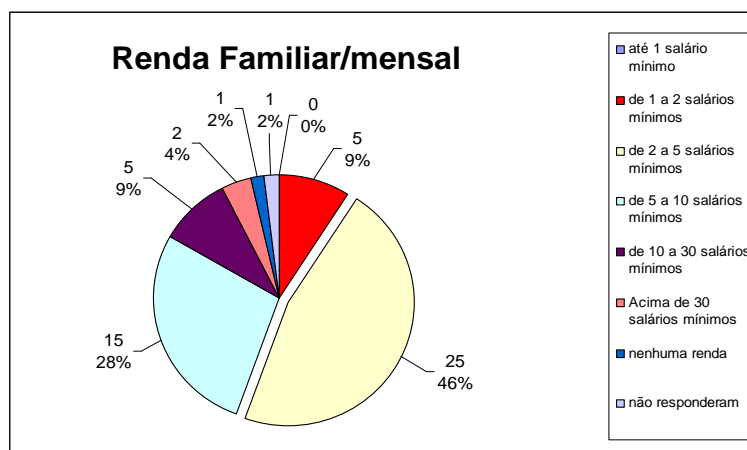


Gráfico - 4

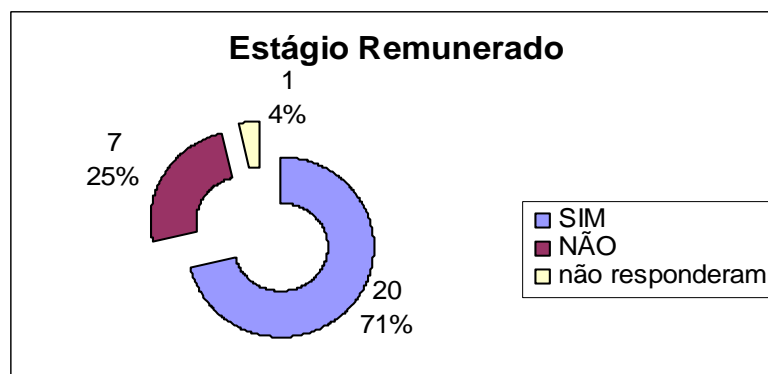


Gráfico - 5

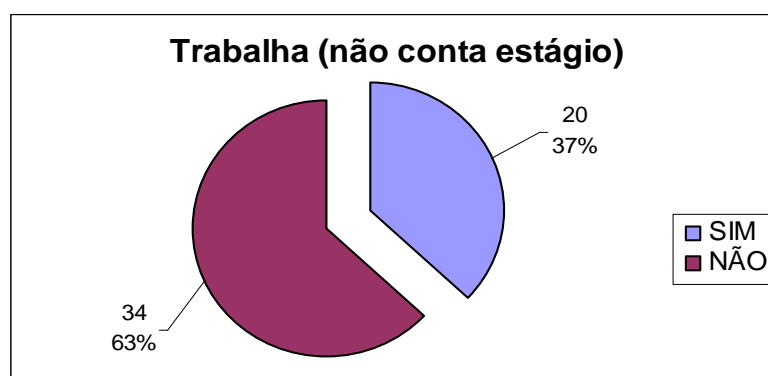


Gráfico - 6

Sobre a condição dos estagios podemos, a partir dos dados que dispomos, traçar algumas considerações. Do montante de estudantes que estão desenvolvendo estagios,

67% estão na esfera pública (gráfico – 7), dado que nos chama atenção, pois o Estado é o maior empregador de Assistentes Sociais (IAMAMOTO,1998) e conseqüentemente é o lócus de maior oferta de estágio para o Serviço Social.

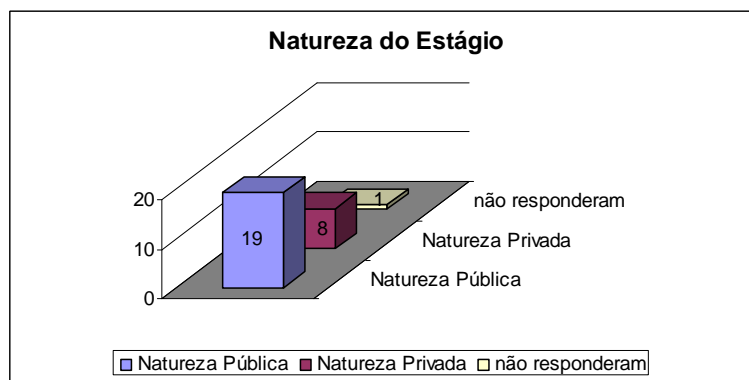


Gráfico - 7

Esses estudantes estagiários estão ocupando diversos espaços sócio-ocupacionais, e em alguns casos estão inseridos em mais de um campo de estágio. Se considerarmos o montante de estagiários no âmbito da Saúde, Assistência Social e Previdência como um grande campo de estágio no âmbito da política de Seguridade, temos um dado **de 40%** dos estudantes nessa área. Os sujeitos que assinalaram a opção outros diz respeito a: Unidade Prisional; Pessoas com deficiências; CRESS 9ª Região e RH. (gráfico–8).

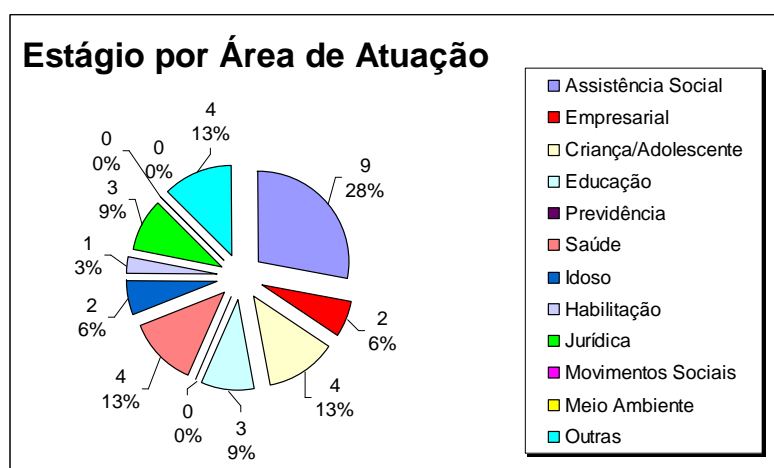


Gráfico - 8

A pesquisa nos revela que os estudantes que participaram do XXIX ENESS, em sua maioria, são estudantes que não ocupam cargos de representação nas entidades estudantis – CA´s ou DA´s. A presença massiva desse perfil de estudante nos revela que o ENESS mantém seu caráter de encontro de base, no qual o estudante, mesmo não pertencendo ao CA ou DA de sua escola, pode participar e decidir sobre os rumos do MESS, bem como contribuir para o direcionamento político da ENESSO (gráfico – 9).

Neste processo, o estudante pode ampliar sua participação política; conhecer a realidade de outros estudantes; perceber que os problemas vivenciados em sua escola podem, em algum grau, possuir traços particulares e universais; ter contato com os debates, desafios e perspectivas contemporâneas para o movimento e a profissão; associar os conhecimentos obtidos na vida acadêmica – não só – para uma práxis política mais qualificada; desenvolver e por em prática suas capacidades argumentativas, de negociação, articulação e mobilidade entre as forças políticas; tende a desenvolver o senso crítico da realidade e a compreender a necessidade da organização coletiva, entre outras.

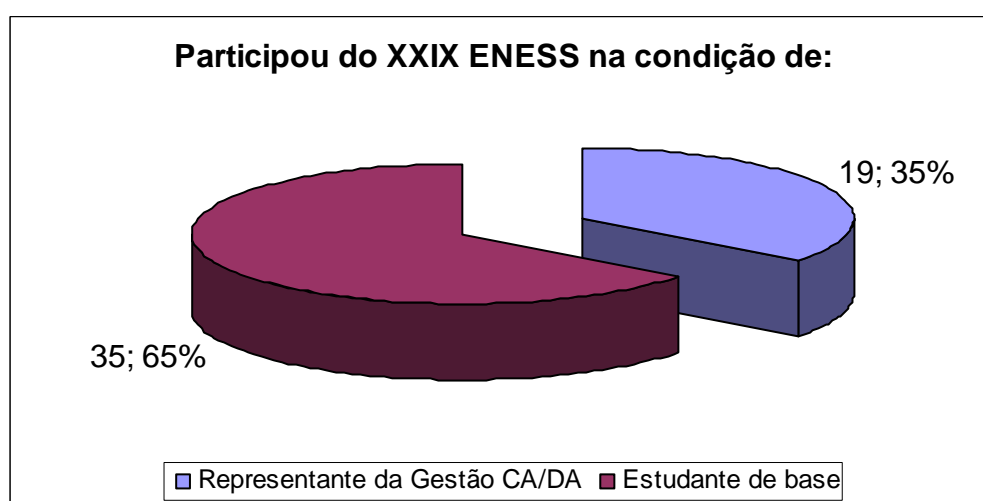


Gráfico - 9

Em relação às suas entidades de base, Centros Acadêmicos-CA´s e Diretórios Acadêmicos-DA´s, dos 54 participantes da pesquisa, 52 afirmaram que existe CA ou DA, em sua escola (gráfico – 5). Desse montante que afirmaram possuir CA ou DA, **92% disseram**

que as eleições para compor o CA ou DA ocorrem de forma democrática e com ampla divulgação (gráfico – 9).

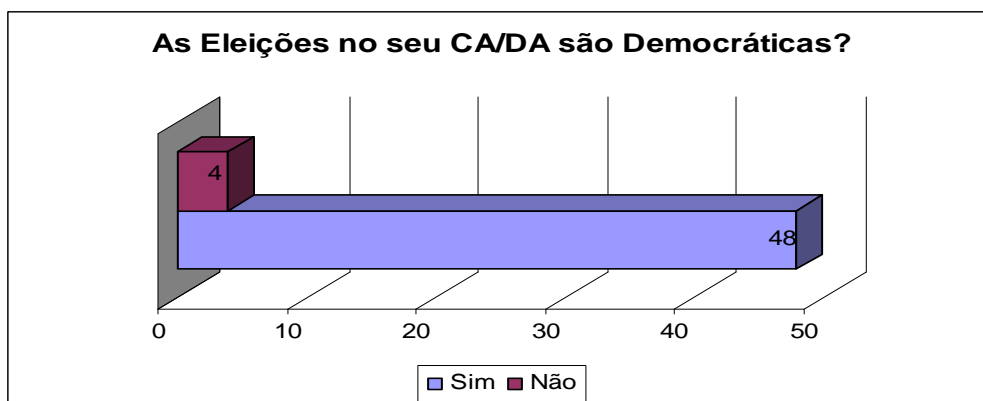


Gráfico - 9

A partir desses dados, podemos ter um olhar panorâmico, a quantas anda o processo democrático de composição das entidades. Esse dado revela-se importantíssimo uma vez que o abuso autoritário para se perpetuar no poder, ou processos que não são legitimados pelos estudantes, ou até mesmo a ingerência de reitores que determinam quem irá compor as entidades, está praticamente descartada¹⁸². O modelo organizativo adotado por **63% dos CA's e DA's refere-se à composição colegiada em suas diretorias**. (gráfico – 10)

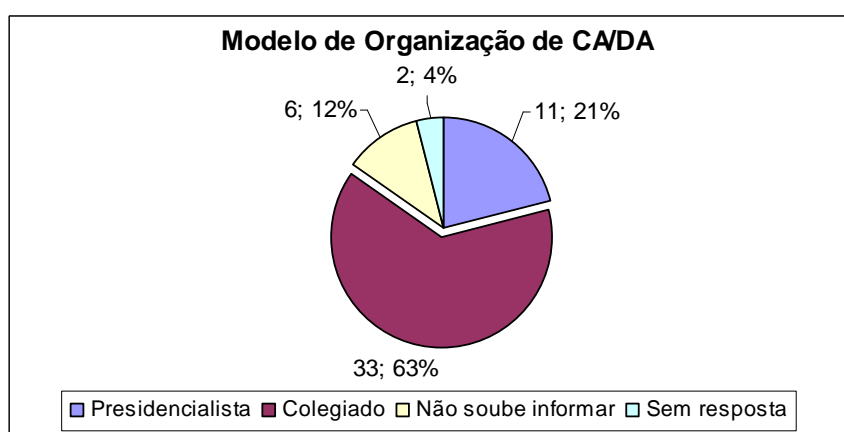


Gráfico - 10

¹⁸² Vale lembrar que essas expressões do autoritarismo ainda são muito presentes nas universidades, no entanto nossa análise parte das informações coletadas a partir da vivência e realidade das escolas que estão no MESS, particularmente daqueles presentes no XXIX ENESS/2007.

Associado as informações anteriores, **22%** dos estudantes presentes no XXIX ENESS/2007, **tem o MESS como o primeiro canal de inserção e participação política.** Dessa forma o MESS é o primeiro contato com algum tipo de MS ou participação sociopolítica. Este dado reforça uma idéia, que nos parece conveniente, que o MESS é um espaço de inserção político-pedagógica, pois ao mesmo tempo, o estudante ao participar do movimento, contribui com a luta e organização coletiva e, aprende e acumula experiências. Dessa maneira a estrutura dos ENESS deve prever espaços mais formativos¹⁸³ e acolhedores para que esse segmento não fique deslocado no encontro – evitando a reprodução de linguajar que não se compreende – e a realização, pelos CA's e DA's, de pré-encontros em suas escolas e regiões, preparando os estudantes e garantindo o processo mais democrático.

Os três maiores grupos que os estudantes presentes no XXIX ENESS, participaram antes de sua inserção no curso corresponde a: grupos ligados às Comunidades Eclesiais de Base-CEB's, grupo de Jovens/religiosos representando **21%**; os estudantes que vem da tradição do movimento estudantil secundarista representam **19%**; estudantes que tiveram inserções partidárias anteriores ao curso representam **15%**. Os estudantes que assinalaram a opção outros 9%, tiveram sua inserção nos seguintes grupos: Grupo de Contadores de Estórias; Pastoral da Criança; Comitê de Luta pelo Transporte Público; Associação de Pessoas com deficiências; Movimento de Educação – Educafro; Conselho de Escola; Protestos para melhoria do bairro; Grito dos excluídos. (gráficos – 11)

¹⁸³ Compreendemos que todo processo de inserção no MESS pode ser considerado como espaço formativo. No caso específico dos encontros, sugerimos realizações de oficinas temáticas e específicas sobre o MESS, esclarecendo siglas, como funciona a estrutura da ENESSO e possíveis dúvidas.

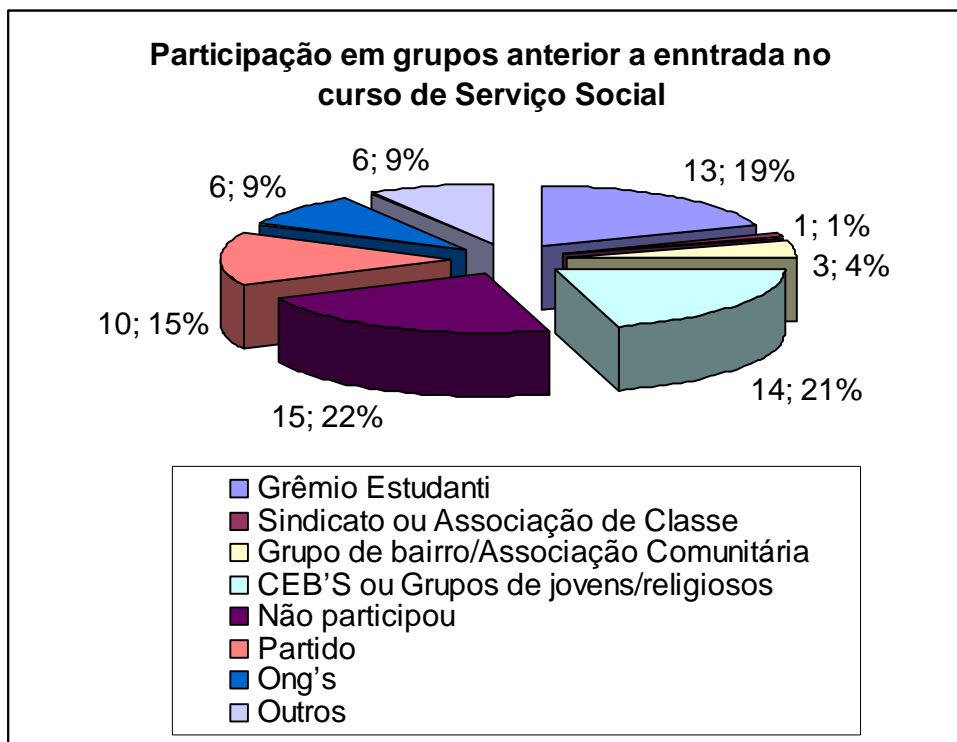


Gráfico - 11

Ao perguntarmos sobre a principal motivação que levou os estudantes a participarem do XXIX ENESS, **41%** revelaram o interesse de acompanhar os debates contemporâneos que afetam e **influenciam a profissão**, seguidos de **26%** que afirmaram que a programação do ENESS (palestra, discussões, oficinas e debates) – é a principal motivação, revelando que o MESS possui uma postura muito acertada na escolha das temáticas contemporâneas (gráficos – 12).

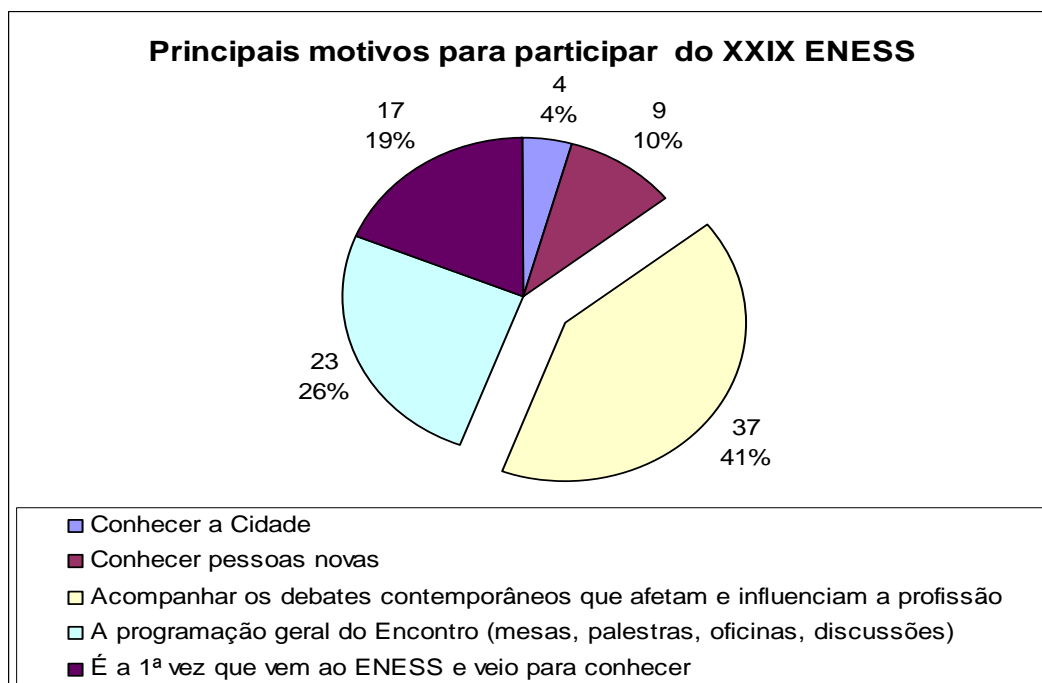


Gráfico - 12

Ao analisarmos o Movimento Estudantil em sua particularidade, a qual apontamos anteriormente, podemos inferir que a rotatividade de seus membros pode significar a descontinuidade de um direcionamento político que o movimento acumulou coletivamente, durante um dado período de tempo. Não estamos dizendo que pelo fato dos sujeitos serem temporários no ME, o acúmulo não seja passado de geração em geração, mas segundo Hobsbawn,

[...] quanto mais exclusivamente tais movimentos se definem por critérios não permanentes, isto é, pelo que os separa dos adultos, **tanto mais difícil é para eles, manter a continuidade da atividade, da organização e talvez, inclusive, do programa e da ideologia,** diferentemente do que ocorre com o estado de ânimo ou com a semelhança dos problemas que cada nova geração enfrenta (1985:260).

Nesse sentido, quando pensamos no MESS, podemos dizer que, com base em Vasconcelos (2003) e Silva (2006), historicamente as teses existente no MESS são expressão do acúmulo de concepções, posicionamentos políticos, métodos e práticas políticas e teóricas vivenciadas e sistematizadas pelos sujeitos coletivos que partilham de uma proximidade de idéias e comungam entre seus membros de uma relativa visão de homem e mundo comum.

Ou seja, as teses cumprem um papel estratégico de garantir o debate e o enfrentamento, bem como o acesso das novas gerações de “militantes”¹⁸⁴ ao acúmulo de experiências, idéias e concepções construídas e maturadas coletiva e historicamente no MESS.

Atualmente as “teses” existentes no MESS – as teses presentes no XXIX ENESS são: “A Saída é Pela Esquerda”; “Por um MESS de Caras e corações Novos”; “Projeto Democrático e Popular”; vale destacar que a tese “Viver na Luta” findou sua contribuição neste encontro e não apresentou a tese - vem expressando uma exacerbada polarização em torno do debate conjuntural, conforme analisamos anteriormente.

Tal postura é compreensível do ponto de vista de disputa por hegemonia em um momento em que os movimentos sociais em geral, bem como a classe trabalhadora, estão passando por um período de desmobilização e não compreensão das lutas¹⁸⁵.

No entanto, a partir das experiências vivenciadas pelo autor, e da leitura das teses apresentadas nos ENESS no período de 2004-2007, notamos um relativo equívoco das teses nos seus direcionamentos políticos, tratando os demais eixos do MESS – Formação Profissional, Cultura, Movimento Estudantil e Universidade – de forma superficial, dando

¹⁸⁴ Concebemos como militante o estudante que, em algum grau, dentro de suas condições objetivas, se envolve na luta cotidiana – no caso do MESS em suas entidades CA’s e DA’s, conselhos departamentais do curso, ENESS e ABEPSS, ocupando ou não cargos de representação, mas que sobretudo participa e deixa sua contribuição. Ou seja, não se restringe aos rótulos e estereótipos que retratam o militante: aquele que usa boinas, sabem todas as palavras de ordem, está sempre a frente de tudo, etc. Compreendemos que o grau de envolvimento nas lutas é um processo complexo pela qual envolve maturação, características socioculturais, econômicas e de processualidade da consciência para chegar a perceber a necessidade da organização coletiva, bem como seu papel enquanto sujeito histórico.

¹⁸⁵ Trata-se do período de reestruturação do Capital no Brasil. No que se refere à reestruturação produtiva, temos a precarização do trabalho, desemprego estrutural, subemprego, flexibilização dos direitos trabalhistas, terceirização, dentre outros rebatimentos. Na esfera do Estado, temos o Estado Mínimo para os trabalhadores e máximo para o grande capital, o Estado passa a adotar políticas focais para os problemas sociais, pagamento da dívida externa e cumprimento da agenda mínima para com os trabalhadores ditadas pelo FMI/OMC/Banco Mundial, Reformas e corte de gastos sociais. Na esfera da cultura, temos as idéias pós-modernas, tendendo a um conformismo, o fim da história e acera-se o individualismo. Tais desmontes tem início no governo Fernando Collor de Melo, seu aprofundamento nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso e sua continuidade nos 6 anos do governo Luis Inácio Lula da Silva. Os rebatimentos na organização dos trabalhadores, diz respeito a cooptação de setores dos trabalhadores para o projeto neoliberal, esvaziamento das lutas sociais, atrelamento das entidades sindicais e estudantis ao governo, abandonando suas lutas e reivindicações históricas e de outro lado o combate teórico, político e ideológico de grupos, que por sua vez passam por dificuldades de aglutinar e agregar os diversos setores combativos em luta sob pautas unificadas.

ênfase apenas ao debate conjuntural desvinculado do processo e discussões em torno da formação profissional.

Esse processo nos parece perigoso, pois expressa uma possível concepção de que os problemas no âmbito da formação profissional, da cultura, do movimento estudantil e da universidade, bem como os problemas estruturais advindos da contradição capitalista serão sanados apenas com o debate conjuntural, polarizado atualmente em torno do governo Lula. Obviamente que o combate às barbáries advindas com as políticas neoliberais adotadas pelo governo Lula devem ser combatidas de frente pelo MESS, posicionando-se contrário a qualquer governo que assim o faça, resguardando a autonomia e independência do movimento frente a partidos e governos, sob o horizonte da direção sóciopolítico estratégica do PEP.

No entanto, o debate conjuntural não está desassociado das demais lutas, como a precarização da formação profissional, a defesa do Projeto Ético-Político na formação profissional, expresso nas diretrizes curriculares aprovados pela ABEPSS, a luta contra os aumentos abusivos de mensalidades nas IES privadas, a luta contra os projetos de sucateamento da universidade pública¹⁸⁶, dentre outras.

A partir dos dados obtidos na pesquisa, os estudantes que participaram do XXIX ENESS declararam que o eixo de formação profissional é o principal interesse que os atrai e motiva a participar no encontro (gráfico - 13). Dessa forma podemos inferir que o eixo de formação profissional ocupa hoje um eixo estratégico para o MESS, no sentido de aglutinar e formar novos quadros de estudantes participativos, associado ao debate conjuntural e por que não dizer que, o eixo de formação profissional, associado aos demais

¹⁸⁶ Destaca-se que na luta contra o sucateamento da universidade pública, a bandeira de luta que culminou na práxis política de maior visibilidade nacional em 2007 foi à luta contra a Reforma Universitária, em especial o REUNI. Tais lutas, resultaram na ocupação de reitorias universitárias em todo Brasil - a luta foi geral, envolvendo diversos estudantes, não só do Serviço Social - como as ocupações das universidades federais, UFF, UFPR, UFRJ, UFJF, UFPE, UNIRIO, UNIFESP, UFBA, dentre outras e no caso das universidades estaduais de São Paulo - USP, UNICAMP e UNESP - reivindicando maior autonomia e contra os cortes orçamentários realizado pelo Governador José Serra/ PSDB.

eixos, é estratégico para a compreensão, afirmação e consolidação do Projeto Ético–Político–PEP do Serviço Social, uma vez que é a partir do debate coletivo que podemos avançar nos desafios postos pela contemporaneidade, aprofundando os conceitos centrais que norteiam a direção sociopolítica do PEP.

Podemos inferir que a priorização do eixo de formação profissional pelos estudantes pesquisados, pode se justificar pelos desafios postos à formação profissional no contexto de precarização do ensino. Assim os estudantes presentes no ENESS compreendem que os debates em torno desse eixo devem ter certa centralidade para o movimento de área (MESS), não descolado do contexto conjuntural.

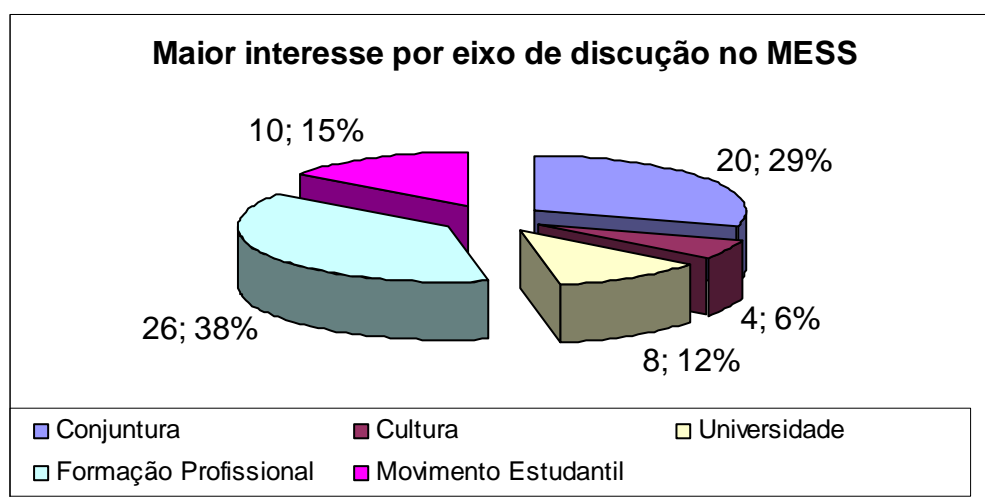


Gráfico – 13

Ao refletirmos sobre o modelo das IES e origem dos estudantes que conhecemos no XXIX ENESS, encontramos alguns dados que nos parecem interessantes. Segundo os dados de que dispomos, a partir dos estudantes que participaram dessa pesquisa, **78% dos cursos de Serviço Social encontram-se nas Universidades**, contra 11% nos Centros Universitários, 4% na Faculdades Integradas e 4% na Faculdades Isoladas (gráfico – 14). Podemos inferir que o curso de Serviço Social, majoritariamente, a partir dos dados que

dispomos, foi incorporado pelas universidades, dividindo espaço com as demais áreas do saber.

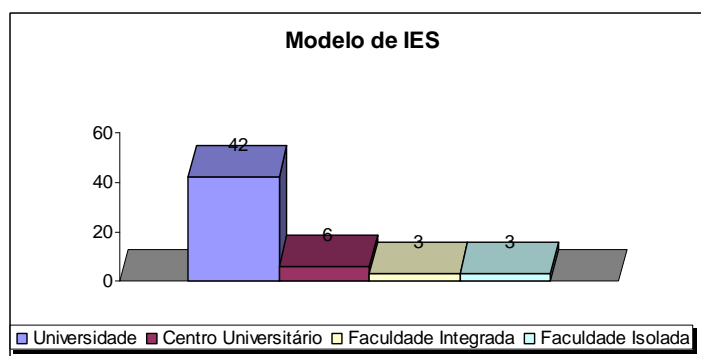


Gráfico - 14

No entanto quando indagamos sobre a natureza das IES, na qual os estudantes presente no XXIX ENESS estão inseridos, chegamos a um dado interessante de **50% das IES são públicas e 50% privadas** (gráfico - 15). Dessa forma, se fizermos uma leitura “chapada” desses dados, poderíamos inferir erroneamente que as escolas públicas e privadas se inserem paritariamente no MESS. Nesse sentido, precisamos, ao analisar esses dados, nos munir de cautela e de conhecimento da realidade em que se encontra o Ensino Superior brasileiro.

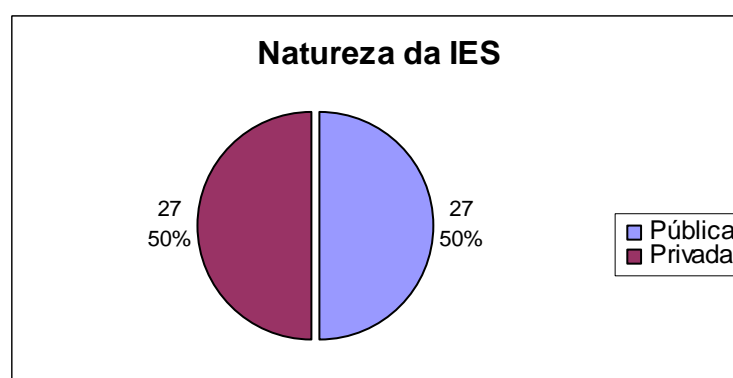


Gráfico - 16

No Brasil, constatamos em nossa pesquisa que, até o momento, temos a existência de 273 escolas de Serviço Social. Deste universo, aproximadamente 83% das IES são privadas. Se pensarmos a proporção entre, o número de IES privadas e públicas existentes no Brasil – com o curso de Serviço Social – e a quantidade de IES presentes no XXIX

ENESS, podemos inferir que as IES públicas possuem maior adesão ao MESS. A maior adesão das IES públicas aos encontros e, talvez ao MESS de forma geral, deve-se pela própria tradição de organização e luta estudantil¹⁸⁷, devido a maior “facilidade” que a IES públicas dispõem, seja por conceber o MESS como atividade inerente à formação, seja por políticas de Assistência Estudantil, concessão de ônibus, pagamento de inscrições, etc.

Baseando-nos nas informações prestadas pelos estudantes, **74% das IES públicas encontram-se nas Universidades Federais** (gráfico - 17) e 52% das IES privadas são de cunho filantrópico (gráfico - 18). Ressaltamos que muitos estudantes das IES privadas tiveram dificuldades em identificar a real natureza da IES em que estuda – não sabendo ao certo se era particular, filantrópica, comunitária ou confessional – o que nos chama a atenção, pois mesmo os estudantes que estão nas IES privadas, pagando mensalidades como condição de sua permanência, possuem dificuldades em discernir a natureza das mesmas, demonstrando mais uma vez o caráter mercantil da educação atualmente.

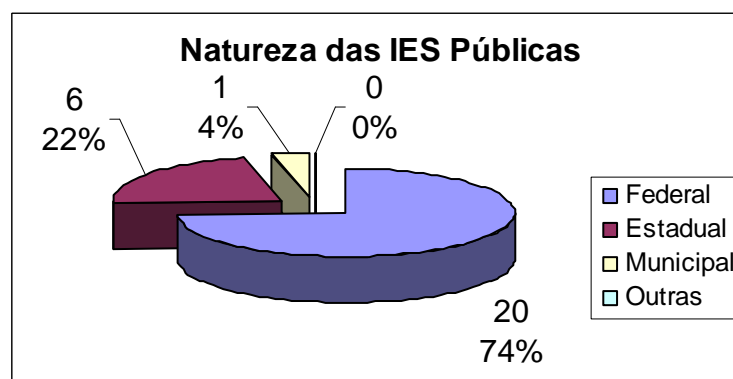


Gráfico – 17

¹⁸⁷ Não estamos de maneira alguma afirmando que nas IES privadas não haja luta e organização política, no entanto, a de se considerar que, no bojo da precarização do ensino e o surgimento de novas IES privadas, a tradição de luta e organização é muito mais vulnerável, tirando raras exceções, como as PUC's cuja participação política vem de longa data, tanto no Movimento Estudantil quanto no movimento dos docentes. Segundo experiências do autor enquanto ex-secretário de escola da ENESSO na PUC/SP e das vivências nos encontros, podemos apontar um quadro de dificuldade para fazer movimento estudantil nas IES privadas, tanto por falta de incentivo, quanto pela repressão utilizada pelas reitorias e diretores de curso e pela lógica mercadológica presente nas IES privadas, reduzindo o processo de formação profissional apenas a sala de aula.

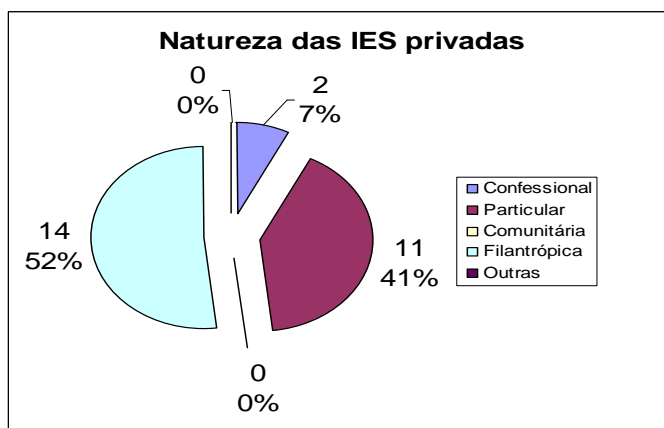


Gráfico - 18

Sobre a modalidade de ensino que mais participa do MESS, podemos dizer que quase a totalidade dos sujeitos da pesquisa pertence à modalidade presencial (gráfico – 19). Destaca-se que o estudante de EAD presente no XXIX ENESS, possui uma visão crítica a modalidade que participa. Segundo o mesmo *“não é porque eu estou na modalidade EAD que eu a defendo, estou porque é minha segunda faculdade[...] eu defendo o ensino público gratuito, laico, de qualidade, presencial e para todos”*¹⁸⁸. Está intrínseco que a modalidade EAD é uma realidade, que o MESS precisa criar meios e mecanismos para inserir e organizar os estudantes que se encontram nessa modalidade, uma vez que a estrutura do Movimento Estudantil é pensada para o ensino presencial, o que dificulta a aproximação do estudante de EAD.

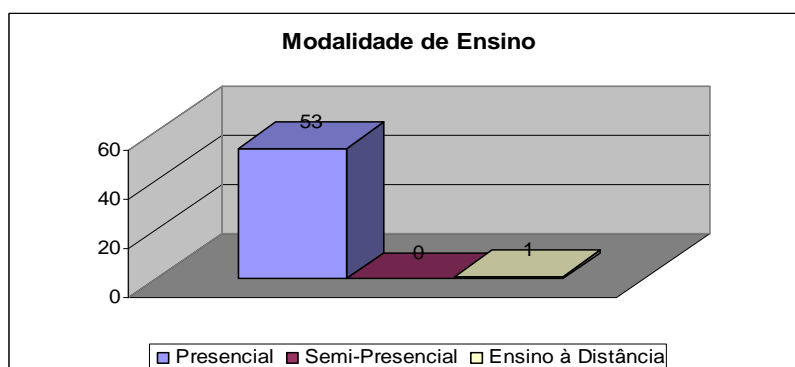


Gráfico - 19

¹⁸⁸ Depoimento do estudante que pertence à modalidade EAD durante o XXIX ENESS, quando o mesmo preenchia o questionário dessa pesquisa.

Outro dado que podemos observar em nossa pesquisa é que 63% dos estudantes estão no ensino noturno e 30% no período matutino (gráfico - 20). Essa distribuição de vagas nas universidades para o período noturno, pode facilitar a inserção do estudante que necessita estagiar¹⁸⁹ ou trabalhar durante o curso. No entanto, estamos muito longe de solucionar as dificuldades que os estudantes, de modo geral, possuem no decorrer de sua graduação.

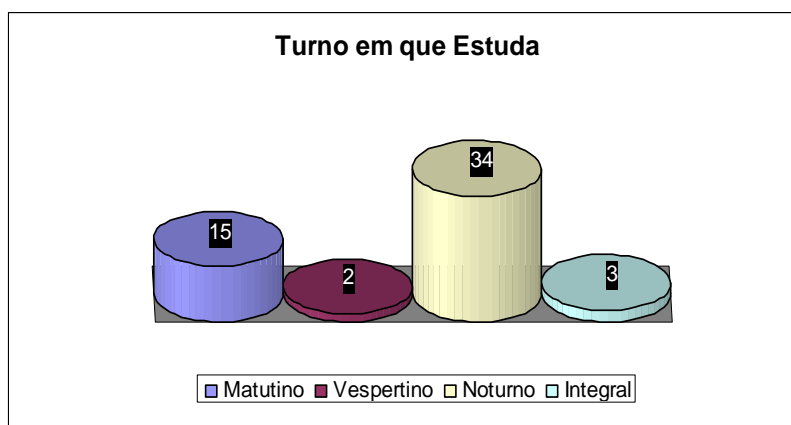


Gráfico - 20

As principais dificuldades que os estudantes apontaram em relação ao curso, diz respeito à escassez de tempo que dispõem para estudar. Essa falta de tempo para estudar apareceu em 19 amostras, o que corresponde a 31% dos sujeitos entrevistados (gráfico - 21). Vale destacar que essa dificuldade encontra-se em maior grau nas IES privadas, pois entre os 19 sujeitos que alegaram ter essa dificuldade, aproximadamente 52% encontra-se nas IES privadas.

O segundo maior bloco de dificuldades apresentado pelos estudantes refere-se à opção outros, que corresponde a **23%** de nossa amostra, sendo:

- Dificuldades com a universidade, pois não permite pesquisas polêmicas como aborto, fere liberdade de pesquisa; desempenho dos alunos; preguiça e relaxo da entrevistada;

¹⁸⁹ No contexto atual presenciamos a desregulamentação, precarização, terceirização do trabalho, os campos de estágio, mesmo cumprindo sua função pedagógica de inserção do estudante em espaços sócio-ocupacionais, atende uma demanda objetiva de subsistência do estudante trabalhador.

falta de infra-estrutura e de professores mais gabaritados; dificuldade de relacionar teoria/prática; acervo bibliográfico insuficiente; bolsa de iniciação científica muito baixa; precarização da universidade; dificuldade para ir aos encontros(MESS); qualidade do ensino; precarização do ensino; não tem problemas.

Nota-se que este segundo bloco de dificuldades aponta questões extremamente preocupantes para a formação profissional que variam desde o reconhecimento da precarização das condições de ensino (falta de acervo bibliográfico, insuficiência de bolsas para pesquisas, falta de infra-estrutura da IES, necessidade de qualificação do corpo docente, insuficiência de assistência estudantil, entre outras) ao próprio desempenho do estudante (preguiça, desmotivação, etc). Obviamente que essas dificuldades não aparecem de forma isolada, mas articulam-se entre si, pois o próprio processo e desmotivação dos estudantes pode ser um reflexo das condições de ensino que os mesmos dispõem, muitas vezes precarizadas e sucateadas.

No entanto gostaríamos de destacar uma questão que julgamos extremamente conflituosa com nosso projeto de formação profissional: o cerceamento da liberdade de pesquisa é algo inconcebível para um curso de Serviço Social, uma vez que o enfrentamento das questões contemporâneas e cotidianas, no intuito de desvelar a realidade e buscar soluções que visem o enfrentamento das diversas expressões da Questão Social, fazem parte do processo de investigação e das competências do Assistente Social, mesmo que ainda em formação.

É inaceitável uma universidade não permitir debates e estudos polêmicos, como o aborto, ferindo o princípio laico do saber – se trata de uma IES vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana - e abrindo mão do seu papel de fomentar os problemas sociais como partícipe na busca de soluções, ainda mais no curso de Serviço Social, pois segundo Silva,

[...] a formação profissional é entendida como um processo dialético, portanto aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrente da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade[...]" (1995:73-76)

Sobre isso, o movimento estudantil ao manifestar-se sobre a proibição como algo que dificulta o processo de formação profissional, vincula-se à concepção de formação presente nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS, na qual está intrínseca uma proposta curricular que, segundo Silva vincula-se,

com a preocupação de desencadear uma nova concepção de ensino, marcada pela divisão de responsabilidade entre professor e aluno, num clima de liberdade para aprender. Uma concepção de ensino que ultrapassa a sala de aula, em que o processo de aprendizagem deve se relacionar com as lutas sociais e ser assumida com o esforço e risco de ambos. (1995:16, grifos nossos)

Ainda sobre as dificuldades encontradas pelos estudantes partícipes da pesquisa em relação ao curso, **20% dizem possuir dificuldades financeiras de permanência** no curso. Revela a necessidade de se ampliar o debate sobre assistência estudantil nas IES, sejam elas públicas ou privadas. O que está em jogo é o papel da universidade, que deve desenvolver pesquisa, ensino e extensão e garantir o acesso e permanência dos estudantes. Cabe à universidade desenvolver estudos que auxiliem o conjunto da sociedade, logo não é um favor que elas devem fazer aos estudantes, mas sim investimento.

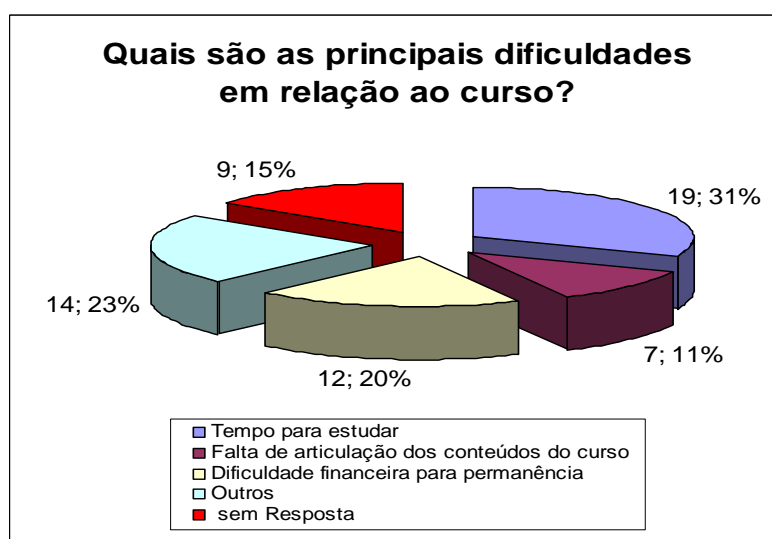


Gráfico – 21

Com a intensificação do processo de precarização do Ensino Superior brasileiro, no bojo da contra-reforma universitária, os desafios postos ao MESS e ao conjunto da sociedade faz com que os sujeitos coletivos busquem estratégias de luta para frear o avanço do sucateamento e da privatização do ensino. Como vimos nos capítulos anteriores, esse processo de contra-reforma universitária não é um fenômeno isolado, mas encontra-se no bojo das contra reformas do aparelho do Estado.

Perguntamos aos estudantes, presentes no XXIX ENESS, sobre alguns pontos polêmicos que julgamos pertinentes para o diálogo e o debate sobre tal problemática, dentre elas: o ENADE, o EAD e a adoção do Exame de Proficiência para o curso de Serviço Social.

Sobre o primeiro, 76% dos estudantes afirmaram que são contrários ao ENADE enquanto mecanismo avaliativo proposto pelo MEC, enquanto 13% se posicionaram favorável. Em relação ao EAD, 86% manifestaram contrários a essa modalidade de ensino e 63% afirmaram que não concordam com a proposta de implementar o Exame de Proficiência para o Serviço Social (gráficos – 22, 23, 24). Queremos chamar a atenção para estes dados uma vez que tais informações foram colhidas durante a realização do XXIX ENESS, que por sua vez problematizou essas questões durante o encontro. Nesse processo, as opiniões puderam se alterarem, pois no debate coletivo as dúvidas e incertezas podem ser explicitadas e desmistificadas.

Durante o XXIX ENESS, houve certa polarização entorno do debate sobre o Exame de Proficiência. De um lado estudantes radicalmente contrários ao exame, de outro posturas ainda indecisas, no entanto ambas comungam da ineficácia do exame como estratégia de contenção da precarização do ensino, sem refletir estratégias que pressionem o MEC para barrar o avanço das IES privadas, do EAD, da falta de recurso financeiro para as IES públicas, etc. As posturas contra o ENADE e em defesa do ensino presencial foram aprovadas quase que por consenso.

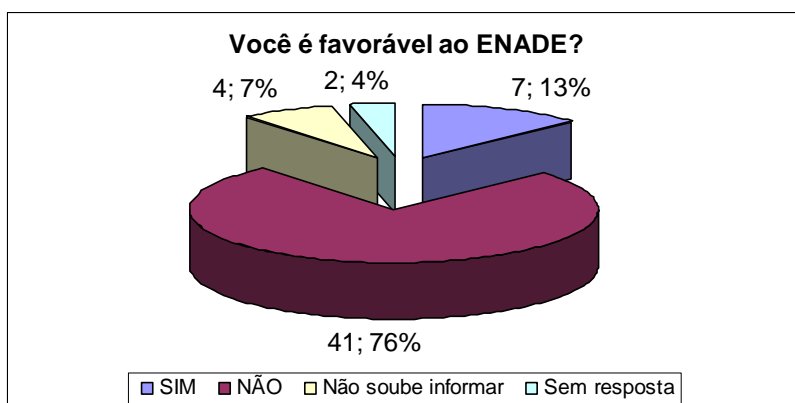


Gráfico - 22

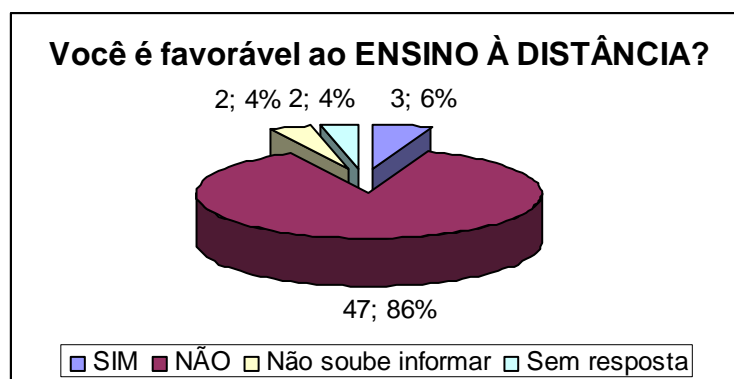


Gráfico - 23

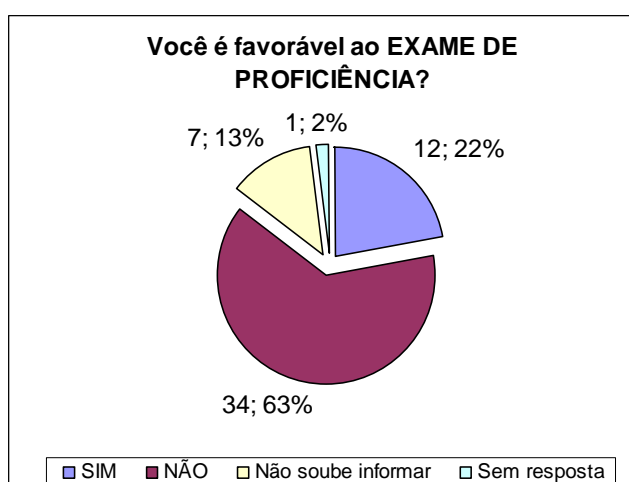


Gráfico - 24

Em relação a alguns elementos centrais da formação profissional, optamos por abordar cinco pontos que julgamos pertinentes, devido à sua centralidade. Não comungamos de forma alguma da idéia que todos deveriam oferecer as mesmas respostas, pois seria incoerência nossa. Partimos do pressuposto que os elementos centrais da formação profissional devem ser garantidos a partir das referências clássicas que utilizamos no decorrer da graduação, fundados na teoria social crítica de Marx. No entanto o processo de assimilação desses sujeitos não ocorre de forma uniforme ou linear. O conhecimento deve ser compreendido como processo, na qual o estudante a partir do contato com os fundamentos que norteiam a formação profissional, passa a assimilá-los a partir de suas capacidades e habilidades desenvolvidas. O que nos importa é saber, afinal, como os estudantes estão incorporando os conteúdos e os conceitos centrais trabalhados durante a formação profissional e não o quanto reproduzem tais conceitos sem compreender seu significado.

Com base nas Diretrizes Curriculares/ABEPSS, elegemos as seguintes questões: a centralidade da Questão Social na formação profissional; o fundamento sociohistórico na formação; a profissão enquanto trabalho, prática ou ideologia; a liberdade enquanto valor ético central; a centralidade da categoria Trabalho. Podemos fazer os seguintes apontamentos:

- Sobre a centralidade da Questão Social no processo de formação profissional, 96% dos estudantes sujeitos da pesquisa, assim a compreendem (gráfico – 25). As respostas de como percebem essa centralidade variam de acordo com o grau de maturação dos conteúdos e do período em que se encontram no curso, mas de qualquer forma podemos notar os elementos que expressam a compreensão do que é a Questão Social e suas diversas expressões: identificam a pobreza, a desigualdade, a miséria, a segregação racial, a negação de direitos, a violência, a exploração, dentre outras, como

expressão contraditória entre o capital e o trabalho no âmbito da sociedade capitalista e que essas expressões configuram-se como matéria prima da profissão.

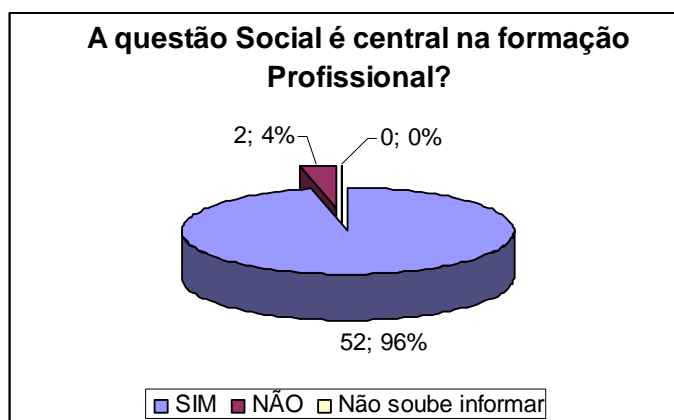


Gráfico - 25

- **88%** dos estudantes sujeitos da pesquisa manifestaram que o fundamento sociohistórico deve nortear a formação profissional (gráfico – 26). Notamos essa compreensão quando explicitam as seguintes idéias: a profissão não deve ser compreendida isoladamente na sociedade; configura-se como elemento chave para a compreensão da sociedade e da profissão na atualidade; é fundamental para buscar respostas conjunturais; o contexto social do passado influenciará nos contextos do amanhã; serve para perceber as contradições da sociedade; serve para desvendar a sociedade capitalista e sua “naturalização”; serve para mostrar como chegamos até os dias de hoje, dentre outras.

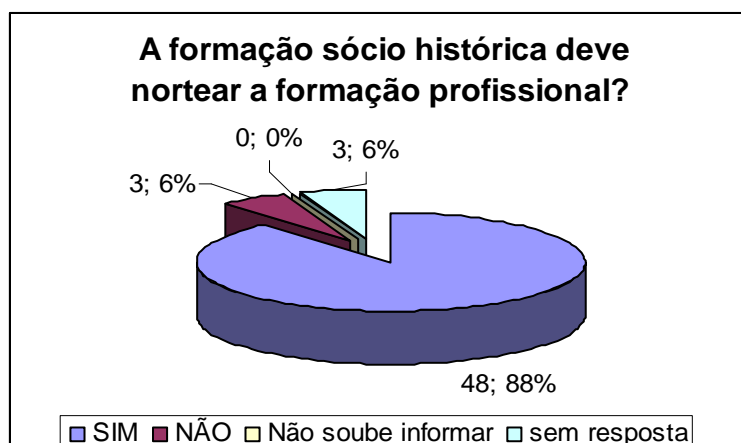


Gráfico – 26

- 67% dos sujeitos concebem a liberdade enquanto um valor ético central. Nas respostas percebemos alguns aspectos interessantes como: o limite da liberdade burguesa; que a liberdade só pode ser alcançada com a liberdade coletiva, para além da sociedade capitalista; nega liberdade como valor individual; é pela liberdade que me reconheço enquanto ser humano; liberdade para se expressar; princípio básico para trabalhar com o usuário; garantia de direitos; liberdade e ética estão juntas; liberdade norteia o PEP e a relação das pessoas de forma coletiva, dentre outras. No entanto mesmo dentro do universo de 67 % que comungam da idéia de liberdade como valor central, alguns manifestaram uma concepção de liberdade ainda restrita como: liberdade de escolha/individual; liberdade para desenvolver seu trabalho; como mera palavra presente no código de ética. Podemos inferir que a compreensão da liberdade é um elemento que necessita ser melhor trabalhado na formação profissional, pois ainda é muito presente a visão de liberdade fundada a partir da concepção burguesa.

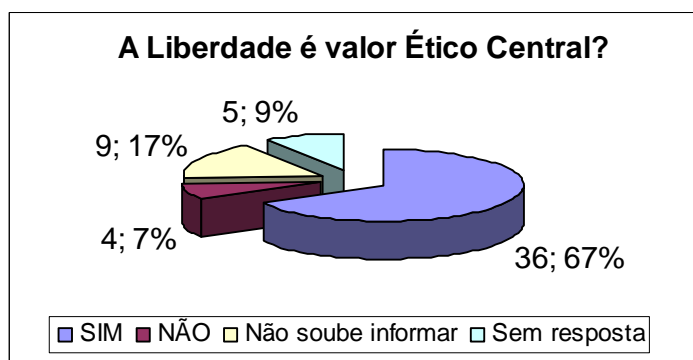
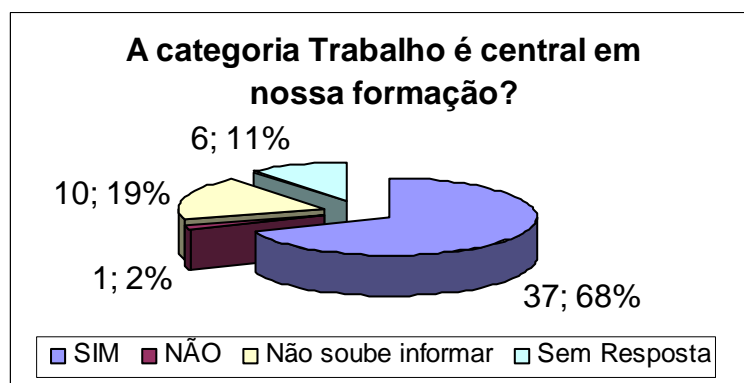


Gráfico – 27

- Sobre a categoria trabalho 68% afirmaram que a mesma tem centralidade na formação. Destaca-se que muitas amostras atrelam a categoria trabalho ao fazer profissional do assistente social e relacionam trabalho nas particularidades da sociedade burguesa: condição de assalariamento; divisão social e técnica do trabalho; contradição entre capitalistas e trabalhadores; compreende a atuação profissional no bojo das relações antagônicas entre o capital e o trabalho; trabalho alienado; concebem

as mudanças sociais a partir da alteração das relações de trabalho; o trabalho transforma a realidade; o trabalho hoje perpetua a sociedade capitalista; o trabalho deveria emancipar a classe trabalhadora; etc.



Por fim, perguntamos aos estudantes sobre a contribuição do Movimento Estudantil em Serviço Social em seu processo de formação profissional. Nas respostas obtidas, 98% dos estudantes consideraram que a participação no MESS contribui no processo de formação profissional destacando os seguintes elementos:

- Amadurecimento, conhecimento e mudança de valores e atitudes; Ampliação de conhecimentos e de relações; Compreensão política e conjuntural da realidade; Fortalecimento da luta por direitos; Luta pela qualidade do ensino; defesa das Diretrizes Curriculares; defesa do Projeto Ético-Político; Espaço de fortalecimento da categoria mesmo enquanto estudante; espaço privilegiado de formação, articulação e participação política; desenvolve habilidade de comunicação; reforça capacidade teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político; integração cultural e regional; desvelar problemas; capacidade de propor coisas novas; análise crítica da realidade; amplia espírito transformador; é a realização da relação teoria e prática; compromisso com usuários; novos valores e atitudes; percepção de falhas no processo de formação profissional; amplia-se visão de mundo; ajuda a ser um melhor

profissional; prática democrática; a participação no MESS deveria ser parte integrante da formação profissional; amplia conhecimentos para além da sala de aula; potencializa as capacidades do ser social; contribui com oficinas, debates, seminários e mesas temáticas; etc.

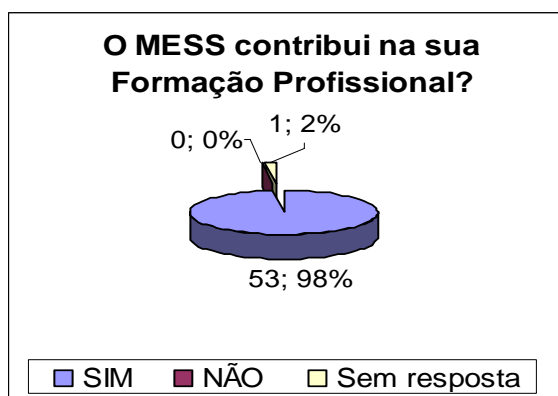


Gráfico – 29

3.5 - Trabalhador Estudante em Movimento.

Observamos nos últimos fóruns do MESS – 2004 à 2007 – que as temáticas referentes à organização política dos estudantes de Serviço Social, bem como a atuação das entidades representativas da categoria tornaram-se pautas relevantes.

A partir da vivência e dos registros que dispomos – deliberações dos encontros e registros de experiência do autor – pudemos constatar que tais encontros carecem de um aprofundamento em relação ao sujeito do MESS, os estudantes.

Sem os estudantes, as discussões e o propósito do MESS tornam-se uma abstração, distante da realidade objetiva dos mesmos e, portanto, sem base material para as tentativas de melhor organizar e planejar as ações do MESS.

Não se trata de fazer apologia a uma “classe estudantil”, pois este segmento não pode ser tratado como classe, ou seus sujeitos como pertencente a uma única classe social¹⁹⁰ embora seus sujeitos sejam eminentemente pertencentes às classes sociais, configurando-se um cenário de inserção das juventudes no âmbito das classes. Na sociedade capitalista, a inserção do estudante no Movimento Estudantil não necessariamente canaliza a luta para o campo da polarização entre as classes fundamentais, burgueses e proletários.

Embora o Movimento Estudantil possua características particulares em relação aos demais movimentos sociais, nos interessa desvelar a parcela que compõe a classe trabalhadora dentro do universo policlassista do movimento estudantil, ou que compõe as classes que se opõem materialmente ao projeto hegemônico burguês. Neste sentido, quando o Movimento Estudantil defende a direção social atrelada à superação da ordem burguesa, está contribuindo no campo ideológico para a transformação social, reafirmando valores e atitudes na conformação da hegemonia da classe trabalhadora.

É presente e notório nas falas dos estudantes que fazem o MESS, a rememorada lembrança do Movimento Estudantil no período de luta contra o projeto opressor da ditadura militar. Tal lembrança traz consigo não apenas o “saudosismo”, mas, sobretudo a lamentação de como está estruturado o movimento estudantil geral atualmente no país (fóruns esvaziados, entidades burocratizadas-UNE/UEE, sectarismo, etc). O que nos parece haver um descontentamento, seja pela não participação massiva dos estudantes, somado à falta de unidade dos grupos políticos de esquerda para com as lutas gerais e específicas em curso, seja pela ausência de um projeto coletivo que unifique minimamente o movimento em lutas concretas.

¹⁹⁰ Não se trata de um “bloco estudantil” homogêneo. São estudantes que possuem processos de vivências, inserções sociais, processos de socializações e convivências diferenciados, estabelecem relações sociais, assumem valores e atitudes apreendidos em seu processo de socialização e inserção de classe de forma distinta. Dispõem de religiões e credos diversos. Chegam a universidade com expectativas, sonhos, objetivos, medos, esperanças variados.

O inimigo que outrora se mostrava franco e aberto¹⁹¹, possibilitava ao Movimento Estudantil - mesmo com suas divergências internas - unificar suas lutas. Hoje esse “inimigo em comum” “aparenta” ter se pulverizado, não havendo possibilidade de condensar a luta dos estudantes com a luta geral da sociedade. Desvendar essa visão fragmentada, que camufla o “real inimigo” a ser combatido pelo movimento estudantil, é o que tentaremos problematizar aqui.

As dificuldades presentes na realidade da Educação Superior brasileira¹⁹² são efeitos da mesma contradição capital x trabalho que teorizamos e vivenciamos em nosso processo de formação profissional. A mercantilização do ensino não é um conceito moral, decorrente da “maldade” dos donos de universidades ou dos governos. No capitalismo há uma generalização que submete os meios de satisfação das necessidades básicas humanas – comer, vestir, morar – à forma de mercadoria/troca. Essa lógica não é diferente na esfera da super-estrutura da sociedade capitalista, na qual encontramos o Estado, as leis, a ideologia, os serviços e os mecanismos de reprodução e legitimação desse modelo de sociedade.

Conforme observamos anteriormente, podemos notar que a práxis política dos sujeitos coletivos no MESS reafirmam suas bandeiras históricas de luta pela educação pública, gratuita, universal, laica e de qualidade, pondo-se contrários à mercantilização do ensino.

Mesmo sob polêmica, majoritariamente há o entendimento que a educação tem que ser de obrigação do Estado, que garanta o acesso e permanência a todos de forma universal, enquanto um direito social e, assim deve fazer assegurando patamares de qualidade.

¹⁹¹ Referimos-nos ao projeto de sociedade autorgado pela ditadura militar.

¹⁹² Dificuldades advindas principalmente após o conjunto das reformas do Estado no período FHC e Lula, principalmente a Reforma Universitária, o sucateamento do ensino público, precarização das condições de trabalho das universidades, ensino à distância, ampliação das universidades particulares, entre outros. Para melhor demonstrar os impactos da Reforma Universitária e os mecanismos de enfrentamento adotados pela ENESSO, sugerimos Bastos (2006).

No entanto a luta segmentada contra a mercantilização do ensino, não está desatrelada da luta contra a mercantilização da vida. Há entendimento que o acesso às demais necessidades – Saúde, Comida, Moradia, Felicidade, Cultura, Vestimentas – também não podem ser condicionadas aos patamares da mercadoria.

Essa generalização da lógica capitalista na esfera da satisfação das necessidades reproduz a lógica de obtenção de lucros por parte do capitalista, não importando a qualidade ou a relevância social dos serviços prestados. No caso da educação poderíamos nos indagar sobre: Como um capitalista faz para produzir a mercadoria “educação/diploma” com menores custos de produção e aumentar seus lucros?

A título de exemplo, tomaremos a crise da PUC/SP em 2006¹⁹³. No início do ano de 2006, a crise financeira e política da PUC/SP, que se arrastava há algumas décadas, alcançou patamares antes não vistos na história da instituição, colocando fim a inúmeras conquistas democráticas dentro da universidade.

Diante da crise política, de projeto de universidade¹⁹⁴, e financeira de um déficit orçamentário altíssimo¹⁹⁵, foi entregue aos bancos Real e Bradesco e à Fundação São Paulo (Mantenedora ligada a Igreja Católica Apostólica Romana) o controle fiscal da mesma. Para garantir o avanço e a concretização da “universidade-mercadoria”, foram implementadas

¹⁹³ Para maior conhecimento sobre a crise da PUC/SP em 2006, sugere SANTOS, Tiago Barbosa et al. “Precarização do trabalho e do ensino na PUC e as respostas dos três setores.” Núcleo de Relações de Trabalho 2º semestre / 2006 – Faculdade de Serviço Social PUC/SP publicado no 12º CBAS/2007.

¹⁹⁴ A crise de paradigma vivenciado pela comunidade “Puquiiana” remetia a disputa de basicamente dois projetos para a Universidade. De um lado, setores que defendia a universidade enquanto um espaço de acúmulo, teórico, prático, político e social comprometido com setores dos trabalhadores, produtora de conhecimento a serviço da sociedade. Uma universidade participe das lutas sociais, reconhecendo a trajetória da PUC como espaço democrático e plural com verdadeiro compromisso social. De outro lado, um projeto de universidade privatista, remetendo a idéia de Educação/ Mercadoria. Uma Universidade a serviço dos lucros e da lógica do empresariado educacional.

¹⁹⁵ “Para corresponder as imposições dos bancos, a quem a PUC/SP deve 84 milhões e suprir o déficit de 4 milhões mensais, a reitoria está ‘cortando a carne’ daqueles que nada contribuíram com esta crise e o fará até cortar 20% da folha de pagamento, aprofundando as demissões, os cortes salariais e sucateando ainda mais o ensino” (APROPUC; AFAPUC; CONSELHO DE CENTROS ACADÊMICOS, 2006:10)

de forma arbitrária uma série de "novas" burocracias política e administrativa que culminou em medidas repressivas contra estudantes, professores e funcionários.

Em nome da recuperação econômica, as medidas tomadas pela Reitoria foram: demissões massivas que chegaram a 20% do quadro de professores e funcionários, processos de terceirizações de alguns serviços, recontrações e contratação de professores com salários mais baixos, aumento da carga horária de trabalho, aumento das mensalidades, salas de aula lotadas e cortes de bolsas de estudos, investimentos na construção de dois campus novos (Campus de Barueri e Santana), atraso no pagamento salarial, lançamento do PDV – Plano de Demissão Voluntária, processo de sindicâncias contra os estudantes ligados ao movimento estudantil, entre outras medidas. De forma arbitrária, foram quebrados os acordos coletivos internos junto à APROPUC¹⁹⁶ e à AFAPUC¹⁹⁷ e colocou-se fim as inúmeras conquistas democráticas dentro da universidade.

Se esse quadro nos faz lembrar da realidade do mundo do trabalho, não é mera coincidência. Ou seja, ocorre uma precarização do trabalho na clara afronta aos direitos dos trabalhadores e a tentativa de elitizar o acesso e permanência dos estudantes na universidade. Vemos a massificação do ensino¹⁹⁸, a pressão por produtividade e a criminalização dos movimentos organizados dos trabalhadores e estudantes, associadas ao esfacelamento da qualidade de ensino como estratégia do capital educacional em obter maior lucratividade.

Aqui, especificamente nos interessa uma coisa. Além de sermos afetados pelo processo de mercantilização pelo qual passa a educação superior, segmentos dos estudantes

¹⁹⁶ Associação dos Professores da PUC/SP.

¹⁹⁷ Associação dos Funcionários da PUC/SP.

¹⁹⁸ Massificação diferencia-se substancialmente da idéia de democratização do saber. A massificação está para a entrada do estudante no ciclo do saber de forma precarizada. Não preocupa-se em garantir a qualidade acadêmica, a formar pessoas críticas, a incluindo setores populares na universidade e o acesso e permanência aos estudantes no Ensino Superior.

que compõem a classe trabalhadora também sofrem com os efeitos da lógica/opressão capitalista em seu cotidiano, por depender do trabalho para garantir sua sobrevivência.

Dessa forma esse segmento dos trabalhadores estudantes enfrentam diversas dificuldades no seu processo de formação: mensalidades abusivas, ausência ou insuficiência de assistência estudantil, condições financeiras de permanecerem na IES, falta de recursos para adquirirem livros, fotocópias, alimentação, transporte, lazer, etc.

Mesmo na condição de estudante de Serviço Social, em sua maioria, a luta contra as expressões da Questão Social, torna-se a luta imediata pela sua sobrevivência. A mercantilização da vida, fruto da contradição capitalista, não estará superada após concluir a graduação. Apontamos no capítulo I deste trabalho que o Assistente Social devido à sua condição de assalariamento compõe o segmento de trabalhadores assalariados, afetos aos desmontes e precarização advindos com o processo de reestruturação do mundo do trabalho.

Dessa maneira a luta contra a mercantilização do ensino, em defesa de um modelo de universidade que atenda e acolha os trabalhadores e suas necessidades - e pelo acesso e permanência dos mesmos - é louvável e necessário, mas só tem sentido se atacarmos as raízes dessa problemática. O “suposto inimigo velado” possui várias faces e, dessa maneira a segmentação das lutas, por interesses setoriais - mesmo que alcançarmos vitórias significativas – sem articulação com a contradição classista tendem a facilitar a reatualização da mesma situação e a manutenção da exploração.

Podemos inferir que a luta travada pelos sujeitos do MESS, enquanto trabalhador estudante, não pode ser pela melhora das condições em que se dá a exploração, pois não se trata de humanizar o capital. A luta do Movimento Estudantil, se optar por outro ordenamento societário, deve incorporar a luta anti-imperialista e anti-capitalista, unificando setores estudantis que tenham o elemento classe como central nas suas lutas. O inimigo que

aparentemente se mostra fracionado ou invisível, se materializa na atualidade como capitalismo em sua face neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Importância do Movimento Estudantil na Formação Profissional.

Há muitas considerações a se fazer num trabalho como este, até mesmo pela própria temática que é complexa e envolve diversos elementos que se configuram como desafios tanto para o MESS, quanto para a categoria profissional de modo geral.

Foi extremamente prazeroso desenvolver estes pensamentos como contribuição ao movimento estudantil, mesmo com possíveis limitações temporais e de análise. Essa síntese do acúmulo político dos estudantes de Serviço Social, no que diz respeito a formação profissional, vem somar-se às demais produções referente a temática que trata da trajetória de luta e organização desses sujeitos que são, historicamente, partícipes da construção do que é a profissão de Serviço Social na atualidade.

A reafirmação das diretrizes que norteiam o projeto de formação profissional, vinculada ao legado de intenção de ruptura, configura-se como um importante traço de legitimação da perspectiva crítica e do Projeto Ético-Político. A práxis política dos estudantes expressa no cotidiano das lutas sociais, seja no seio da universidade ou nas lutas mais gerais da sociedade, direciona-se por uma prática em defesa dos direitos sociais e da qualidade da formação profissional. Rompe com a idéia de dicotomia entre a formação e a prática profissional. Compreende que o compromisso pela afirmação da direção sociopolítica hegemônica do PEP é tarefa de todos os sujeitos partícipes dessa categoria, que comungam do horizonte ontológico de transformação social.

O MESS vem politicamente reafirmando seus compromissos em defesa das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, bem como a defesa da educação de qualidade, posicionando-se na contra mão do projeto neoliberal e neoconservador que assola a sociedade brasileira, principalmente a partir da década de 1990. Imprime essa direção política

principalmente em seus encontros nacionais, discutindo e aprovando coletivamente posturas e ações críticas ao estágio atual do desenvolvimento capitalista, expresso, sobretudo, nas contra reformas do Estado, nas perdas de direitos sociais, no desmonte e na precarização do mundo do trabalho, etc. O MESS consolida-se como espaço democrático, participativo e de afirmação da direção social da formação profissional.

Podemos considerar a partir dos elementos expostos nessa pesquisa que a participação política dos estudantes é uma forma de práxis privilegiada para afirmação da direção sociopolítica estratégica que norteia o PEP e das diretrizes para a formação profissional. Ou seja, a organização coletiva dos estudantes no movimento estudantil, enquanto práxis política possibilita, dentro das condições objetivas, imprimir um fazer político capaz de oferecer certo¹⁹⁹ grau de materialização dos valores e princípios postulados no PEP, como: a vivência democrática, a organização coletiva, a luta por direitos sociais, a defesa intransigente dos interesses históricos da classe trabalhadora, a luta coletiva por um outro modelo societário sem qualquer tipo exploração, humilhação e dominação, seja de raça, etnia, classe, gênero, regionalidade ou crença. É na ação coletiva que se tende a uma maneira de agir/pensar para além da ação individual.

No que tange a formação profissional, partimos da indissociável articulação entre as três dimensões constitutivas da profissão (Teórico-Metodológica, Técnico- Operativa e Ético-Política) e a práxis política como uma esfera possível dos estudantes melhor assimilarem e protagonizarem a chamada direção social da formação profissional, por intermédio do debate coletivo, na organização política, enquanto sujeitos históricos, e na desejada inserção na luta social mais ampla, como forma necessária de consolidação do

¹⁹⁹ Falamos em certo grau de materialização, pois compreendemos que a materialização do PEP se dá não só na práxis política - claro que a práxis política dos estudantes representa a afirmação da direção social do PEP - , mas a partir do fazer profissional, dando corpo e forma as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política a partir da realidade junto aos trabalhadores/usuários dos serviços sociais.

projeto profissional hegemônico - em tempos tão adversos cujo conservadorismo se reatualiza e ganha força com o legado pós moderno, negando a possibilidade histórica de transformação.

A participação no movimento estudantil exige, nesse fazer político organizado, que os estudantes potencializem suas capacidades de análise e intervenção da realidade, pondo em prática os conhecimentos teóricos adquiridos e maturados durante o processo de formação profissional e de suas vivências coletivas. Sua capacidade argumentativa, teórico-política, pode lhe permitir desvendar a realidade para uma práxis, intencional, questionando as barbáries contemporâneas e a direção social postulada pelo legado neoliberal.

Quando pensamos na direção sociopolítica da profissão, podemos dizer que os elementos dispostos nas diretrizes para a formação profissional, norteiam um fazer ético-político oposto aos valores socialmente legitimados da sociabilidade burguesa. A liberdade enquanto um valor ético central, a democracia como forma de sociabilidade estratégica, o reconhecimento dos direitos humanos, a negação da exploração e dominação de uma classe sobre a outra, nos revelam valores que norteiam o fazer e a formação profissional, bem como orienta as propostas políticas dos estudantes, materializadas nas ações, debates, deliberações e contribuições no MESS.

Se os valores postulados no PEP não podem ser encarados pelos estudantes - durante o período de formação profissional - como meras abstrações teóricas e/ou filosóficas, mas precisam ser materializadas, podemos inferir que a participação no MESS pode ser um canal de participação, no qual tais valores podem ser objetivados através da práxis política estudantil, da luta política no dia-a-dia de suas entidades e do confronto de idéias e concepções.

Podemos sem sombra de dúvida afirmar que existe uma falsa dicotomia entre a teoria e a prática. Toda prática carrega consigo um fundamento, uma forma de explicar o estado de coisas e uma concepção de homem e de mundo. Em outras palavras, a práxis

política no MESS, orientada sob os princípios e valores postulados no PEP pode imprimir uma direção social oposta à direção socialmente legitimada pela sociedade burguesa capitalista.

Da mesma forma, o MESS representa mais um espaço sob a qual o estudante pode empregar escolhas e mecanismos capazes de ampliar a participação democrática dos demais sujeitos - ao optar por mecanismos mais democráticos (assembléias, socialização de informações, descentralização do poder, formação de novos militantes, dentre outros), negando a coerção e o autoritarismo, pondo em prática valores, atitudes, conhecimentos e compromissos éticos-políticos presentes na direção social da formação profissional.

O MESS é um instrumento de participação política privilegiado, que pode contribuir com o debate coletivo sobre a direção social da formação acadêmica e do próprio projeto de profissão, este como síntese do debate coletivo e histórico da categoria profissional. Assim o MESS tende a ser um espaço de práticas democráticas e coletivas, cumprindo um papel fundamental de vivência no processo de formação profissional.

Concebemos o MESS como elemento importante no processo de formação profissional, fundamentalmente por duas razões. **A primeira** por se tratar de um espaço político-pedagógico, no qual o estudante pode experimentar vivências enquanto sujeito autor de sua própria história, participe das lutas específicas e gerais da profissão e da sociedade, discutir e apontar caminhos para melhoria das condições de ensino, e defender a direção sociopolítica da categoria.

Podemos observar nessa pesquisa que o MESS muitas vezes é o primeiro espaço de organização política e de vivência nos movimentos sociais, possibilitando aos estudantes colocarem em prática, recriarem e reafirmarem meios democráticos de organização e de luta coletiva, terreno privilegiado para elevação da consciência crítica e coletiva dos mesmos, possibilitando alcançar novos patamares no *processo de consciência*, mais coletivos

e mais solidários. A **segunda**, pela importância da dimensão político-organizativa (BRAZ,2004) expressa nos fóruns coletivos²⁰⁰ e no fortalecimento de suas entidades representativas que constituem o MESS – CA´s, DA´s, ENESSO e representação discente em ABEPSS.

Temos na formação profissional o contato com a teoria para nos ajudar a pensar, entender e agir na realidade, os campos de estágios como forma privilegiada para o aprendizado do fazer profissional, um terreno desafiador, e também a participação do MESS como forma de organização coletiva capaz de construir identidade de grupo e contribuir para a compreensão da direção social dessa profissão, bem como os desafios contemporâneos.

Obviamente que, como podemos observar, o movimento possui debilidades a serem enfrentadas. Destacamos duas delas que, em nossa opinião, prejudicam o fortalecimento do movimento: a desmobilização (falta de maior ousadia) e o sectarismo. A primeira, obviamente não é um “privilegio” do MESS, pois em tempos tão adversos a juventude encontra-se acuada e muitas vezes sem perspectivas de mudanças. No entanto a organização e a transgressão em relação ao capitalismo é uma postura necessária. A segunda debilidade corresponde à necessidade do movimento estudantil superar um engodo, que cria a separação entre a prática política do movimento estudantil e os problemas da juventude de forma mais geral, especialmente a juventude pobre, advinda das periferias de todos os cantos do país. O sectarismo que atualmente assola o movimento estudantil serve apenas para a fragmentação das lutas e o afastamento dos estudantes. A prática e o discurso vanguardista, detentora da “verdade absoluta”, é algo a ser superado para que “os novos” estudantes que venham a compor o movimento, herdem a tradição de luta e enfrentamento no campo das propostas, concepções, ações, idéias e pela construção da unidade dos grupos de esquerda.

²⁰⁰ Conferir nota de rodapé 47, pg.42

Concordamos com Veronica (2005) em sua pesquisa que estuda o processo que leva os estudantes a participarem politicamente do movimento, na qual aponta que o MESS contribui para melhor assimilar o projeto de profissão. Os processos de participação política ampliam a visão de mundo dos sujeitos e a necessidade de se organizarem coletivamente. Dessa maneira enfatizamos que o processo de participação se vincula diretamente ao processo de consciência dos indivíduos.

Compactuamos com a concepção de consciência, não como algo pronto e determinado, mas como um processo que está em constante transformação, longe de qualquer linearidade. Em outras palavras, a consciência encontra-se em um movimento dialético, e não pode ser concebida como um patamar a ser alcançado pelos sujeitos, cujo resultado seria: ao alcançar patamares superiores da consciência, superaríamos os estágios anteriores.

Para Iasi, o fenômeno da consciência está em constante movimento e que,

[...] só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações[...]. (IASI, 2007:12)

Dessa forma a consciência é uma constante em movimento que ao atingir patamares mais elevados, coletivos e de classe, traz consigo elementos das fases anteriores.

Como processo pode avançar ou retroceder. Nas palavras de Iasi,

Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo[...].a partir da diversidade de manifestações particulares podemos encontrar, nitidamente, uma linha universal quando falamos em consciência de classe.

Iasi compreende que a consciência individual não se contrapõe à consciência de classe, ambas formam uma unidade na diversidade em que as diversas particularidades,

derivadas das vivências de cada indivíduo, sintetizadas sob algumas condições, formam um todo que podemos chamar de consciência de classe²⁰¹.

Para Ramos, o processo pelo qual se constroem a consciência política coletiva é complexo e sofre determinações de ordem econômica, política, cultural, profissional e ideológica.

“Esse processo requisita a ruptura com diversos entraves postos no cotidiano, tais como: o corporativismo, a despolitização, a apatia, o comodismo. A ruptura com estes entraves só se torna possível, na medida em que a consciência política avance para níveis coletivos e seja internalizada por uma quantidade significativa de indivíduos sociais” (RAMOS, 2002:85 apud SILVA, 2006:18)

Dessa maneira cabe ressaltar que a participação no MESS deve ser encarada como um processo e que seria um equívoco compreender esse estágio de participação de maneira mecanicista, na qual atribuiria a participação no MESS como uma espécie de “atestado de compromisso com as lutas sociais e com o PEP” e não como um processo dialético que pode virar o seu oposto.

Por fim, o movimento estudantil favorece ao estudante, sujeito da construção coletiva, um espaço de vivência ímpar durante o processo de formação profissional, na qual podem ascender a um outro estágio da consciência, agora mais coletiva. O MESS pode ser um espaço, que somado ao acúmulo em sala de aula, indispensável, represente um lócus na qual o estudante pode reivindicar melhorias para a educação, construir novas propostas no âmbito acadêmico, troca de experiências e a superação da visão de que “a luta é só uma lembrança”.

²⁰¹Claro que seria um equívoco pensar que um indivíduo possa deter “a consciência de classe”. Ele pode sentir-se como sujeito de classe, mas a dita consciência de classe está para além do indivíduo, encontra-se na própria luta de classe. Ou seja, a consciência de classe só é possível se a classe estiver em movimento, na luta. Frente à rica e polêmica discussão sobre o processo de consciência, sugerimos IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre consciência e Emancipação Humana – 1.ed. – São Paulo, Expressão Popular, 2007. As Metamorfoses da Consciência de Classe (O PT entre a negação e o consentimento – São Paulo, Expressão Popular, 592 p., 2006

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro** - Tese de Doutorado (Pós Graduação em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2006.

_____ ; **Reforma do Ensino Superior sob a ótica neoliberal**. In. Revista PUCVIVA n 21. São Paulo: APROPUC, 2004.

_____ ; **Democracia e socialismo**. Faculdade de Serviço Social PUC/SP publicado no X CBAS/2001.

_____ ; Palestra “**ENADE e o Exame de proficiência para o Serviço Social**” PUC/SP em 17/08/07.

_____ ; Palestra “**Projeto Ético-Político do Serviço Social, na contramão do projeto societário capitalista: limites e possibilidades na atual conjuntura**” XXVIII- ENESS/PALMAS-TO em 19/07/06.

_____ ; CABRAL, Maria do S. R. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social: Trajetória e Processos de lua de uma categoria: 1978–1988**. São Paulo: Cortez, 1995.

ADUFPA, **A Reforma da Educação Superior Brasileira: análise e propostas**. Belém, 2005

ANDES. **A Contra Reforma da Educação Superior**. Brasília: ANDES, 2004.

_____ ; **Uma opção pelo setor privado em detrimento do público: uma análise do GTPE do ANDES-SN do anteprojeto de 30 de maio de 2005**. Brasília, ANDES, 2005.

_____ ; **As fundações privadas ditas de apoio e a universidade pública**. In. Caderno ANDES n 23. Brasília, fé. 2006.

APROPUC; AFAPUC; CONSELHO DE CENTROS ACADÊMICOS. **Em defesa da Universidade! Enfrentar a crise com autonomia e liberdade**, 2006

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999

BAIERL, Luzia Fátima – **Pesquisa Perfil do Estudante**. Faculdade de Serviço Social PUC/SP, 2004

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês. **Práticas Pedagógicas e a Lógica Meritocrática da Universidade (org.)**. Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes. Rio de Janeiro: Reitoria de Extensão, 2006.

BARROCO, Maria Lucia S – **“A inscrição da ética e dos Direitos Humanos no Projeto Ético-Político do Serviço Social”**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.79 p.27-42 Especial, 2004

_____ ; **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos** – São Paulo, Cortez, 2001.

BASTAZINI, Marcos Henrique Galvão. **Tempos Tão Adversos e a Realização do Projeto Profissional** 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2005.

BASTOS, Amanda Suelen F. **A Reforma do ensino superior nos marcos do Governo Lula: as formas de enfrentamento da - Executiva Nacional de estudantes e Serviço Social – ENESSO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2005.

BATISTONI, Maria Rosângela; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e; e CYWINSKI, Mercedes Manchado - **“Proposta curricular da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”**. Cadernos ABESS. São Paulo, n.8 p.91-117

BEHRING, Elaine Rosseti. **“Implicações da Reforma do Ensino Superior para o Exercício Profissional do Assistente Social: Desafios para o CFESS.”** In: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Temporalis nº 01 . *Reforma do Ensino Superior e Serviço Social* – Brasília: Valci, 2000 (Ano 1, nº1, reimpressão jul.2004).

BOSCHETTI, Ivanete - **“Seguridade Social e Projeto Ético-político do Serviço Social: Trabalho e representações sociais”**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.79 p.108-132 Especial,2004

_____; **As Contra-reformas para a Formação Profissional e Exercício Profissional: a Insuficiência do Exame de Proficiência como Estratégia de Enfrentamento.** Texto apresentado no seminário organizado pelo CRESS-RJ em Junho/2007

_____; **Implicações da Reforma do Ensino Superior para a Formação do Assistente Social: Desafios para a ABEPSS.** In. *Temporalis* 1, Brasília, 2004a

BONETTI, D.A.et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis** – 5ª ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

BRAZ, Marcelo – **“O Gov. Lula e o Projeto Ético- Político do Serviço Social”.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.78 p.48-68 Julho, 2004

CARDOSO, Isabel Cristina da costa; BEHRING, Eleine Rossetti; ALMEIDA e Ney Luiz Teixeira - **“Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate”.** Cadernos ABESS. São Paulo, n.7 p.15-57

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do Perfil Profissional.** Brasília: CFESS,2005

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2000.

CODIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. In **Legislação Brasileira para o Serviço Social.** São Paulo: CRESS, 9ª Região, 2006. 2. Ed. p. 38 – 49.

DIRETRIZES GERAIS PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social.** São Paulo: CRESS, 9ª Região, 2006. 2. Ed. p. 59 – 83.

DIRETRIZES GERAIS PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL – ABESS/CEDEPSS. In: ABESS, n.7, p.58-76. São Paulo: Cortez, 1997.

Documento ABESS/CEDEPSS, **“Proposta Básica para o projeto de formação profissional (nov.1995)”**

ENESSO, **Jornal Avaliação do ENADE.** Gestão:“Viver Na Luta”2004/2005

EVANGELISTA, João E. **Crise do Marxismo e irracionalismo pos moderno**. São Paulo: Cortez, 1992

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FROMM, Erich. “**Prefácio- Manuscritos Econômicos e Filosóficos**” Karl Marx. Edições 70, 1964.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004

HOBBSBAWM, Eric J. **Revolucionários**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____ ; “**Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**”. In: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Temporalis nº 01 . *Reforma do Ensino Superior e Serviço Social* – Brasília: Valci, 2000 (Ano 1, nº 1, reimpressão jul.2004).

_____ ; **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social** – 8. Ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

_____ ; Palestra “**Os 70 anos de Serviço Social no Brasil: Lutas, Atuação profissional e Perspectivas**” 12º CBAS- Foz do Iguaçu/PR em 02/11/2007.

_____ ; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço teórico-metodológico** – 16ª ed. – São Paulo, Cortez, 2004.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e Emancipação Humana** – 1.ed. – São Paulo, Expressão Popular, 2007. 176 f.

_____ ; **As Metamorfoses da Consciência de Classe (O PT entre a negação e o consentimento** – São Paulo, Expressão Popular, 592 p., 2006

KOIKE, Maria Marieta dos Santos et al. – **“Roteiro para projetos de autorização, reconhecimento e cursos de graduação em Serviço Social”**. Cadernos ABESS. São Paulo, n.7 p.109-112

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

LEHER, Roberto. Reforma Universitária do governo Lula-UFRJ-UERJ- **Notas para a crítica do documento elaborado pelo GT interministerial-Decreto 20/10/03-19/01/04**

LEI FEDERAL n. 8662, DE 07 DE JUNHO DE 1993 - ABEPSS. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. São Paulo: CRESS, 9ª Região, 2006. 2. Ed. p. 32 – 38.

MARCIGLIA, Regina Maria Giffone. **O projeto de Pesquisa em Serviço Social** in: *Interpretação e Pesquisa em Serviço Social*. Brasil: s.n, s.d

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Edições Sociais. Vol.3, 1977.

MARX, K. **Fundamentos de la crítica de la economia política- esbozo de 1857-1858** (Grundrisse). Tomos I e II. Havana; Instituto del Libro, Editorial de ciencias sociales; 1971.

MARX, Karl. **“A questão Judaica”**. in *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Lisboa, Ed.70,1993

MOTA, Ana Elizabete. Palestra **“Capitalismo Contemporâneo, Serviço Social e Formação Profissional”**, PUC/SP em 28/03/06.

NETTO, José Paulo – **“A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social”** in: *Serviço Social e Saúde/MOTA, Ana Elizabete...[et al.]*, (orgs). – 2.ed. –São Paulo: OPAS,OMS,Ministério da Saúde, 2007.

_____ ; - **“A conjuntura Brasileira: O Serviço Social posto à prova**. Serviço Social e Sociedade”. São Paulo, n.79 p. 05-26, 2004

_____ ; **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7ª ed. – São Paulo, Cortez, 2004.

_____ ; **“Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior”**. In. Temporalis 1, *Reforma do Ensino Superior e Serviço Social* – Brasília: Valci, 2000 (Ano 1, nº1, reimpressão jul.2004).

_____ ; - **“Transformações societárias e Serviço Social – Nota para uma análise prospectiva da Profissão no Brasil”**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.50 p.87-132 Abril, 1996

_____ ; - **“Ética e crise dos projetos de transformação social”**. In. *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis* – 5ª ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

_____ ; **“A Questão Social na América Latina: Ofensiva Capitalista, Resistência de Classe e Serviço Social”** 12º CBAS – Foz do Iguaçu/ PR em 28/10/2007

NUNES, Janaína Gonçalves. **Implicações das escolhas profissionais na realização do Projeto Profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinário – **“A nova ética profissional: Práxis e princípios”**. In. *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis* – 5ª ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

PAIXÃO, Márcia Calhes – **“A Política como Objetivação”** In: *“Ontologia Social, Formação Profissional e Política”* – nº 1, pp. 65-98, São Paulo, Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxistas, Programa Pós-Graduados em Serviço Social – PUC-SP, 1997.

POERNER, Arthus José.1939- **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5 ed. Rio de Janeiro:Booklink,2004

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A ação política do MESS: Caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos**. (dissertação de mestrado) Pos-graduação em Serviço Social. CCSA. Recife, 1996.

_____ ; – **“ A construção de Projetos Coletivos: Refletindo Aspectos do Projeto Profissional do Serviço Social”**. Temporalis, n.5, p. 81-94, Janeiro, 2002

_____ ; – **“Movimento estudantil em Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) Assistente Social brasileiro”**. ABESS, n.7, p.141-168, 1997

RODRIGUES, Ítalo Marcos. **Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social: O processo de Implantação das Diretrizes na Regional ABEPSS Sul II**. 2001. 142 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2001

SANTOS, Tiago Barbosa; CORDEIRO, Tiago Gomes; DE DEUS, Patrícia Spedaleti; ALMEIDA, Letícia; GONÇALVES, Gabriela e MARINHO, José Junior. **As ações afirmativas (cotas de vagas para negros nas Universidades e reservas de vagas em Concursos Públicos para Portadores de Deficiência) face à Justiça e ao Direito**. Trabalho e Fundamentos Filosóficos do Serviço Social (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2006.

_____ ; et al. **“Precarização do trabalho e do ensino na PUC e as respostas do três setores.”** Núcleo de Relações de Trabalho (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2º semestre/2006. Publicado no 12º CBAS/ 2007.

_____ ; CAMPOS, Sue Elen Pereira; PEREIRA, Sebastião Jorge; CAMPOS, Josenilda. **Planilha referente aos Seminários de Teorização do Serviço Social: Araxá-1967, Teresópolis-1970, BH-1972-75**. Trabalho de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Sócia: Inserção na realidade social e na dinâmica profissional**. – 2.ed – São Paulo: Cortez.1995.

_____ ; **O serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez,1995.

SILVA, Celso Severo da. **AÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL COMO ESTRATÉGICA PARA CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, CSSA - UFPE Recife, 2006

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O que é movimento social? In: TOMAZI, Nelson Dacio (Coord.). et al. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

TELLES, Guiomar Urbina. **A habitação e a Moral. Serviço Social**. São Paulo: ano II.N.21.1940.

VASCONCELOS, Ailton Marques. **A trajetória política da organização dos estudantes de serviço social, 1978 a 2002: e a sua relação com o projeto de formação profissional**. 2003. 138 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2003

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007

VERONICA, Jaqueline Fernanda. **A participação dos estudantes de Serviço Social no Movimento Estudantil e sua relação com o processo de formação profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade de Taubaté/UNITAU, Taubaté, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita – **“O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira”** - In: *“Legislação Brasileira para o Serviço Social”*, São Paulo, pp. 13-29, Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - 9ª região (gestão 2002-2005), 2004.

Documentos Teses apresentados ao MESS:

Tese ao XXVI ENESS. Vitória/ES-2004 “VIVER NA LUTA”

Tese ao XXVI ENESS. Vitória/ES-2004 “A Saída e pela Esquerda”

Tese ao XXVII ENESS. Recife/PE-2005 “VIVER NA LUTA”

Tese ao XXVII ENESS. Recife/PE-2005 “A Saída é pela Esquerda”

Tese ao XXVII ENESS. Recife/PE-2005 “Projeto Democrático e Popular”

Contribuição da Juventude do PSTU ao XXVII ENESS. Recife/PE-2005

Tese ao XXVIII ENESS. Palmas/TO-2006 “VIVER NA LUTA”

Contribuição apresentada ao XXVIII ENESS. Palmas/TO-2006 “Por um MESS de Caras e Corações Novos”

Tese ao XXIX ENESS. Contagem/MG-2007 “A Saída é pela Esquerda”

Tese ao XXIX ENESS. Contagem/MG-2007 “Por um MESS de Caras e Corações Novos”

Fontes eletrônicas:

www.sengerj.com.br/liberal.html Acesso em: 26/08/07 às 22:10.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Keynesianismo>:acesso Acesso em: 25/10/2007 às 20:00.

www.mec.gov.br. Acesso em: 25/09/2007 às 23:40.

www.fazenda.gov.br Acesso em: 17/09/07 às 23:50.

http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca_curso.stm Acesso em: 18/11/2007 às 15:00

www.cfess.org.br/pdf/MAPEAMENTO_DOS_CURSOS_DE_GRADUACAO_A_DISTANCIA.pdf Acesso em: 03/08/2007 às 11:30.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17580.shtml> em 01/09/07
Acesso em: 01/09/07 às 20:00.

APÊNDICE/ ANEXO

Apêndices:

1. Apresentação e Questionário da pesquisa
2. Planilha referente aos Seminários de Teorização do Serviço Social: Araxá-1967, Teresópolis-1970, BH-1972-75
3. Tabela de Escolas de Serviço Social - Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul – ABEPSS/REGIÃO SUL II
4. Temas dos ENESS realizados entre 1978 a 2008
5. Coordenações Nacionais e Regionais da SESSUNE/ENESSO: 1988-2007
6. Quadro dos Seminários Nacionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social
7. Quadro de Escolas Presentes no XXIX ENESS/2007 Contagem/MG

Anexos:

1. Resposta dos Estudantes de Serviço Social da PUC/SP ao Ministro da Educação - 2004
2. Nota de esclarecimento sobre o Curso de Serviço Social da PUCSP e os resultados do ENADE - 2004
3. Manifesto do CFESS aos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE – 2004
4. Carta da Sociedade de Serviço Social – Mantenedora da FAPSS/SP e São Caetano do Sul – 2007
5. Moção de Denúncia dos Estudantes no 12ºCBAS – 2007
6. Manifestação CRESS/SP e ABEPSS/SUL II em relação à postura da Sociedade de Serviço Social – FAPSS/SP e São Caetano do Sul – 2007
7. Ofício – 05/2007 Executiva Nacional de Estudante de Serviço Social – 2007
8. Reportagem: FACULDADE DÁ R\$ 600 POR NOTA BOA NO ENADE/ folha de São Paulo COTIDIANO. São Paulo, sexta-feira, 09 de novembro de 2007
9. Levantamento dos CRESS sobre o Mapeamento dos Cursos de Graduação a distância
10. Documentos do CAISS-1953 (atual C.A 3 de Março-FAPSS/SP).
11. Organização do Movimento Estudantil
12. Deliberações do eixo de Formação Profissional aprovadas no XXVI ENESS-Vitória/ES
13. Deliberações do eixo de Formação Profissional aprovadas no XXVII ENESS-Recife/ PE
14. Deliberações do eixo de Formação Profissional aprovadas no XXVIII ENESS-Palmas/ TO
15. Deliberações aprovadas no XXIX ENESS-Contagem/MG
16. Estatuto da ENESSO aprovado no XXIX ENESS – 2007

APÊNDICES

Apresentação

Colegas,

Sou Tiago Barbosa dos Santos, Estudante do 7º período de Serviço Social da PUC-SP. Como é do conhecimento de todos, uma das exigências para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social é a realização do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).

O tema que estou desenvolvendo é **“A direção social da formação profissional e a participação política dos estudantes”**, que tem como objetivo saber como o Movimento Estudantil em Serviço Social - **MESS** pode contribuir em nossa formação profissional e com a direção social do curso.

Para isso elaborei, juntamente com minha orientadora, **Profª Dra. Maria Beatriz Costa Abramides (Bia)**, um questionário contendo perguntas sobre o perfil dos estudantes presentes no XXIX Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), da Formação Profissional e do MESS.

Peço, por favor, que respondam todas as questões, de sua maneira, com sua linguagem e com tranqüilidade, pois o mais importante será a sua resposta, enquanto sujeito participante do XXIX ENESS.

Existem questões que dependerá do grau de maturação na qual você se encontra no curso, por isso **NÃO HÁ PROBLEMA**, faça da sua forma.

Desde já, agradeço sua colaboração. Essa pequena pesquisa ficará como contribuição ao MESS e a todos nós que construímos diariamente o movimento e nossa categoria profissional.

Estão todos convidados para a devolutiva desse trabalho!!!

Obrigado,

Tiago Barbosa: tiagocass@hotmail.com

OBS: Todas as informações serão mantidas em sigilo, sem identificação pessoal de qualquer natureza.

QUESTIONÁRIO

Caracterização das Instituições de Ensino Superior- IES /Perfil dos Estudantes:

1- Idade:_____ 2- Sexo: () Feminino () Masculino

3- Em que semestre você está? (Ex. 7º semestre)_____

4- Você Faz estágio?

() Sim () Não

Se sim, o estágio é: de natureza Pública () de natureza privada ()

Em que área:

() Assistência Social () Previdência () Jurídica

() Empresarial () Saúde () Movimentos Sociais

() Criança/Adolescente () Idoso () Meio Ambiente

() Educação () Habitação () Outras_____

Recebe remuneração no estágio? () Sim () Não

5- Você Trabalha? (não conta o estágio)

() Sim () Não

6- Renda Familiar mensal:

() até 1 salário mínimo () de 10 a 30 salários mínimos

() de 1 a 2 salários mínimos () Acima de 30 salários mínimos

() de 2 a 5 salários mínimos () nenhuma renda

() de 5 a 10 salários mínimos

7 – Você estuda em que modelo de Instituição de Ensino Superior- IES?

() Universidade () Faculdade Integrada

() Centro Universitário () Faculdade Isolada

Qual o Nome de sua ESCOLA e ESTADO:_____

8- Qual a Natureza da IES que você estuda?

A- Pública - Federal () Estadual() Municipal()

Outras ()_____

B - Privada - Confessional () Particular () Comunitária()

Filantrópica() Outra()_____

9- Em qual turno você estuda?

() Matutino () Vespertino () Noturno () Integral

10- Qual modalidade de ensino você cursa?

() Presencial () Semi-Presencial () EAD- Ensino à Distância

11- Sua IES implantou as diretrizes Curriculares da ABEPSS?

() Sim () Não () Em fase de Implantação () Não Sabe

12- Antes de entrar no curso de Serviço Social, você participou de algum grupo abaixo:

- () Grêmios estudantil () Partido
() Sindicato ou associação de classe () Movimento Negro
() Grupo de bairro/associação comunitária () Movimento de Mulheres
() CEB'S ou Grupos de Jovens/religiosos () Ong's
() Movimentos _____
() Não participou () Outros _____

13- O que entende por Participação Política?

14- O que entende por Movimento Estudantil?

15- Na sua IES existe Centro Acadêmico ou Diretório Acadêmico de Serviço Social?

- () Sim () Não () Não sei

Se sim, as eleições no seu CA/DA são democrática?(Assembléias, Reuniões, Ampla divulgada)

- () Sim () Não

O CA/DA se organiza de que modo:

- () Presidencialista () colegiado () Não sei

16- Você veio ao ENESS na condição de:

- A-** Representante da Gestão do CA/DA () **B-** Estudante de base ()

Se a resposta for A, Qual é o Papel dos CAs/Das na efetivação das deliberações do ENESS? O que tem sido feito sobre o eixo de Formação Profissional? _____

17- O que levou você a participar do Mov. Estudantil em Serviço Social?

24 - Quais são as suas principais dificuldades em relação ao curso?

- () Tempo para estudar
- () Falta de articulação dos conteúdos do curso
- () Dificuldade Financeira para Permanência
- () outros, especifique _____

25- Na sua opinião, para que serve o estágio?

26- Com base em sua formação, O que é o Projeto ético político Profissional?

27-Comente sobre a perspectiva de TOTALIDADE na Formação Profissional–Conhecimentos; Valores e Atitudes; Habilidades;

28- Comente sobre a concepção de profissão em seu caráter contraditório e direção social do curso?

29- Marque apenas as alternativas que julgue coerente com o que você já pode acumular na formação:

- **A questão Social é central em nossa formação**

() Sim

() Não

() Não sei

Por que?

- **A formação sócio histórica deve nortear o nosso curso**

() Sim

() Não

() Não sei

Por que?

- **A profissão de serviço Social pode ser considerada:**

() Trabalho Profissional

() Prática Profissional

() Ideologia

Por que?

- **A Liberdade é um valor Ético Central**

() Sim

() Não

() Não sei

Por que?

- **A categoria Trabalho é central em nossa formação:**

() Sim

() Não

() Não sei

Por que?

Obrigado por colaborar com essa pesquisa. Esse questionário deve ser entregue durante o ENESS a **Tiago Barbosa PUC/SP**

E-mail para contato – tiagocass@hotmail.com

ESTUDO DOS DOCUMENTOS QUE DÃO SUSTENTAÇÃO À REN

SERVIÇO SOCIAL - CONCEPÇÃO DE PROFISSÃO		DOCUMENTOS	NATUREZA	OBJETIVOS	COMPROMISSO VALORES E PRIORIDADES	VISÃO DE HOMEM QUE APARECE NO OBJETO
PERSPECTIVAS - CARACTERÍSTICAS			O QUE É SERVIÇO SOCIAL?	PARA QUE?		DA PROFISSÃO
MODERNIZADORA	<p>Consiste em uma vertente no SS. que tem hegemonia na profissão por um dado período. Expressa essa hegemonia nos seminários de teorização da profissão - Araxá 1967 e Teresópolis 1970. Essa perspectiva influencia a atuação dos Assistentes Sociais na perspectiva de modernizar a profissão frente as propostas do SST que não respondia mais as demandas do período da ditadura militar. Essa modernização rebate diretamente no SS a nível da Formação e da Prática. Segundo Netto, esta tendência se inscreve no que podemos chamar de Renovação do SS. Ele se renova, se moderniza para romper com o tradicionalismo, mas caminha em uma perspectiva conservadora, para atender apenas as demandas do projeto macro societário vigente no pós 64. teoria de modernização:</p> <p>Explica o subdesenvolvimento como um atraso, na qual sua superação seria através do crescimento econômico a qualquer custo, com método de análise estrutural funcionalista (POSITIVISTA). É acrítico, apolítico e aclassista, compreende a realidade como harmônica e a não existência de conflito.</p>	A R A X Á - 1967	<p>*Disciplina intervencionista na realidade social;</p> <p>*Se apropria de conhecimentos de outras ciências;</p> <p>*Atua nas bases da interlocução (indivíduo e sociedade);</p>	<p>*Os Assistentes Sociais atua junto a indivíduos com problemas, julgados como desajustes sociais;</p> <p>*Tem como especialidade do SS o caráter corretivo, preventivo e promocional;</p> <p>*Sendo assim removendo os componentes que impedem o desenvolvimento do indivíduo, grupo e comunidade, para evitar desajustes em potencial, promovendo assim um processo de conscientização e capacitação;</p>	<p>*O SS. Deve participar de todas as fases dos programas macroplano;</p> <p>*Formular metodologias e estratégias de ação para elaborar e implantar a política social;</p> <p>*Cabe aqui ressaltar o compromisso com o projeto macrosocietário vigente no sentido de corrigir disfunções para garantir o desenvolvimento</p>	<p>*Suas bases filosóficas se sustentam no neotomismo - homem enquanto centro da criação, e com sua racionalidade pode-se alcançar a perfeição; sendo essa sua tarefa. homem que é temporal e eterno, e que deve construir a sociedade realizando o bem comum;</p> <p>*O Homem para sua salvação deve buscar seu aperfeiçoamento moral e intelectual; para isso cabe a ele introjetar as leis morais, inquestionáveis que naturalizam as relações, pois são divinas, cabe a ele aperfeiçoar-se e atender essa necessidade se quiser se salvar;</p> <p>*Homem é um ser ideal e não concreto;</p> <p>*Homem é ahistórico;</p>
		T E R E S Ó P O L I S - 1970	<p>*O SS. Era reduzido em dados empíricos da realidade social e sua prática no sentido intervencionista metódico</p>	<p>*Para construir uma concepção científica do SS partindo de uma metodologia profissional básica como: etapas e instrumentos para serem utilizados na profissão nos mais diversos problemas</p>	<p>*Cria conceito de alternativas funcionais ou seja, várias soluções possíveis dos problemas, para manter o equilíbrio do sistema; e garantir a implementação das políticas sociais</p>	<p>*Se apropria da visão de homem expresso no documento de Araxá e através de sua formulação metodológica, potenciará suas ações no sentido de adaptar os desajustes sociais no qual o indivíduo tende a superar essas disfunções;</p> <p>*Os fenômenos sociais devem ser apreendidos como fenômenos neutros, governados por leis Universais;</p> <p>*Todo conhecimento com base científica devem produzir generalizações universais</p>
INTENÇÃO DE RUPTURA	<p>Consiste em uma vertente no SS. Que se inscreve no período que podemos denominar Renovação do Serviço Social passa a ser influenciada por teorias próximas a tradição marxista;</p> <p>Quando o SS se modernizou para atender as necessidades da Ditadura, abriu contraditoriamente nesse processo a possibilidade do SS questionar não só o SST, mas sua prática e concepções marcados pela tendência modernizadora</p> <p>A teoria da dependência - outra forma de explicar o subdesenvolvimento, visto como resultado de um processo histórico da construção de cada país.</p> <p>Subdesenvolvimento visto como o resultado de um processo de dependência dentro da lógica do Sistema capitalista. explicita a idéia de conflitos e contradições presentes na sociedade</p> <p>Se expressa no seminário de teorização do SS em BH 1972-75, mas só deterá hegemonia na década de 1980</p>	B E L O H O R I Z O N T E - 1972/75	<p>*Busca uma nova concepção de profissão fundamentada no conjunto Teoria e prática. Faz crítica ao SS Assistencialista</p>	<p>*Tem como objetivo principal a transformação social, tendo como meio a conscientização, organização e capacitação;</p>	<p>*Compromisso com a transformação social e construção teórica;</p> <p>*Agir sobre a realidade e não apenas sobre o problema;</p> <p>*Intervenção profissional comprometida com as mais diversas áreas de atuação</p> <p>*Necessidade de uma maior análise sobre a realidade brasileira e a necessidade de maior detalhamento do objeto profissional;</p> <p>*Como prática política-ideológica, que leve à transformação da sociedade;</p>	<p>*O Homem é histórico e situa-se no contexto social;</p> <p>*Homem sujeito de sua própria vida, capaz de construir sua história e transformar a sociedade;</p> <p>*Homem visto como integrante das classes sociais;</p> <p>*Relação Sujeito-objeto é de reciprocidade;</p> <p>*Homem localizado na história e no seu contexto, para dar sentido ao seu jeito de ser;</p>

OVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL - NA SUA EMERGÊNCIA

VISÃO DE SOCIEDADE EXPLICAÇÃO SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO VINCULO COM OUTROS PAISES	PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NESTE CONTEXTO	PROPOSTA INTERVENTIVA	OBSERVAÇÕES - CONCLUSÕES
		COMO? BASES DE FUNDAMENTAÇÃO	
<p>Mudança planejada</p> <p>*Orienta-se na perspectiva da modernização do país;</p> <p>*Julga existir uma dicotomia entre o Arcaico e o Moderno, sendo assim, para alcançar o desenvolvimento na sua totalidade é preciso superar o modelo atrasado;</p> <p>*Para isso necessita de consolidar o desenvolvimento industrial, econômico.</p>	<p>*Instrumento do processo de desenvolvimento propiciar ao homem meios à plena realização de sua condição humana</p> <p>Trabalhar com os desajustados</p>	<p>*Realiza sua intervenção com Serviço Social de Caso grupo e Comunidade;</p> <p>*SS. Tem caráter corretivo, preventivo e promocional, tem como objetivo a realização integral do homem, com base no funcionalismo, acredita que as partes devem estar integradas. Não põe em questão a estrutura social nem as condições históricas;</p> <p>Necessita de um novo perfil profissional;</p> <p>*Atuação na relação ente indivíduo e sociedade</p> <p>Serviço Social atua junto ao indivíduo desajustados</p> <p>*Três característica</p> <p>*Corretivo, preventivo e promocional</p> <p>*Tem o papel de identificar os problemas sociais</p> <p>*Lutar pela promoção humana</p> <p>*Busca da suposta dignidade humana</p> <p>*Busca do desenvolvimento</p> <p>*Bases teóricas Positivismo e funcionalismo</p> <p>*Bases filosófica Neo Tomismo</p>	<p>1º Seminário de Teorização do SS. Brasileiro, tem sua importância histórica, devido ser um primeiro passo do Movimento de reconceituação, pois o SS se pôs a pensar sua prática;</p> <p>*Formula suas referências teóricas, é uma carta de princípios, contém orientações, diretrizes e referencias para a prática profissional;</p> <p>Traz a concepção do que é o SS, o entende como uma prática institucionalizada, e o relaciona com a concepção de desajustes sociais, reafirmando sua base tradicional;</p> <p>*Com essa concepção se moderniza para atender as necessidades postas pel projeto macro societário da ditadura militar</p>
<p>*Compartilhando da mesma visão desenvolvimentista, presente em Araxá, no qual caminha com a dicotomia entre o país Arcaico e Moderno, visa pensar metodologias que torne possível uma intervenção social nessa persp.</p>	<p>*O papel do SS é claramente colocado como funcionário do desenvolvimeto onde se destacam as funções estritamente operativas e técnicas instrumental desenvolvimento norteadora das análises desenvolvimentista</p> <p>Elaboração de metodologia capaz de tornar possível o trabalho com os desajustados</p>	<p>*Vai se apropriar das formulações de Araxá, e por necessidade de aplicar se põe a elaborar/aprofundar uma metodologia, estratégias e orientações;</p> <p>*Entende a realidade social como o problema</p> <p>Divide os problemas em potencial em níveis da realidade mais significativa</p> <p>Tem suas bases no estrutural funcionalismo</p> <p>Prestação de Serviço, Administrativo e planejamento.</p> <p>*Resultado metodológico das teorias de Araxá</p> <p>*Uma visão social que não leva em conta:</p> <p>A totalidade, Separa o Econômica e política da historicidade</p>	<p>Esse Seminário de Teorização da Profissão, avança no sentido de atender as dificuldades posta pela concepção presente em Araxá. Observa-se aqui um esforço no sentido de elaborar propostas com o conjunto dos Assistentes Sociais, capaz de responder metodologicamente a nova prática profissional;</p> <p>Aqui não notamos uma ruptura com o processo de legitimação da concepção modernizadora, ao contrário, reafirma agregando o que podemos chamar de "como fazer?".</p> <p>É a continuidade da proposta de intervenção rumo a atender o novo perfil profissional exigido pelo período e as respostas para legitimá-lo</p>
<p>*Explica o subdesenvolvimento pela teoria da dependência;</p> <p>*É preciso interpretar a realidade e como se configura a realidade social, política e econômica;</p> <p>*Nesse sentido para analisar a realidade social se utiliza de 3 níveis: Sócio-político, Econômico e ideológico;</p> <p>*Não existe a dicotomia entre indivíduo e sociedade;</p> <p>*Não existe a dicotomia entre 2 Brasil</p>	<p>*Ação social junto a classe oprimida, tendo como meta a transformação social;</p> <p>Critica do papel assistencialista do Profissional;</p> <p>*O AS. deve cumprir o papel de um educador social-político;</p> <p>*Realiza ações para que a população tome consciência de sua situação;</p> <p>*Papel conscientizador e organizador da população;</p>	<p>*Condena neutralidade e considera a:</p> <p>totalidade, mediações e historicidade;</p> <p>*O profissional deve desencadear através de fases e etapas, processos e conhecimento, reflexão e análise, das verdadeiras condições de grupos e comunidades, levando-os a tomar atitudes face a realidade;</p> <p>*Estímulo de busca, elaboração e reelaboração com o conhecimento e a teoria para transformar a realidade;</p> <p>*A relação teoria e prática é dialética (Tese+Antítese=Síntese);</p> <p>*Instituições são entendidas como aparelhos reprodutores do sistema e como tal cristalizam os interesses das classes dominantes, as comunidades passaram a ser campo preferencial da prática;</p> <p>*Método de BH: participativa, capacitadora e conscientizadora;</p> <p>*Tem como referencia, o método básico da escola de Val Paraiso; Paulo Freire; Lous Althusser e manuais de marxismo</p>	<p>Neste Seminário de Teorização da Profissão, devemos ressaltar que ele representa uma ruptura com a tendência modernizadora, no qual até então, prevalecia uma grande aliança dos profissionais contra o SST, mas que aqui, também se questiona a própria concepção modernizadora. A partir de contatos, principalmente pela vanguarda universitária, com o movimento de Reconceituação Latino-Americano e a tradição marxista, essa tendência, expressa uma nova forma de explicar o Brasil. Foi um passo importantíssimo para os avanços na década de 80.</p> <p>É um movimento que se expressa no interior da profissão se opondo e contestando o regime militar e o SST(bases conservadoras)</p>

TABELA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL – ESTADO DE SÃO PAULO¹

ESCOLAS	SIGLAS	Divisão por Coord. Regional da ENESO/ Região VII
Centro Universitário Amparense Rodovia SP 95. Km 46,5-s/n-Amparo	UNIFIA	1. Mateus
Centro Universitário Assunção Avenida Nazaré-993-São Paulo	UNIFAI	2. Talita
Centro Universitário Barão de Mauá Rua Ramos de Azevedo-423-Riberão Preto	CBM	3. Mateus
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas Rua Taguá-150-São Paulo	FMU	4. Talita
Centro Universitário de Jales Avenida Francisco Jalles-1851-Jales	UNILAJES	5. Mateus
Centro Universitário de Lins Avenida Nicolau Zarvos-1925-Lins	UNILINS	6. Mateus
Centro universitário de Votuporanga Rua Pernambuco-4196-Votuporanga	UNIFEV	7. Mateus
Centro Universitário Monte Serrat Avenida Rangel Pestana-99-Santos	UNIMONTE	8. Joana
Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio Rua do Patrocínio-716-Itu	CEUNSP	9. Mônica
Centro Universitário Salesiano de São Paulo Avenida de Cillo-3500-Americana	UNISAL	10. Mônica
Faculdade Ceres Avenida Anísio Haddad-6751-São José do Rio Preto	FACERES	11. Mateus
Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia Rua Dr. Ulhoa Cintra-351-Mogi Mirim	FCACSL	12. Mônica
Faculdade de Ciências Humanas de Aguaiá Rua XV de novembro-1326-Aguaiá	FACHA	13. Mônica
Faculdade de Mauá Rua Vitorino Dell'Antônia-349-Mauá	FAMA	14. Talita
Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul Avenida Paraíso-600-São Caetano do Sul	FAPSS-SCS	15. Joana
Faculdade Reunida Avenida Brasil Sul-1065-Ilha Solteira	FAR	16. Mateus
Faculdade Sudoeste Paulista Avenida Prof. Celso Ferreira da Silva-1001-Avaré	FSP	17. Mateus
Faculdade Tijuussu Rua Martin Francisco-471-São Caetano do Sul	TIJUCUSSU	18. Joana
Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente Praça Raul Furquim-9-Presidente Prudente	FIAETPP	19. Mateus
Faculdades Integradas de Botucatu	UNIFAC	20. Mateus

¹ Dados disponíveis em http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca_curso.stm . Acesso em 17.Out.2007 às 20:00h.

Avenida Leonardo Villas Boas-351-Botucatu		
Faculdades Integradas de Fernandópolis Avenida Teotônio Vilela-s/n-Fernandópolis	FIFE	21. Mateus
Faculdades Integradas Maria Imaculada Rua Maringá-450-Piracicaba	FIMI	22. Mateus
Faculdades Unificadas da Fundação Educacional de Barretos Avenida Professor Roberto Frade Monte-389-Barretos	Unificadas FEB	23. Mateus
Faculdade Paulista de Serviço Social Rua Lopes Chaves-273/275-São Paulo	FAPSS-SP	24. Talita
Faculdade de Serviço Social de Bauru Praça Nove de Julho-1/51-Bauru	FSSB	25. Mateus
Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul Avenida Mangará-477-St.Fé do Sul	FUNEC	26. Mateus
Instituto Machester Paulista de Ensino Superior Rua da Penha-620-Sorocaba	IMAPES	27. Mônica
Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi Rua Nelson Domingos Madeira-300-Bebedouro	IMESB	28. Mateus
Instituto Superior de Ciências Aplicadas Via 147 Limeira - Piracicaba - KM 4-s/n-Limeira	ISCA	29. Mônica
Pontifícia Universidade Católica de Campinas Rodovia Dom Pedro I KM 136-Campinas	PUC-CAMPINAS	30. Mônica
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Rua Monte Alegre-984-São Paulo	PUCSP	31. Talita
União das Faculdades dos Grandes Lagos Rua Eduardo Nielsen-960-São José do rio Preto	UNILAGO	32. Mateus
Universidade Camilo Castelo Branco Rua Carolina Fonseca-584-São Paulo	UNICASTELO	33. Talita
Universidade Católica de Santos Avenida Conselheiro Nébias-300-santos	UNISANTOS	34. Joana
Universidade Cruzeiro do Sul Avenida Doutor Ussiel Cirilo-225- São Paulo	UNICSUL/ Leste	35. Talita
Universidade de Ribeirão Preto Avenida Costábile Romano-2201-Ribeirão Preto	UNAERP/Ribeirão Preto	36. Mateus
Universidade de Santo Amaro Rua Professor Enéas de Siqueira Neto-240-São Paulo	UNISA	37. Talita
Universidade de Taubaté Rua Quatro de Março-432-Taubaté	UNITAU	38. Paula
Universidade de Marília Avenida Higyno Muzzi Filho-1001-Marília	UNIMAR	39. Mateus
Universidade do Vale do Paraíba Avenida Shishima Hifumi-2911-São José dos campos	UNIVAP/ S.J. Campos	40. Paula
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Rua Quirino de Andrade-215- São Paulo	UNESP/Franca	41. Mateus
Universidade Guarulhos Praça Tereza Cristina-1- Guarulhos	UNG	42. Talita
Universidade São Francisco Avenida São Francisco de Assis-218- Bragança Paulista	USF	43. Talita
Faculdades Adamantinenses Integradas - FAI Rua Nove de Julho 730/40 - 17800-000 ADAMANTINA - SP	FAI	44. Mateus
Centro Universitário Ibero-Americano - UNIBERO Avenida Brigadeiro Luis Antônio 871 -	UNIBERO	45. Talita

01317-001 SAO PAULO - SP		
Faculdades de Dracena - FADRA Avenida Alcides Chacon Couto 395 - 17900-000 DRACENA - SP	FADRA	46. Mateus
Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP/Jacareí Avenida Shishima Hifumi 2911 - 12244-000 SAO JOSE DOS CAMPOS – SP (sede)	UNIVAP/Jacareí	47. Paula
Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP/Guarujá Avenida Costábile Romano 2201 - 14096-380 RIBEIRAO PRETO – SP (sede)	UNAERP/Guarujá	48. Joana
Universidade Cruzeiro do Sul Avenida Doutor Ussiel Cirilo-225- São Paulo	UNICSUL/ Liberdade	49. Talita
Universidade Cruzeiro do Sul Avenida Doutor Ussiel Cirilo-225- São Paulo	UNICSUL/ Anália Franco	50. Talita
Universidade Paulista SÃO PAULO-SP	UNIP – em processo de formar turma.	51. Talita

TABELA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL – ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL ²		
ESCOLAS	SIGLAS	Divisão por Coord. Regional da ENESSO/ Região IV
Universidade para O Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP Rua Ceará 333 - 79003-010 CAMPO GRANDE - MS	UNIDERP	52. Coord. Regional
Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS Avenida Ponta Porã 2750 - 79610-320 TRES LAGOAS - MS	AEMS	53. Coord. Regional
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB Avenida Tamandaré 6000 - 79117-900 CAMPO GRANDE - MS	UCDB	54. Coord. Regional
Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN Rua Balbina de Matos 2121 - 79824-900 DOURADOS - MS	UNIGRAN	55. Coord. Regional

² Dados disponíveis em http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca_curso.stm . Acesso em 17.out.2007 às 20:30.

TEMAS DOS ENESS REALIZADOS ENTRE 1978 A 2008

ANO	LOCAL	TEMA
1978	I- UEL-Londrina / PR	"Serviço Social e a realidade Brasileira"
1979	II- UCSAL-Salvador / BA	Não localizamos o tema deste ENESS
1980	III- PUC/BH-Belo Horizonte / MG	"Serviço Social: Formação Profissional e Intervenção na realidade"
1981	IV- UFPE-Recife / PE	"Reconceituação do Serviço Social na realidade Brasileira"
1982	V- UFES-Vitória / ES	"O Estado e a Política Social e Intervenção do Serviço Social - Relação Teoria x Prática"
1983	VI- PUC/BH-Belo Horizonte / MG	"Movimento Político atual e a Formação Profissional"
1984	VII- PUC/RS-Porto Alegre / RS	"Relações de poder do Serviço Social na sociedade capitalista"
1985	VIII- UNB-Brasília / DF	"Reforma Universitária e Organização Estudantil"
1986	XI- UFRJ-Rio de Janeiro / RJ	"Novas Propostas políticas dos Estudantes de Serviço Social – Frente a Atual Conjuntura"
1987	NÃO HOUVE ENESS **	(NÃO HOUVE ENESS)
1988	X- UFRJ-Rio de Janeiro / RJ	"Se muito vale. O que já foi feito.Mais vale o que será"
1989	XI- UFPA-Belém / PA	"NIMUE NOASU"- Segundo Vasconcelos (2003) Esta na lingua Tupi-Guarani que significa: "Aquele que Constroi seu Proprio Caminho"
1990	XII- UECE-Fortaleza / CE	"Nada de grandioso se fará. Sem Paixão"
1991	XIII- UFMT-Cuiabá / MT	"Serviço Social no sesafio do novo"
1992	XIV- UCSAL-Salvador / BA	Não localizamos o tema deste ENESS
1993	XV- UNISINOS-São Leopoldo / RS	"As novas formas de organização do Capitalismo e os desafios à Formação Profissional do Assistente Social"
1994	XVI- UFF-Niterói / RJ	"Tudo é ousado a quem nada se atreve"
1995	XVII- UFRN-Natal / RN	"O que se vê, não se via, o que se crê, se faz e se cria"
1996	XVIII- FURB-Blumenau / SC	"Permanência de poucos e exclusão de muitos"
1997	XIX- UFF/CAMPOS-Campos / RJ	"Quem quer manter a ordem...Quem quer cirar desordem"

1998	XX- UFAL-Maceió / AL	"Rompi: tratados, trai os ritos... O que importa é não estar vencido"
1999	XXI- UFMA-São Luis / MA	"Brasil, mostra sua cara"
2000	XXII- UNILINS-Lins / SP	"Por um novo projeto Societário - Neoliberalismo até quando?"
2001	XXIII- UNB-Brasília / DF	"Não há treguas nesta luta, pela transformação. Serviço Social: contra a desigualdade pela Cidadania"
2002	XXIV- UERJ-Rio de Janeiro / RJ	"Globalização a Resistencia e Fortalecendo a Luta"
2003	XXV- UCSAL-Salvador / BA	"O serviço Social em Busca de uma Construção Coletiva na Atual Conjuntura Brasileira"
2004	XXVI- UFES-Vitória / ES	"Participar é Construir a História, Atuar é Tornar Sonho Ação, Ousar é Revolucionar o Mundo"
2005	XXVII- UFPE-Recife / PE	"Muito para poucos, pouco para muitos, nada para o outro: O desafio para o serviço Social na luta pela conolidação dos direitos"
2006	XXVIII- ULBRA-PALMAS / TO	"Um outro mundo necessário é possível: "Pra ver meu sonho teimoso se realizar"
2007	XXIX- PUC/Contagem/ MG	"A Barricada fecha a rua, porém abre caminhos" (paris, 1968)
2008	XXX- UEL-Londrina / PR ***	O tema será definido no XXX CONESS a ser realizado na UFS-SE/2008

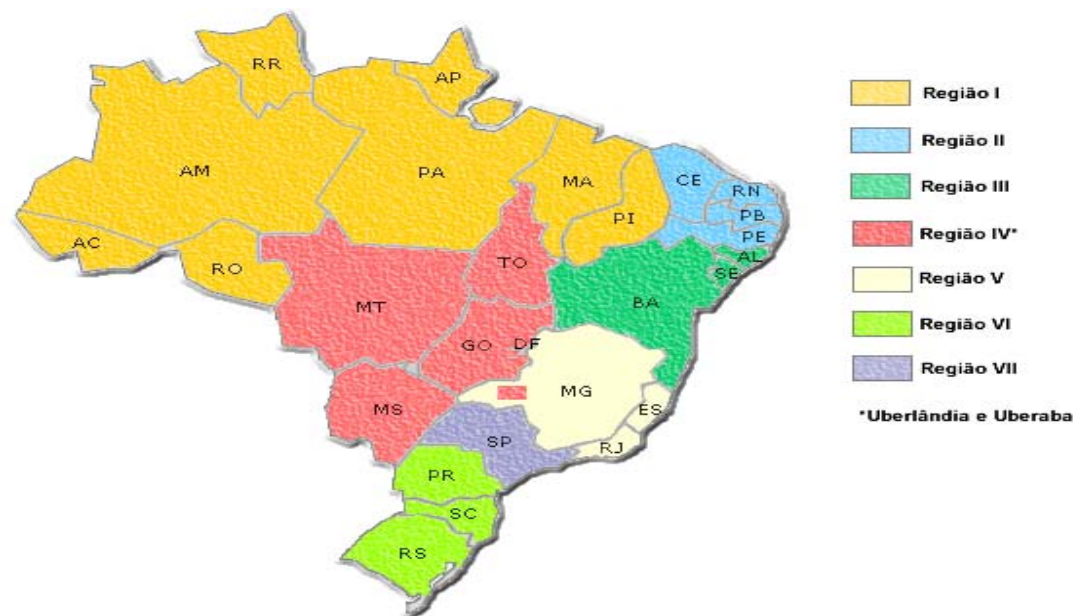
LISTA DOS ENESS REALIZADOS - 1978 à 2008

ANO	ESCOLA/ESTADO
1978	UEL-Londrina / PR
1979	UCSAL-Salvador / BA
1980	PUC/BH-Belo Horizonte / MG
1981	UFPE-Recife / PE
1982	UFES-Vitória / ES
1983	PUC/BH-Belo Horizonte / MG
1984	PUC/RS-Porto Alegre / RS
1985	UNB-Brasília / DF
1986	UFRJ-Rio de Janeiro / RJ
1987	NÃO HOUE ENESS **
1988	UFRJ-Rio de Janeiro / RJ
1989	UFPA-Belém / PA
1990	UECE-Fortaleza / CE
1991	UFMT-Cuiabá / MT
1992	UCSAL-Salvador / BA
1993	UNISINOS-São Leopoldo / RS
1994	UFF-Niterói / RJ
1995	UFRN-Natal / RN
1996	FURB-Blumenau / SC
1997	UFF/CAMPOS-Campos / RJ
1998	UFAL-Maceió / AL
1999	UFMA-São Luis / MA
2000	UNILINS-Lins / SP
2001	UNB-Brasília / DF

ANO	ESCOLA/ESTADO
2002	UERJ-Rio de Janeiro / RJ
2003	UCSAL-Salvador / BA
2004	UFES-Vitória / ES
2005	UFPE-Recife / PE
2006	ULBRA-PALMAS / TO
2007	PUC/Contagem-Belo Horizonte / MG
2008	UEL-Londrina / PR ***

*** No ENESS/2008 será comemorado os 30 anos do MESS

DIVISÃO REGIONAL/ENESSO	
REGIÃO I	2
REGIÃO II	4
REGIÃO III	4
REGIÃO IV	4
REGIÃO V	10
REGIÃO VI	5
REGIÃO VII	1
Total	30 ENESS



** Segundo o documento "Pro Dia Nascer Feliz" - ENESSO/1994/Não foi possível realizar o ENESS em virtude da dificuldades enfrentadas pelo C.A. da UFRN."

COORDENAÇÕES NACIONAIS E REGIONAIS DA SESSUNE/ENESSO¹ 1988-2007

1988-1989	COORDENAÇÃO NACIONAL/SESSUNE
	<p>Coordenação Geral: <i>Márcia Torres (UFRJ)</i> Secretaria Geral: <i>Denise Costa (PUC/BH)</i> Tesouraria: <i>Lúcia Barbosa (UFF-Niterói)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Teresa Cristina (UFJF)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Carlos Figueiredo (UNESPA²)</i> Região II: <i>Verônica Pereira (UFPB)</i> Região III: <i>Magna Santana (UFS)</i> Região IV: <i>Leonil Heliodoro (UFMT)</i> Região V: (A região não teve Coord. Regional, pois assumiu a coordenação Nacional da SESSUNE) Região VI: <i>Márcia Branco (PUC/RS)</i> Região VII: <i>Cristina Maria (PUC/SP)</i></p>
1989-1990	COORDENAÇÃO NACIONAL/SESSUNE
	<p>Coordenação Geral: <i>Raimunda N. C. Ferreira (UECE)</i> Secretaria Geral: <i>Verônica P. Gomes (UFPB)</i> Tesouraria: <i>Mabel P. Rodrigues (UFPB)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Alcinélia M. de Souza (UECE)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Marinilde C. Rocha (UFMA)</i> Região II: <i>Silvana M. Santos (UECE)</i> Região III: <i>Suely N. Silva (UFAL)</i> Região IV: <i>Leonil Heliodoro (UFMT)</i> Região V: <i>Lúcia Barbosa (UFF-Niterói)</i> Região VI: <i>Lúcia G. Cobatto (UFSC)</i> Região VII: <i>Tânia Costa (PUC/SP)</i></p>
1990-1991	COORDENAÇÃO NACIONAL/SESSUNE "O pulso ainda pulsa e um militante ainda é pouco"
	<p>Coordenação Geral: <i>Sâmya R. Ramos (UECE)</i> Secretaria Geral: <i>Antoinete de Brito (UFRN)</i> Coordenação de Finanças: <i>Fernanda M. Queiroz (UECE)</i> Coordenação de Imprensa: <i>André França (UFPE)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS

¹ Essa tabela foi organizada partir dos dados encontrados em RAMOS (1996,178-179) e VASCONCELOS (2003:148-155), dado os devidos complementos pelo autor.

² Essa universidade passou a denominar-se UNAMA.

	<p>Região I: <i>Evandro L. Silva (UFPA)</i> Região II: <i>Ramonildes A. Gomes (UEPB)</i> Região III: <i>Cristina Gonçalves (UCSAL)</i> Região IV: <i>Maisa M. Silva (UCG)</i> Região V: <i>Cláudia M. Costa (UFES)</i> Região VI: <i>Iliam Hofstaetter (UNIOESTE)</i> Região VII: <i>Angélica Figueiredo (PUC/SP)</i></p>
1991-1992	<p>COORDENAÇÃO NACIONAL/SESSUNE "Quem é de luta não cansa"</p>
	<p>Coordenação Geral: <i>Evandro L. Silva (UFPA)</i> Secretaria Geral: <i>Pedro N. B. Júnio (UFPA)</i> Coordenação de Finanças: <i>Claudionor L. Dias (UFPA)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Maria G. Silva (UFPI)</i></p> <p style="text-align: center;">COORDENAÇÕES REGIONAIS</p> <p>Região I: <i>Lila C. X. Luz (UFPI)</i> Região II: <i>André França (UFPE)</i> Região III: <i>Maria T. F. Pimentel (UCSAL)</i> Região IV: <i>Anair F. Silva (UFMT)</i> Região V: <i>Lílian C. Diniz (PUC/BH)</i> Região VI: <i>Marco A. Rocha (Faculdade de Ciências Humanas Curitiba³)</i> Região VII: <i>Taciane Pelizaro (UNESP)</i></p>
1992-1993	<p>COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Pro Dia nascer feliz"</p>
	<p>Coordenação Geral: <i>Ângela T. Madeiro (UECE)</i> Secretaria Geral: <i>Sâmbara P. F. Ribeiro (UECE)</i> Coordenação de Finanças: <i>Derleide Andrade (UECE)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Rosângela R. Amorim (UNICAP)</i></p> <p style="text-align: center;">COORDENAÇÕES REGIONAIS</p> <p>Região I: <i>Aurora A. Brito (UFMA)</i> Região II: <i>Patrícia L. Santos (URRN⁴)</i> Região III: <i>Luciana M. C. Melo (UFAL)</i> Região IV: <i>Anadete G. Reis (UNB)</i> Região V: <i>Marcelo B. M. Reis (UFRJ)</i> Região VI: <i>Telma A. M. Ricci (Faculdade Toledo)</i> Região VII: <i>Rosana P. Santos (PUC/SP)</i></p>
1993-1994	<p>COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Enquanto a chama arder"</p>
	<p>Coordenação Geral: <i>Maria T. F. Pimentel (UCSAL)</i> Secretaria Geral: <i>Patrícia C. Vieira (UCSAL)</i> Coordenação de Finanças: <i>Gabriela V. Guerreiro (UCSAL)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Liane M. Souza (UCSAL)</i></p>

³ Hoje denomina-se FIES.

⁴ Hoje denomina-se UERN.

	<p>Secretaria de Formação Profissional: <i>Luciana P. Alencar - Coord. Nacional dos Representantes estudantis em ABESS - (UECE) e o C.A UFS</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: Coord. - <i>Zélia Dias (UFPA)</i> Vice- Coord. - <i>Silvia Marlan (UFMA)</i> Região II: Coord. - <i>Valdênia Guimarães (UEPB)</i> Vice- Coord. - <i>Erlênia Sobral (UECE)</i> Região III: Coord. - <i>Cristina Paula Lima Freitas (UCSAL)</i> Vice- Coord. Região IV: Coord. - <i>João Candido Neto (UFMT)</i> Vice- Coord. Região V: Coord. - <i>Adriana Vasconcelos (UERJ)</i> Vice- Coord. <i>Maurício Castro de Matos (UFRJ)</i> Região VI: Coord. - <i>Adriana Furtado Pereira da Silva (UNISINOS)</i> Vice- Coord. Região VII: Coord. - <i>Vanessa Mari Labigalini (PUC/SP)</i> Vice- Coord. <i>Priscila F. G. Cardoso (PUC/SP)</i></p>
1994-1995	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Nosso Próprio Tempo"
	<p>Coordenação Geral: <i>Marcelo B. M. Reis (UFRJ)</i> Secretaria Geral: <i>Adriana Vasconcelos (UERJ)</i> Coordenação de Finanças: <i>Elizabeth L. Amorim (UFJF)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Maurício C. Matos (UFRJ)</i> Secretaria de Formação Profissional: <i>Luciana P. Alencar- Coord. Nacional dos Representantes estudantis em ABESS - (UECE) e Rodriane Oliveira, Márcia Caldas e Glauce Amaral (CASS-UFRJ)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: Coord. - <i>Marizângela Ribeiro Taveira (UFMA)</i> Vice- Coord. - <i>Glaucejane Galhardo da Cruz (UFMA)</i> Região II: Coord. - <i>Alzira Nogueira da Silva (UECE)</i> Vice- Coord. - <i>Rosângela Rocha Amorim (UNICAP)</i> Região III: Coord. - <i>Josiane Socares Santos (UFS)</i> Vice- Coord. - <i>Gabriela Nogueira (UCSAL)</i> Região IV: Coord. - <i>Ana Paula Ferreira Moreira (UNB)</i> Vice- Coord. - <i>Lúcio Delfino Cunha (UFMT)</i> Região V: Coord. - <i>Renata Coelho Baptista (UFF)</i> Vice- Coord. - <i>Cláudio Campos Pimentel Tostas (UFRJ)</i> Região VI: Coord. - <i>Adriana Zaqueta Wilbert (UFSC)</i> Vice- Coord. - <i>Rosana Maria Oliveira (UEL)</i> Região VII: Coord. - <i>Raquel Helena Q. Oliveira (FAPSS/São Caetano do Sul)</i> Vice- Coord. - <i>Kátia Cilene Barbosa (UNESP)</i></p>
1995-1996	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Vamos nos permitir"
	<p>Coordenação Geral: <i>Cristina Nascimento (UECE)</i> Secretaria Geral: <i>Alzira Nogueira (UECE)</i> Coordenação de Finanças: <i>Fátima Souza (UECE)</i></p>

	<p>Coordenação de Imprensa: <i>Valdênia Santos (UECE)</i> Secretaria de Formação Profissional: <i>Sandra Mara (UECE)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: Coord. - <i>Aure Ruth Soares (UFPA)</i> Vice-Coord. - <i>Lucilene Rodrigues (UFPA)</i> Região II: Coord. - <i>Dalvanir Avelino (UFRN)</i> Vice-Coord. - <i>Silvia Cavalcante (UFPE)</i> Região III: Coord. - <i>Cheila Queiroz (UCSAL)</i> Vice-Coord. - <i>Quitéria Justina (UFAL)</i> Região IV: Coord. - <i>Ana Paula Ferreira Moreira (UNB)</i> Vice-Coord. - <i>Raquel Murça (UCG)</i> Região V: Coord. - <i>Márcia Matos (UFF/Niterói)</i> Vice-Coord. - <i>Adriana Andreia (UERJ)</i> Região VI: Coord. - <i>Loiva B. Diedrich (UNISINOS)</i> Vice-Coord. - <i>Sibele Cristina Weber (FURB)</i> Região VII: Coord. - <i>Maria Verônica de Oliveira (UNESP)</i> Vice-Coord. - <i>Hermerson H. de Oliveira (UNESP)</i></p>
1996-1997	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Remando contra a maré"
	<p>Coordenação Geral: <i>Emanuel P. Sabóia (UECE)</i> Secretaria Geral: <i>Andréa p. Mesquita (UECE)</i> Coordenação de Finanças: <i>Mirian O. Inácio (UFRN)</i> Coordenação de Imprensa: <i>Dalvanir Avelino (UFRN)</i> Secretaria de Formação Profissional: <i>Sandra Mara (UECE)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: Coord. - <i>Daniel M. C. Souza (UFMA)</i> Vice-Coord. - <i>Maria D. S. Dourado (UNAMA)</i> Região II: Coord. - <i>Caroline F. L. Mendonça (UFPE)</i> Vice-Coord. - <i>Adriano H. F. Rodrigues (UFPE)</i> Região III: Coord. - <i>Alessandro M. Costa (UFAL)</i> Vice-Coord. - <i>Albany M. Silava (UFS)</i> Região IV: Coord. - <i>Zelma M. Penha (UCG)</i> Vice-Coord. - <i>Ana Paula Ferreira Moreira (UNB)</i> Região V: Coord. - <i>Kátia R. Silva (UERJ)</i> Vice-Coord. - <i>Tânia C. Castro (PUC/BH)</i> Região VI: Coord. - <i>Sérgio M. Bernado (FURB)</i> Vice-Coord. - <i>Valéris C. Costa (UEL)</i> Região VII: Coord. - <i>Rosilene A. Santos (FMU⁵)</i> Vice-Coord. - <i>Maria J. A. Ribeiro (FAPSS/SP)</i></p>
1997-1998	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Um convite à rebeldia"
	<p>Coordenação Geral: <i>Dalvanir Avelino (UFRN)</i> Secretaria Geral: <i>Elizabeth Cruz (UECE)</i> Coordenação de Finanças: <i>Fátima Tomás (UFRN)</i></p>

⁵ Hoje denomina-se UniFMU.

	<p>Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Mirla Cisne (UECE)</i> Secretaria de Formação Profissional: <i>Tatiana Raulino (UECE)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: Coord. - <i>Ana L. R. Santos (UFPA)</i> Vice-Coord. - <i>Jenny S. Silva (UFPI)</i> Região II: Coord. - <i>Luciana Oliveira (UFPB)</i> Vice-Coord. - <i>Katlenn L. Vasconcelos (UFPB)</i> Região III: Coord. - <i>Elisângela M. Soares (UCSAL)</i> Vice-Coord. - <i>Albany M. Silava (UFS)</i> Região IV: Coord. - <i>(Não Houve Coord. Regional)</i></p> <p>Região V: Coord. - <i>Lorraine R. Vigo (UERJ)</i> Vice-Coord. - <i>Tathiany V. Oliveira (UFF/Campos)</i> Região VI: Coord. - <i>Simone Bolgenhagen (UFSC)</i> Vice-Coord. - <i>Adrianet P. Leite (FIES)</i> Região VII: Coord. - <i>Sandra Heráclia (PUC/SP)</i> Vice-Coord. - <i>Renato Paulo (FAPSS/SP)</i></p>
1998-1999	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Nós Queremos Mais"
	<p>Coordenação Geral: <i>Charles T. Souza (UFRJ)</i> Secretaria Geral: <i>Gabriele S. Bastos (UFF/Niteroi)</i> Coordenação de Finanças: <i>Lorraine R. Vigo (UERJ)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Jaime P. S. Neto (UFRJ)</i> Secretaria de Formação Profissional: <i>Wanusa P. Santos (UFES)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Ádila Kariny (UFMA)</i> <i>Rian Kleber (UNAMA)</i> Região II: <i>Danielly Spósito (UNICAP)</i> <i>Eliana Andrade (UFRN)</i> Região III: <i>Aline Maria (UCSAL)</i> <i>Cecilma Regina (UFS)</i> Região IV: <i>Amália Soares (UCG)</i> <i>Janaína Rodrigues (UFMT)</i> Região V: <i>Renato Andrade (UFES)</i> <i>Janaína Rodrigues (UFRJ)</i> Região VI: <i>Elias Oliveira (UNIOESTE)</i> <i>Tatiana Reidel (UNISINOS)</i> Região VII: <i>André Nascimento (UNISANTOS)</i> <i>Patrícia Moura (PUC/Campinas)</i></p>
1999-2000	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "De norte a sul, construindo muito mais"
	<p>Coordenação Geral: <i>Daniela A. Vieira (UFMA)</i> Secretaria Geral: <i>Maria A. B. Carvalho (UNAMA)</i> Coordenação de Finanças: <i>Yara R. F. Felipe (UFPI)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Edson G. Silva (UFPA)</i> Secretaria de Formação Profissional: <i>Andréia C. S. Ewerton (UFMA)</i></p>

	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Leila M. Souza (UFPI)</i> <i>Nara C.N. Nascimento (UFAM)</i></p> <p>Região II: <i>Mirla Cisne (UECE)</i> <i>Jacira P. Araújo (UFRN)</i></p> <p>Região III: <i>Gislaine V. Carvalho (UFS)</i> <i>Mericélia R. Silva (UCSAL)</i></p> <p>Região IV: <i>Amália Soares (UCG)</i> <i>Patrícia Oliveira (UNB)</i></p> <p>Região V: <i>Janaína G. Faria (UFES)</i> <i>Luciana S. L. Oliveira (UFRJ)</i></p> <p>Região VI: <i>(Não Houve Coordenação Regional)</i></p> <p>Região VII: <i>Ítalo M. Rodrigues (PUC/SP)</i> <i>Andréia P. Rocha (UNESP)</i></p>
2000-2001	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Compromisso e Resistência"
	<p>Coordenação Geral: <i>Tatiana Bittencourt. Andrade (UFS)</i> Secretaria Geral: <i>Maria da Conceição Batista Souza (UFS)</i> Coordenação de Finanças: <i>Aiane Janaína Rocha de Oliveira (UCSAL)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Erica Machado da Silva (UCSAL)</i> Secretaria de Formação Profissional: <i>Karlene Lobo Sampaio (UFS)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Agostinho Soares Belo (UFPA)</i> <i>Mariana Coelho de Souza (UFMA)</i></p> <p>Região II: <i>Daline Maria de Souza (UFRN)</i> <i>Marcela Valença (UFPE)</i></p> <p>Região III: <i>Agnes Azevedo Freire (UFS)</i> <i>Ana Carolina (UNIT)</i></p> <p>Região IV: <i>Wellington Andrade Rodrigues (UNB)</i> <i>Elinilda Maria da Costa (UFMT)</i></p> <p>Região V: <i>Kátia Custódio das Dores (UFES)</i> <i>Luciana Paula (UFJF)</i></p> <p>Região VI: <i>Keli Regina Dal Prá (UFSC)</i> <i>Ana Beatriz Salesse (UEL)</i></p> <p>Região VII: <i>Gisele Cristine Muniz (PUC/SP)</i> <i>Ana Paula Rocha Soares (FPTE/Lins⁶)</i></p>
2001-2002	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Na luta pela transformação não há limites"
	<p>Coordenação Geral: <i>Juliana D. Cosac (UCG)</i> Secretaria Geral: <i>Fernanda S. Fernandes (UNB)</i> Coordenação de Finanças: <i>Gisele F. Silva (UCG)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Wellington A. Rodrigues (UNB)</i> Secretaria de Formação Político Profissional: <i>Leila S. C. Teixeira (UCG)</i> Coordenação de Movimentos Sociais: <i>Elivânia P. Lima (UFMT)</i></p>

⁶ Hoje Denomina-se UniLins.

	<p>Coordenação de Relações Internacionais: <i>Ludimila W. S. Levyski (UNB)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Maria L. F. Barroso (UFPA)</i> <i>Jeanne S. nascimento (UFMA)</i></p> <p>Região II: <i>Nicia C. P. Silva (UFPB)</i> <i>Cíntia Fonseca (UECE)</i></p> <p>Região III: <i>Gilselene E. Santos (UCSAL)</i> <i>Ana Paula Refosco (UFAL)</i></p> <p>Região IV: <i>Thiago B. A. Caixeta (UNB)</i> <i>Jonas S. Camargo (FAGS)</i></p> <p>Região V: <i>Valéria R. A. Pereira (UERJ)</i> <i>Ciro A. Silva(UFF/Niterói)</i></p> <p>Região VI: <i>Ana Paula Gonçalves (PUC/RS)</i> <i>Carolina L. Ferrandis (PUC/RS)</i></p> <p>Região VII: <i>Franciane D. T. Mendes (UNESP)</i> <i>Mônica F. Albuquerque (FAPSS/SP)</i></p>
2002-2003	<p>COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "Na luta e na ação eu quero é mais transformação"</p>
	<p>Coordenação Geral: <i>Joel Américo B. Oliveira (UNIVALE)</i> Secretaria Geral: <i>Kátia Custódio das Dorez⁷ (UFES)</i> Coordenação de Finanças: <i>Luciano S. Azevedo (UFES)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Ronan C. G. Costa (UNIPAC)</i> Secretaria de Formação Político Profissional: <i>Ana Paula Procópio (UERJ)</i> Coordenação de Movimentos Sociais: <i>Moara P. Zanetti (UERJ)</i> Coordenação de Relações Internacionais: <i>Rafaela C. Binoti (UFF/Campos)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>Jordânia Frões (UFMA)</i> <i>Kátia S. F. Gomes (UFPA)</i></p> <p>Região II: <i>Ana N. F. Malheiro (UEPB)</i> <i>Andréia k. T. Eutáquio (UFRN)</i></p> <p>Região III: <i>Alison T. G. Brito (UFS)</i> <i>Joana D. M. Vieira (UNIT)</i></p> <p>Região IV: <i>Maria J. A. Silva (UCG)</i> <i>Vanda M. Burginski (UFMT)</i></p> <p>Região V: <i>Graziele R. Silva (UFES)</i> <i>Graicy H. S. Assis (UNIFOA)</i></p> <p>Região VI: <i>Caroline F. S. Silva (ULBRA/Canoas)</i> <i>Rodrigo F. Pereira (UFSC)</i></p> <p>Região VII: <i>Adriana S. Oliveira (PUC/SP)</i> <i>Luciana M. Gonzaga (UNESP)</i></p>
2003-2004	<p>COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "ENESSO NA LUTA PRA FAZER SUA PRÓPRIA HISTÓRIA"</p>
	<p>Coordenação Geral: <i>Adriana S. Oliveira (PUC/SP)</i> Secretaria Geral: <i>Wagner Hosokawa (PUC/SP)</i></p>

⁷ A estudante kátia, por motivos pessoais, se desligou da coordenação da ENESSO.

	<p>Coordenação de Finanças: <i>Lucilene Gomes (PUC/Campinas)</i> Coordenação de Div. e Imprensa: <i>Graziela Sue (UNISAL/Americana)</i> Secretaria de Formação Político Profissional: <i>Michele Marx(Barão de Mauá/Ribeirão Preto)</i> Coordenação de Movimentos Sociais: <i>Julia Benedini (UNESP)</i> Coordenação de Relações Internacionais: <i>Anita Martins (UNESP)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>João Batista (UFPI)</i> <i>Sheila Ferreira (UNAMA)</i> Região II: <i>Ericka Vieira (Escola não Localizada)</i> <i>Valdenízia Peixoto (UECE)</i> Região III: <i>Aline Araújo (UCSAL)</i> <i>Lucianne (UFS)</i> Região IV: <i>Marcela Rodrigues (Escola não Localizada)</i> <i>Michele Pacheco (Escola não Localizada)</i> Região V: <i>Daniele Brandt (UERJ)</i> <i>Flávia Marinho (UFF/Niterói)</i> Região VI: <i>Renata Mareziuzek (PUC/PR)</i> <i>Bruno Camilo (PUC/RS)</i> Região VII: <i>Priscila Almeida (UNESP)</i> <i>Milena Aud (Barão de Mauá/Ribeirão Preto)</i></p>
2004-2005	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "VIVER NA LUTA"
	<p>Coordenação Geral: <i>Ana Caroline Trindade dos Santos (UFS)</i> Secretaria Geral: <i>Daniele Rebouças (UCSAL)</i> Coordenação de Finanças: <i>Amanda Suelen F. Bastos (UFS)</i> Coordenação de Div. Imprensa: <i>Aline Araújo (UCSAL)</i> Secretaria de Formação Político Profissional: <i>Jacklene Mirne (UNIT)</i> Coordenação de Movimentos Sociais: <i>Itanamara Cavalcante (UFS)</i> Coordenação de Relações Internacionais: <i>Fernanda Lima Mantelli (UCSAL)</i></p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: <i>João Pereira da Silva Jr. (UFPI)</i> <i>Alexandre S. Lima (UFAM)</i> <i>Denise J. Albuquerque (UFMA)</i> <i>Maria S. R. Silva (UFPA)</i> Região II: <i>Estênio Ericson (UECE)</i> <i>Celso Severo da Silva (UFPE)</i> Região III: <i>Ivana Márcia O. Monteiro (UCSAL)</i> <i>Joselita O. S. Monteiro (UFAL)</i> Região IV: <i>Thallyta C. Tomimatsu (UNB)</i> <i>Thiago Batista de Azevedo Caixeta (UNB)</i> <i>Alacília Gomes dos Passos (UCG)</i> <i>Ester da Silva (UCG)</i> Região V: <i>Tatiany Souza Veloso (UFES)</i> <i>Dark Lane Rodrigues Dias (PUC/BH)</i></p>

	<p>Região VI: Bruna Helena Marouvo (FACEA)⁸ Rafael Garcia Carmona (UEPG) Sabrina Béckes Demétrio (UNISINOS) Júlia Girard Baldi (UEL)</p> <p>Região VII: Sabrina Moreira Amaral (USF) Kátia Regina Mendes (PUC/Campinas)</p> <p>Sub-Coordenadores: Richard (FAPSS/SCS); Natália (UNESP); Carla (PUC/Campinas)</p>
2005-2006	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO "A Luta não pode parar"
	<p>Coordenação Geral: Celso Severo da Silva (UFPE) Secretaria Geral: Nathália Teixeira (UFPE) Coordenação de Finanças: Juliana Nunes (UFPB) Coordenação de Div. Imprensa: Evandro Gomes Correia Jr. (UFPB) Secretaria de Formação Político Profissional: Albertina Felix da Cruz (UEPB) Coord. de Mov. Sociais Cultura e Valores: Raquel Mazule P. de Araújo (UERN) Coordenação de Relações Internacionais: Alison Cleiton de Araújo (UEPB)</p>
	COORDENAÇÕES REGIONAIS
	<p>Região I: Ana Cláudia L. Chagas (UNAMA) Cristiane Liborio (UFAM) Denise Albuquerque (UFAMA)</p> <p>Região II: Kelly Sâmara (UFPB) Maria Lenira Cavalcante (UERN)</p> <p>Região III: André Luiz Novais Dória (UFS) Emanuela Silva Brito (UCSAL)</p> <p>Região IV: Vanderley Bandeira (UNB) José Genival Vieira Filho (ULBRA) Elen Martins (UNB) Elen (UCG)</p> <p>Região V: Elaine Junger Pelaez (UERJ) Noêmia Beatrice Calares (FACISA/MG) Luciana Rosmaninho (UFF/Niterói)</p> <p>Região VI: Cristian Pedro Rubini Dutra (UFSC) Cristiuano Mariotto (UEL) Letícia Della M. Tagliapietra (PUC/RS)</p> <p>Região VII: Vivian Silva de Oliveira (UNESP) Emilly Matias Santos (UNISANTOS) Lígia Pecegueiro (PUC/SP) Sabrina Moreira Amaral (USF)</p>
2006-2007	COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO Tod@s na Luta !!!
	<p>Coordenação Geral: Fabiano Santos (UFAL) Secretaria Geral: Roberto Alves (UCSAL) Coordenação de Finanças: Emanuela Silva Brito (UCSAL)</p>

⁸ Tendo em vista que apenas 02 escolas estavam presentes no XXVI ENESS, não foi eleita a coordenação regional desta região, estando à mesma sob a responsabilidade de uma comissão gestora formada por 01 representante de cada escola que esteve presente no ENESS. Durante os seis meses iniciais da gestão, a estudante Bruna Helena Marouvo (FACEA) e Rafael Garcia Carmona (UEPG) assumiram a coordenação regional de forma provisória. O segundo momento refere aos seis meses restantes da gestão, foi realizado novas eleições para Coord. Regional na UNISINOS deliberando novos nomes a gestão, conforme tabela.

Coordenação de Div. Imprensa: *Aline Cerqueira (UCSAL)*
Secretaria de Formação Político Profissional: *Daisy Morais (UCSAL)*
Coordenação de Movimentos Sociais Cultura e Valores: *Aline Tapioca (UCSAL)*
Coordenação de Relações Internacionais: *André Luiz Novais Dória (UFS)*

COORDENAÇÕES REGIONAIS

Região I: *Iarani Augusto Soares Galúcio (UNAMA)*

Mariluci Mineiro Pereira (UFAM)

Glauciani Dias da Silva (UFMA)

Região II: *Tatiane Michele Melode Lima (UFPE)*

Alison Cleiton de Araújo (UEPB)

Região III: *Olívia Farias Brandão (UFAL)*

Vivânia Bispo dos Santos (UNIT)

Região IV: *Vanderley Bandeira (UNB)*

Maria de Lourdes Rodrigues dos Santos (ULBRA)

Maria Borges de Oliveira Barbosa (UCG)

Região V: *Wagner Ferreira Florentino (UERJ)*

Emília de Fátima Miterófe Gonçalves (UFF/Niterói)

Hudna Mendonça (UFRJ)

Rafael Mendonça Tavares (UFF/Bom Jesus)

Região VI: *Flávia Rodrigues (UEL)*

Anderson S. Rodrigues (UPF/RS)

Talita ketlyn costa cabral (UEL)

Thais Moreira (USFC)

Região VII: *A Região não apresentou nomes para a Coord. Regional. Por opção política decidiram adotar a gestão da região por **Secretários de Escola/ENESSO**, sendo os seguintes nomes:*

*Tiago Barbosa dos Santos (PUC/SP)**

*Luiz Eduardo Rodrigues Novaes (PUC/SP)**

Ênio Francisco Rosa (PUC/Campinas)

Camila Ap. Silva (FAMA)

Pâmela Neves (USF)

Thais Almeida (UNISANTOS)

Simone Aparecida Kunrath (FAPSS/SP)

Camilla Tacelli (UNILAGO)

Iago (FEB-Barretos)

*Flávio (FAPSS/SCS)**

*Rachel Scavone de Moura (UNIFMU)**

Emanuel Jones Xavier Freitas (UNIFAI)

*Inara Elen de O. Melo (FEF)**

*Gabi Antunes (UNESP)**

*Caiza Herbella (UNISAL/Americana)**

*Laura Beatriz (ITE/Bauru)**

*Sodré (UNAERP/Guarujá)**

*André Luiz (Unilins)**

OBS: Alguns secretários foram eleitos nas escolas posterior ao XXVIII ENESS ou de forma provisória () tirados em reunião da região VII na ocasião da Oficina da ABEPSS Sul II – 20/09/06 na PUC/SP*

2007-2008

COORDENAÇÃO NACIONAL/ENESSO
"OUSAR E UNIR : tod@s juntos para construir" "

Coordenação Geral: *Shanti Mairananda de Oliveira Braga (UFJF)*
Secretaria Geral: *Samantha Catarina de Andrade Santos (PUC BH)*
Coordenação de Finanças: *Aline Felipe Barreto (UFES)*
Coordenação de Div. Imprensa: *Ernandes José (UFVJM)*
Secretaria de Formação Político Profissional: *Leonardo David Rosa Reis (PUC BH)*
Coordenação de Movimentos Sociais Cultura e Valores: *Haimon Verly (UFES)*
Coordenação de Relações Internacionais: *Cristóvão de Oliveira Braga (UFJF)*

COORDENAÇÕES REGIONAIS

Região I: *Patrícia de Lourdes Veras Trindade (UFMA)*⁹
Região II: *Andréa Alice Rodrigues Silva (UECE)*¹⁰
Região III: *Ingredi Palmieri Oliveira (UFS)*
Roberto Alves Santana (UCSAL)
Laís Luciani de Oliveira Lessa (UFAL)
Região IV: *Vanderley Bandeira (UNB)*
Maria de Lourdes (ULBRA)
Heitor Martins (UCB)
Fernanda Quevedo (UFMT)
Maria Borges de Oliveira Barbosa (UCG)
Região V: *Ana Paula Ferraz de Souza (FAVAG)*
Janaína Andrade dos Santos (PUC/Contagem)
Wesley Alves Costa (PUC/Contagem)
Rafael Santiago Mendes (UFES)
Rander Prates (Novo Milênio)
Cleidson Nazairo Maurício (UFES)
Região VI: *karla karine de Maria (UNIAMERICA)*
Uílian Úngari Mendes (UNISINOS)
Região VII: *A Região apresentou nomes para Coord. Regional, mas optou por manter a estrutura de Secretários de Escola/ENESSO, a serem eleitos nas escolas após o XXIX ENESS.*
Os Coordenadores Regionais São:
Mateus Leandro Mendonça (UNIFEV) - Micro Região São José do Rio Preto
Talita Luzia A. Teceador (PUC SP) - Micro Região Capital/Grande São Paulo
Joana Angélica Squillaci de Andrade (UNISANTOS) - Micro Região Baixada Santista/ABC
Mônica Clavico Alves (PUC/Campinas) - Micro Região Campinas
Paula Ramos da Silva (UNITAU) - Micro Região Vale do Paraíba

⁹ A região possuía indicações para a coordenação, no entanto apenas 1 nome foi legitimado para compor a coordenação regional. A região ficou de legitimar mais 3 nomes em CORESS extraordinário da região.

¹⁰ No XXIX ENESS a Região II não chegou ao consenso dos nomes para compor a Coord. Regional. Foi deliberado apenas um nome, devendo retomar essa discussão em CORESS extraordinário da Região II durante a realização do SNFPMESS/2007-Recife para decidir indicação de mais um nome para a coordenação ou adotar três nomes. Lembrando que historicamente essa região indicava apenas dois coordenadores, por entende que não havia necessidade de mais nomes por proximidade geográfica entre os Estados.

1998-2000	REPRESENTAÇÃO NACIONAL DISCENTE EM ABEPSS
	TITULAR: Michele Alves (PUC/RJ) SUPLENTE: Solange Moreira ¹¹ (UFRJ)
2001-2002	
	TITULAR: Andréia Everton (UFMA) SUPLENTE: Marcela Reis (UFF/Niterói)
2003-2004	
	TITULAR: Luisa Gabriela (PUC/SP) SUPLENTE: Erica Mello (UERN)
2005-2006	
	TITULAR: Daniela Moller (PUC/PR) SUPLENTE: Ymira da Silva (UFPE)
2005-2006	
	TITULAR: Jorge Og de Vasconcelos Junior (UFF/Niterói) SUPLENTE: Amanda Valéria Sousa Lima (UFPA)

¹¹ Solange assume a gestão como titular, pois Michele formou-se em 1999. O preenchimento da vaga de suplente foi realizado no Seminário Nacional da ABEPSS, não qual foi eleito o estudante Marcelo Sitcovsky (UFPE).

**Quadro dos Seminários Nacionais de Formação
Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social**

ESCOLA SEDES DO SNFPMESS	ANO
UFPE-Recife / PE	1991
UNB-Brasília / DF	1992
UFPA-Belém / PA	1993
UFRJ-Rio de Janeiro / RJ	1994
UNISINOS-São Leopoldo / RS	1995
UERJ-Rio de Janeiro / RJ	1996
UECE-Fortaleza / CE	1997
UFF-Niterói / RJ	1998
Deliberou-se no ENESS/1998 que a realização dos SNFPMESS será revesada com os SRFPMESS - Não Houve SNFPMESS neste ano.	1999
UFES-Vitória / ES	2000
UFSC-Florianópolis / SC	2001
UFMA-São Luis / MA	2003
PUC-BH-Belo Horizonte / MG	2005
UFPE-Recife / PE	2007

Nº	QUADRO DE ESCOLAS PRESENTES NO XXIX ENESS/2007 - CONTAGEM-MG								
1	FAMA	18	UFF BOM JESUS	35	UNISINOS	52	UCSAL	69	UNIBEM
2	UNITAU	19	UFF NITERÓI	36	UNISUAM	53	UECE	70	FUNORTE
3	FAPSS	20	UFF RIO DAS OSTRAS	37	EDUCON PARÁ DE MINAS	54	UEL		
4	FAPSS SÃO CAETANO	21	UFJF	38	EMESCAM	55	UEPB		
5	USF	22	UFMT	39	UNITINS	56	UEPG		
6	UNIFEV	23	UFPB	40	UNIVILA	57	UERN		
7	FUNEC	24	UFPE	41	UNOPAR	58	UFAL		
8	PUC CAMPINAS	25	UFRJ	42	FAVAG	59	UFES		
9	FEF	26	UFRN	43	UVA	60	UFMA		
10	UNIFAI	27	UFS	44	FURB	61	UNIBRASIL		
11	UNILAGO	28	UFSC	45	NOVO MILÊNIO	62	UNIGRAN -MS		
12	UNILINS	29	UFVJM	46	PUC BH	63	UCB		
13	PUC SÃO PAULO	30	ULBRA	47	UERJ	64	UNIPAC BETIM		
14	UNISANTOS	31	UNA	48	PUC CONTAGEM	65	UNINCOR		
15	PUC RIO GRANDE DO SU	32	UNB	49	PUC PARANÁ	66	UNIOESTE		
16	UNP	33	UNIABEL	50	PUC RIO	67	UNIPLI		
17	SALESIANO	34	UNIAMÉRICA	51	UNIPAC BARBACENA	68	UCG		

Escolas pertencem a ENESSO/Região-VII

Única Escola de EAD presente no ENESS / apenas 1 representante

ANEXOS

São Paulo, 09 de Maio de 2005.

Resposta dos Estudantes de Serviço Social da PUC/SP ao Ministro da Educação

O ministro da Educação Tarso Genro anunciou recentemente o resultado do ENADE. Surpreendeu-se ao descobrir que 70% das universidades privadas não estão formando estudantes capazes de compreender, analisar e estar a serviço da sociedade, ou seja, pessoas que buscam apenas o mercado de trabalho e não a produção de conhecimentos para serem colocados a serviço da sociedade.

Infelizmente o ministro joga toda sua história e seus compromissos com a luta pela emancipação da classe trabalhadora no lixo, quando desconsidera que a nota Zero obtida pela PUC/SP e por muitas outras Faculdades de Serviço Social pelo Brasil a fora, foi fruto de uma posição política dos estudantes através de uma CAMPANHA NACIONAL pela nota ZERO ao ENADE, como forma de manifestar nossa insatisfação frente o avanço da mercantilização e o sucateamento do ensino público.

Os estudantes boicotaram o ENADE reconhecendo a necessidade de uma avaliação de verdade, porém sendo contrário a uma prova que desconsidera a autonomia e o poder que devem ter os estudantes, professores e funcionários em contribuir e construir os rumos do ensino superior brasileiro voltado para a melhoria da sociedade e não para as altas taxas de lucro do empresariado educacional.

Os estudantes de Serviço Social deram nota Zero ao ENADE, por entender que educação não é mercadoria. **A nota zero é para** o sucateamento do ensino público, o uso de verba pública em universidades privadas e o ranquiamento das universidades. Somos contrários a essa reforma universitária que sucateia as universidades públicas e oferece incentivo as universidades particulares, oferecendo uma educação descomprometida com o social, interessada apenas em transformar a educação em um negócio lucrativo.

A nota Zero dada pelos estudantes no dia da avaliação, onde entregaram as provas em branco com um adesivo que dizia " ENADE Serviço Social Não Faz – por uma avaliação de verdade", é pela democracia. O valor do conhecimento prestado pela Faculdade de Serviço Social da PUC/SP é vivo pelo empenho de educadores e educandos que se revezam em fazer valer essa bandeira.

Por isso a nota obtida pela PUC/SP é expressão da nossa insatisfação de como a educação no Brasil esta sendo tratada.

Entendemos que a qualidade do ensino prestada pela PUC/SP é que fica como contribuição para a Educação no País, uma vez que entende a formação do estudante de forma mais ampla, crítica e por um novo projeto de sociedade.

Assim a nota Zero obtida pela PUC/SP deveria ser objeto de avaliação política pelo Ministério da Educação. Queremos uma Universidade Pública Gratuita, de qualidade e de fato para todos.

A PUC/SP reiterou seu compromisso histórico de luta por democracia, uma vez que respeitou a autonomia dos estudantes frente o debate do ENADE, não realizando ameaças aos estudantes e nem cursinhos preparatórios como muitas universidades fizeram a fim de conseguir uma melhor colocação no ranking das universidades, provando, assim, o não comprometimento com todo processo de formação acadêmica, ao contrário da PUC.

Assim a Faculdade de Serviço Social da PUC/SP, mostra sua excelência pelo seu currículo, nas suas diretrizes e no seu empenho com a formação de profissionais críticos e comprometidos com um projeto ético-político e com a sociedade em geral.

Por fim, essas são as razões reais da nota zero obtida PUC/SP e de outras faculdades de serviço social, que foram omitidas pelo excelentíssimo ministro de educação Tarso Genro nas entrevistas concedidas aos veículos de comunicação.

Centro Acadêmico de Serviço Social - PUC/SP
Coord. Formação Profissional e Movimento estudantil
Gestão Movimento-se: reconstruir na luta! 2004/2005



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Serviço Social

Nota de esclarecimento sobre o Curso de Serviço Social da PUCSP e os resultados do ENADE

A direção e o corpo docente da Faculdade de Serviço Social da PUCSP vem se manifestar a respeito dos resultados do Exame Nacional dos Estudantes/ENADE divulgados pelo MEC/INEP e pela imprensa. Esclarecemos ao Ministério da Educação, aos órgãos colegiados da Universidade, à imprensa, às organizações da categoria profissional de Assistentes Sociais e ao público, em geral, que o resultado divulgado reflete a adesão dos estudantes à decisão do Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social de entregar a prova em branco, em protesto ao ENADE.

A Faculdade de Serviço Social da PUCSP é conceituada nacionalmente pelo perfil acadêmico e profissional que consolidou no decorrer de seus quase setenta anos de existência, reconhecida pela qualidade de ensino, competência acadêmica e compromisso social. Nosso projeto de ensino é sintonizado com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que assegurou que a prova do ENADE fosse formulada a partir de seus objetivos, perfil, conteúdos programáticos e demais parâmetros. Nossos alunos têm obtido excelente desempenho e aprovação em seleções de estágio curricular, concursos públicos e seleção para inserção no mercado de trabalho, assim como em cursos de aprimoramento, pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

O ENADE é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior associado à avaliação institucional das IES – interna e externa - e à avaliação do curso de graduação de cada área. O caráter de obrigatoriedade de participação do aluno no ENADE – definido este, como um componente curricular, sem o qual o aluno não pode obter a sua colação de grau – vem gerando grande insatisfação entre os estudantes e diversas unidades de ensino superior.

A apresentação dos resultados do ENADE deu-se de forma isolada o que, por si só, torna-se parcial, criando uma classificação que dá margem a distorções, pois, não corresponde à qualificação dos cursos e à formação dos alunos. Além disso, foi desconsiderado o posicionamento dos estudantes que são contrários a essa forma de avaliação, comprometendo os resultados apresentados.

Reafirmamos, portanto, que o conceito divulgado não expressa a qualidade do trabalho do Corpo docente e discente na efetivação do projeto de formação dos assistentes sociais da Faculdade de Serviço Social da PUCSP.

Professores da Faculdade de Serviço Social/PUCSP



Manifestação do CFESS sobre os Resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, órgão de fiscalização do exercício profissional dos assistentes sociais brasileiros, vem a público manifestar seu posicionamento sobre os resultados do ENADE, divulgados pelo Ministério da Educação no início de maio de 2005.

O ENADE é um mecanismo governamental de avaliação parcial dos cursos que integram o Sistema de Ensino Superior Brasileiro, baseado na aplicação de prova com conteúdos de conhecimento geral e específicos, aos discentes ingressantes e concluintes. A partir das respostas dos estudantes, o MEC atribuiu notas e conceitos aos cursos e instituições, o que resultou no ranqueamento das unidades de ensino.

Número significativo de estudantes dos cursos de Serviço Social, após amplo debate conduzido pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), decidiu pelo boicote ao ENADE, entregando as provas em branco, como manifestação política de resistência à Reforma Universitária Governamental em curso, o que resultou em elevado índice de unidades de ensino/cursos que recebeu baixos conceitos.

A divulgação indevida dos resultados nacionais pelo MEC, considerando as provas em branco como expressão de baixo rendimento, e a reprodução irresponsável destes resultados pela mídia, resulta em avaliações distorcidas e inverídicas sobre o desempenho dos cursos de Serviço Social, que não refletem a realidade da formação profissional bem como as condições de ensino das instituições. O tratamento dado pelos meios de comunicação aos resultados, destacando o curso de Serviço Social como sendo um dos que obteve o pior desempenho, difunde uma falsa imagem da profissão e impacta negativamente nas relações de trabalho.

Assim, o Conselho Federal de Serviço Social repudia toda forma de divulgação e análise dos resultados nacionais do ENADE, visto que estes estão distorcidos pelo elevado quantitativo de provas não realizadas em decorrência do boicote estudantil.

Brasília, 19 de maio de 2005

**Conselho Federal de Serviço Social
Gestão 2005-2008 “Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia”**

SOCIEDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Ano de Fundação: 1940

ENTIDADE MANTENEDORA

Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo
Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul
Instituto de Serviço Social "José Pinheiro Cortez"

RUA LOPES CHAVES, 273/275 – CEP: 01154-010 – TEL. (0XX11) 3666.0246 – FAX: (0XX11) 3826.1925 – SÃO PAULO – SP.
E-Mail: fapss@fapss.br

São Paulo, 29 de outubro de 2007

Prêmio ao Mérito Valor de R\$ 300,00 a R\$ 600,00

A Sociedade de Serviço Social, entidade sem fins lucrativos, há 67 anos tem trabalhado na valorização do Serviço Social e dos Assistentes Sociais por ela formados através das Faculdades Paulista de São Paulo e São Caetano do Sul.

O Exame do MEC/Enade é hoje uma realidade aceita e valorizada pela Sociedade Brasileira. Dos alunos convocados para fazê-lo, tem havido adesão cada vez maior. Hoje respondem positivamente às questões formuladas pelas provas, mais de 90% dos alunos convocados.

Assim, a fim de estimular a adesão plena dos nossos alunos, estamos estabelecendo prêmios, em função do seu desempenho, como abaixo esclarecemos.

Caso as Faculdades, consideradas cada uma de per si, São Paulo e São Caetano do Sul, obtiverem as seguintes notas:

- Média igual ou superior a 4,4
R\$ 600,00 – para cada aluno que se submeter a exame do Enade
- Média igual ou superior a 3,9
R\$ 400,00 – para cada aluno examinado
- Média igual ou superior a 3,4
R\$ 300,00 – para cada aluno examinado

Todo aluno que individualmente superar as médias acima, desde que obtidas pelo conjunto dos alunos, receberá também um acréscimo de 20% sobre os valores referidos ou sejam: R\$ 600,00 + R\$ 120,00=R\$ 720,00, R\$ 400,00 + R\$ 80,00=R\$ 480,00 e R\$ 300,00+R\$ 60,00=R\$ 360,00

O valor ganho será creditado ao aluno, abatendo-se do valor da anuidade, assim que seja divulgado o resultado do Enade.

Aos alunos concluintes do 4º ano, que não tenham débito com a Tesouraria, será pago em dinheiro.

Convidamos todos os alunos para aderirem e desejamos ótima prova.

Saudações

Dionino Cortelazi Colaneri
Presidente
Sociedade de Serviço Social

ATENÇÃO: diferente do propagado, as Faculdades recebem as notas individuais de todos os seus alunos avaliados pelo INADE/MEC.

Nosso propósito maior é servir o Serviço Social e aos seus profissionais.

Foz do Iguaçu, 02 de Novembro de 2007.

MOÇÃO DE DENUNCIA

Nós estudantes de Serviço Social presentes no 12º CBAS realizado entre os dias 28/10 a 02/11 de 2007 na cidade de Foz do Iguaçu / PR, vimos por meio desta, encaminhar denuncia publica para posterior encaminhamento pelas Entidades representativas da categoria – CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

É publico o documento e a postura lamentável da “Sociedade de Serviço Social”, Entidade Mantenedora da Faculdade Paulista de Serviço Social – São Paulo e São Caetano do Sul – na qual encaminhou aos estudantes das respectivas faculdades, selecionados para fazer o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, uma carta (ANEXO), com nítida intenção de “comprar” e cooptar, mediante pagamento de “PREMIO AO MÉRITO”, os estudantes que aderirem e obtiverem bom desempenho no ENADE.

A lógica embutida nessa prática demonstra elementos que ferem a autonomia dos estudantes de pensarem e se manifestarem a respeito do ENADE e sobretudo, da reprodução perversa da lógica mercantil da educação, estimulando a qualquer custo um “Bom desempenho” no ENADE, mediado pelo estímulo a concorrência e ao mérito individual.

Submete-se a posturas anti-éticas, para obter resultados positivos no ENADE, que por si, hoje, serve ao MEC e ao Mercado como objeto para intensificar o ENSINO/MERCADORIA, o ranquiamento das universidades e pouco contribui com para uma direção social da formação profissional postulada nas diretrizes curriculares/ABEPSS, no código de ética, na lei de regulamentação da profissão e da direção sóciopolítico estratégica de nosso projeto ético político.

Repudiamos e denunciemos tal prática de persuasão financeira, bem como as práticas de algumas unidades de ensino que já em 2004, e atualmente, pararam seus conteúdos programáticos para realização de cursinhos pré-ENADE. Tais prática reforçam os questionamentos que o Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS vem travando, expondo a ineficiência do ENADE COMO MECANISMO AVALIATIVO, frente, além de seu caráter mercadológico/especulativo pelo ranquiamento, as maquiagens dos resultados que não expressam a realidade do ensino superior Brasileiro, no contexto de contra reforma do Estado.

Desta forma, chamamos todos os profissionais, estudantes e entidades da categoria a construir coletivamente, respeitando as autonomias devidas, posturas no sentido de reivindicar ao MEC que a nota do ENADE não seja divulgada desatreladamente das demais avaliações que compõem o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES.

Manifestação CRESS e ABEPSS¹

São Paulo, 13 de Novembro de 2007.

Manifestação em relação à oferta de prêmio feita pela mantenedora da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo e Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul a estudantes, pelo desempenho no Enade.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Região Sul II, e o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress SP) – 9ª Região –, vêm manifestar posição diante dos fatos ocorridos envolvendo a Sociedade de Serviço Social, entidade mantenedora da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo e da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, no que se refere à oferta de prêmios em dinheiro a alunos, a fim de estimulá-los à adesão e a um melhor desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

As comunidades acadêmica e profissional do Serviço Social consideram a medida inadequada, pois contraria os princípios que norteiam o projeto ético-político de formação e atuação profissional, por elas defendido.

Tal atitude administrativa reforça posturas mercadológicas, com a valoração monetarista do conhecimento e do saber, não condizendo com o papel fundamental de um centro de ensino que deve estar voltado para a formação profissional crítica e com qualidade, referenciada nas Diretrizes Curriculares da Abepss, na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Reconhecemos os esforços do corpo docente destas unidades de ensino, que se empenham em garantir uma formação com base nos fundamentos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos do Serviço Social.

Atenciosamente,

Profª. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola
Vice-presidente da Abepss – Região Sul II

Eutália Guimarães Gazzoli
Presidente do Cress SP – 9ª Região

¹ Disponível no site do CRESS/SP <http://www.cress-sp.org.br/index.asp?fuseaction=manif&id=146> em 22/11/2007 às 23h .

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL – ENESSO

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2007.

OFÍCIO Nº 05

A/C: Dionino Cortelazzi Calonari

Presidente da Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS

A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO manifesta seu repúdio diante da atitude da administração da Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS) São Paulo e São Caetano em oferecer prêmios em dinheiro a alguns estudantes afim de incentivá-los a aderir e obter melhores resultados no Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes - ENADE. Consideramos tal procedimento inadequado e antiético por reforçar uma postura mercadológica da educação superior e reduzir dignidade pessoal e concepções político-ideológicas a simples valor de troca monetária, recrudescendo o papel social da educação superior e não ser condizente com os valores que norteiam o projeto ético-político da profissão do Assistente Social, que concebe a educação como direito, e entende que a função do curso de Serviço Social é promover uma formação profissional crítica, com qualidade e referenciada nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.

Lembramos que o Ministério da Educação – MEC, tem divulgado os dados do ENADE desvinculados do conjunto de avaliações do Sistema Nacional do Ensino Superior – SINAES (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004) e, que essa atitude acarreta prejuízos para a Instituição de Ensino Superior – IES e também para o corpo discente. Para a IES porque o MEC não torna público, de forma clara e objetiva a realidade das demais categorias de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES (Organização didático-pedagógica, corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo, instalações físicas), favorecendo o ranqueamento entre elas. De outro lado, responsabiliza o discente pela possível má qualidade do curso, sendo que há um conjunto de avaliações a serem consideradas.

Tornamos pública também nossa indignação por no dia 08/11/2007 a estudante Talita Luzia - Coordenadora Regional da ENESSO ser impedida de entrar nas dependências da Faculdade para discutir com o Centro Acadêmico 3 de Março questões sobre a autonomia e organização do Movimento Estudantil. Este procedimento fere a liberdade de organização estudantil garantida por lei. Pedimos que observem a lei 7.395/85 que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior, que determina em seu artigo 4º:

"Art. 4º Fica assegurado aos estudantes de cada curso em nível superior o direito de organização em Centros Acadêmicos – CA s ou Diretórios Acadêmicos – DA s como suas entidades representativas" .

Os membros da Coordenação do CA 3 março tem o direito de organizar e discutir com as demais representações estudantis as demandas que são próprias. Reafirmamos também a premissa de que esta IES mesmo tendo caráter privado possui para a sociedade, pela natureza dos serviços prestados, interesse público.

Por estarmos cotidianamente colaborando para construção de uma sociedade sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero, nossa posição concentra-se no apoio irrestrito aos interesses dos estudantes da Faculdade Paulista de Serviço Social. Desta forma exigimos que a autonomia e o direito dos estudantes sejam respeitados.

Faculdade dá R\$ 600 por nota boa no Enade

Alunos ganharão o prêmio se a instituição receber boa avaliação; resultados costumam ser usados em campanhas publicitárias

Faculdade Paulista de Serviço Social de SP e de São Caetano do Sul obtiveram nota 2 e 3; valor do prêmio será conforme nota obtida

FERNANDA CALGARO
DA REPORTAGEM LOCAL

A Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo e a de São Caetano do Sul prometem pagar um prêmio de R\$ 300 a R\$ 600 aos alunos que participarem do Enade, desde que as instituições obtenham uma boa nota no exame. Em 2004, a de São Paulo recebeu nota 2 no Enade, o antigo Provão, numa escala de 1 a 5, o que a colocou em uma das últimas posições no Estado. A de São Caetano, nota 3.

A prova do Ministério da Educação avalia estudantes do primeiro e do último ano de cursos superiores e será realizada neste domingo. Os resultados positivos costumam ser utilizados por instituições em campanhas publicitárias. A Sociedade de Serviço Social, mantenedora das duas faculdades, diz que a iniciativa é um estímulo para que os alunos não boicotem o exame (a não participação dos alunos prejudica a nota das instituições). "A nossa intenção é simplesmente estimular o estudante a participar do exame e mostrar o que aprendeu na graduação", afirma Dionino Cortelazi Colaneri, presidente da entidade.

O valor do prêmio irá variar conforme o desempenho. Se a média da faculdade for igual ou superior a 4,4, cada aluno receberá R\$ 600. Se a média for igual ou superior a 3,9, R\$ 400; a partir de 3,4, R\$ 300.

O aluno que conseguir uma nota maior do que a média da instituição receberá ainda um acréscimo de 20% no prêmio. Como as faculdades não recebem a nota individual, os alunos terão de informá-las.

A medida é polêmica. "Arranha a ética", diz Mario Sergio Cortella, da PUC-SP. Já Simon Schwartzman, diretor-presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, diz que "é um incentivo a mais".

Prêmios

As faculdades pretendem abater o valor do prêmio da anuidade (a mensalidade gira em torno de R\$ 475, conforme o ano -1º, 2º, 3º ou 4º), assim que o resultado for divulgado.

Os do 4º ano que concluírem o curso sem débito na tesouraria receberão o valor em dinheiro.

A previsão do Inep, (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão do MEC que realiza o Enade, é divulgar os resultados em meados de maio.

De acordo com Dilvo Ristoff, diretor de Estatística e Avaliação da Educação Superior do Inep, a oferta de prêmio é a primeira de que se tem registro nestes moldes.

"É a primeira vez que vejo isto assim tão claramente assumido e publicado, embora tenha ouvido falar de premiações (carros, viagens, auxílio-formatura, etc) oferecidas por algumas instituições desde os tempos do Provão", afirma Ristoff. Na avaliação dele, porém, o reflexo disso sobre o resultado do Enade é pequeno. "Trata-se de casos isolados entre milhares de cursos e centenas de milhares de estudantes."

Pagamento é incentivo a adesão, diz faculdade

Presidente de sociedade mantenedora afirma que medida não fere a ética

Para ele, prêmio não interfere na opinião sobre a escola que o aluno expressará no Enade, já que a instituição não tem acesso às respostas

A Sociedade de Serviço Social, entidade mantenedora da Faculdade Paulista de Serviço Social, que promete pagar aos alunos que participarem do Enade se o desempenho da instituição for bom, afirma que a medida não fere a ética. "Não queremos trabalhar a idéia do pecúlio e não fazemos preparação para o Enade. Só queremos incentivar a adesão à prova", afirma Dionino Cortelazi Colaneri, presidente da entidade mantenedora. "Não há nenhuma chantagem nisso."

Ao se inscrever no Enade, o estudante recebe um questionário socioeconômico no qual ele avalia, entre outros itens, a infra-estrutura da instituição e o corpo docente. Para Colaneri, o prêmio em dinheiro não irá interferir na opinião do aluno, já que a instituição não tem acesso às respostas.

Segundo Colaneri, nos últimos três anos, a inadimplência nas duas unidades (São Paulo e São Caetano do Sul) tem beirado os 37%. "Se a nota no Enade for novamente ruim, isso irá prejudicar com certeza a imagem da instituição, que preza pela qualidade do ensino."

Diante disso, ele conta que teve, então, a idéia de oferecer prêmios, em abono na anuidade ou em dinheiro para o aluno do quarto ano sem débitos. "Achei que era um bom estímulo. Se o aluno tiver que pagar menos, a chance de haver inadimplência deve diminuir."

A proposta de premiação foi enviada por correio no dia 29 de outubro aos estudantes do primeiro e quarto anos selecionados para fazer o Enade.

"Estarrecida"

Elisabete dos Santos, 30, aluna do primeiro ano da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo, afirma ter ficado "estarrecida" ao abrir o envelope. "É como se estivessem comprando o meu conhecimento."

Ela relata que há uns 20 dias a direção da faculdade foi até as salas de aula falar sobre a situação da inadimplência dos alunos. "Disseram que a faculdade estava no vermelho, e, em seguida, recebemos uma carta oferecendo a premiação?" Para Elisabete, o dinheiro em abonos na anuidade poderia ser investido mais em infraestrutura. "Além disso, a medida parece ir de encontro ao que prega o nosso curso, que é a não-alienação do indivíduo."

Stefane Max, 19, da faculdade de São Caetano do Sul, conta que pretende fazer o Enade mais como uma auto-avaliação. "Não sou a favor nem contra a decisão em premiar, só acho que devemos ter livre-arbítrio para decidir se queremos fazer o Enade ou não."

"Esse prêmio cria competição entre os alunos, que não devem ser responsabilizados pela qualidade do ensino", diz Leonardo David Rosa Reis, coordenador da Enesso (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social). Para Eutália Guimarães Gazzoli, presidente do Conselho Regional de Serviço Social (SP), "os alunos têm toda a razão de estar descontentes". "Essa premiação é uma sedução. Uma faculdade séria não precisa criar estímulos para os estudantes."
(FERNANDA CALGARO)

LEVANTAMENTO DOS CRESS SOBRE O MAPEAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Acesso dia 03/08/2007 as 11:30 - www.cfess.org.br/pdf/MAPEAMENTO_DOS_CURSOS_DE_GRADUACAO_A_DISTANCIA.pdf

CRESS	AÇÕES	MAPEAMENTO
CRESS 1ª Região - Pará		<ul style="list-style-type: none"> - - 80 municípios - EDUCON - UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí - UNITINS - Universidade Tocantins - FAEL – Faculdade Educacional da Lapa
CRESS	<ul style="list-style-type: none"> - Considerando que os cursos estão nas primeiras turmas ainda não foram adotadas medidas e estratégias no acompanhamento às ações relativas à Supervisão de Estágio 	<ul style="list-style-type: none"> - EDUCON – 72 instituições associadas em diversos municípios – confirmada uma turma em São Luis de 32 alunos (Colégio Positivo Maranhense) - UNIDERP – 07 associadas nos municípios de São Luis, Caxias, Estreito, Formosa da Serra Negra, Grajaí, Itinga, Barra do Corda – todos os municípios possuem turmas de Serviço Social - UNOPAR – Identificada uma turma do curso de Serviço Social no Município de São Luis.
2ª Região - Maranhão		
CRESS 3ª Região - Ceará		<ul style="list-style-type: none"> - 03 Cursos - EDUCON - UNIOPAR - UNIDERP
CRESS 5ª Região - Bahia	<ul style="list-style-type: none"> - Não tem nenhuma ação sobre o acompanhamento de estágio supervisionado nos cursos à distância. 	<ul style="list-style-type: none"> - Educon em parceria com a UNITINS - Unopar – Universidade Norte do Paraná - FTC – Faculdade de Tecnologia e ciências

CRESS 6ª Região – Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificar a fiscalização nas escolas presenciais e virtuais; - Iniciar procedimentos para articulação com as escolas virtuais, no sentido, de conhecer este modelo de ensino e, apresentar as atribuições do Conselho; - Acionar a assessoria jurídica para estudos e execução dos instrumentos jurídicos para as ações da fiscalização; - Investir no fortalecimento dos encontros BEPSS/ENESSO/CRESS e Unidades de Ensino do estado buscando alternativas de defesa da profissão. 	<ul style="list-style-type: none"> - UNOPAR (55 Centros associados) - UNITINS (125 Centros associados)
CRESS 7ª Região – Rio de Janeiro		<ul style="list-style-type: none"> - Empresa EDUCON – Responsabilidades das Universidades: UNIVAL e UNITINS - Não possuem dados quantitativos dos Cursos existentes
CRESS 9ª Região – São Paulo		<ul style="list-style-type: none"> - 127 Municípios - América – Meta Educação - Amparo – Colégio Objetivo - Andradina – EDUCON/ Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Araçariguama – UNAI - Araçatuba – Instituto de Educação Superior - Araraquara – ONG Brasil Receptivo - Assis – Centro Avançado Desenvolvimento Profissional; Colégio Técnico Avançado. - Bady Bassit – Avance - Barra Bonita – SIST Integrado de Ensino Barra Bonita

		<ul style="list-style-type: none"> - Bastos – EDUCON /Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Bauru – EDUCON / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - BERTIOGA - Colégio Caiçara - Bilac - NETBIL Educacional e Informática LTDA - Bilac Avance Ensino à Distancia - Birigui – Avance / Esc. Pintando o Sete - Bofete – Maria Cristina Neder Zanela Me - Boracéia - Prefeitura Municipal de Boracéia - Borborema – Escola Municipal Profª Ana Rosa - Botucatu – Educação à Distancia - Bragança Paulista – UP NET - Brotas – Escola construindo - Buritama – Avance Ensino à Distancia LTDA - Cafelândia – Esc. Bethânia de Arte e Cultura – Avance Ensino à Distancia - Cajamar – MTA Educadora LTDA/ - Campina do Monte Alegre – Ass. Prod. Rurais / Meta/ Educação - Campinas – PRECOTEC Cursos - Meta - Candido Mota – Colégio Santos Anjos de Ensino - Capão Bonito - Meta Educação - Capela do Alto – Col. Vincere - Casa Branca – EADISP - Castilho -Avance Ensino a Distancia - Conchas - Meta educação - Diadema - Dracena – EDUCON / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Flórida Paulista - Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Francisco Morato – Meta Educação - General Salgado- EMEF Padre Cornelis Adrianus Vangils – Avance Ensino à Distancia - Guairá – Avance/ Soares Ouro Branco
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> - Guar – Escola Naufal – Meta Educação - Guararapes – EDUCON / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Guarujá – Killinger Micro Editorial LTDA - Iacang- Prefeitura Municipal de Iacang - Icem- Avnce - Irapuru- Escola Juarez / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Itanhaém – Kilinger Informática Mongaguá - Itápolis - Itaquaquecetuba –  Figueredo - Itu – Colégio Vincere - Itupeva – Nova Vida / Meta Educação - Jeriquara – UVMG - Jundiáí – MTA Educadora / Inst. Anna Vasquez - Laranjal Paulista – Maria Cristina Neder Zanella M - Limeira – TWG Brasil - Luclia -Faculdade Municipal de Ensino  Distancia - Marília – EDUCON / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Martinópolis – Grupo Educacional de Martinplois - Mauá – Col. Humberto de Campos – META Educação - Mirandópolis – Bytes / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Mirandópolis – Avance Ensino a Distancia - Mirante de Paranapena - Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Mirassol - Look informática - Mogi das Cruzes - UNITAM - Mongaguá – Killinger Informática Mongaguá LTDA - Monte Mor – Double Brothers - Nantes – Sec. da Educação / Prefeitura M. de Nante - Nhadera – Avance Ensino  Distancia
--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> - Nova Granada - Dinâmica Escola e Comércio de Livros - Osasco – Meta Educação/ Col. Universitário - Osvaldo Cruz – Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Ouro Verde / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Panorama – E. E. Inf. E. Fund Monteiro Lombato / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Paraguaçu Paulista – Grupo Educacional M. V. C. de PA - Parapuã – Pref. Mun. De Parapuã / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Perdeneiras - Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Peruíbe - Piracicaba – MTA Educadora - Piraju – MS Informática - Pompéia - Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Praia Grande – Killinger Micro Editorial LTDA - Residente Prudente (Centro) - Presidente Prudente (Jardim Marupiara) - Promissão – Avance Ensino à Distancia - Quatá – EMEF Dr. Renato Monoforte / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Queiroz – Esc. M Adélia Kriempel de Prince / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Quaraçáí – EMEF - Rancharia – criativo S/C LTDA - Ribeirão Preto – Associação Colégio Vita ET Pax - Rosana – Escola Nossa Senhora das Graças - Salto do Pirapora – Colégio Vile - Santa Adélia – Avance / Centro Cultural - Santa Cruz de Palmeiras – Sociedade comunitária EDU - Microlins – Santa Fé do Sul - Santo André – CPP / Meta Educação - Santos – Compuway Escola de Informática - São Bernado do Campo – Colégio Rio Branco – Meta
--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> - São Bernado do Campo – EDUCON - São Caetano do Sul – Col. Magno Saber - São Carlos – Opção Vestibulares - São João da Boa Vista – UNIRO / Soc. Liceu - São Jose dos Campos – Theodoro – Pesquisa, analise e planejamento. - São Manoel – META / Maria Cristina - São Paulo (Al. Santos) – HRC Com. E Prom. de Eventos - São Paulo (Barra Funda) – META Educação / Ass. Civ. Fem - São Paulo (Centro) – Av. Ipiranga – META Educação - São Paulo (Chac. Sto Antonio) – Nv Educação Continuada - São Paulo (Lapa) Centro Educ. Nossa Senhora da Lapa - São Paulo (Penha) – Meta / Col. SCARAM - São Paulo (Pq. Jab.) – Liceu Congonhas Educacional LTDA - São Paulo (São Mateus) – Col. Pro Saber / META - São Paulo (São Miguel Paulista) – Col. Galvão / META - São Paulo (Sto. Amaro) – PHD Cursos Profissionalizantes - São Simão – Centro Educacional Miguel Nayme - São Vicente – ADESAF - São Vicente – Killinger informática Mongaguá LTDA - Sorocaba – Colégio Vincere - Suzano – META Educação - Teodoro Sampaio rosa Mística de Tiete - Tupã – Educon / Vânia Gonçalves dos Santos Martins - Ubatuba – META - Urânia – Escola Infantil Curumim – Avance Ensino à Distancia - Valparaíso – Colégio Geração / Vânia Gonçalves dos Santos Martins
--	--	---

CRESS 10ª Região – Rio Grande do Sul

- Levantamento das unidades de ensino que oferecem o curso de Serviço Social à distancia no Rio Grande do Sul
- Mapeamento das cidades e locais (escolas e prefeituras), que estão sediando o curso.
- Reunião com as coordenações dos cursos de Serviço Social, representantes da Enesso e Abepss, para encaminhamentos conjuntos.
- Elaboração de manifesto (anexo), a ser publicado na imprensa nos municípios do interior, em especial naquelas que está acontecendo ou sendo ofertado o curso.
- Divulgação a sociedade e a categoria a posição do Conselho, Abepss e Enesso, referente ao Curso de Serviço Social à Distancia.
- Levantamento e discussões de situação conflitantes em relação à Ética Profissional e a nova demanda; Ex: “posição dos profissionais em supervisionar os alunos que estão cursando a referida modalidade de ensino”, “ Aceitação do cargo de monitor local para as disciplinas específicas”.
- Apropriação da legislação Decreto nº5.733 e de 9 de maio de 2006, decreto nº 5.662 de 9 de Dezembro de 2005 e outras pertinentes ao ensino à distancia, bem como o ensino superior regular.

- - 02 Municípios com cursos implantados
- - 22 Municípios realizaram vestibular (início das aulas em fev/2007)
-

	<ul style="list-style-type: none"> - Informamos que em nosso Estado, duas cidades estão com o curso implantado, outro vinte e dois municípios estão oferecendo uma nova oportunidade de vestibular no mês de março. Assim não conseguimos concluir o mapeamento e fechar o número exato de pólos receptores. - Obs. Há casos que não haverá o fechamento de turmas, na 1ª seleção, ficando para março em novo certame. 	
CRESS 11ª Região – Paraná	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa nos Sites - Publicação de Manifesto - Publicação de Informativo - Solicitação de informações sobre os Cursos para as Universidades - Articulação com outros CRESS da Região - Reunião com a categoria dos Assistentes Sociais - Articulação com os Núcleos do CRESS - Visitas nos cursos para obter informações. 	<ul style="list-style-type: none"> - 45 salas - 35 municípios - - Instituições: - UNOPAR (Londrina – Pr); - EDUCON/UNITINS (Tocantins); - UNDERP (Mato Grosso do Sul)
CRESS 12ª Região – Santa Catarina	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitação de informações dos Cursos 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição: - UNITINS - UNIVALI (Universidade Vale Itajaí) - UNIDERP (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal) - UNOPAR (Universidade Norte do Paraná) - UNC (Universidade do Contestado) - CEHS/EDUCON (Centro Educacional Hermann

		Spethmann)
CRESS 13ª Região – Paraíba	<ul style="list-style-type: none"> - Visita a um dos locais onde estão ocorrendo as aulas vias satélites (João Pessoa). - Contato com pessoa responsável pelo curso, obtendo informações de que os alunos ainda não estão em prestando estágio, no entanto existe convenio da UNITINS / UNIUOL com três empresas privadas para oferta de estágio extracurricular. 	<ul style="list-style-type: none"> - -UNITINS / UNIUOL João Pessoa - Guarabira
CRESS 15ª Região - AM /RR – Seccional Roraima		<ul style="list-style-type: none"> - - Universidade Norte do Paraná
CRESS 17ª Região – Espírito Santo	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento dos Cursos - Ofício para as Faculdades orientando sobre finalidades do Conselho e sobre os instrumentos jurídicos da profissão 	<ul style="list-style-type: none"> - 55 municípios - Instituições: - EDUCON/UNITINS - UNIPAR - -
CRESS 19ª Região - Goiás	<ul style="list-style-type: none"> - O CRESS ainda não conseguiu desenvolver grandes ações nesse campo, mas diante dessa questão vislumbra a urgente realização de fóruns de debates, com vistas a assegurar ensino de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - UNOPAR – realizou vestibular em 8 Municípios: <ul style="list-style-type: none"> o Rio Verde: Faculdade Almeida Rodrigues e Escolinha Passinhos do Saber o Cidade Ocidental: Colégio Genesy o Goiânia: Colégio Meta o Aparecida de Goiânia o Iporá o Itapuranga o Itumbiara o Jataí - UNITINS – através do Instituto de Ensino e Pesquisa(IPEG) realizou vestibular em 06 Municípios:

		<ul style="list-style-type: none"> ○ Alto Paraíso ○ Anápolis ○ São Domingos ○ Santa Terezinha de Goiás ○ Paraúna ○ Trindade <p>- EDUCON – Município de Luziânia (Colégio Santa Luzia), com turma no 3º período. O Estágio será a partir do 5º período</p> <p>Obs.: um número considerável desses alunos concluíram o ensino fundamental e médio por meio do EJA e ensino supletivo</p>
CRESS 22ª Região - Piauí		<ul style="list-style-type: none"> - Instituições: - EDUCON - Colégio das Irmãs - NOVOFAR
CRESS 24ª Região - Amapá		<ul style="list-style-type: none"> - 01 Faculdade

LEVANTAMENTO DOS CRESS SOBRE O MAPEAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO A DISTANCIA

<i>CRESS</i>	<i>MAPEAMENTO</i>	
	Municípios	Instituições
CRESS 11ª Região – Paraná	35 municípios	- UNOPAR (Londrina – Pr); - EDUCON/UNITINS (Tocantins); - UNDERP (Mato Grosso do Sul)
CRESS 9ª Região – São Paulo	127 Municípios	
CRESS 7ª Região – Rio de Janeiro		- EDUCON - UNIVAL - UNITINS
CRESS 3ª Região Fortaleza/Ceara	03 Cursos	- EDUCON - UNIOPAR - UNIDERP
CRESS 1ª Região Belém/Para	80 municípios	- EDUCON - UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí - UNITINS - Universidade Tocantins - FAEL – Faculdade Educacional da Lapa
CRESS AM /RR – Seccional Roraima		- Universidade Norte do Paraná
CRESS 17ª Região – Espírito Santo	55 municípios	- EDUCON/UNITINS - UNIPAR
CRESS 22ª Região - Piauí		- EDUCON - Colégio das Irmãs - NOVOFAR
CRESS 24ª Região – Macapá /AP	01 Faculdade	
CRESS 12ª Região – Santa Catarina		- UNITINS - UNIVALI (Universidade Vale Itajaí) - UNIDERP (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal) - UNOPAR (Universidade Norte do Paraná) - UNC (Universidade do Contestado) - CEHS/EDUCON (Centro Educacional Hermann Spethmann)

ATIVIDADES REALIZADAS PELOS CRESS:

- Pesquisa nos Sites
- Publicação de Manifesto
- Publicação de Informativo
- Solicitação de informações sobre os Cursos para as Universidades
- Articulação com outros CRESS da Região
- Reunião com a categoria dos Assistentes Sociais
- Articulação com os Núcleos do CRESS
- Visitas nos cursos para obter informações
- Ofício para as Faculdades orientando sobre finalidades do Conselho e sobre os instrumentos jurídicos da profissão

OBSERVAÇÃO:

- Nota de Repúdio aos Cursos de Serviço Social a Distância elaborada pelos conselheiros governamentais e não governamentais do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná. Nota elaborada em sessão ordinária do dia 02 de março de 2007.

"Claro de abertura"

O presente livro de atas, desbi-
na-se às reuniões da Diretoria
do Centro Académico "Instituto de
Serviço Social", contendo o nú-
mero de 100 (cem) páginas, uni-
versadas de 1 a 100, devidamente
publicadas por dois (2) dire-
tores do Centro.

Los Santos 26 de Maio de 1953.

Malcolm Dupres - Dir. Presidente

Amat. [Signature] - Dir. Secretário

Ata nº 1

Ata da primeira reunião ordinária da diretoria do Centro Acadêmico "Instituto de Serviço Social". Aos vinte e seis dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e três, em sua sede social, à Rua Chibinho Bocaiuva número cento e setenta e seis, terceiro andar, reuniu-se, ordinariamente a Diretoria do Centro Acadêmico "Instituto de Serviço Social" contando com o comparecimento dos senhores: Waldemar Job de Oliveira, Eurelio Quasso, Gloriano Ternaus, Renato Mendonça, Menotti Sante Selvaggi e Otto Marques da Silva. Lida e aprovada a ata número três da Assembleia Geral, passou-se, ao empousamento dos membros eleitos para o Conselho Fiscal do Centro, constituído pelos senhores Menotti Sante Selvaggi, aluno do primeiro ano do beltrista; Milton de Pra, aluno do primeiro ano regular; Arthur Camilo Costa do segundo ano e Ramon Eglesias Filho, do terceiro ano, estes dois últimos ausentes. Empousados os membros do Conselho Fiscal, em breve lance o senhor Menotti Sante Selvaggi ofereceu votos de prosperidade para o Centro Acadêmico "Instituto de Serviço Social" oferecendo para pertinova elaboração. A seguir passou-se a leitura e aprovação das posturas de contas da diretoria anterior, ratificadas conforme folha número um (1) do livro Caixa. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, tendo em Renato Mendonça, diretor-secretário, lavrada a presente ata, que foi por mim assinada, pelos senhores Waldemar Job de Oliveira, diretor presidente; Gloriano Ternaus, segundo diretor-secretário; Eurelio Quasso, diretor social, e os membros do Conselho Fiscal

Florianos Gerardo Segundo Secretário

Ata n.º 4

Ata da terceira reunião ordinária da diretoria do Centro Acadêmico "Instituto de Serviço Social" aos vinte e nove do mês de março de mil novecentos e noventa e quatro, em sua sede social, à rua Quintino Bocaiuva, número cento e setenta e seis, terceiro andar, reunião, ordinariamente a diretoria do "Centro Acadêmico "Instituto de Serviço Social" contando com a presença dos senhores, Waldemar Job de Oliveira, Eurelio Quares, Florianos Gerardo, Edésio Borges de Araújo, Renato Mendonça e Menotti Santo Selvaggi. Lida a leitura da ata anterior pela leitura do livro, passando ao exame da pauta do dia, item b) Situação da Tesouraria. O senhor presidente, pelo diretor social Eurelio Quares a prestação de contas das diversas receitas e despesas a fim de preparar um balanço oficial para os associados. O saldo da tesouraria será objeto da próxima reunião. c) Situação da diretoria. O secretário Renato Mendonça foi incumbido pelo presidente de promover um aviso aos associados comunicando-os de acordo com a nova disposição estatutária do Centro Acadêmico "Instituto de Serviço Social", somente para os candidatos e perante os associados quites com a tesouraria. Será também o objeto de apresentação, uma relação do material

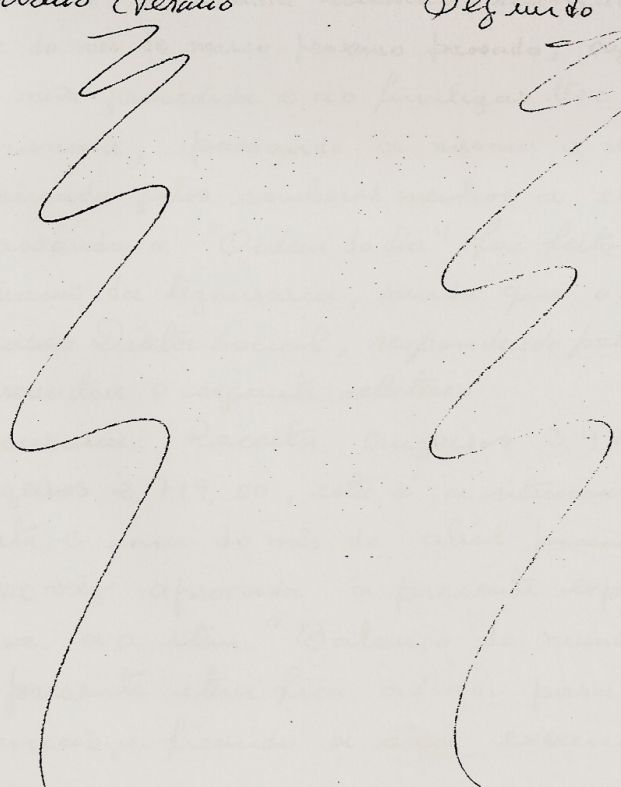
portamento ao Centro. d) Regularização dos Esta-
mentos - O sr. Presidente apresentou aos
presentes que o artº 7º dos Estatutos
do Centro, contém o acréscimo do
seguinte, em seu Capítulo III: "
"Sempre à uma instituição de
caridade." - Foi aprovada por uma
unanimidade dos presentes o acrésci-
mo citado; ficando, porém,
de se apresentar em assembléa
geral para aprovação, e a nome
determinar os tradutores. O
sr. Presidente, ainda no uso da
palavra, não deixou de fazer
presente do dia, próprios, diante
dos officios recebidos do Distric-
to Administrativo do Estado de
Pernambuco, cidade de Recife,
e se uniasse officios as
autoridades do governo federal
e ao Congresso, solicitando
o immediato cumprimento da
lei que regulamentou o curso,
tanto, imminente, na sua
regulamentação, ainda
presente. e) Já no da palavra,
ainda, o sr. Presidente pro-
pôs fosse estendida em
50000 (cinquenta mil) a taxa e recibos do primeiro
semestre do curso assic-
dos. Ficou adida esta dis-

assim. E toda mais, houve
a ser tratado, foi a seguinte
encarada, foi mais, Secreta-
rio que a subscrição e assis-
tuar com os presentes.

~~Julius~~ - Presidente.
Horácio Teramo Segundo Secretário

Comissão Social
Com tempo: fica resolvido que a
presentes da (n.º 4) número quatro,
reque-se a quarta reunião e
no terceiro, conforme estatuto.

~~Julius~~ - Presidente.
Horácio Teramo Diretor Social
Horácio Teramo Segundo Secretário



Ata nº 5

Ata da 5ª reunião ordinária da diretoria do Centro Acadêmico "Instituto de Serviço Social". Aos dez dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e quatro, em sua sede social, à rua Quintino Bocaiuva, número cento e setenta e seis, terceiro andar, reuniram-se, ordinariamente a diretoria do "Centro Acadêmico do Instituto de Serviço Social", contando a mesma com a presença dos senhores: Waldemar Gótz de Oliveira, Euzélio Guasco, Renato Mendonça e Flávio Lacerda e João Braga Rodrigues.

Dando início aos trabalhos precisamente às quatorze horas, o senhor Presidente soltou a leitura da ata referente a última reunião, realizada em vinte e nove do mês de março proximo passado, cuja leitura foi por mim procedida e ao finalizar teve aprovação unânime, passando a mesma a ser devidamente assinada pelos senhores membros a ela presentes.

Passando a "Ordem do dia" foi feita exposição da situação da tesouraria, sendo que o sr. Euzélio Guasco Diretor Social, respondendo pela tesouraria apresentou o seguinte relatório:

Tesouraria: Receita cruzeiros 3.973, Despesas cruzeiros 2.719,50, esta é a situação até o dia trinta e um do mês de abril passado.

Uma vez aprovada a presente exposição, passou-se ao item "Balanço do número de associados"

O presente item fica assinado para próxima reunião, e ficando a sua eleição a cargo

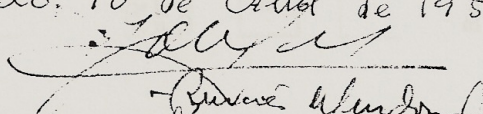
da secretaria.

Dando prosseguimento aos trabalhos foi tratada a questão de Expedição de Ofícios. Fazendo uso da palavra o senhor presidente declarou, que diante da regulamentação oficial dos cursos de serviço social e a sua publicação pela imprensa nacional, tornou-se desnecessário a medida deliberada em reunião anterior. Entretanto deverá ser respondido ao Diretorio Academico de Pernambuco, cidade de Recife a medida tomada. Em continuação aos trabalhos tratou-se do Item Diversos, ficando deliberado pelos diretores presentes iniciar uma campanha destinada a promover a elevação da força academica, como tambem para o maior engrandecimento do Gremio.

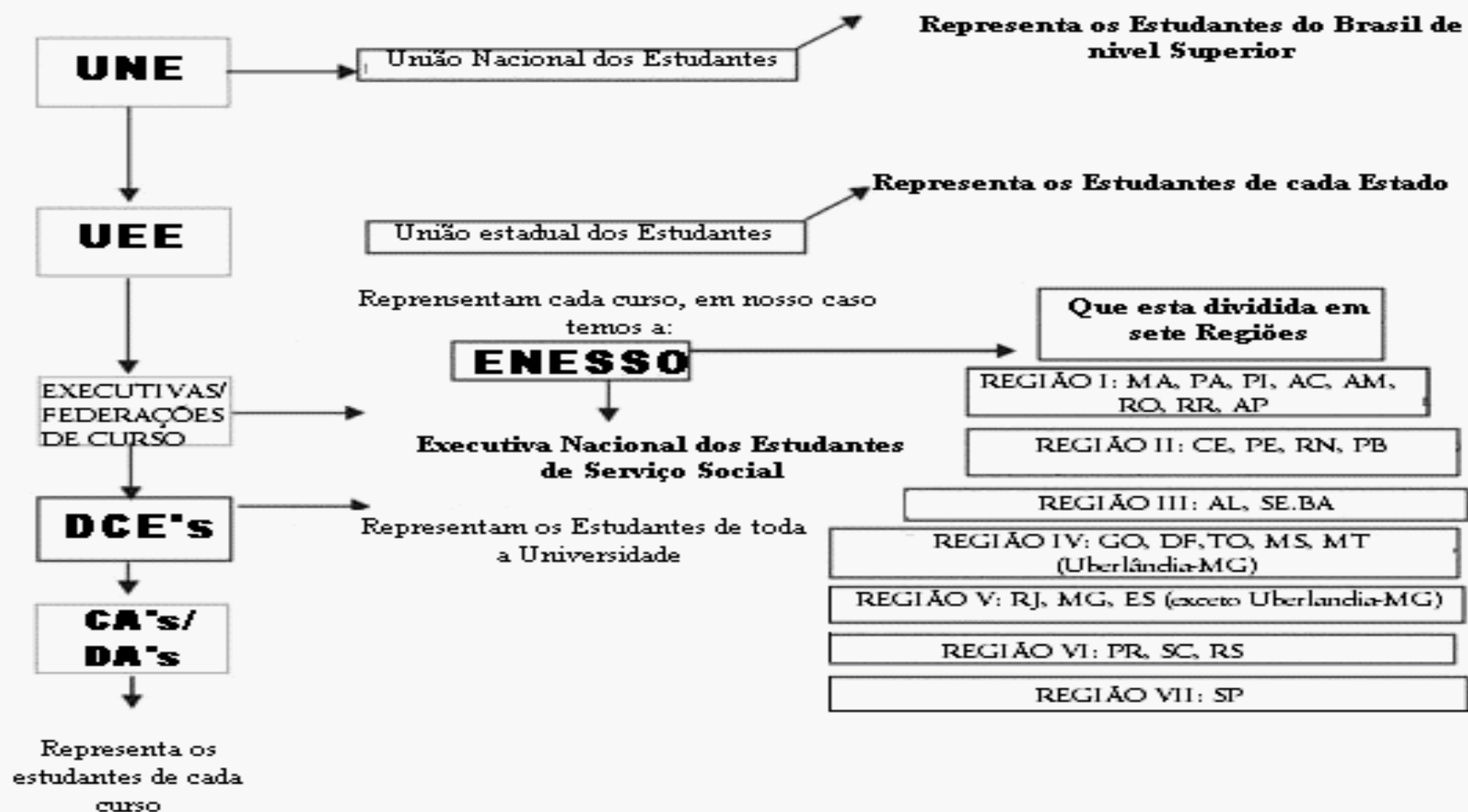
Por outro lado ficou deliberado que a proxima reunião extraordinária da diretoria deverá-se a realizar no dia vinte e seis do corrente mês, e como nada mais houvesse a tratar o senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, precisamente as dezesseis horas. Eu Floriano Gerano Segundo Secretario, escrevi a presente ata; passando a data-la, assinando em conjunto com os demais membros a ela presentes.

São Paulo, 10 de Abril de 1954

Presidente
Primeiro Secretario
Segundo Secretario
Diretor Social


Floriano Gerano
Cunha

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL



Deliberações da ENESSO 2004/2005- XXVI ENESS- Vitória

Formação Profissional

1. Reforçar o projeto ético-político do Serviço Social na nossa formação profissional, expresso nas diretrizes curriculares aprovados em 96 no Código de Ética do Assistente Social, baseado na teoria social crítica e dialética.
2. Reafirmar o princípio de indissociabilidade do tripé do ensino, pesquisa e extensão nas universidades e que a avaliação institucional considere este tripé.
3. Contra os mestrados profissionalizantes (sem tese) e pela gratuidade nos cursos de pós-graduação.
4. Por um movimento de base, comprometido com os estudantes, com a classe trabalhadora e em defesa de um projeto societário e socialista.
5. Articulação com o conjunto CFESS/CRESS, departamentos e colegiados para a construção de uma política de estágio que garanta a qualidade na formação profissional e que priorize a proximidade entre os campos de estágio e universidade.
6. Pela homologação na íntegra das diretrizes curriculares construídas pela ABEPSS por meio do MEC.
7. Fortalecer o papel da representação estudantil em ABEPSS, dialogando com a própria entidade a importância desta. Pela criação de um espaço nos fóruns do MESS e pela criação de uma política financeira para a representação estudantil.
8. Fomentar ao debate acerca dos SINAES na perspectiva de promover a organização dos estudantes frente a esta proposta de avaliação institucional.
9. Participação no VERSUS, desde que seja garantida a autonomia e legitimidade do movimento estudantil apresentado pela executiva de curso e o coletivo de estudantes do MESS que se inscrevem nos diversos espaços de debate acerca da saúde pública no Brasil.
10. Reconhecer a legitimidade do espaço construído pelos estudantes garantindo o debate acerca do conceito ampliado de saúde e a importante contribuição do Serviço Social na consolidação do Sistema Único de Saúde aos moldes da reforma sanitária.
11. Assegurar que as discussões dos VERSUS sejam pautadas junto a outras executivas de curso de saúde na promoção do enfrentamento a violação dos direitos sociais, políticas públicas tendo em vista a construção de uma sociedade justa e igualitária.
12. Garantir que o espaço criado pelo ME que congrega as executivas da área da saúde para que possa debater no espaço do VERSUS as questões acerca da reforma universitária enfrentando a lógica de mercantilização do ensino. Criar mais espaços para o repasse das discussões do VERSUS.
13. Levar a discussão para dentro da universidade coresponsabilizando-a do seu papel de formadora de cidadãos críticos, envolvendo-os além do coletivo de estudantes a sociedade civil na concepção do controle social. Que os CA's e DA', departamentos e colegiados sejam sujeitos ativos desse processo.
14. Que a ENESSO combata em conjunto com a ABEPSS, CFESS/CRESS a abertura de cursos de Serviço Social que não sejam pautados nas leis de regulamentação da profissão.
15. Estudar m modelo de avaliação Institucional adequado ao curso de Serviço Social, propondo a avaliação institucional antes da avaliação dirigida ao corpo discente. Discutir como serão encampadas as lutas acerca da Avaliação Institucional proposta pelo governo.
16. Fortalecer a articulação entre as entidades ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Reforçar o projeto ético - político do Serviço Social na nossa formação profissional, expresso nas diretrizes curriculares aprovados em 96 no Código de Ética do Assistente Social, baseado na teoria social crítica e dialética.
2. Reafirmar o princípio de indissociabilidade do tripé do ensino, pesquisa e extensão nas universidades e que a avaliação institucional considere este tripé.
3. Contra os mestrados profissionalizantes (sem tese) e pela gratuidade nos cursos de pós-graduação.
4. Por um movimento de base, comprometido com os estudantes, com a classe trabalhadora e em defesa de um projeto societário e socialista.
5. Articulação com o conjunto CFESS/CRESS, departamentos e colegiados para a construção de uma política de estágio que garanta a qualidade na formação profissional e que priorize a proximidade entre os campos de estágio e universidade.
6. Pela homologação na íntegra das diretrizes curriculares construídas pela ABEPSS por meio do MEC.
7. Fortalecer o papel da representação estudantil em ABEPSS, dialogando com a própria entidade a importância desta. Pela criação de um espaço nos fóruns do MESS e pela criação de uma política financeira para a representação estudantil.
8. Fomentar ao debate acerca dos SINAES na perspectiva de promover a organização dos estudantes frente a esta proposta de avaliação institucional.
9. Pelo fortalecimento da luta contra o Ato Médico.
10. Pelo amplo debate acerca da implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
11. Reafirmar a parceria com demais entidades de Serviço Social da América Latina.
12. Que a ENESSO se articule com demais executivas de curso da área de saúde para debater uma concepção curricular a partir do conceito ampliado de saúde.

2. Que a ENESSO saia do VER-SUS entendendo as diversas falhas dentro desses dois de execução do projeto, a falta de autonomia do Movimento Estudantil diante do Ministério da Saúde, contra a verticalização de adequar o VER-SUS ao ENEC.
3. Que a ENESSO não se afaste das discussões e dos coletivos de saúde construídos por estudantes dessa área durante todo o processo do VER-SUS; assim como discutir os Pólos de Educação Permanente, a articulação com a ANEPS (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde) e demais setores que lutam pela concretização da saúde como um direito universal assegurado na Constituição Brasileira de 1988.

15. Que a ENESSO combata em conjunto com a ABEPSS, CFESS/CRESS a abertura de cursos de Serviço Social que não sejam pautados nas leis de regulamentação da profissão.
16. Aprofundar a discussão sobre um modelo de avaliação Institucional adequado ao curso de Serviço Social, em parceria com a ABEPSS e conjunto CFESS/CRESS.
16. Fortalecer a articulação entre as entidades ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO.
17. Reafirmar a importância da pesquisa no Serviço Social, na defesa nos cursos de graduação e pelo fim dos cursos profissionalizantes.
18. Defesa do tripé ensino, pesquisa e extensão.
19. Articulação das entidades da categoria profissional na defesa do projeto ético-político profissional.
20. Pela realização de um seminário nacional com as entidades representativas da categoria a fim de debater os rebatimentos da reforma universitária na nossa formação profissional.
21. Que a ENESSO participe juntamente com a ABEPSS docente e discente de pesquisa para verificar a implementação das nossas diretrizes curriculares.
22. Pela reafirmação da importância da representação discente em ABEPSS, esta como uma parceira da ENESSO na luta pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, aprovadas no XXVIII ENESS – Palmas/TO 16 a 21 de julho de 2006.

FORMAÇÃO PROFISIONAL:

1. Reforçar o projeto ético-político do s.s na nossa formação profissional, expresso nas Diretrizes Curriculares, aprovadas em 1996 pela categoria, e no Código de Ética do Assistente Social, baseado na teoria social crítica e dialética.
2. Defesa intransigente do projeto Ético-político do Serviço Social.
3. Contra os mestrados profissionalizantes e pela gratuidade nos cursos de pós-graduação.
4. Articulação com o conjunto CFESS/CRESS e com a ABEPSS, departamentos e colegiados para a construção de uma política de estágio que garanta a qualidade na formação profissional e que priorize a proximidade entre os campos de estágio e universidade.
5. Pela homologação na íntegra das Diretrizes Curriculares construídas pela ABEPSS por meio do Conselho Nacional de Educação – CNE.
6. Fomentar ao debate acerca do SINAES na perspectiva de promover a organização dos estudantes pelo boicote dessa proposta de avaliação institucional.
7. Pelo fortalecimento da luta contra o Ato Médico. Pela ampliação dos espaços de discussão.
8. Defendemos os SNFPMESS e SRFPMESS, como espaços de contribuição importante para valorizar e exercer o papel de protagonico no estímulo e na apresentação das pesquisas e trabalhos dos estudantes de s.s do Brasil, diversificando o m.e. numa pratica diferente na formação e na ampliação da nossa própria participação.
9. Contra o SINAES. Por uma nova forma de avaliação que seja construída entre docentes, discentes e representação da categoria.
10. Que os SRFPMESS tenha como eixo central o debate dos 70 anos do curso de s.s. e se subdivida em 3 subtemas: 60 anos de ABEPSS, 10 anos de D.C. e políticas de estágio.
11. Estimular a criação de espaços onde a formação profissional possa ser discutida por docentes, discentes e representações da categoria.
12. Que a ENESSO fortaleça a luta contra o exame de proficiência.
13. Lutar junto aos estudantes das escolas que não são filiadas a ABEPSS para que as mesmas se filiem e implementem as D.C. da mesma.
14. Incentivar nas unidades de ensino a implementação das D.C. da ABEPSS.
15. Realizar avaliação dos currículos implementados.
16. Fortalecer o tripé da educação – ensino, pesquisa e extensão.
17. Que a ENESSO dê continuidade à participação juntamente com a ABEPSS docente e discente da pesquisa para verificar a implementação das nossas D.C.



GESTÃO: “OUSAR E UNIR” - 07/08

“Utopias são tipos ideais regulatórios, irreais, inexistentes, porém úteis como bússolas, que nos ajudam a descobrir para onde apontar nossos desejos.” MV BILL, Cabeça de Porco, 2005

Conjuntura

1. Aprofundamento do debate no MESS sobre projeto socialista de sociedade.
2. Intensificar a luta contra a política neoliberal, pela defesa intransigente das políticas sociais universalizantes.
3. Pelo fim da lei de responsabilidade fiscal recomendada pelo FMI, que impede aos governos atender as necessidades da população como saúde, habitação, educação pelo reajuste salarial dos trabalhadores. Em defesa dos servidores públicos.
4. Em defesa da Reforma Urbana.
5. Contra a ALCA, pela construção de uma alternativa soberana de integração para a América Latina que atenda aos interesses da classe trabalhadora.
6. Pela integração soberana dos países Latino Americano contra o Imperialismo.
7. Apoio a luta do povo boliviano na nacionalização das reservas naturais de Gás na Bolívia. Petrobrás 100% nacional.
8. Contra o processo de leilão dos postos de petróleo da PETROBRÁS.
9. Pela reestatização da vale do rio doce. E que a ENESSO construa junto com outros movimentos sociais o plebiscito pela anulação do leilão da vale do rio doce, sendo participante ativa nesse processo.
10. Defesa da autonomia e soberania do Brasil, propondo a ruptura imediata com o FMI, Banco Mundial e outros organismos financeiros internacionais. Não ao pagamento da dívida externa e interna. Apoio e participação à campanha organizada pela CONLUTAS e de outras entidades.
11. Organizar debates através de fóruns, mesas redondas, assembléias, etc, sobre conjuntura e dívida externa e interna.
12. Que a ENESSO não apóie nenhuma candidatura e a qualquer governo na democracia burguesa, e sim apóie os movimentos sociais e classes trabalhadoras em busca das transformações sociais e ao comunismo.
13. Devido o caráter neoliberal do Governo Lula as reformas e medidas que atacam os direitos dos trabalhadores, da juventude, do povo pobre, defendemos que a ENESSO se posicione no campo de oposição de esquerda ao Governo Lula e a todos os governos neoliberais, traçando estratégias de enfrentamento a esses.
14. Contra a guerra imperialista: pela retirada imediata das tropas norte-americanas do Iraque e brasileira do Haiti.
15. Que a ENESSO se posicione contra a política econômica do governo lula, pois esta privilegia o lucro dos banqueiros e grandes empresários, em detrimento da classe trabalhadora e da juventude.
16. Contra toda corrupção e pela punição de todos os culpados, e pela cassação de Renan Calheiros. em favor de uma legislação sem privilégios como renúncia de cargo e outros recursos.

17. Viva a revolução bolivariana. Todo apoio à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da América Latina.
18. Contra a política e as reformas do governo lula: previdenciária, tributária, sindical, universitária e trabalhista, assim como todas suas facetas.
19. Apresentar uma plataforma de luta, em torno dos movimentos sociais, unificando a luta entre os estudantes e trabalhadores.
20. Que a ENESSO possa encampar e participar das lutas pela anulação da reforma da previdência.
21. Defesa da autonomia e independência total, inclusive política e financeira dos movimentos sociais, frente ao governo, organizações e/ou partidos políticos, entendendo que autonomia não é neutralidade.
22. Levantar as bandeiras contra apropriações que são feitas na Amazônia pelo capital estrangeiro e nacional, que hoje são também estimuladas pelo PAC.
23. Defesa da proposta de reforma agrária do MST e demais movimentos populares do campo. pela revogação da MP de ocupação de terras de FHC. reforma agrária já! por um Brasil sem latifúndios e contra os latifundiários em qualquer instância do poder.
24. Em defesa do território indígena. contra as monoculturas predatórias e conseqüentemente expansão do deserto verde. Fora a Aracruz celulose!!! em defesa dos territórios quilombola urbano e rural.
25. Pela participação da enesso na marcha e de outras chamadas sindicais.
26. Todo apoio à greve dos trabalhadores
27. Contra a redução da maioria penal.
28. Pela interrupção imediata das obras de transposição do rio São Francisco e em defesa de sua revitalização. Que a ENESSO componha os espaços de luta contrários a transposição do rio São Francisco, e fortaleça seu debate.
29. Contra o ataque ao direito de greve dos trabalhadores e todo apoio às greves dos servidores público federais, por melhores condições de trabalho, e que lutem contra a retirada de direitos trabalhistas.
30. Contra a obrigação dos servidores de serem regidos pela CLT.
31. Todo o apoio a luta dos controladores de voo, pela garantia de direitos de organização dos trabalhadores deste setor e ao atendimento às suas reivindicações.
32. Contra os ataques na saúde tais como: as privatizações e os projetos de fundações estatais de direito privado. Em defesa de uma saúde universal e de qualidade!
33. Contra toda política de segurança que expressa a criminalização da pobreza!
34. Que a ENESSO participe do fórum nacional de mobilização contra as reformas neoliberais do governo lula!
35. Contra a criminalização das manifestações e dos movimentos sociais na mídia.
36. Que a ENESSO participe e aprofunde o debate acerca da assembléia popular: mutirão pelo Brasil.
37. Por um Brasil livre dos transgênicos. Pela revogação imediata da CTNBIO.
38. Não ao PAC. Contra o congelamento de salários dos servidores, as usinas termoeletricas e os desmatamentos e remoção das comunidades promovidos por este programa.
39. Contra a criminalização da pobreza. em defesa dos direitos humanos. Contra o caveirão, utilizados contra as comunidades das favelas do rio de janeiro.
40. Defesa do salário mínimo do DIEESE.
42. Contra o deserto verde. Nossas florestas não podem virar eucalipto.

Cultura

1. Participação em todos os ENUDS - Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e outros espaços de atuação política (Marcha Mundial da Mulheres, Encontro de Mulheres Estudantes da UNE - EME, Rede Feminista de Saúde, CFEMEA, Fazendo Gênero e seminários promovidos pela associação brasileira GLBT)
2. Participação no Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE e do Encontro Nacional de estudantes negros e negras e cotistas da UNE.
3. Fomentar a participação em Fóruns locais do Movimento Negro e de Mulheres.
4. Contra violência sexista/machista e homofóbica por uma discussão e atuação sobre gênero que leva a compreensão da totalidade de um sistema perverso que oprime mulheres e homens.
5. Apoio a uma política de habitação para as mulheres vítimas de violência doméstica.

6. Pela participação e apoio ao PL 1135/91 na votação do Congresso em Brasília. Que as mulheres possam decidir pelo seu próprio corpo, e que o Estado garanta o direito de poder escolher sequer ou não fazer um aborto.
7. Que a ENESSO juntamente com C.A. 's e D.A.' s fomente o debate acerca da DESCRIMINALIZAÇÃO E legalização do aborto.
8. Aprofundar o debate sobre planejamento familiar que atenda as políticas públicas de atenção básica.
9. Contra a internacionalização da Floresta Amazônica, contra os transgênicos e pelo compromisso irrestrito com as gerações futuras, em defesa da preservação ao meio ambiente.
10. Defesa da universalidade pública para negros, índios, estudantes com necessidades educacionais especiais deficientes físicos e de escolas públicas, associada a reformulação do ensino público.
11. Garantia nos fóruns do MESS de um espaço ampliado para fomento da discussão de raça, etnia, sexualidade e gênero E DEFICIENCIA, uma vez que merece maior aprofundamento. Estimular a participação nos coletivos de raça, etnia, sexualidade, gênero e deficiência.
12. Pela promoção e discussão sobre a TV digital e que a ENESSO fomente as discussões e participe das audiências públicas acerca da TV digital. Pela democratização dos meios de comunicação Já!
13. Promover a discussão sobre a regulamentação dos (as) profissionais do sexo.
14. Contra a cultura imperialista, pela defesa de uma cultura popular como um dos instrumentos de transformação social.
15. Articulação da ENESSO - enquanto papel estratégico na luta de classe - com outros movimentos sociais e culturais na construção de uma contra cultura e contra valores para uma nova sociedade.
16. Que a ENESSO fomente o debate e defenda a descriminalização da maconha.
17. Que a ENESSO defenda cotas para negros e deficientes, assistência estudantil com vistas para universalização do ensino superior público.
18. Que a ENESSO apóie a expansão das rádios comunitária como estratégia de emancipação social e exercício da cidadania das classes desfavorecidas.
19. Apoio e mobilização a favor do PL que torne obrigatório o Serviço Social. nas escolas públicas, pela inclusão do Serviço Social na educação.
20. Que a ENESSO encampe a defesa do PL 5003/02, em favor da criminalização da homofobia.
21. Que a ENESSO defenda a campanha do CFESS/CRESS : "O AMOR FALA TODAS AS LINGUAS" e aprofunde a discussão sobre essa temática.
22. Por políticas públicas que viabilizem o cumprimento do estatuto do idoso.
23. Por políticas voltadas para o povo indígena e quilombola que ampliem assistência a esse setor.
24. Por um fortalecimento da democracia e dos espaços de decisão dos povos indígenas.
25. Que a ENESSO encampe a campanha brasileira do "laço branco", homens pelo fim da violência contra a mulher.
26. Pelas políticas públicas para as mulheres que garantam os direitos sexuais e reprodutivos.
27. Criação de creches gratuitas em todas as universidades. Defesa da criação de vagas nas moradias estudantis para estudantes mães e seus filhos e filhas.
28. Contra a todas as formas de violência (sexual, psicológica, doméstica) que o Estado garanta uma rede de proteção para proteger as mulheres destes tipos de violência.
29. A necessidade de maior regionalização da produção cultural através da democratização e descentralização da distribuição dos recursos, de modo que os pequenos artistas, as comunidades, os grupos culturais e étnicos, que vem sendo marginalizados, tenham espaço para mostrar sua arte que é a expressão da sua forma de viver e de ver o mundo.
30. Apoio ao movimento da luta antimanicomial. Pelo fim dos manicômios, em defesa da reforma psiquiátrica que prime por uma política de ressocialização das pessoas com transtornos mentais.
31. Apoio e participação nos movimentos de organização política GLBT. Construção e participação nos movimentos GLBT universitários e nas paradas pela diversidade sexual.- PPDS. Contra a banalização e pela politização desses espaços. Pela livre orientação e expressão sexual como exercício de cidadania.
32. Em defesa da preservação ao meio ambiente.
33. Valorização da cultura local, estadual e regional nos fóruns do MESS. Promoção de noites culturais nos encontros do MESS que prime pela propagação de culturas e expressões artística da região sede do encontro, bem como das escolas presentes.
34. Pela socialização da garantia dos direitos do idoso, divulgação, respeito e cumprimento de seu estatuto.
35. Buscar pela transformação societária, em defesa de uma sociedade igualitária sem distinção de raça, gênero, etnia, orientação sexual, deficiência e/ou classista. Pelo fim da discriminação.
36. Em defesa e fortalecimento da cultura local como meio de nos apropriarmos da nossa história e resgatarmos a identidade cultural do nosso povo. Por uma cultura livre da intervenção política ideológica capitalista. Contra a massificação da cultura, vinculadas pela mídia, em defesa e fortalecimento das culturas locais.
37. Estimular e promover debates a cerca da cultura popular x cultura de massa nos fóruns do MESS e a participação dos estudantes em espaços que discutam a mesma temática.
38. A defesa do povo indígena e quilombola (urbana e rural) e a valorização de suas culturas.

39. Respeitar a diversidade cultural dos diversos povos.
40. Não à criminalização dos movimentos sociais imposta pelos diversos meios de comunicação da classe dominante que tenta desqualificar os movimentos de luta.
41. Promover a construção de uma nova cultura dos profissionais da área junto aos movimentos sociais que discutem a temática de gênero, buscando igualdade social, econômica e política entre homens e mulheres.
42. Discutir a questão de gênero, inserida no dinamismo das relações sociais, políticas e econômicas da sociedade capitalista.
43. Pelo cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).
44. Articular com movimentos populares como o MST, movimento HIP HOP, movimento feminista e a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas em educação Popular em saúde (ANEPS) para debater cultura popular.
45. Pressionar para aplicação da legislação já existente sobre deficiência e transtorno mental.
46. Que a ENESSO participe dos espaços de luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.
47. Que a ENESSO se posicione contra grupos homofóbicos, facistas, racistas, sexistas e qualquer outra forma de opressão.

Formação Profissional

1. Reforçar e defender o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social na nossa formação profissional, expresso nas Diretrizes Curriculares, aprovadas em 1996 pela categoria, e no Código de Ética do Assistente Social, baseado na teoria social crítica e dialética.
2. Defesa intransigente do projeto Ético-político hegemônico do Serviço Social.
3. Contra os mestrados profissionalizantes e pela gratuidade nos cursos de pós-graduação.
4. Articulação com o conjunto CFESS/CRESS e com a ABEPSS, departamentos e colegiados para a construção de uma política de estágio que garanta a qualidade na formação profissional, reforçando a função das mesmas e que priorize a proximidade entre os campos de estágio e Universidade.
5. Que o Conselho Nacional de Educação – CNE homologue na íntegra as Diretrizes Curriculares construídas pela ABEPSS.
6. Fomentar ao debate acerca do SINAES na perspectiva de promover a organização dos estudantes pelo boicote dessa proposta de avaliação institucional.
7. Pelo fortalecimento da luta contra o Ato Médico. Pela ampliação dos espaços de discussão.
8. Defendemos os SNFPMESS e SRFPMESS, como espaços de contribuição importante para valorizar e exercer o papel de protagonista no estímulo e na apresentação das pesquisas e trabalhos dos estudantes de S.S. do Brasil, diversificando o M.E. numa prática diferente na formação e na ampliação da nossa própria participação.
9. Contra o SINAES. Por uma nova forma de avaliação que seja construída entre docentes, discentes e representação da categoria.
10. Que no SNFPMESS garanta-se o espaço para divulgação dos resultados preliminares da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares realizado pela ABEPSS.
11. Estimular a criação de espaços onde a formação profissional possa ser discutida por docentes, discentes e representações da categoria.
12. Que a ENESSO e a representação discente em ABEPSS fortaleça a luta contra o exame de proficiência. nas escolas e no encontro do conjunto CFESS/CRESS garantindo a sua participação em todo momento no encontro.
13. Lutar junto aos estudantes das escolas que não são filiadas a ABEPSS para que as mesmas se filiem e implementem as diretrizes curriculares da mesma.
14. Incentivar nas unidades de ensino a implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS.
15. Realizar avaliação dos currículos implementados. Enfatizar e apoiar a avaliação dos currículos implementados pelas unidades públicas e particulares de ensino superior.
16. Fortalecer o tripé da educação - ensino, pesquisa e extensão.
17. Que a ENESSO dê continuidade à participação juntamente com a ABEPSS docente e discente da pesquisa para verificar a implementação das nossas diretrizes curriculares com ênfase na participação democrática discente na avaliação dos currículos implementados junto a ABEPSS.

18. Fortalecer o papel da representação estudantil em ABEPSS, dialogando com a própria entidade a importância desta. Pela criação de um espaço nos fóruns do MESS e pela criação de uma política financeira para a representação estudantil.
19. Pelo amplo debate acerca da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a contribuição dos estudantes de Serviço Social nos conselhos de assistência social.
20. Reafirmar a parceria com demais entidades de Serviço Social da América Latina.
21. Que a ENESSO se articule com demais executivas de curso da área de saúde para debater uma concepção curricular a partir do conceito ampliado de saúde.
22. Que a ENESSO não se afaste das discussões e dos coletivos de saúde construídos por estudantes dessa área durante todo o processo do VER-SUS; assim como discutir os Pólos de Educação Permanente, a articulação com a ANEPS (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde e FNEPAS - Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde) e demais setores que lutam pela concretização da saúde como um direito universal assegurado na Constituição Brasileira de 1988.
23. Que a ENESSO combata em conjunto com a ABEPSS, CFESS/CRESS a abertura de cursos de Serviço Social que não sejam pautados nas leis de regulamentação da profissão.
24. Aprofundar a discussão sobre um modelo de avaliação Institucional adequado ao curso de Serviço Social, em parceria com a ABEPSS e conjunto CFESS/CRESS.
25. Fortalecer a articulação entre as entidades ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO.
26. Reafirmar a importância da pesquisa no Serviço Social, na defesa dos cursos de graduação e pelo fim dos cursos profissionalizantes.
27. Pela realização de um seminário nacional com as entidades representativas da categoria a fim de debater os rebatimentos da reforma universitária na nossa formação profissional.
28. Pela reafirmação da importância da representação discente em ABEPSS, esta como uma parceira da ENESSO na luta pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade.
29. Que a ENESSO e as representações discentes em ABEPSS fomentem a importância da participação estudantil no fórum de supervisores.
30. Defender o estágio como espaço de ensino aprendizagem indispensável a formação profissional denunciando toda e qualquer situação que fira as diretrizes curriculares da ABEPSS, código de ética e lei de regulamentação da profissão.
31. Criar espaços de debates com supervisores de campo, acadêmicos e discentes, sobre o cotidiano profissional, objetivando a relação das três dimensões formativas (teórico-metodológicos, técnico-operativa e ético-político), materializando o projeto político profissional do Serviço Social.
32. Fomentar nos órgãos competentes a criação de resolução que normatizem carga horária mínima e máxima de estágio no cuidado de que não seja utilizado como força de trabalho barato.
33. Contribuir, na fiscalização, com conjunto CFESS/CRESS denunciando os cursos de ensino presenciais, semi-presenciais e à distância quando não respeitarem os documentos que direcionam a formação profissional.
34. Que a ENESSO realize caravanas para o encontro nacional do conjunto CFESS/CRESS, caso não seja garantido a participação dos representantes estudantis.
35. Que a ENESSO fomente a discussão a cerca do sindicato dos assistentes sociais e dos sindicatos por ramo de atividades.
36. Que a ENESSO se integre na luta em favor de políticas de estágios qualificados aos finais de semana, tendo em vista a realidade dos estudantes de serviço social.
37. Pelo fim dos cursos profissionalizantes, uma vez que não contemplam a implementação das diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS e do perfil profissional que esta propõe.
38. Promoção de debates integrando os estudantes de serviço social na participação dos fóruns da saúde mental e de outras áreas de atuação da profissão.

Movimento Estudantil

Obs.: Por aclamação foi deliberado na plenária de Movimento Estudantil, dia 19/07/07 às 18:09, que as deliberações sobre o eixo de Movimento Estudantil do MESS aprovadas no XXVIII ENESS seriam mantidas como bandeiras de luta a fim de nortear as ações da ENESSO até o XXX ENESS.

1. Que a ENESSO reconheça a UNE, sem negar a sua expressão na vida política do país, enquanto entidade reconhecida pelos movimentos sociais, porém exigindo e lutando pela democratização de sua direção, desde que essa lute contra a reforma universitária.
2. Que a ENESSO exija e lute pela redemocratização da direção da UNE e que estes respeitem os fóruns deliberativos da base.
3. Que a ENESSO e a UNE assumam o caráter classista se posicionando diante das lutas da classe trabalhadora.
4. No próximo ano haverá revisão do estatuto, que a ENESSO fomente o debate acerca das formas de eleição.
5. Que a ENESSO fomente debate da CONLUTE na medida em que esta se apresenta como um espaço de luta contra a reforma universitária.
6. Fomentar o debate e a participação da CONLUTE nos fóruns do mess, desde que seja deliberado nos fóruns a sua presença.
7. Aprofundar o debate acerca da relação do ENADE, do boicote promovido pelo s.s. e os rebatimentos nos financiamentos estudantis.
8. Que a ENESSO junto com os C.A.'s e D.A.'s estimulem a criação e a participação em espaços de luta contra a reforma e pelo veto do projeto de lei da reforma no congresso.
9. Estabelecer ação conjunta com diversos seguimentos ligados ao ensino a fim de desenvolver novas formas de enfrentamento as contra reformas governistas prejudiciais aos estudantes de um modo geral.
10. Que a ENESSO c.a's e d.a's de s.s. puxem coletivos de boicote ao ENADE em suas cidades com outros curso, em especial em que naquele ano estão fazendo avaliação.
11. Que a representação discente ABEPSS nacional e regional atue com o coletivo por meio de instrumentos de socialização das informações e democratização das informações.
12. Que a ENESSO oriente ao c.a's e d.a's de s.s a criarem e-mails da entidade de base e forneça esses e-mail no site da ENESSO e que a mesma atualiza trimestralmente.
13. Que a ENESSO participe do grito dos excluídos.
14. Aprofundar o debate sobre filantropia.
15. Apontar a construção do calendário de luta da ENESSO a ser desenvolvido com outras executivas de cursos (no fórum de executivas).
16. Que a ENESSO promova uma campanha de esclarecimento e incentivo da necessidade do pagamento da anuidade da ENESSO, bem como articule junto aos CA's e DA's alternativas de políticas financeiras para o mesmo.
17. Que a ENESSO se articule com as demais executivas de curso e outras áreas de atuação do s.s. a fim de enriquecer os debates acerca destas áreas.
18. Aprofundar o debate sobre o ato medico, e socializar as informações sobre o andamento da PL.
19. Fomentar a discussão sobre a importância dos movimentos sociais e partidos políticos, enquanto instrumentos de luta da classe trabalhadora para a transformação societária.
20. Mobilizar os(as) estudantes para conhecer e participar do MESS.
21. Estimular os C.A's e D.A's para criarem coletivos de discussão como gênero, diversidade sexual, questão racial.
22. Defesa da unidade da ENESSO com as representações estudantis em ABEPSS, reafirmando a sua participação na estrutura do MESS, firmando uma parceria estratégica de intervenção dos (as) estudantes nas diretrizes curriculares e na formação profissional.
23. Defesa do fortalecimento do secretário de escola dentro das universidades, visando uma ampliação e maiores contatos com a ENESSO e com os movimentos da área.
24. Uma ENESSO dirigente, autônoma, de base, reivindicatória, combativa e de luta. Comprometida com os estudantes em defesa do Projeto ético-político-profissional.
25. Por uma articulação ENESSO e escola mobilizando as bases, fomentando as lutas e socializando as informações.
26. Por um movimento estudantil, comprometido com a classe trabalhadora e em defesa de um projeto societário socialista.
27. Articulação do MESS com outros movimentos sociais combativos, fomentando debate acerca da vivência e estágios nos movimentos sociais.
28. Incentivar nas escolas a criação e/ou reabertura de Ca's, DA's e também a participação no movimento geral junto os DCE's e UEE's comprometidos com a luta e com maior articulação entre os mesmos para o fortalecimento do M.E.
29. Que a direção majoritária da UNE não fale em nome dos estudantes de Serviço Social no que tange ao processo da reforma universitária.
30. Fomentar dentro das escolas a importância dos encontros locais, regionais e nacionais buscando debater sobre a estrutura dos mesmos, procurando caminhos para maior participação dos estudantes e possíveis modificações que não venham contra o estatuto e as deliberações do ENESS, mas contribuam para a construção do MESS.
31. Pela fomentação do debate acerca de políticas afirmativas nos fóruns do MESS.

32. Ser contra o divisionismo do Movimento Estudantil e dos espaços que se configurem como criação de entidades paralelas, que não ajudam construir o movimento estudantil e apenas enfraquece as nossa lutas.

Universidade

1. Por uma política de universalização do acesso à universidade pública que vise o fim do vestibular. Expansão e ampliação das vagas nas universidades públicas, fim das taxas, campanha em defesa do ensino público gratuito, laico, de qualidade, presencial, para todas e todos em todos os níveis, refutando a proposta do reuni e o atual processo de interiorização das ifes, por acreditarmos que esses não atendem a essas reivindicações.
2. Pela criação e ampliação de cursos noturnos que possibilitem condições de estudo, sem comprometer a qualidade da formação profissional.
3. Contra a abertura e fechamento arbitrário de cursos de Serviço Social pelo MEC e maior fiscalização pelo mec e acompanhamento da abepss e do conjunto cfess/ cress afim de aprofundar o debate a cerca da implementação das diretrizes curriculares, garantindo o cumprimento das mesmas.
4. Transferir os estudantes PROUNI das IES privadas para as IES públicas através do mesmo método. Assim visando o fim do investimento público em escolas privadas.
5. Desenvolver mecanismos para debater o PROUNI com estudantes das IES privadas.
6. Que a ENESSO seja contra o PROUNI em defesa dos estudantes e que esse debate seja privilegiado nos fórum de discussão do MESS. Pela redução das mensalidades e pela garantia da matrícula dos inadimplentes.
7. Priorizar a discussão da Reforma Universitária junto com a Formação Profissional, para facilitar a mobilização dos e das estudantes e a compreensão das conseqüências e causas da reforma universitária. Contra essa reforma de viés neoliberal.
8. Mais verbas públicas para as universidades públicas.
9. Que a ENESSO fomente o debate e o caráter do CONLUTE e suas campanhas.
10. Debate das propostas de Reforma Universitária da ANDES, FASUBRA, PNE, UNE e outros. Que a ENESSO inicie, junto com outras entidades, a luta pelas bandeiras históricas do movimento de Educação (Derrubada do Veto do PNE, 7% do PIB para educação, paridades nas eleições para reitor, DRU, proibição do capital privado nas IES públicas).
11. Que a ENESSO não dispute o ante projeto no congresso se posicionando contrariamente à Reforma Universitária que expressa a mercantilização do ensino. Combatendo por meio da Formação Política e do fortalecimento dos CA's, DA's e DCE's e incentivando alianças com CA's de outros cursos nas universidades, nos municípios etc. E com as entidades combativas que também se colocam efetivamente contra a Reforma Neoliberal do Ensino Superior.
12. Que a ENESSO se articule com outros movimentos sociais para a construção de uma contra proposta de Reforma Universitária, em defesa de uma educação pública, laica, popular, democrática e de qualidade.
13. Defesa e debate do projeto de reforma universitária do ANDES e FASUBRA.
14. Pela retirada e substituição do Projeto da Reforma Universitária do Governo, pelos dos Movimentos em defesa da Educação.
15. Pela revogação dos aspectos da reforma Universitária aprovados pelo congresso do mensalão e por decreto (PPP, REUNI, Lei de Inovação Tecnológica, ENADE/ SINAES, Decreto de Fundações Privadas, Universidade Nova).
16. Que os estudantes estejam articulados encampando os debates puxados pelos CA's, DA's nas universidades e fóruns do MESS.
17. Que a ENESSO continue lutando contra o a reforma universitária.
18. Buscar dialogar com outros Movimentos Sociais, como a Via Campesina, o movimento nacional de Articulação da Educação Popular em Saúde, para unir forças na luta POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA LAICA E DE QUALIDADE.
19. O CA's e DA's criem espaços, como oficinas, mini-cursos, colóquio para debater a Reforma Universitária e as implicações na formação profissional.
20. Em defesa do ensino público gratuito, democrático, presencial qualidade, comprometido com os interesses dos trabalhadores e segmentos populares.

21. Contra o projeto de autonomia universitária do MEC, pela auto-aplicabilidade do art. 207 da CF/1988.
22. Contra a abertura de cursos seqüenciais e cursos a longa distância das universidades públicas e privadas.
23. Defesa da paridade nos órgãos colegiados e comissões nas universidades.
24. Construção de uma diretriz nacional de política de assistência ao estudante. Nas universidades públicas, financiada por recursos públicos; nas universidades particulares, pelas próprias universidades.
25. Garantia da rubrica específica para assistência estudantil em defesa de 14% na lei orçamentária anual (loa) da educação. e que a enesso lute para ampliação dessa no orçamento de 2008.
26. Contra o sucateamento, privatização, terceirização e cobrança de taxas e mensalidades nas universidades públicas, mais verbas para as mesmas.
27. Por mais contratação de professores em regime jurídico único e concurso público para docentes e técnico-administrativos, contra a contratação e de professores substitutos e da substituição docente por pós-graduandos.
28. Pela revogação da lei de desvinculação das receitas da união/ dru que retira recursos da educação para o superavit primário.
29. Desenvolver formas de contemplar todas as necessidades para garantir o tripé ensino, pesquisa e extensão para que se incorpore efetivamente o projeto Ético Político na Formação Profissional do assistente social.
30. Contra os cortes das bolsas de pesquisa e extensão. Luta pelo aumento de bolsas CAPES, CNPq, PIBIC e fundos de amparo à pesquisa e ensino; Pela institucionalização do programa de educação tutorial (PET).
31. Contra os cursos e especializações pagos na universidade pública. Em defesa dos mestrados acadêmicos (com dissertação), com os mestrados profissionalizantes. Pela garantia de expansão das bolsas CAPES, CNPq, bolsas estaduais e de iniciação científica.
32. Pela implantação de políticas afirmativas (negros, índios, quilombolas e pessoas com necessidades especiais) e fomentando o debate nas IES.
33. Contra o Anteprojeto da Reforma do Ensino Superior. Em defesa de um plano emergencial de educação para as IFES.
34. Luta pelo passe livre em todo o território nacional para os estudantes e trabalhadores desempregados.
35. Buscar o apoio das universidades as Atividades Estudantis (Fóruns Estudantis)
36. Reafirmar a luta contra o exame de ordem, não podemos punir os estudantes pelas más condições de ensino, e sim responsabilizar para que o Estado regulamente o ensino privado.
37. Diferenciação dos princípios da avaliação para o ensino público do ensino privado com a exigência de um padrão único de qualidade. Ensino público, o Estado tem a obrigação de investir para ampliar a qualidade, no pago, deve exigir que a universidade por si só melhore.
38. Campanha em defesa da gratuidade do ensino. Fim das taxas. Em defesa do ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade social para todos os níveis e pós-graduação.
39. Pela revogação da Lei das Mensalidades (Lei 9870/99) que vem impedindo a matrícula dos estudantes. Pelo direito à renovação de matrícula, assistir às aulas, fazer provas, transferência e recebimento de diploma para todos os alunos inadimplentes.
40. Exigir a prestação de contas através de auditorias públicas, nas instituições de ensino públicas e privadas, de suas mantenedoras e das fundações de apoio.
41. Que as universidades garantam na sua infra-estrutura o acesso e a permanência aos ENEE's (estudantes com necessidades educacionais especiais). Por uma universidade sem deficiências!
42. Criação e ampliação de vagas conforme a demanda nas creches das instituições de ensino superior. Gratuidade para os três segmentos. criação de vagas nas moradias estudantis para as mães estudantes e seus (as) filhos (as).
43. Retirada imediata da PEC 217. Não a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Não ao sucateamento. Privatização e terceirização. Mais verbas para as mesmas.
44. Pelo fim da lista tríplice. Eleições para os órgãos diretores. Reitor eleito é reitor empossado. Tendo em vista a participação dos (as) estudantes nos órgãos colegiados e nas definições dos currículos. Paridade real já! e rumo ao voto universal! Que os conselhos universitários iniciem a discussão da revisão do estatuto, buscando a autonomia e a paridade que empeça a adaptação dos estudantes das universidades à atual LDB.
45. Pelo fim do SINAES! Por uma ampla avaliação institucional que considere as especificidades regionais e cada escola, bem como a implementação e aplicação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Que avalie também as condições de acesso e permanência dos (as) estudantes nas universidades e as condições didáticas, pedagógicas e estruturais (laboratórios, bibliotecas).
46. Por mais vagas no ensino público ao invés de subsidiar o ensino privado com verbas públicas.

47. Concurso público para professores e servidores; Não à terceirização de serviços. Não ao sucateamento, privatização e terceirização.
48. Assistência social e à saúde do(a) estudante e da comunidade, no âmbito da universidade, desenvolvendo programas que envolvam as unidades acadêmicas e hospitalares.
49. Não ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) ou qualquer outra forma de avaliação nos moldes do Provão. Por uma avaliação de verdade que não tenha como diretriz o ranqueamento e o sucateamento das universidades. ENADE Serviço Social não faz!
50. Ampliação de bolsas de iniciação científica, bolsa de extensão universitária. pelo fim da bolsa trabalho em favor da bolsa estudo.
51. Pela não participação nas CPA's. pela articulação com demais entidades de universidade para o boicote da avaliação.
52. Contra as fundações privadas nas universidades públicas.
53. Que a ENESSO se articule com outras executivas e federações de curso para fortalecer o boicote dos cursos que farão ENADE.
54. Articulação da ENESSO, conjunto CFESS/ CRESS e ABEPSS na luta contra a reforma universitária e em defesa da implementação das diretrizes curriculares na íntegra da ABEPSS.
55. Pela livre expressão e organização estudantil. Não a perseguição de estudantes nas universidades pública e privadas!
56. Em defesa da lei de mensalidade construída pelo movimento estudantil através da representação da une. rumo ao fim do ensino pago. pela garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade.



ESTATUTO DA ENESSO



Título I

Da Natureza e finalidade

Art.1º A Executiva Nacional das (os) Estudantes de Serviço Social - ENESSO, é a entidade máxima de representação das (os) estudantes de Serviço Social do país, sem fins lucrativos e eleita anualmente no Encontro Nacional das (os) Estudantes de Serviço Social – ENESS.

§1º A ENESSO, garantindo sua autonomia, reconhece a entidade UNE como instância de representação do movimento estudantil lutando para que a mesma estimule, unifique e fortaleça a luta das (os) estudantes pela defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de qualidade, com ensino presencial e juntamente com outros movimentos sociais, lute por um novo projeto societário.

§2º A ENESSO tem como sede a escola que for definida pelas(os) coordenadoras(es) desta.

Art.2º A ENESSO tem como finalidade:

- a) fomentar e potencializar a formação político-profissional das(os) estudantes de Serviço Social, bem como suas entidades representativas, através da realização de seminários, oficinas, participação nos pré-encontros, material informativo, construção de campanha relativas as lutas estudantis, gerais e da categoria, dentre outros;
- b) promover o fortalecimento político, organizacional das entidades de base (CA's e DA's) e apoiar sua construção e organização onde não existam;
- c) promover e participar do debate acerca das demandas das(os) estudantes de Serviço Social;
- d) garantir o contato permanente dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos Assistentes Sociais, suas entidades nacionais e latino-americanas;
- e) viabilizar a integração com movimentos populares, sociais e classistas, buscando autonomia política e financeira dos mesmos, como forma de crescimento político das(os) estudantes e de reforço e ampliação das lutas desses movimentos;
- f) consolidar o contato com as demais executivas de curso a fim de reforçar o papel destas no movimento estudantil e construir novas alternativas de luta para o movimento;
- g) coordenar e organizar nos encontros Estaduais, Regionais e Nacionais, junto às escolas sede dos eventos, buscando a articulação com as demais entidades da categoria para a realização dos mesmos.

Título II

Da Divisão Regional das Escolas

Art.3º Como forma de divisão organizacional para efeito de melhor atingir seus objetivos, a ENESSO será dividida em regionais, com a seguinte distribuição:

- a) Região I – Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí;
- b) Região II – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;
- c) Região III – Alagoas, Sergipe e Bahia;
- d) Região IV – Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba);
- e) Região V – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro;
- f) Região VI – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- g) Região VII – São Paulo.

Parágrafo Único – A Coordenação Nacional e Regional da ENESSO, bem como representação Discente Nacional e Regional em ABEPSS deverá manter e fornecer a relação atualizada das escolas de Serviço Social de todo país constantemente, nos veículos de comunicação de acesso aos C.A.'s/ D.A.'s e demais estudantes de base, como disponibilizada no site da executiva.

Título III

Das Instâncias Deliberativas

Art.4º São instâncias deliberativas da ENESSO:

- a) ENESS;

- b) CONESS;
- c) ERESS;
- d) CORESS.

Seção I

Do Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social

Art.5º O Encontro Nacional das (os) Estudantes em Serviço Social – ENESS é a instância máxima de deliberação do Movimento Estudantil de Serviço Social, que tem por objetivo reunir anualmente as (os) estudantes de todo país em torno dos temas pertinentes à conjuntura, movimento estudantil, universidade, formação ético-político-profissional, cultura e outros temas relevantes ao Serviço Social, previamente definidos no CONESS, deliberando sobre o movimento e a organização política das (os) Estudantes de Serviço Social no país.

§1º A preparação do ENESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ Escola Sede/ Representante Discente em ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

1 – A ENESSO e REPRESENTAÇÃO discente em ABEPSS, como comissão organizadora DEVERÃO comunicar-se com as escolas, a fim de divulgar e incentivar a participação das (os) estudantes, e no período do Encontro Coordenar juntamente com as outras entidades que compõem a comissão organizadora todos os espaços do ENESS;

2 – A comissão organizadora deverá viabilizar infra-estrutura para a realização do encontro, respeitando a lei de acessibilidade, e divulgar com no mínimo 45 dias de antecedência data e valor do encontro, para as escolas de Serviço Social a comissão organizadora deverá se manter em diálogo constante;

3 – As escolas próximas à escola sede poderão compor a comissão organizadora, visando contribuir na viabilização da infra-estrutura do encontro.

§2º Participam do ENESS com direito a voz todas (os) estudantes do Serviço Social de todo país e as (os) estudantes de outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral, ficando a competência da comissão organizadora, criar um critério de diferenciação entre votantes e não votantes. Dentre as (os) participantes do encontro tem direito a voto apenas as (os) estudantes de Serviço Social de escolas que estejam quites com as finanças da executiva de acordo com as alíneas a e d do art. 21 deste estatuto.

1 – Regimento Interno do encontro determinará o processo eleitoral e submeterá a plenária sua aprovação;

2 - Processo de votação do ENESS é por escola e se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

a) os CA's e DA's que não estiverem quites com as finanças da executiva, de acordo com as alíneas a e b do artigo 21 desse estatuto, deverão fazer acordo no CONESS com a executiva e submeter à plenária a legitimidade desse acordo. Caso este não seja cumprido até o próximo CONESS a escola não poderá votar;

b) que nas escolas onde não existam entidades de base (CA's e DA's) o voto não seja atrelado ao pagamento da anuidade;

c) que o voto das escolas que estão com CA's e DA's em processo de construção, não seja atrelada ao pagamento da anuidade, com um tempo de tolerância de no máximo dois anos, após sua abertura;

d) que a ENESSO forneça a listagem das escolas quites com as anuidades através da prestação de contas via boletins informativos distribuídos nos encontros e na lista da executiva.

§3º Caso ocorra alteração nas deliberações do CONESS, acerca da programação, estas deverão ser encaminhadas para avaliação da coordenação nacional, regional, ABEPSS discente e escola sede, sendo que tais alterações devem ser repassadas para as escolas e participantes no prazo mínimo de até 15 dias antes do evento. A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores nacionais num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ENESS, incluindo prestação de contas.

Art.6º A plenária final do ENESS deverá:

a) a comissão organizadora deverá divulgar para todas as escolas do país num prazo de 45 dias o relatório das deliberações da plenária final do ENESS, bem como prestação de contas;
b) deliberar o local do próximo CONESS e ENESS, sendo que a escola deverá ser eleita priorizando a rotatividade entre as regiões, e em caso de não haver proposição será a região seguinte;

c) avaliar, traçar planos de lutas, discutir o programa da ENESSO e eleger a próxima coordenação nacional da ENESSO, ficando a eleição das coordenações regionais para os ERESS de cada região (sendo que estes só assumirão a sua gestão junto a gestão da ENESSO Nacional). Sendo o caderno de deliberações cumulativo, ou seja, que uma deliberação do ENESS só seja discutida novamente se questionada.

Parágrafo Único - Esta deliberação só entrará em vigor a partir dos próximos ERESS de 2008;

d) deliberar o local e o tema do próximo Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SNFPMESS.

Seção II

Do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

Art.7º O Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social – CONESS reúne anualmente representantes das entidades estudantis de Serviço Social a nível Nacional para definir a pauta do ENESS e realizar discussões de formação política e profissional.

§1º O CONESS será realizado na primeira quinzena do mês de maio e o ENESS na Segunda quinzena do mês de julho.

§2º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais num prazo de 15 dias, o relatório das resoluções da plenária final e a prestação de contas do CONESS.

§3º A comissão organizadora deverá divulgar a data do CONESS num prazo mínimo de 60 dias e a pauta em no mínimo 45 dias.

§4º Os participantes do CONESS deverão apresentar a Ata de posse do C.A/ D.A ou ata da assembléia que deliberou o representante da escola. Em caso de não haver C.A./ D.A. deverão se utilizar abaixo assinado com 20% das (os) estudantes que estudam na unidade de ensino.

§ 5º O CONESS poderá ser acionado em caráter extraordinário, com pelo menos 35 dias de antecedência pela ENESSO ou por 1/3 dos CA's e DA's, considerando as necessidades da escola sede do ENESS

§ 6º A preparação da infra-estrutura do CONESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e Representação Estudantil em ABEPSS). No CONESS a comissão organizadora do ENESS deverá socializar a planilha de custos prevista do encontro bem como sua data oficial para divulgação.

Parágrafo Único - O processo de votação do CONESS é por escola e se dará através do voto paritário em que cada C.A/ D.A ou representante eleito em assembléia, tem direito a três votos conforme regra de três simples.

Seção III

Do Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social

Art.8º O Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social – ERESS é o encontro máximo de deliberação em cada região, que tem por objetivo reunir, anualmente, as (os) estudantes de toda região em torno de temas referentes à conjuntura, universidade, movimento estudantil, formação profissional, cultura e outras questões específicas de cada região previamente definidas pelo CORESS, aprofundando a discussão das prioridades da Coordenação Regional da ENESSO.

§1º A preparação da infra-estrutura do ERESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e representação estudantil em ABEPSS).

1 – A comissão organizadora é composta pela: ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, escola sede e representação estudantil em ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e com o apoio das escolas vizinhas que se propuserem.

2 – A comissão organizadora deverá viabilizar infra-estrutura para a realização do encontro, divulgar com no mínimo 45 dias de antecedência data e valor do encontro (sujeito a alteração), para as escolas de Serviço Social. Manter comunicação constante com a ENESSO e ABEPSS.

§2º Participam do ERESS com direito a voz todas (os) estudantes do Serviço Social de todo país e as (os) estudantes de outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral, ficando a competência da comissão organizadora, criar um critério de diferenciação entre votantes e não votantes. Dentre as (os) participantes do encontro tem direito a voto apenas as (os) estudantes de Serviço Social de escolas que estejam quites com as finanças da executiva de acordo com as alíneas a e d do art. 21 deste estatuto.

1 – Regimento Interno do encontro determinará o processo eleitoral e submeterá a plenária sua aprovação.

2 - Processo de votação do ERESS é por escola e se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

a) os CA's e DA's que não estiverem quites com as finanças da executiva, de acordo com as alíneas a e b do artigo 21 desse estatuto, deverão fazer acordo no CORESS com a executiva e submeter à plenária a legitimidade desse acordo. Caso este não seja cumprido até o próximo CORESS a escola não poderá votar.

b) que nas escolas onde não existam entidades de base (CA's e DA's) o voto não seja atrelado ao pagamento da anuidade.

c) que o voto das escolas que estão com CA's e DA's em processo de construção, não seja atrelada ao pagamento da anuidade, com um tempo de tolerância de no máximo dois anos, após sua abertura.

d) que a ENESSO forneça a listagem das escolas quites com as anuidades através da prestação de contas via boletins informativos distribuídos nos encontros e na lista da executiva.

§3º Caso ocorra alteração nas deliberações do CORESS, acerca da programação, estas deverão ser encaminhadas para avaliação da coordenação nacional, regional, ABEPSS discente e escola sede, sendo que tais alterações devem ser repassadas para as escolas e participantes no prazo mínimo de até 15 dias antes do evento. A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores nacionais num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ERESS, incluindo prestação de contas.

Art.9º A plenária final do ERESS deverá:

a) deliberar o local do próximo CORESS e ERESS priorizando a rotatividade entre os estados da região caso não tenha sido deliberado o local, o mesmo deverá ser feito até 30 dias após o ERESS, articulação por conta da ENESSO;

b) eleger os representantes da próxima coordenação regional sendo que estes assumirão a gestão a partir da plenária final do próximo ENESS, junto com os coordenadores nacionais;

c) deliberar o local e o tema do próximo Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SRFPMESS. Caso não seja deliberado o local, o mesmo deverá ser feito em até 30 dias após o ERESS com a articulação da ENESSO;

d) aprovar propostas somente como contribuição para o ENESS.

e) A comissão organizadora deverá enviar a todas as escolas da região num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ERESS, incluindo prestação de contas.

Seção IV

Do Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social

Art.10º Do Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social – CORESS reúne, anualmente, representantes de todas as entidades estudantis de Serviço Social a nível regional para definir a pauta do ERESS realizando discussões acerca formação política e profissional.

a) o CORESS será realizado na primeira quinzena de dezembro e o ERESS na segunda quinzena de abril.

§ 1º O CORESS poderá ser acionado e caráter extraordinário pela coordenação regional ou por 1/3 dos CA's/DA's, sendo convocado com pelo menos 15 dias de antecedência, considerando as necessidades da região.

§2º A comissão organizadora deverá enviar as escolas da região num prazo de 15 dias, o relatório das resoluções da plenária final e a prestação de contas do CORESS.

§3º As (os) participantes do CONESS deverão apresentar a ata de posse do C.A/D.A ou ata da assembleia ou ofício reconhecido com assinatura que deliberou o representante da escola. Em caso de não haver C.A./ D.A. deverão se utilizar abaixo assinado com 20% das (os) estudantes que estudam na unidade de ensino.

§4º Só terá direito a voto no CORESS as entidades de base (CA/ DA) que estiverem quites com as finanças da executiva de acordo com as alíneas a, b e f do artigo 21 desse estatuto.

§5º O regimento interno do encontro determinará os procedimentos adotados durante o mesmo.

§ 6º A preparação da infra-estrutura do CORESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e representação estudantil em ABEPSS).

Parágrafo Único - O processo de votação do CORESS é por escola e se dará através do voto paritário em que cada CA/DA ou representante eleito em assembleia tem direito a três votos conforme regra de três simples.

Seção V Da Diretoria

Subseção I Da Composição

Art.11º A diretoria da ENESSO, eleita anualmente no ENESS, compõe-se de:

- a) 01 (um/a) Coordenador (a) Geral;
- b) 01 (um/a) Secretário (a) Geral;
- c) 01 (um/a) Coordenado (a) de Finanças;
- d) 01 (um/a) Coordenador (a) de Comunicação;
- e) 01 (um/a) Secretário de Formação Político – Profissional;
- f) 01 (um/a) Coordenador (a) de movimentos sociais, cultura e valores;

- g) 01 (um/a) Coordenador (a) de Relações Internacionais;
- h) Coordenadores (as) regionais.

§1º Os cargos descritos nas alíneas a e g deverão ser ocupados por estudantes pertencentes a uma mesma escola ou região, consoante divisão estabelecida no artigo 3º desse Estatuto, e compõe a Coordenação Nacional da ENESSO, sendo esta diretoria um modelo colegiado.

§2º Os cargos descritos na alínea h deverão ser ocupados por no mínimo dois representantes de cada região, respeitando os estados consoante divisão estabelecida no artigo 3º desse estatuto, e seus ocupantes serão eleitos pelas escolas em plenária regional autônoma durante a plenária final do ERESS, de acordo com os critérios definidos no regimento interno desse encontro. As chapas de cada região poderão indicar suplentes até o número de coordenadores regionais, que só poderão assumir em caso de renúncia dos titulares.

§3º A Diretoria se reunirá de acordo com suas necessidades com o objetivo de viabilizar formas de encaminhar as deliberações do ENESS, bem como tratar de questões referentes as (os) estudantes e fornecer subsídios para a formação profissional e política dos estudantes.

Subseção II

Da Competência

Art.12º Compete ao Coordenador (a) Geral:

- a) garantir junto as outras coordenações a execução das deliberações do ENESS.
- b) coordenar a elaboração do programa de trabalho e outras atividades que se fizerem necessárias ao funcionamento da Entidade.

Art.13º Compete ao Secretário (a) Geral:

- a) secretariar reuniões, assembléias, encontros e outros eventos promovidos pela ENESSO;
- b) preparar e expedir correspondências e demais expedientes da ENESSO;
- c) organizar os dados e documentos necessários aos serviços da Secretaria, bem como documentar material produzido enquanto registro da história do Movimento Estudantil via CA's/DA's e coordenações Regionais;
- d) requerer às escolas sede dos encontros nacionais/ regionais, as atas, sistematizações e outras documentações destes para os anais da ENESSO.

Art.14º Compete ao Coordenador (a) de Finanças:

- a) controlar o recebimento de contribuições, auxílio e subvenções destinadas à Entidade;
- b) organizar e acompanhar a execução do plano de receitas e despesas da ENESSO;
- c) movimentar as contas bancárias;
- d) manter em dia toda a escrituração da ENESSO e apresentar prestação de contas no ENESS ou quando solicitado pelas entidades de base;

Art.15º Compete ao coordenador (a) de comunicação.

- a) sistematizar e divulgar as informações da ENESSO, das escolas, dos movimentos estudantis, sociais e populares, da categoria dos Assistentes Sociais, bem como de entidades nacionais e internacionais estudantis e profissionais de Serviço Social, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;
- b) manter contatos com a une e os demais espaços de organização do movimento estudantil nacional os representantes e entidades de outros cursos responsáveis pela informação do movimento estudantil;

Art.16º Compete ao Secretário (a) de Formação Político-Profissional:

- a) contribuir para o processo de intervenção político-pedagógica dos estudantes, em conjunto com as representações estudantis em ABEPSS, no sentido de garantir, ampliar e afirmar a respeitabilidade acadêmica diante da categoria profissional e do movimento estudantil;

b) fomentar e potencializar junto às representações estudantis em ABEPSS, no processo de formação acadêmica a nível de produção científica de ensino extensão e dos desafios postos à formação profissional.

Art.17º Compete ao coordenador (a) de Movimentos Sociais, Cultura e Valores:

- a) garantir a articulação do movimento estudantil de Serviço Social com os demais movimentos sociais reforçando a importância de sua participação no mesmo;
- b) fortalecer a luta do movimento estudantil de Serviço Social junto aos outros movimentos sociais a ponto de contribuir de forma significativa para a construção de um novo projeto societário;
- c) estimular a participação da ENESSO e entidades de base e demais estudantes junto aos fóruns e entidades desses movimentos sociais;
- d) promover um aprofundamento do conhecimento acerca das expressões culturais de cada estado, incentivando as produções artísticas e culturais;
- e) fomentar uma política cultural que crie mecanismos de organização dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

Art. 18º Compete ao coordenador de cultura e valores:

- a) promover um aprofundamento do conhecimento acerca das expressões culturais de cada estado, incentivando as produções artísticas e culturais.
- b) fomentar uma política cultural que crie mecanismos de organização dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

Art.19º Compete ao Coordenador (a) de Relações Internacionais:

- a) articular o Movimento Estudantil de Serviço Social com outros movimentos estudantis e de trabalhadores da América Latina e de demais países;
- b) buscar formas de enfrentamento junto aos estudantes de outros países, ampliando as possibilidades de luta do Serviço Social, garantindo a perspectiva de totalidade;
- c) incentivar a participação nos fóruns internacionais de estudantes e da categoria de Serviço Social.

Art.20º Compete as Coordenações e Sub-Coordenações Regionais:

- a) efetivar um trabalho entre os coordenadores de CA's/ DA's, potencializando a dimensão político-organizacional da região;
- b) elaborar e fazer executar o programa integrado a programação nacional e outras atividades que sejam necessárias ao funcionamento da região;
- c) encaminhar propostas à Diretoria da ENESSO no que se refere ao movimento estudantil e a formação profissional;
- d) sistematizar e divulgar as informações das escolas, do Movimento Estudantil, e da categoria dos Assistentes Sociais, bem como a realidade regional, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;
- e) assessorar as escolas para potencializar a formação política dos CA's / DA's.
- f) socializar e divulgar uma política cultural que crie mecanismos de aglutinação dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

Título IV

Das Instâncias Organizativas

Art.21º A ENESSO realizará bianualmente e de forma alternada Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, reunindo os estudantes de Serviço Social a nível nacional ou regional, bem como suas entidades representativas, categorias profissionais em nível nacional ou regional e a comunidade em geral.

§1º Esses seminários se constituem numa instância de discussão e proposição acerca da formação profissional, do movimento estudantil e, em especial, da formação político-pedagógica das (os) estudantes e de suas entidades representativas.

§2º Nesses fóruns resguardar-se-ão espaços destinados à apresentação de produções discentes, oriundas da iniciação científica, extensão, estágio curricular e monografias de conclusão de curso, proporcionando a socialização da produção acadêmica no âmbito nacional ou regional colocado no tripé ensino, pesquisa e extensão;

§3º A definição e o formato da apresentação ficam a cargo da comissão organizadora do evento, que deverá divulgar os critérios de apresentação com pelo menos 90 dias de antecedência.

§4º O Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social acontecerá nos anos ímpares e o Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudante de Serviço Social nos anos pares.

§5º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais, num prazo de 30 dias um relatório do encontro e prestação de contas, o que garantirá direito ao voto das (os) estudantes da escola sede, comprovando a isenção da anuidade.

Título V Das Finanças e do Patrimônio

Art.22º Compõem as finanças da ENESSO:

a) uma anuidade paga pelas entidades de base, preferencialmente, Direto ao Coordenado (a) de Finanças, no valor equivalente ao salário mínimo vigente no país, da seguinte forma: 50 % no ENESS e 50% até o Seminário de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, nacional ou regional, sendo 50% para a Coordenação Nacional e 50% para a Coordenação Regional.

b) repasse do lucro líquido do CONESS, CORESS, ERESS e ENESS, a ser feito pela escola sede e divididos da seguinte forma: 40% para a ENESSO, sendo 20% para a coordenação nacional e 20% para a coordenação regional, 50% para a escola sede e 10% para a representação estudantil em ABEPSS (nacional ou regional, de acordo com o caráter do encontro), no prazo de 30 dias após a realização de cada evento;

c) repasse do lucro líquido do SNFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 30% para a ENESSO, sendo 15% para a Coordenação Nacional e 15% para a Coordenação Regional, 20% para a Representação estudantil em ABEPSS Nacional e 50% para a escola sede.

d) repasse do lucro líquido do SRFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 30% para a ENESSO, sendo 15% para a Coordenação Nacional e 15 % para a Coordenação Regional, 20% Para a Representação estudantil em ABEPSS Regional e 50% para a escola sede.

e) quaisquer doações feitas à ENESSO, que não fira a autonomia e independência do Movimento Estudantil, sendo referendada nos encontros deliberativos.

Art.23º As escolas sede do ENESS, ERESS, CONESS, CORESS, Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social não pagarão a anuidade descrita na alínea a do artigo 21.

Art.24º O Patrimônio da ENESSO será administrado pela diretoria.

Título VI Do Processo de Eleição

Art.25º A eleição da ENESSO será realizada na Plenária final do ENESS e a chapa eleita terá o mandato de um ano.

Art.26º São elegíveis todas (os) as (os) estudantes de Serviço Social devidamente credenciado no ENESS e ERESS desde que ainda estejam no curso ao término do mandato.

Parágrafo único – São inelegíveis os membros da comissão eleitoral.

Art.27º As chapas deverão ser inscritas juntamente à Coordenação Nacional da ENESSO durante o ENESS, até 24 horas antes do início da Plenária Final, preenchendo os seguintes requisitos:

Parágrafo Único – Salvo no XXIX ENESS, devido ao atraso da programação.

a) indicar um fiscal por chapa;

b) preencher e especificar os cargos determinados no artigo 11 desse Estatuto, devendo constar os nomes completos dos componentes da chapa e respectivas escolas.

Art.28º a - a comissão eleitoral é composta por dois representantes de cada chapa e um representante da atual diretoria da ENESSO, 24 horas antes do início da plenária final.

§1º Salvo no XXIX ENESS, devido ao atraso da programação.

§2º O representante da diretoria da ENESSO é escolhido em reunião.

Art.29º A Comissão eleitoral encaminhará o Processo de votação.

Art.30º O processo eleitoral se dará por votação.

Art.31º A chapa inscrita será eleita se tiver 50% mais um (01) dos votos das (os) estudantes presentes.

Parágrafo Único – Caso a chapa não obtenha 50% mais um (01) dos votos, será submetida à plenária um novo processo de eleição dos inscritos presentes.

Art.32º Ao final do pleito, a comissão eleitoral deverá apresentar um relatório final com os resultados do pleito que será entregue à comissão organizadora do encontro.

Título VII

Das disposições Gerais e Finais

Art.33º Havendo prejuízo na organização do ENESS, CONESS, ERESS, CORESS e Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional Movimento Estudantil em Serviço Social, este deverá ser dividido pela escola sede, Coordenação Nacional e Regional da ENESSO, conforme percentuais definidos na alínea b e c do artigo 21 desse Estatuto.

Art.34º O Secretário de escola será eleito pela Unidade de Ensino, podendo estar incorporado ao CA/DA, respeitando a autonomia dos mesmos.

Art.35º O Sub-Coordenador de cada região poderá ser indicado pelo conjunto das (os) estudantes reunidos em ERESS de cada região e votado em plenária regional no ENESS e legitimado na plenária final, tendo sua competências descritas no artigo 19, alíneas a, b, c, d e e.

Art.36º A diretoria não é remunerada pelos serviços prestados.

Art.37º Este estatuto será revisto a cada três anos, salvo mediante solicitação de pelo menos 1/3 das Escolas ou pela ENESSO, extraordinariamente.

Art.38º em caso de suspeita de fraude:

a) que seja garantido “questão de ordem” em qualquer processo deliberativo pela coordenação da mesa;

b) que seja garantido a apuração imediata da denúncia pela coordenação da mesa;

c) constatada a fraude e identificado o autor(a) desta, que se retorne ao início da votação do artigo em que foi paralisado o processo. a sanção é proposta e deliberada pela plenária.

Art.39º Este estatuto rege a Entidade e entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

Contagem, 19 de julho de 2007